

SANDRA REGINA DE ABREU PIRES CAMPAGNOLLI

DESVENDANDO UMA RELAÇÃO COMPLEXA:
O SERVIÇO SOCIAL E SEU
INSTRUMENTAL TÉCNICO

Biblioteca MA - PUCSP



100008788

MESTRADO: SERVIÇO SOCIAL



PUC - SP

1993

SANDRA REGINA DE ABREU PIRES CAMPAGNOLI

DESVENDANDO UMA RELAÇÃO COMPLEXA:
O SERVIÇO SOCIAL E SEU
INSTRUMENTAL TÉCNICO

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli.

BANCA EXAMINADORA

M. B. Rodriguez

Chane

M. C. Aguilera

DEDICATORIA

Ao IVALDO, esposo, amigo, companheiro e maior incentivador que compartilhou comigo as alegrias mas que, sobretudo, soube dar apoio e força nos momentos difíceis.

Aos meus filhos - THIAGO E AMANDA - que me ensinaram a equilibrar o tempo e as emoções e me motivaram a prosseguir na caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Maria Lúcia Martinelli que, como Orientadora e como pessoa humana, enfrentou comigo todas as dificuldades e, exigindo sempre mais, me apoiou, me desafiou e me estimulou a superar os limites.

Aos meus pais - Adriano e Thereza - que, mesmo distantes, souberam contribuir para que esse estudo fosse possível.

A minha sogra - D. Elza - por sua compreensão e por, além de tudo, ter sido "babá" do Thiago durante minhas viagens.

Ao Sr. Ivan, presença sempre constante mesmo depois de sua passagem física. Muito mais que sogro, foi pai e conselheiro, fazendo-me feliz por ter com ele convivido.

As minhas irmãs, cunhadas e cunhados que, de diferentes formas, foram solidários comigo.

Ao companherismo, amizade e apoio de Lúcia Helena, Sandra e Sueli que, compartilhando comigo as viagens e as angústias, tornaram a caminhada menos árdua e, algumas vezes, até divertida.

A disponibilidade de Jolinda, Mara e Vera Maria que, no momento certo, me ajudaram a superar os obstáculos que o empreendimento impunha.

Ao C.N.P.Q. pela concessão de Bolsa de Estudo, através da qual foi possível o custeio parcial do curso de Mestrado.

Aos colegas da Universidade Estadual de Londrina, Centro Social Urbano Adriano M. Gomes e Prefeitura Municipal de Londrina, pela camaradagem e incentivo.

Ao Profa. Agostinho e Profa Elaine pela qualidade do trabalho de revisão ortográfica.

Aos Docentes da PUC-SP., em especial aos componentes da Banca do Exame de Qualificação, pelo estímulo e pelas oportunidades de discussão oferecidas.

A todos aqueles que, mesmo não mencionados, estão conscientes da contribuição direta ou indireta que prestaram para a realização deste trabalho.

R E S U M O

A presente Dissertação se constitui em uma abordagem sobre o Instrumental Técnico no Serviço Social. Seu objeto de estudo - a concepção do Instrumental Técnico expressa pela categoria após a eclosão do Movimento Latinoamericano de Reconceituação - foi desvelado por intermédio de pesquisa bibliográfica, seguido de análise de conteúdo empreendida sobre 13 Documentos Finais decorrentes dos Eventos coletivos, de nível nacional, realizados no período. O produto particular da pesquisa é o conteúdo do capítulo III. A perspectiva histórica adotada neste capítulo também está presente nos demais, os quais trazem um resgate histórico-conceitual sobre a técnica em sentido amplo (capítulo I), e no âmbito do Serviço Social, dos primórdios à década de 60 (Capítulo II). Em seu conjunto, a Dissertação nos mostra que o Instrumental não foi suficientemente tratado na literatura da profissão, deixando alguns aspectos ainda envoltos em nebulosidade, fenômeno que se acentua com o Movimento de Reconceituação. Neste momento da história do Serviço Social, em termos de América Latina, situado aproximadamente no limite das décadas de 60/70, interagem significativamente variáveis internas e externas de tal Movimento e, particularmente, aquelas associadas ao modo como a categoria incorpora a tradição marxista nas suas concepções e práticas. Mostra-nos igualmente a importância do Instrumental, elemento constitutivo e essencial da profissão como disciplina interventiva, a atualidade das discussões acerca do tema, bem como a necessidade e urgência de maiores estudos e sistematizações que possibilitem um exercício profissional mais consciente e competente.

A B S T R A C T

This Work is constitute in an approach about the Technical Instrumental in the "Social Service". The object of study - the conception of the Technical Instrumental express by the class after the appearance of the Latin American moviment of reconception - had been discover by bibliographical reserch, followed by contents analisis about 13 Final Papers resulting from general events, of nacional level, realized in the periods. The private product of the reserch is the contents of the III chapter. The historical view adopted in this chapter is also present in the others, which bring the historical conceptual rescue about the tecnic in the extensive meaning (I chapter) and in the ambit of the Social Service, since the origin untill the 60's (II chapter). In the complex whole, the text show us that the Instrumental was not enough treated in the literatura of the profession, leaving some aspects in the darkness, fact that is emphasized with the Reconception Moviment. At this historical moment of the Social Services, about Latin America, fixed on the limit of 60's and 70's, interact meaningly in and out variables of this moviment and, particulary, those related to the way how the class incorporates the marxist tradition in this conception and actions. It show us, in the same way, the Instrumental importance, constitutive and main element of the profession like an interventive subject, the actuality of the discussions about the topic, as well as the necessity and urgency of more studies and systematizations that can be a professional pratic more competent and conscious.

S U M A R I O

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CAPITULO I - A TECNICA: UMA ABORDAGEM HISTORICO - CONCEITUAL 016

1. DISCUTINDO ALGUMAS QUESTOES QUE O TERMO SUSCITA 017
2. AS NECESSIDADES HUMANAS E A TECNICA 040
3. O CONTROLE SOCIAL: TAREFA DAS TECNICAS SOCIAIS 048
4. O SURGIMENTO DAS CIENCIAS SOCIAIS E O
FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL 053
 - 4.1. O Pensamento Conservador 054
 - 4.2. As Ciências Sociais e o Pensamento Conservador -
O Surgimento e Desenvolvimento da Sociologia 062

CAPITULO II - O SERVIÇO SOCIAL E SEU INSTRUMENTAL TECNICO:

DOS PRIMORDIOS AO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO 073

1. OS ANTECEDENTES: A ASSISTENCIA 074
2. O CONTEUDO OPERACIONAL DAS PRATICAS SOCIAIS ANTECEDENTES
AO SERVIÇO SOCIAL 084
3. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSAO 092
4. A PROPOSTA DE MARY RICHMOND 100
5. A AFIRMAÇÃO DA PROFISSAO E SEUS CONDICIONAMENTOS 111
6. SURGIMENTO E CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO 119
7. O CONTEUDO OPERATIVO EM SERVIÇO SOCIAL DE CASO, GRUPO E
COMUNIDADE 132

7.1. Serviço Social de Caso	135
7.2. Serviço Social de Grupo	146
7.3. Serviço Social de Comunidade	154
8. A DÉCADA DE 60: O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	165
 CAPÍTULO III - A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O SEU INSTRUMENTAL	
TECNICO A PARTIR DA DÉCADA DE 70	172
 1. PARTICULARIZANDO A ANÁLISE: OS EVENTOS NACIONAIS	
DA CATEGORIA E O INSTRUMENTAL TECNICO	175
1.1. I Seminário de Teorização do Serviço Social - 1967	175
1.2. II Seminário de Teorização do Serviço Social - 1970.....	187
1.3. Encontros Sobre Funções - 1970	204
1.4. I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	210
1.5. Seminário de Bonclima - 1974	213
1.6. II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1976	217
1.7. III Seminário de Teorização do Serviço Social - 1978	220
1.8. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1979	227
1.9. IV Seminário de Teorização do Serviço Social - 1984	237
1.10. V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1985	243
1.11. VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1989	249
1.12. VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1992	255
 2. O INSTRUMENTAL TECNICO A PARTIR DA DÉCADA DE SETENTA	261
2.1. O Primeiro Momento: A Valorização do Instrumental Técnico	265
2.2. O Segundo Momento: A Desatenção ao Instrumental Técnico	273
2.3. O Terceiro Momento: A Reaproximação ao Instrumental Técnico ..	288
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	297
 BIBLIOGRAFIA	301

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito mais que uma exigência formal para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social, a Dissertação de Mestrado se constitui em momento privilegiado de reflexão e de sistematização em torno de um assunto específico, cuja priorização leva em conta o interesse que suscita para seu autor.

Nesse sentido, tal priorização demanda um processo que é particular a cada pesquisador e culmina na eleição de um tema que, preferencialmente, deve emanar de sua experiência profissional.

Sempre consideramos que a escolha deveria incidir também sobre questões relevantes e representativas para a maioria dos Assistentes Sociais e que a Dissertação, uma vez concluída, deveria trazer contribuições diretas para a intervenção, além de possibilitar avanços no estudo da temática em foco.

Tendo isso em vista, durante nosso processo de priorização deparamo-nos com uma multiplicidade de temas estimulantes, vinculados às inquietações experimentadas durante nosso exercício profissional. Igualmente observávamos que, embora múltiplos e heterogêneos, esses temas guardavam em comum uma preocupação com o Instrumental Técnico, o que contribuiu para sua eleição como tema da Dissertação.

O assunto preenchia as exigências que havíamos imposto à priorização, já que se constituía em foco de interesse particular, aflorado na nossa prática profissional, e representava uma demanda generalizada da profissão em termos de maior sistematização e/ou discussão.

Seu parco tratamento na literatura produzida pela categoria profissional tornava o desafio ainda mais estimulante. Aliás, residia neste ponto uma forte inquietação, qual seja: por que, à primeira vista, e principalmente após o Movimento de Reconceituação, a literatura sobre a questão apresentava-se tão escassa?

Reflexões mais metódicas em torno dessa inquietação nos conduziram ao objeto de estudo, a saber: a concepção sobre o Instrumental Técnico expresso pela categoria profissional, através de sua literatura produzida após o Movimento de Reconceituação ou, mais precisamente, dos anos 70 ao momento atual.

Verificávamos que até o Movimento de Reconceituação a tal literatura produzida expressava uma clara preocupação com o Instrumental Técnico, concorrendo, inclusive, para uma aproximação do Serviço Social brasileiro ao norte-americano, o qual oferecia literatura considerável a respeito do assunto.

Se considerarmos a importância do Instrumental Técnico para uma profissão de caráter interventivo como o Serviço Social, percebemos, através da literatura produzida, que o assunto não foi merecedor de uma correspondente atenção significativa por parte da categoria, durante e após o Movimento de Reconceituação.

A explicação deste fenômeno estava, ao nosso ver, vinculada diretamente à concepção de instrumental presente no Serviço Social naquele período. Nestes termos, tornava-se primordial um aprofundamento da reflexão sobre essa questão.

Desvelar o objeto implicava em traçar um caminho metodológico que permitisse, da maneira mais fidedigna possível, captar a expressão dos Assistentes Sociais a respeito. O caminho escolhido foi a Pesquisa Bibliográfica, o qual detalhamos a seguir.

Antes, porém, na ausência de definição unívoca sobre o termo Instrumental Técnico no âmbito do Serviço Social, é fundamental firmar as bases de nosso entendimento a respeito. De fato, para abordar a questão do Instrumental Técnico, faz-se mister, logo de início, deixarmos claro o que estamos pretendendo significar com essa e com outra presente no enunciado do nosso objeto de estudo: "literatura produzida pela categoria profissional".

Conforme afirmamos, a expressão "Instrumental Técnico" não é utilizada de forma unívoca no Serviço Social. Recorrendo à bibliografia sobre o assunto, não encontramos ali referências com as quais pudéssemos concordar plenamente e nelas nos pautar. Assim sendo, o entendimento sobre "Instrumental Técnico" subjacente a esse trabalho, tendo por base as leituras realizadas, é fruto de nossas reflexões.

Para nós, o Instrumental Técnico é o repertório interventivo de uma disciplina profissional que, enquanto tal, é indispensável para o desenvolvimento da ação.

É um manancial de meios, técnicas, recursos e procedimentos, a princípio ilimitado, apoiado em conhecimento científico correspondente. Denota, como diria Thiollent (1987), a "teoria em ação".

Em oposição a práticas ou procedimentos executados mecânica e irrefletidamente, o Instrumental Técnico é fruto de uma escolha consciente e reflexiva. Sua escolha ou seleção leva em conta os determinantes específicos de uma dada realidade e de cada situação em particular, devendo ser posto em prática no sentido de facilitar e fortalecer as ações propostas.

Enquanto repertório interventivo, o Instrumental Técnico pode ser próprio da profissão ou buscado em outras disciplinas profissionais. Por outro lado, pode emanar de estratégias engendradas pela população, a partir de suas experiências coletivas e individuais e, assim, ser recriado no desenrolar da própria ação profissional, visualizada como práxis.

Desta forma, não se refere a esquemas ou a modelos rígidos, estabelecidos previamente, mas demanda, necessariamente, seleção, adequação e/ou aprimoramento.

Quanto à outra expressão - "literatura produzida pela categoria profissional" - denota, de modo amplo, todo material, publicado ou não,

produzido por Assistentes Sociais sobre questões teórico-práticas relativas à profissão. Neste sentido, nela estariam incluídos livros, artigos, resenhas críticas, teses de Doutorado, dissertações de Mestrado, Anais de Congresso, de Encontros e de Seminários, Relatórios de Pesquisa e outros.

No contexto de nossa Dissertação, examinar a literatura com essa conotação ampla, principalmente por nossa condição de pesquisador individual, tornaria nosso estudo objetivamente inviável. Tal situação exigiu, no que se refere à metodologia, a imposição de delimitações que, juntamente com outros aspectos, passamos a expor.

Considerada um tipo de estudo monográfico de caráter científico, a Dissertação origina-se de pesquisa científica exigindo, nesta medida, capacidade de coletar, de sistematizar, de ordenar e de interpretar dados.

Para tal, seu elaborador, de conformidade com as exigências postas por seu objeto de estudo, pode optar entre duas modalidades de pesquisa: aquelas feitas na própria realidade (pesquisa de Campo ou Pesquisa Experimental), ou aquelas feitas em documentos escritos (Pesquisa Bibliográfica).

Segundo Salvador (1977), a pesquisa bibliográfica pode ser de dois tipos que, entretanto, são passíveis de ser denominadas apenas de Pesquisa Bibliográfica. São eles: a Pesquisa Bibliográfica propriamente dita "quando utiliza fontes, isto é, documentos escritos originais primários; [e a] Consulta Bibliográfica ou Estudos Exploratórios, quando se utiliza de subsídios da literatura corrente ou de obras de autores modernos". (SALVADOR, 1977:10-11)

Neste sentido, a Pesquisa Bibliográfica tanto pode ser utilizada como parte integrante da Pesquisa de Campo ou Experimental, no intuito de obter informações prévias necessárias, como pode se constituir em um estudo autônomo.

Em nossa Dissertação, a via metodológica adotada foi a da Pesquisa Bibliográfica, entendida sob o primeiro tipo, uma vez que a abordagem do

objeto de estudo, trazendo-nos a exigência de realizar estudo documental, impulsionou-nos a caminhar por ela.

Ao refletirmos sobre ela, percebemos a amplitude da expressão "literatura produzida pela categoria profissional". Essa amplitude, como já esclarecemos, além de imprimir um caráter genérico ao objeto de estudo, impunha dificuldades objetivas para a operacionalização da pesquisa.

Assim, ao empreendermos a necessária delimitação do assunto e ao elegermos nossa fonte de pesquisa, estabelecemos dois critérios básicos: o acesso possível à parcela significativa da categoria profissional e a "representatividade" do documento.

Respeitando esses critérios, elegemos como fonte os Anais, os Relatórios e/ou as publicações decorrentes de Seminários e/ou de Congressos Nacionais da categoria, organizados e realizados a partir da década de setenta. Tal fonte preenche os requisitos concernentes aos dois critérios básicos, da seguinte forma:

Quanto ao primeiro, entendíamos que não poderíamos determinar, como fonte, material cujo acesso fosse localizado, restrito regionalmente, ou dirigido a segmento particular da categoria. Nestes termos, é indiscutível que o acesso à fonte eleita não ficou restrito aos participantes dos conclaves. Ao contrário, o manuseio desses documentos foi oportunizado aos ausentes e aos interessados na medida em que, além de reproduzidos e distribuídos, a maioria deles foi alvo de publicação posterior.

Quanto à "representatividade", compreendíamos que, preferencialmente, a fonte não deveria ser produto de posturas particulares e individuais. Acreditávamos que, idealmente, deveria ser composta por documentos que significassem um tratamento coletivo à questão, retratando discussões e posições comuns a toda a categoria profissional ou, ao menos, a parcela significativa dela.

Ora, sem dúvida, os documentos originários dos Seminários e dos Congressos Nacionais são produtos de oportunidades coletivas de reflexão e de discussões sobre determinadas questões, demandadas pelos profissionais em um dado momento histórico. São, também, produzidos coletivamente, espelhando as preocupações, os interesses e as posturas existentes. Isso é garantido pela participação de toda a categoria nestes Eventos, seja através de contribuições efetuadas durante a preparação, seja pela presença física de número respeitável de profissionais, ou ainda pela representação a nível nacional, consumada por intermédio de Associações de Classe e de representantes por locais e/ou Instituições.

A importância, a representatividade e a possibilidade de acesso a esses Eventos e respectivos Documentos são, pois, indiscutíveis.

Estando interessados naqueles produzidos após a eclosão do Movimento de Reconceituação no Brasil, fixamos como marco histórico a década de 70, momento em que, entendemos, começa a ser perceptível a repercussão desse Movimento e de seus desdobramentos na literatura pertinente ao Serviço Social.

A partir desse marco histórico e com essas características, observa-se a ocorrência de 04 Seminários e 07 Congressos Nacionais, cujos documentos, publicados ou não, foram definidos como fonte de nossa pesquisa. Os Eventos, por ordem de realização, são os seguintes:

- 01) 1970 - II Seminário de Teorização do Serviço Social
- 02) 1970 - Encontros sobre Funções
- 03) 1974 - I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - I CBAS.
- 04) 1974 - Seminário de Bonclima
- 05) 1976 - II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - II CBAS.
- 06) 1978 - II Seminário de Teorização do Serviço Social
- 07) 1979 - III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - III CBAS.
- 08) 1982 - IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - IV CBAS.

- 09) 1984 - IV Seminário de Teorização do Serviço Social
- 10) 1985 - V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - V CBAS.
- 11) 1989 - VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - VI CBAS.
- 12) 1992 - VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - VII CBAS.

Observa-se nesta listagem a inclusão dos Encontros sobre Funções ocorridos em 1970. Embora não se configurem como eventos de âmbito nacional, no conjunto foram representativos por congregarem profissionais de todas as regiões do país. Além disso, foram realizados com o objetivo particular de dar continuidade ao Seminário de Teresópolis, permitindo-nos seu entendimento como extensão do mesmo o que justifica sua inclusão como fonte da pesquisa.

Acrescentamos posteriormente o I Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado na cidade mineira de Araxá no ano de 1967 e, como sua continuidade, os Sete Encontros Regionais ocorridos em 1968, com a finalidade de complementar e avaliar o Documento de Araxá - produto do I Seminário de Teorização.

Tal decisão deve-se a duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, por ter sido ele o primeiro Seminário, caracterizou-se como iniciativa inaugural no estudo de temáticas postas pela sociedade à profissão naquele momento histórico, sendo que os demais lhe deram continuidade. Em segundo, porque, ainda que tenha ocorrido em 1967, sua repercussão adentra a década de setenta, transformando-o em um marco da profissão e, o material dele decorrente, na expressão da fase inicial do Movimento de Reconceituação no Brasil. Assim sendo, cronologicamente falando, nossa pesquisa abrange o período que vai do último terço da década de 60 aos dias atuais - 1992.

Tendo a fonte sido demarcada, procedemos à localização da referida documentação. Não obstante as dificuldades surgidas, principalmente com relação àqueles documentos não publicados, foi-nos possível o acesso ao

material de todos os Seminários e Congressos, com exceção do referente ao IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

O IV CBAS foi realizado no Rio de Janeiro no período de 11 a 15 de outubro de 1982, focalizando como tema central "O Assistente Social na Realidade Brasileira". Não tendo sido publicado, direcionamo-nos para a localização do material oriundo desse Congresso por outras vias.

Inicialmente verificamos os acervos das Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aonde não foi encontrado. Por intermédio de profissionais das duas localidades, que participaram do conclave, fomos informados de que a distribuição do material não foi realizada na oportunidade, sob a justificativa de que seria enviado posteriormente o que, até essa data, não se efetivou.

Ainda não satisfeitos, no mês de julho/92, estabelecemos contato com o Conselho Regional de Assistentes Sociais - Delegacia Seccional de Londrina e, por via telefônica, com a sede do Conselho Federal de Assistentes Sociais em Brasília. Nesse momento obtivemos a ratificação da informação acima e tomamos conhecimento da inexistência do referido material nestes locais.

Empreendidos esses esforços, acrescidos ainda de consultas a membros do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, concluimos pela impossibilidade de acesso ao(s) documento(s) e, decorrentemente, pela necessidade de excluir o IV CBAS de nossa pesquisa.

No caso do VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (VII CBAS), o acesso a todo o material foi também impossível. Por ter sido realizado recentemente (de 25 a 28 de Maio de 1992) e não ter sido alvo de publicação, só travamos conhecimento com o Caderno de Teses e com os Relatórios de Painéis Temáticos, os quais configuram-se, portanto, como nossa fonte para esse Evento.

Quanto às Teses ou Trabalhos individuais encaminhados para esse e para os demais Congressos, cabe ressaltar que, em alguns documentos, a inclusão não foi efetuada pelos organizadores. Isso, aliado ao fato de retratarem posturas particulares, e na maioria das vezes com o caráter de Relatos de Experiência, nos levaram a não considerá-los como fonte principal. Assim, por figurarem como subsídios para tratamento coletivo posterior, eles foram desconsiderados no momento de uma análise mais apurada (a não ser que isso tenha se tornado imprescindível para a compreensão e complementação do Documento Final referente a cada Evento).

De posse da documentação, passamos ao que Angelo Salvador denomina de Investigação das soluções, ou seja, "o momento de estudar em profundidade os dados, informações e afirmações [que] tal documentação está a oferecer". (SALVADOR, 1977:92)

Em se tratando de Pesquisa Bibliográfica, a investigação das soluções é realizada basicamente mediante processos de leitura, que se diferenciam em função da finalidade com a qual a leitura é empreendida.

Segundo Salvador (1977), a Leitura Significativa, do tipo Informativa, é empregada para buscar respostas/soluções para questões formuladas previamente pelo pesquisador e, assim sendo, é a que mais se adequa a nossa finalidade com esse estudo.

Para efetuar cientificamente uma Leitura Informativa, é necessário observar algumas fases, quais sejam: 1) Leitura de Reconhecimento ou Prévia; 2) Leitura Exploratória ou Pré-Leitura; 3) Leitura Seletiva; 4) Leitura Reflexiva ou Crítica; e 5) Leitura Interpretativa.

Para nossa pesquisa, na medida em que as fontes foram selecionadas previamente com base nos critérios já mencionados, não seguimos rigorosamente as fases propostas. Isto é, embora tenhamos realizado as leituras vinculadas às três primeiras, não efetuamos a exclusão dos Documentos, que é, em

última instância, a finalidade principal de tais fases.

Na Leitura Reflexiva estudamos criticamente a documentação, com a atenção voltada para o texto em si, não colocando, ainda, de forma objetiva, nossos propósitos enquanto pesquisador. Seguimos, desta forma, a proposta de Salvador, que considera tal fase como o momento de compreensão do texto, atendo-se exclusivamente às afirmações, aos objetivos e aos pontos de vista do autor, com a finalidade de elaborar uma síntese, mental ou escrita, que condense todos os dados levantados em torno de uma ou várias idéias.

A Leitura Interpretativa consiste na busca de relacionar os dados contidos no texto com as questões para as quais o pesquisador procura soluções. O foco são os propósitos do pesquisador e, nesse sentido, interpretar o texto significa atinar com a utilidade ou não do material como subsídio para a busca que se empreende.

Nas palavras de Salvador, "é um ato de associação de idéias, de transferência de situações, de comparação de propósitos, pelo qual o pesquisador procura aplicar ou transferir as soluções da situação do autor para a própria situação, selecionando somente o que é útil e pertinente como resposta de seus problemas." (SALVADOR, 1977:106)

Seqüenciando, Salvador aponta ainda a Leitura Explicativa, cuja análise decorrente, de preferência de caráter dedutivo, se direciona para as respostas dadas pelos documentos e suas justificações.

Essas duas últimas fases foram por nós efetuadas com o auxílio da análise de conteúdo.

Segundo Franco (1986), como técnica de pesquisa, a análise de conteúdo é empregada para a investigação do sentido e das idéias presentes em uma mensagem que, por seu turno, pode se caracterizar como espontânea (mensagem de livros, textos, artigos, jornais, etc.) ou provocada (mensagens oriundas da

aplicação de entrevistas ou questionários). Pode ser, portanto, utilizada tanto na análise de produtos oriundos de pesquisas de campo, como em pesquisa bibliográfica, que é o nosso caso.

Tendo por base sua colocação nas últimas décadas como instrumento válido também para investigações que se distanciam do modelo de ciência articulado a pressupostos da matriz positivista, o que unifica a análise de conteúdo é seu assentamento em uma concepção dinâmica da linguagem. Nesta concepção, a linguagem é entendida "como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo que se estabelece entre linguagem - pensamento e ação". (FRANCO, 1986:08)

Metodologicamente, a análise de conteúdo se processa mediante o estabelecimento de uma malha categorial que representa as instâncias através das quais se torna possível uma aproximação ao real. Trata-se do exame e da análise do material a partir de certas categorias de conteúdo, ⁰⁰¹ fixadas pelo pesquisador tendo em vista a busca de respostas para sua questão indagadora - o objeto de estudo.

Na literatura pertinente sobre o assunto, essas "instâncias" recebem diferentes denominações. Optamos por nomeá-las sob os termos Categorias, Sub-Categorias e Indicadores.

Em nossa pesquisa a Categoria é o próprio Instrumental Técnico no Serviço Social, visto por quatro enfoques (Sub-Categorias), a saber: modo de aparecer, modo de conceber, modo de utilização e valor atribuído.

(001) Segundo Bardin, a "categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos". (BARDIN, 1977:117)

Para cada uma dessas Sub-Categorias foram criados Indicadores, ou seja, desdobramentos das Sub-Categorias que permitem e revelam as formas pelas quais torna-se possível uma aproximação a elas que, por sua vez, assumem o mesmo perfil em relação à categoria-chave.

Por modo de aparecer estamos considerando, primordialmente, a presença de abordagens, menções ou alusões ao Instrumental Técnico. Constitui-se, portanto, na Sub-Categoria destinada à apreensão da presença da questão no âmbito dos documentos pesquisados. Tem como indicadores: a presença nos temas como foco central ou parte integrante; a existência de trabalhos, partes deles ou Relatórios específicos no Documento Final; as teses ou trabalhos sobre o tema encaminhados para os eventos; as menções, alusões ou discussões expressas no corpo dos documentos, de forma particular ou ao nível do tratamento de outros temas.

A Sub-Categoria modo de conceber encerra uma dimensão histórico-conceitual e volta-se para a captura das concepções, dos entendimentos e das definições sobre Instrumental Técnico, revelados nos Documentos. São alguns de seus indicadores: definições, conceitos e entendimentos explícitos; elementos que permitem a percepção do entendimento quando implícito; denominações empregadas para Instrumental Técnico; características atribuídas; postura quanto à adoção e/ou elaboração do Instrumental Técnico no âmbito do Serviço Social.

A terceira Sub-Categoria, modo de utilização, direciona-se basicamente ao exame das formas ou das circunstâncias para as quais os Documentos indicam a utilização do Instrumental Técnico. Elegemos como Indicadores para essa Sub-Categoria a finalidade expressa para o Instrumental Técnico; seu direcionamento para o conhecimento ou para a intervenção no real; a enumeração dos instrumentos, com ou sem indicação explícita, quanto ao tipo de situação a ser aplicado.

E, finalmente, definiu-se a Sub-Categoria valor atribuído, que

expressa o valor e a importância imputados ao Instrumental Técnico. São seus indicadores, além de alguns incluídos nas Sub-Categorias anteriores, a importância atribuída de forma explícita; a perspectiva orientadora; a relação estabelecida com a dimensão interventiva do Serviço Social; as críticas dirigidas ao Instrumental Técnico.

Apoiados nessa malha categorial que nos deu a direção necessária, foi possível alcançar o que Salvador considera a "etapa final do processo criador de idéias", ou seja, a produção de uma síntese teórica decorrente e simbolizadora de todo o processo de reflexão e análise que, como tal, integra "ordenada, coordenada e subordinadamente todas as soluções encontradas" (SALVADOR, 1977:118), em outras palavras, que formaliza as respostas obtidas no tocante ao processo de pesquisa.

As respostas, isto é, nossa Síntese Integradora é, pois, fruto de reflexões, de análises, de indagações e de explorações formalizadas, de modo particular no produto de nossa pesquisa acerca dos Documentos, e de modo amplo, na Dissertação como um todo.

Nessa medida, essa Dissertação se propõe a apresentar o tema sob três momentos ou capítulos.

No primeiro Capítulo, "A Técnica: Uma Abordagem Histórico Conceitual", traçamos um panorama da técnica em sua evolução histórica. Vendo-a em um sentido genérico, mostramos os diversos entendimentos que nos foi possível encontrar acerca do termo e procuramos empreender uma discussão sobre questões neles diretamente imbricadas.

No segundo Capítulo, "O Serviço Social e seu Instrumental Técnico: Dos Primórdios ao Movimento de Reconceitualização", nos propomos a demarcar, na trajetória histórica da profissão, o entendimento existente sobre Instrumental Técnico e o tratamento a ele dispensado. Para tal, também se fizeram necessárias pequenas incursões em textos que, de forma mais significa-

tiva, orientaram e influenciaram os Assistentes Sociais em cada momento específico.

O terceiro Capítulo, "A Relação do Serviço Social com seu Instrumental Técnico a partir da década de 70", foi destinado à pesquisa desenvolvida que, respondendo ao objeto de estudo, procura examinar a categoria Instrumental Técnico no contexto histórico posterior à eclosão do Movimento de Reconceituação. Com essa intenção, apresentamos uma síntese de cada Documento pesquisado e, posteriormente, um tratamento globalizado dos dados obtidos no processo de investigação.

Concluindo, delimitamos nossas "Considerações Finais", imediatamente seguidas da relação dos documentos, livros e textos consultados durante a elaboração da Dissertação - a "Bibliografia".

Ao tornar público esse Estudo, é necessário esclarecer que não se constitui em um tratado conclusivo ou definitivo sobre o Instrumental Técnico no Serviço Social. Não temos dúvida de que a questão carece de uma continuidade de investigação, senão por outras razões, pela importância indiscutível que assume em uma profissão eminentemente interventiva, como é o Serviço Social.

É realmente nessa perspectiva que gostaríamos que fosse visualizado, ou seja, como um manancial de elementos que podem e devem ser aprofundados em investigações subsequentes.

CAPÍTULO I

A TÉCNICA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO — CONCEITUAL

1. DISCUTINDO ALGUMAS QUESTÕES QUE O TERMO SUSCITA

O Instrumental Técnico não é assunto de farta literatura. Ao contrário, seu tratamento é escasso tanto na literatura produzida pelo Serviço Social como naquela concernente a outras disciplinas profissionais.

Na verdade, sua explicitação é notadamente efetuada sob o termo - Técnica, sobre o qual a literatura pertinente, não obstante sua escassez, oferece-nos algumas acepções e entendimentos. Assim, com base nos significados oriundos do termo, pode-se encontrar diferentes classificações de Técnica.

Abbagnano expressa que o sentido geral de Técnica, ou seja "[...] todo conjunto de regras para dirigir eficazmente uma atividade qualquer" [tradução nossa] (ABBAGNANO, 1963:1117/1118),⁰⁰² permite-lhe um campo tão extenso como o de todas as atividades humanas não havendo, sob esse prisma, diferença entre técnica, arte, ciência ou qualquer procedimento capaz de causar um efeito determinado.

Com esse sentido amplo, inclui-se no rol das Técnicas procedimentos disparez que, segundo Abbagnano (1963), podem dividir-se, a grosso modo, em dois diferentes campos: Campo das Técnicas Mágicas e Religiosas e Campo das Técnicas Racionais.

As Técnicas Mágicas e Religiosas, também designadas sob o nome genérico de ritos, são um dos elementos básicos de toda religião e dependentes do respectivo sistema de crenças. Sendo dependentes dele, não podem modificá-lo

(002) Embora seja de nosso conhecimento a existência de publicação da referida obra em língua portuguesa, optamos por recorrer à fonte original, em língua espanhola.

e se apresentam também como imutáveis.

As Técnicas Racionais são relativamente independentes dos sistemas de Crenças particulares, podendo conduzir à modificações nos mesmos. Apresentam-se como auto-corrigíveis e classificam-se em Técnicas Simbólicas (cognitivas e estéticas), Técnicas de Comportamento e Técnicas de Produção.

As Técnicas Simbólicas são as que dizem respeito à Ciência e às Belas Artes e sua designação de "simbólica" é justificada por se constituírem essencialmente no uso de signos. Sem exclusão mútua, comportam as Técnicas de Explicação, as Técnicas de Previsão e as Técnicas de Comunicação.

As Técnicas de Comportamento (morais, políticos, econômicos) são aquelas relativas ao comportamento do homem em referência aos outros homens. Cobrindo um campo muito vasto e de zonas dispareas, referem-se às que "[...] vão desde as técnicas eróticas à de propaganda, das econômicas às morais, das jurídicas às educativas, etc." [tradução nossa]. (ABBAGNANO, 1963:1118)

Concernentes ao comportamento do homem em sua relação com a natureza e dirigidas para a produção de bens, as Técnicas de Produção estão intimamente conectadas ao progresso tecnológico indispensável à sobrevivência e bem-estar de qualquer grupo humano.

Essa classificação de Abbagnano parece sintetizar, guardando as devidas particularidades, o pensamento de outros autores a respeito das diversas acepções do termo.

Há consenso de que a palavra "Técnica" é empregada para designar procedimentos, processos e tarefas humanos dos mais diversos.

Aplica-se o termo indiscriminadamente referindo-se a procedimentos, instrumentos e estilos ligados tanto ao campo da Arte e da Literatura, como ao da produção industrial e agrícola, ao da comercialização de produtos, ao do ensino, enfim, a todos os campos da atividade humana.

Nesse sentido, a mesma palavra é utilizada em nosso vocabulário para expressar ações ou procedimentos diferenciados como Técnica do Violino, Técnicas de Marketing, Técnicas de Mecanização Agrícola, Técnica Cirúrgica, Técnica de Construção e outras. Essa amplitude e generalização obstaculizam, portanto, a possibilidade de um entendimento único a respeito.

Tal situação também se aplica à história do termo. Em sua trajetória histórica, a Técnica foi tendo seu significado alterado certamente porque, como tudo, está visceralmente vinculada à história sempre dinâmica da humanidade.

O vocábulo "Técnica" é originário do grego *Téchne* que, por sua vez, é oriundo da raiz sânscrita *Tvaksh* (fazer, aparelhar). A *Téchne* grega, freqüentemente traduzida para o latim por *ARS* - "arte", era usada para designar a habilidade, a arte ou a maneira de fazer algo - procedimento, geralmente ligado à transformação de uma realidade natural em "artificial", por intermédio da ação do homem.

Muitas vezes desligada da idéia de fabricação material, a *Téchne* grega refere-se a toda "[...] realização de coisas sensorialmente perceptíveis ao serviço de uma necessidade ou idéia; denota, por conseguinte, a habilidade ou destreza tanto para o necessário (produzir coisas) quanto para o belo (tornar visível uma idéia)". (BRUGGER, 1977:400)

Reforçando esse entendimento, Castoriadis (1987) coloca que já em Homero, a *Téchne* deixa de restringir-se à "fabricação material" para aludir à produção ou fazer eficaz. Essa produção não é necessariamente vinculada a um produto material, mas seria sempre referida à idéia de eficácia e de adequação.

Segundo o mesmo autor, a partir de Heródoto, de Píndaro e dos trágicos, a *Téchne* assume o sentido de habilidade em geral, ou seja, a habilidade apropriada e eficaz.

Vendo-a nesse sentido largo, isto é, "como emprego de instrumentos e de procedimentos específicos para a melhor e mais eficiente execução de uma obra ou tarefa humana" (VITA, 1963:xvii), a Técnica é identificada como algo próprio do homem e que nasce com ele, acompanhando, assim, sua trajetória histórica.

A relação com a própria história do homem permite que Ortega y Gasset aponte três estágios em sua evolução histórica: a Técnica do Acaso, a Técnica do Artesão e a Técnica do Técnico. Vejamos o que ele coloca.

A Técnica do Acaso é própria do homem pré e proto-histórico, cujo repertório de Atos Técnicos é ainda escasso e acessível a todos os membros da comunidade. A produção de algo que gera um resultado novo e útil dá-se por puro acaso, obedecendo à lei das probabilidades. Não é visto pelo homem primitivo como distinto do produzido pelo conjunto de atos naturais que, nesta fase, é incomparavelmente maior que o conjunto de atos técnicos.

O homem primitivo não se sente como o *homo faber*, não reconhece a si mesmo como inventor de seus inventos e não percebe que entre suas capacidades existe uma - a capacidade técnica - que lhe permite impor à natureza uma reforma que satisfaça seus desejos.

Por não percebê-la, o fato novo apresenta-se aos olhos desse homem como um fato natural, como andar e nadar. A visão da Técnica, como diferenciada dos atos naturais, só emerge envolta em uma razão ou sentido mágico. Assim, "todas as técnicas primitivas têm originariamente um halo mágico e somente são técnicas para aquele homem pelo que têm de magia." (ORTEGA y GASSET, 1963:77).

O segundo estágio, a Técnica do Artesão, é próprio da velha Grécia, da Roma pré-Imperial e da Idade Média. Ainda não é conhecida sob o termo "Técnica", já que até o século XVIII a palavra utilizada era "arte", advindo daí a denominação de "artesão" aos "homens-técnicos".

Neste estágio, o conjunto dos atos técnicos acusa um enorme crescimento, deixando de ser acessível a todos os homens. Aparecem os artesãos (sapateiros, ferreiros, seleiros) que são concebidos pelos demais, como detentores de um repertório peculiar de atividades, cujo caráter diverge do da gama de atos naturais e do daqueles executados pelos homens em geral.

Já há, então, consciência de que a Técnica não pertence ao rol dos atos naturais, não se confundindo com eles. A Técnica é vista como algo especial, à parte, e exclusivo do homem. Entretanto, não se observa a percepção da Técnica como uma capacidade, enquanto possibilidade de criação e mudanças, ou seja, como uma função genérica e ilimitada. A Técnica é considerada uma destreza, um dote fixo, dado de uma vez por todas a alguns homens: os artesãos.

Desta forma, a Técnica é confundida com a figura dos técnicos ou artesãos. Essa categoria de homens torna-se técnico/artesão após um longo aprendizado de técnicas já elaboradas, transmitidas de forma rígida de geração em geração, por tradição. Ao filiar-se a esta tradição, o artesão reproduz o aprendido, sem a clara consciência da Técnica como produção do novo.

A consciência do invento e o reconhecimento de si mesmo como inventor não existe. As modificações e melhorias introduzidas em "[...] um deslocamento contínuo [...] se apresentam como o caráter não de inovações substantivas, mas, antes, como variações de estilos nas destrezas." (ORTEGA y GASSET, 1963:82).

003

O terceiro, a "Técnica do Técnico", é o estágio atual da evo-

(003) O "momento atual" ao qual o autor se refere é a década de 30, já que a obra em foco se constitui na publicação literal de um curso ministrado por ele em 1933 na Universidade de Verão de Santander. A primeira edição, em espanhol, é de 1939 já com o título "Meditación de la Técnica". A primeira edição em português, a qual estamos utilizando, é de 1963 e dela não fazem parte dois ensaios da obra original. Esses ensaios figuram na obra "O Homem e a Gente" traduzida para o português e publicada pela LIAL em 1960.

lução da Técnica, onde se observa um crescimento fenomenal de atos e resultados técnicos que, assim, superam largamente os supostos naturais.

O homem conseguiu interpor entre ele e a natureza "[...] uma zona de pura criação técnica tão espessa e profunda, que acabou por constituir-se uma sobrenatureza" (ORTEGA y GASSET, 1963:88) à qual está irremediavelmente preso e da qual não pode prescindir.

A expansão vertiginosa da técnica permitiu ao homem uma plena consciência dela como uma capacidade humana distinta daquelas pertencentes ao repertório dos atos naturais ou animais. O homem "vê que a técnica não é um acaso, como no estágio primitivo, nem um certo tipo dado e limitado de homem - o artesão; que a técnica não é esta técnica nem aquela determinada e, portanto fixas, mas precisamente um manancial de atividades humanas, em princípio, ilimitadas" (IBID, 83).

Nessas colocações de Gasset, pode-se vislumbrar aspectos importantes para nossa discussão sobre a Técnica: sua visão como algo próprio e específico do homem e, decorrentemente, associada a sua evolução histórica e à noção de trabalho humano enquanto criação.

De fato, a emergência da Técnica se relaciona com a história do homem quando esse, emancipando-se do circuito natural e imediato dos estímulos e reações comuns aos demais animais, altera sua relação com a natureza.

É nela que o homem atua na busca de satisfação de suas necessidades. Essa capacidade humana de atuar na natureza é partilhada com os outros animais. Entretanto, a atuação do homem é fruto de uma deliberação consciente e não instintiva como a daqueles.

Portanto, embora ambos atuem na natureza para dela retirar a satisfação de suas necessidades, o trabalho é uma atividade exclusiva do homem. Nele está contido aquilo que diferencia a espécie humana das demais, ou seja, a

inteligência e a capacidade de criar na realidade o que necessita e o que foi antes idealizado na mente.

Sobre isso é ilustrativa e já bastante conhecida a seguinte passagem de Marx: " [...] o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador". (MARX, 1982:202)

O homem não se comporta como um repetidor, ao contrário, sendo um inovador e estando sempre pronto a inventar mecanismos, ele deixa de se adaptar à natureza ou de fazer frente a ela por atos puramente reflexos, para adequá-la, através do seu trabalho, aos seus desejos e necessidades. Passa, por intermédio de sua ação e com o auxílio dos instrumentos que cria, a dominar as leis naturais e a subordiná-las aos seus fins.

Em outras palavras, ao entrar em relação com a natureza, o homem não apenas retira dela "in natura" aquilo que satisfará suas necessidades, como também a adapta, transformando-a e moldando-a a seus projetos e interesses. Mais que isso, "[...] ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade" (IBID, 50).

Com essa natureza é que o trabalho cria e recria o mundo e, neste processo, como ser da práxis, o homem transforma a natureza e a si mesmo, fazendo sua história.

Pelo trabalho é que o homem se constitui historicamente como ser social condicionado e condicionante da história. Neste sentido, a história nada mais é que a auto-criação do homem através de seu trabalho. Vale dizer: "o conjunto daquilo que se denomina história do mundo não passa de uma criação do homem pelo trabalho humano e o aparecimento da natureza para o homem; por conseguinte, ele tem a prova evidente e irrefutável de sua auto-criação, de suas

próprias origens" (MARX apud FROMM, 1967:35-36).

O processo de trabalho, segundo Marx, tem como elementos o trabalho em si, o objeto de trabalho e os meios de trabalho. O trabalho em si é a atividade objetivada, adequada aos propósitos; o objeto é o material sobre o qual se realiza ou se aplica o trabalho; e, os meios de trabalho se constituem em tudo aquilo do que o homem se serve para a realização do processo.

Tendo em vista um projeto conscientemente formulado, esses meios de trabalho (instrumentos), figuram como facilitadores no desenvolvimento da atividade produtiva/criativa e como intermediários entre a ação e aquele projeto mental concebido. Desta forma, este projeto só se operacionaliza no real a partir do momento em que o homem seleciona e se utiliza desses meios facilitadores e instrumentalizadores - os meios de trabalho.

Portanto, causalidade e intencionalidade são inerentes ao processo de trabalho, assim como o é a própria natureza humana.

Sob outra linha argumentativa, Gasset (1963) reconhece e reafirma a capacidade ou ímpeto histórico do homem em, através de sua ação, transformar a natureza de acordo com seus propósitos, interesses e necessidades.

Argumenta que, ao não encontrar na natureza aquilo de que necessita, o homem introduz um novo tipo de fazer, que por sua vez impõe a criação de novos instrumentos e procedimentos. Exige-se a introdução de atos inerentes e peculiares ao homem - os Atos Técnicos.

004 O autor utilizará, para denominar o conjunto desses Atos Técnicos, o termo "Técnica". Assim, a Técnica será definida não como aquilo que

(004) Diferentes dos atos naturais comuns também aos animais, os Atos Técnicos são aqueles "[...] que modificam ou reformam a circunstância ou natureza, conseguindo que nela haja o que não há - seja que não existe aqui e agora quando se necessita, seja que em absoluto não existe." (ORTEGA y GASSET, 1963:14).

fazemos para buscar diretamente a satisfação de necessidades, mas a "[...] reforma que o homem impõe à natureza [...] a reação energética contra a natureza ou circunstância que leva a criar entre ela e o homem uma nova natureza posta sobre aquela, uma sobrenatureza" (ORTEGA y GASSET, 1963:14), mais favorável ao viver do homem.

A reforma imposta à natureza, estabelecendo um determinado modo de produzir, não é, porém, um ato individual. Para produzir os bens materiais necessários, os homens estabelecem relações entre si, o que dá à produção e ao próprio homem, uma dimensão social.

O vínculo entre os homens e suas relações mútuas (as relações de produção) são reflexo do modo de produção específico de determinada sociedade. No entanto, não se refere apenas à reprodução física dos indivíduos, mas também ao seu bem-estar e à reprodução de um determinado modo de vida, de uma determinada organização social.

Isto implica dizer que "as relações sociais de produção alteram-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distinto particular [...]" (MARX apud IANAMOTO, 1985:30).

Portanto, trabalhando coletivamente a natureza, o homem se aperfeiçoa e desenvolve as primeiras formas de organização social, ⁰⁰⁵ que na evolução histórica da humanidade, vão sendo modificadas pelas transformações ocorridas no modo de produção. Possibilita, assim, o surgimento de novas formas de Organização Social; novo tipo de relações de produção que não só econô-

(005) Sobre as formas de Organização Social vivenciadas na história da sociedade humana e, mais particularmente, sobre o caráter de controle e dominação social nelas existentes, retornaremos no item 1.2 deste capítulo.

só econômicas, mas também políticas, sociais e culturais.

O mesmo ocorre com relação às Técnicas, isto é, vão se transformando qualitativa e quantitativamente, no decorrer da história, no e pelo processo diferenciado de produção que os homens estabelecem.

Foi em razão disso que Ortega y Gasset pode, na evolução histórica da Técnica, visualizar os três estágios, que apontávamos anteriormente, e é, pela mesma razão, que se pode afirmar a existência de diferentes graus de desenvolvimento e de diferentes formas de entendimento da Técnica.

Nesta medida, ainda na Idade Média, diferentemente da *Téchne* grega, a Técnica passou, pouco a pouco, a ser identificada com a *Ars Mechanica* -
006
arte mecânica, ou ao que hoje denominamos de tecnologia. Entretanto, é realmente com o advento do capitalismo ⁰⁰⁷ que essa identificação se acentua e deixa de ser vista na Técnica aquela dimensão que estava presente na *Téchne* grega: a criação.

No capitalismo, o processo de trabalho assume uma configuração diferenciada. Segundo Braverman (1987), sob as relações capitalistas de produção, esse processo se inicia com um contrato no qual são estabelecidas as regras de compra e venda da Força de Trabalho.

Para que isso fosse possível, com base no mesmo autor, era necessário criar algumas condições básicas, dentre elas a separação do traba-

(006) Entendida como "conjunto de conhecimentos próprios de um ofício mecânico ou arte industrial" [tradução nossa] (R.A.C. - Dicionário de la Lengua Espanola, Madri, 1970 apud Dicionário de Ciencias Sociales II).

(007) A periodização do capitalismo é uma questão em torno da qual a literatura pertinente apresenta divergências. Adotamos aqui o entendimento de que o capitalismo, de fato, atravessa fases distintas, quais sejam: capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista e capitalismo monopolista de Estado. Para fins de nossa discussão, esta divisão assume um caráter apenas indicativo do momento histórico ao qual estamos nos referindo e, neste sentido, estamos considerando o século XVI como o período histórico do surgimento do Capitalismo em sua fase industrial.

lhador dos meios de produção que, agora, são de propriedade do capitalista. De-
tendo esses meios, o capitalista controla o processo de trabalho que passa, sob
essas condições, nas palavras de Braverman, a ser "modelado pela acumulação de
capital".

A divisão do trabalho também assume outro tipo de configuração
sob a lógica do capital.

Braverman (1987) analisa a questão e, com base em Marx, estabele-
ce diferença entre Divisão Social do Trabalho⁰⁰⁸ e Divisão Manufatureira do tra-
balho ou Divisão do Trabalho na Produção.

Quanto à primeira, ela é uma condição inerente ao trabalho humano
e, como tal, é perceptível em todas as sociedades anteriores ao capitalismo.
Trata-se de uma necessária divisão da sociedade em ofícios, ocupações e/ou
especialidades produtivas, mesmo por que, individualmente, o homem não poderia
produzir tudo aquilo de que necessita.

Por outro lado, a Divisão do Trabalho na Produção é uma forma ti-
picamente capitalista. Consiste no parcelamento do trabalho de modo que, cada
um dos trabalhadores se responsabilize por "uma operação parcial de um conjunto
de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o
produto social do trabalhador coletivo" (BOTTOMORE, 1989:112).

Esse segundo tipo, portanto, empreende uma divisão não na socie-
dade, mas no homem, ou seja, despreza sua capacidade e sua potencialidade huma-
na e aliena-o do processo de produção como um todo. Nas palavras de Braverman,
"torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produ-
ção" (BRAVERMAN, 1987:72).

(008) Considerada por Marx como a "totalidade das formas heterogêneas de
trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade" (MARX apud
BOTTOMORE, 1989:112)

Essa divisão do trabalho traz para o capitalista enormes vantagens, dentre elas, a diminuição do número necessário de trabalhadores para a produção, a economia de tempo dispendido nela e o barateamento do preço de compra e venda da força de trabalho.

O mesmo não se pode dizer com relação ao trabalhador. Para ele se impõe, entre outras consequências não menos importantes, o desgaste físico e mental advindo de um trabalho rotineiro e "robotizado".

O advento da máquina, ao final do século XVIII, sem dúvida reforçou esse quadro.

Iniciando com a maquinaria simples e evoluindo para máquinas mais sofisticadas e automáticas, sua introdução no processo de trabalho contribui para que seja retirado com maior rapidez das mãos do trabalhador a posse dos instrumentos, dos meios de trabalho.

De outra parte, por ter sido introduzida como instrumento de propriedade dos que já detinham os meios de produção - os capitalistas - a máquina, que poderia possibilitar um controle crescente dos homens em geral sobre o processo de trabalho, converte-se em fator contribuidor para uma maior e mais eficiente sujeição do trabalhador ao processo organizado, controlado e direcionado para os interesses do capital.

Nesse aspecto é que parece residir uma das mais significativas críticas de Marx à sociedade burguesa, qual seja, a posse e o controle dos instrumentos, das técnicas, enfim, dos meios de trabalho e da produção pelos capitalistas.

Corroborando essa afirmativa, Castoriadis reforça que, embora o termo "Técnica" não seja frequente nas obras de Marx, ele "não questiona verdadeiramente os objetos nem os meios de produção capitalistas, mas a apropriação de uns e de outros, os desvios capitalistas da eficácia, nela mesma irrepren-

sível, da técnica em benefício de uma classe particular" (CASTORIADIS, 1987: 243).

Retomando, ao atuar quase que por si mesma, a máquina reduziu o homem ao papel de seu auxiliar. Ele não participa mais do processo integral de fabricação no que, "strito sensu", se converteu a Técnica neste terceiro estágio apontado por Gasset. Em decorrência, depara-se com a separação entre o técnico e o operário, ou seja, a desvinculação daquilo que estava unido no artesanato: a criação e a execução.

Em outras palavras, o aparecimento da máquina reforçou o processo de alienação do homem em relação à criação, contribuiu para a cristalização da imagem da Técnica como algo mecânico (sem dimensão criativa) e neutro e favoreceu a identificação dela com Tecnologia.

Ao assumir essa conotação, a Técnica tende a ser incluída em uma das acepções do termo expostas por Abbagnano, isto é, as Técnicas de produção, e põe na ordem do dia aquela que seria a grande polêmica em torno da questão a partir do fim do século XIX: Seria o progresso técnico benéfico ou maléfico à humanidade?

A partir daquele século, observou-se um progresso tecnológico ímpar que penetrou a vida humana de forma avassaladora, alterando-a. São milhares de inventos, descobertas e realizações consideradas inacreditáveis até o seu aparecimento. Em poucas décadas passou-se do carro-de-boi ao avião, das armas simples à bomba atômica, dentre outros inventos e avanços significativos.

A rapidez do progresso técnico e das alterações na vida social chocaram, entusiasmaram e assustaram os homens, na mesma proporção em que lhes trouxe a preocupação com o idêntico avanço dos problemas sociais, não só pela quantidade, como pela complexidade que apresentavam.

Frente a essa realidade, estabeleceu-se de imediato uma relação

entre técnica/progresso técnico e os malefícios que assolavam a humanidade, sendo inúmeras as obras inseridas em uma luta anti-técnica.

Utilizando a terminologia de Vita (1963), nessas obras a Técnica é acusada, de forma não excludente, de anti-social, de antiespiritual e de antinatural.

Quanto ao aspecto anti-social, a luta anti-técnica é normalmente referenciada ao advento da máquina e iniciou-se com os porta-vozes dos socialistas utópicos do século XIX. Incluem-se aqui, como representantes, Fourier, Proudhon, F. Zweig e Lewis Mumford. Nesse último, a crítica à máquina e, em decorrência à Técnica, atingiria seu clímax.

No plano espiritual, é atribuída à Técnica a causa direta ou indireta da decadência espiritual do homem. Vita situa aqui, como inaugurador, N. Berdiaev, para quem a "tecnização destrói a beleza da antiga cultura, a individualização, a originalidade [...] A civilização mecano-técnica é fatal à alma" (VITA, 1963:xxx).

Spengler é um bom exemplo desse tipo de crítica e também no que ⁰⁰⁹concerne à Técnica como antinatural. Em sua obra "O Homem e a Técnica" descreve a era moderna, dominada pela Técnica, sob um panorama trágico. Pelo seu ponto de vista, a humanidade estava sendo resumida a uma massa humana e o homem havia se tornado escravo da máquina.

Além disso, pela íntima relação existente entre força industrial, riqueza, poderio político e poder militar, Spengler (1941) observa a dominação crescente das nações tecnicamente evoluídas e industrializadas sobre os países industrialmente pobres. O grau de poder militar, advindo da intensidade da indústria, desenha, segundo ele, não só uma submissão interna com os homens se

(009) Publicado originalmente em alemão em 1931, sob o título "Der Mensch und die Technik".

convertendo em verdadeiras máquinas, mas também uma submissão externa, a saber, nações submetendo-se a outras nações, tornando-se "politicamente impotentes, e os trabalhadores, tanto os dirigentes como os dirigidos, são 'penhores' na política econômica de seus adversários." (SPENGLER, 1941:126).

Ainda como decorrência trágica do progresso técnico, ele cita a devastação da natureza, mediante o desaparecimento das selvas, a extinção da fauna e da flora e as alterações no clima que ameaçarão a agricultura e a sobrevivência das populações. Sintetizando, Spengler chama a atenção para a formação de um mundo artificial, criado pela Técnica, que está impregnando, envenenando e destruindo o mundo natural, sem o qual o homem não tem chance de sobreviver. Estabelece, assim, uma previsão catastrófica para o futuro da humanidade.

Incluindo junto desses autores nomes como Albert Camus e D. Rops, Abbagnano afirma que, conforme o diagnóstico traçado por pensadores dessa linha de raciocínio, o mundo dominado pelas máquinas é "[...] um mundo sem alma, nivelador, mortificante, um mundo no qual a quantidade tem tomado o lugar da qualidade, e no qual o culto dos valores do espírito tem sido substituído pelo culto de valores instrumentais e utilitários" [tradução nossa] (ABBAGNANO, 1963:1119).

No interior desta postura, a solução para evitar o fim trágico que se desenhava para a humanidade não foi unívoca. Entrementes, a tendência majoritária, na qual estão contidos vários movimentos, foi o apregoamento da destruição da Técnica em favor de um retorno utópico ao passado.

Tratando do assunto, Laloup e Nellis (1966) situam nessa tendência a reação das velhas corporações em função das ameaças aos seus privilégios; a reação dos quebra-máquinas da Inglaterra em meados do século XIX; a inclinação dos românticos em defender a volta à natureza e diversos outros movimentos que, com ou sem crítica explícita à Técnica e à mecanização, professaram um

retorno às estruturas, às organizações e aos modos de vida já ultrapassados pelo avanço tecnológico ou, pelo menos, à busca de uma vida mais sadia e natural, o mais longe possível da "sociedade tecnificada".

Longe de visualizar essa tendência como negativa, os que reagiram contrariamente à Técnica consideraram os movimentos nela incluídos como tentativas louváveis de proteger a psicologia humana contra os malefícios da Técnica e de tentar despertar no homem a necessidade de se voltar para a natureza, para si mesmo, para os valores humanos fundamentais, enfim, para sua alma e seu espírito.

Seguindo esse tipo de argumentação, até o final da Segunda Guerra Mundial, as críticas à Técnica se ampliaram, tornando o que se denominou "problema da Técnica" no tema preferido da literatura existente sobre Técnica.

No contra-ponto, proliferaram também reflexões exaltando a Técnica e o progresso técnico.

Segundo Abbagnano, Francis Bacon foi o primeiro, dentre os filósofos, a reconhecer, no começo do século XVII, que "[...] a totalidade da ciência atua em vista do bem-estar do homem e se dirige a produzir, em última análise, inventos que tornem mais fácil a vida do homem na terra." [tradução nossa] (ABBAGNANO, 1963:118).

Os que, de uma forma ou de outra, compartilharam do entusiasmo de Bacon pela Técnica no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, defendem que a mesma tem um poder indiscutivelmente benéfico.

Laloup e Nellis (1965) exaltam esse poder, enumerando como influência benéfica da Técnica, dentre outras, a diminuição da jornada de trabalho (conforme a profissão, de 16 ou 12 para 8 ou 6 horas diárias em pouco mais de um século); o aumento da produção (tanto em volume quanto em produtividade); a melhoria do nível comum de vida material através do aumento do poder

de consumo, do salário real e da renda real; o domínio do homem sobre a natureza pelo homem que lhe tem permitido, além de se proteger das intempéries, libertar-se de tarefas ou contatos perigosos e nocivos com a matéria; a criação de melhores condições de satisfação das necessidades elementares (alimentação, transporte, e outras) e uma significativa contribuição na luta pela vida, mediante os "milagres" da medicina, da farmacologia e da tecnologia.

Enfim, os defensores da Técnica têm, como argumento principal, o fato de que o desenvolvimento técnico, além de indispensável para a sobrevivência de qualquer grupo humano, é fundamental para possibilitar ao homem um nível cada vez mais elevado de bem-estar individual e coletivo.

Não obstante a exaltação do poder benéfico, eles reconhecem a existência de conseqüências indesejáveis do desenvolvimento da técnica produtiva sobre a vida individual e coletiva do homem.

Concordando com isso e defendendo um caráter bivalente da Técnica, Laloup e Nellis (1965) chamam a atenção para alguns malefícios do progresso técnico. São eles: a quase destruição da família em função da inserção de seus membros em atividades que obstaculizam o convívio familiar; a degradação da natureza; o crescimento exorbitante e desordenado das cidades e seus efeitos no bem-estar do homem; as enfermidades físicas ou psicológicas, oriundas do convívio com a máquina e com o ritmo acelerado da era moderna e, principalmente, a automação e alienação do homem em função do trabalho parcelado, mecânico, rotineiro e desligado da criação.

Contudo, os compartilhadores do entusiasmo pela Técnica argumentam que os efeitos adversos não se originam da própria essência da Técnica e sim de "[...] um problema efetivo que é a acomodação do homem ao novo ambiente natural e humano produzido pela técnica." [tradução nossa] (ABBAGNANO, 1963:1119) e pela sua defeituosa inserção no domínio global da vida.

Em outras palavras, a Técnica não é, em essência, maléfica à hu-

manidade. A questão crucial é a subordinação de todas as esferas da vida a ela, o que concorre para a escravidão do homem pela máquina e para a desorganização social.

Para os que apóiam essa posição, a solução para o "problema da Técnica" não está no retorno a um estágio anterior de desenvolvimento da humanidade, aliás impossível. Ao contrário, está no avanço cada vez maior do progresso técnico que supere as desvantagens iniciais, pois afinal não é através dela que o homem poderia atingir mais facilmente seu bem-estar? Não é graças a ela que o homem, livre das tarefas rotineiras e alienantes, poderia voltar a si mesmo, aos seus valores humanistas e à vida em sociedade? Em suma, não seria ela a grande responsável ou, ao menos, o elemento favorecedor da felicidade futura do homem?

Traduzindo um equilíbrio entre os dois pólos, também estão presentes na literatura sobre o assunto autores que defendem o caráter bivalente da Técnica. Entre eles Laloup e Nellis, já citados, e o próprio Ortega y Gasset.

010

Entendendo o objeto técnico como uma realização do homem e como a cristalização de sua inteligência prática, eles admitem que a Técnica e o objeto técnico suscitam julgamentos de valor e, desta forma, dependendo da posição assumida, a eles se atribui um valor moral bom ou mau.

Na verdade, argumentam, a Técnica e o objeto técnico seriam bivalentes: bons e maus a um só tempo. Ainda que esse caráter possa, como de fato ocorreu, dar origem à atribuição de um valor neutro à Técnica, a bivalência é colocada em direta relação com sua utilização pelo homem. Assim, cada técnica é boa em si, mas seus efeitos são bivalentes, dependendo do uso benéfico ou maléfico que o homem faz dela.

(010) Normalmente tratado no sentido tecnológico englobando utensílio, máquinas, autômato, etc.

Em corroboração a esse entendimento, Vita cita Abbagnano quando este coloca que "a técnica é indispensável ao homem, mas não concernente propriamente ao homem. Todo objetivo humano, de paz ou de guerra, exige instrumentos e máquinas; mas instrumentos e máquinas nada valem sem homens que saibam utilizá-los. E a natureza desses homens não é problema de técnica científica." (ABBAGNANO apud VITA, 1963:xxxvi).

A discussão sobre o "problema da Técnica" perdurou por várias décadas, sendo possível, ainda nas décadas de quarenta e cinquenta deste século, encontrar-se publicações em defesa de uma ou outra posição referenciadas, como já observamos, pelo " [...] enorme impacto da tecnologia contemporânea sobre o homem concreto (produtor e consumidor), sobre a natureza (efeitos ecológicos alarmantes), sobre a sociedade e sua organização (ideologia tecnocrática, pesadelo ou sonho paradisíaco de uma sociedade cibernetizada) [...]" (CASTORIADIS, 1987:236).

A inconciliável polêmica tinha, em último plano, dois alicerces: o entendimento da Técnica vinculado à questão da tecnologia, maquinismo e progresso tecnológico (evidente principalmente no campo industrial) e a sua visão como mola propulsora da sociedade, isto é, como motor da história.

011

Nem mesmo os "marxistas" ficaram imunes a essa representação da Técnica como motor da história. A gênese, nos parece, está alicerçada na interpretação efetuada a partir da obra marxiana, principalmente no tocante à "Forças Produtivas" e "Conjunto das Relações Sociais".

Ao analisar criticamente o livro de N. Bukharin - "A Teoria do Materialismo Histórico - Manual Popular de Sociologia Marxista", publicado originalmente em russo no ano de 1921, Gramsci (1986) fornece indicativos impor-

(011) Aqui considerados de modo geral, isto é, os diversos intérpretes e de diversas correntes do legado de Marx, ao qual nos referimos como obra marxiana.

tantes sobre essa questão.

Argumenta que Bukharin comete nesse livro o equívoco de afirmar que é o desenvolvimento dos instrumentos científicos que determina o progresso da ciência. Essa afirmativa tem seu fundamento e conecta-se à idéia de Achile Loria⁰¹² que teria sido o primeiro a substituir os termos "forças materiais de produção" e "conjunto das relações sociais" pelo termo "instrumental técnico".

Deturpando as colocações de Marx, manifestas no Prefácio de "O Capital", Loria teria assim se expressado: "A um determinado estágio do instrumento produtivo corresponde, e sobre ele se erige, um determinado sistema de produção e, portanto, de relações econômicas, que posteriormente origina todo o modo de ser da sociedade. Mas a evolução incessante dos métodos produtivos gera, cedo ou tarde, uma metamorfose radical do instrumento técnico, a qual torna intolerável aquele sistema de produção e de economia, que se fundava sobre o estágio anterior da Técnica. Então, a forma econômica envelhecida é destruída mediante uma revolução social, sendo substituída por uma forma econômica superior, correspondente à nova fase do instrumento produtivo." (LORIA apud GRAMSCI, 1986:184).

No intuito de se contrapor à tal interpretação, Gramsci se utiliza de críticas já empreendidas por Benedetto Croce a Loria.

Com base em Croce, Gramsci afirma que Marx, em algumas passagens de "O Capital", enfatiza a importância das invenções técnicas, porém, em nenhum momento ou escrito, transforma a Técnica em "causa única e suprema do desenvolvimento econômico" (GRAMSCI, 1986:184), mesmo porque, segundo Croce, determinar a causa última da vida econômica nunca foi uma questão que preocupou Marx.

(012) Em "La Terra e il Sistema Sociale" Verona, Drucker, 1892. As colocações de Gramsci estão pautadas em um Ensaio de Benedetto Croce sobre Loria. Esse ensaio intitula-se "Materialismo Storico ed Economia Marxista", cuja referência completa não consta do texto gramsciano por nós consultado.

Ademais, Gramsci ressalta que os instrumentos do progresso científico não podem ser reduzidos ao seu aspecto material, de maquinaria: "Os principais 'instrumentos' do progresso científico são de natureza intelectual (bem como política), metodológica; e Engels, com justeza, escreveu que os instrumentos intelectuais não nasceram do nada, não são inatos no homem, mas são adquiridos e se desenvolveram e desenvolvem historicamente" (GRAMSCI, 1986:182).

As interpretações equivocadas da obra marxiana não se restringem àquelas efetuadas por Achille Loria, Nicolau Bukharin e Benedetto Croce, às quais Gramsci se contrapõe na obra citada. Em torno das idéias de Marx, sabe-se que existem equívocos, reduções e mesmo invasões positivistas que dão origem a diferentes posicionamentos no interior do marxismo.

Consuelo Quiroga, em "Uma Invasão às Ocultas: Reduções Positivistas no Marxismo e Suas Manifestações no Ensino da Metodologia no Serviço Social", trata essas invasões e reduções com suficiência e aponta, mediante uma incursão no marxismo de Plekhânov e Bernstein, uma que particularmente nos interessa: a distorção em ver a supervalorização da infra-estrutura material em Marx.

Provando ser fruto de invasões do positivismo no marxismo, Quiroga (1989) apresenta essa distorção como sendo parte de uma compreensão estreita e equivocada do pensamento de Marx: o Determinismo Econômico.

Bottomore (1988) afirma que a visão determinista vê uma correspondência entre forças produtivas e relações de produção e, secundariamente, como consequência, uma correspondência entre relações de produção e as relações jurídicas, ideológicas e outras relações sociais. Nessa correspondência "[...] há um primado das forças produtivas; as relações de produção são determinadas pelas forças produtivas e, por sua vez, determinam a superestrutura" (BOTTOMORE, 1988:158), concebendo assim, as forças produtivas como motor da história.

Identificada com a idéia de forças produtivas, passa a ser atribuído à Técnica o poder de atuar como mola propulsora da sociedade. Em outras palavras, o movimento histórico seria determinado pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas/Técnica, razão pela qual o interesse por ela domina as reflexões filosóficas/sociológicas a partir do século XIX, e o avanço tecnológico é supervalorizado positiva ou negativamente.

O determinismo econômico foi motivo de considerável crítica na segunda metade deste século. Retornando à Marx como fonte original, argumenta-se contra o pressuposto básico desta linha de interpretação: a correspondência entre forças produtivas e relações de produção.

Para os críticos, a conexão entre forças produtivas e relações de produção, de troca e de distribuição dos bens materiais, está longe de ser de correspondência. Ao contrário, acusam a presença da idéia de uma contradição entre elas em todas as obras econômicas da maturidade de Marx.

Na verdade, é a contradição existente entre forças produtivas e relações de produção que tem o poder de atuar como motor da história. Estabelecido o conflito entre elas, as relações de produção tornam-se obstáculos às forças produtivas, iniciando-se uma revolução social que destrói as velhas relações de produção, substituindo-as por novas que, por sua vez, impulsionam ainda mais o avanço das forças produtivas.

De modo geral é, então, essa contradição que "[...] explica a existência da história como uma sucessão de modos de produção, já que leva ao colapso necessário de um modo de produção e a sua substituição por outro." (BOTTOMORE, 1988:157).

Nesta perspectiva, embora não se possa concordar com o papel da Técnica como motor da história e como fator causal exclusivo das transformações sociais, também não podemos negar sua importância significativa no movimento social.

Se entendermos que em cada época determinada a sociedade humana tem uma certa maneira de produzir (um certo avanço técnico) e uma certa maneira de se organizar para a produção e distribuição dos bens, ou seja, tem um determinado modo de produção, a nenhum fato técnico em especial, por si só, se pode atribuir o poder de fazer girar a roda da história ou conceber a Técnica como separada do conjunto econômico e social.

A Técnica e seu estágio de desenvolvimento estão inteiramente articulados com a organização da sociedade ou, nas palavras de Castoriadis, "[...] toda sociedade cria seu mundo, interno e externo, e dessa criação a Técnica não é instrumento nem causa, mas dimensão ou, para utilizar uma metáfora topológica melhor, parte densa em toda a sua extensão, uma vez que está presente em todos os lugares em que a sociedade constitui o que é, quanto a ela, real racional." (CASTORIADIS, 1987:250).

2. AS NECESSIDADES HUMANAS E A TÉCNICA

Como fator determinante da evolução histórica da Técnica temos, entre outros igualmente importantes, o das Necessidades Humanas.

Como vimos, Ortega y Gasset afirma que a necessidade de viver é para o homem a necessidade originária, da qual todas as demais são consequência. Assim, desde os primórdios, o empenho por viver é tão grande "[...] que quando o homem não pode satisfazer as necessidades inerentes a sua vida, por que a natureza ao derredor não lhe propicia os meios inexcusáveis, o homem não se resigna [...] (ORTEGA y GASSET, 1963:10), passa a engendrar meios para sobrecriar na natureza o que é necessário para sua sobrevivência.

Entretanto, as necessidades humanas não se confinam às do gênero biológico ou orgânico - elementares. O autor alega que o homem nunca se ateu à busca de satisfação dessas necessidades vinculadas estreita e diretamente ao viver/sobreviver. Ao contrário, buscou sobretudo também a satisfação de um outro gênero de necessidades: aquelas ligadas ao "estar bem no mundo", ao "bem-estar".

O viver, como empenho maior do homem, não se identifica com o "simples estar no mundo". Associa-se inseparavelmente ao "estar bem no mundo", para onde os esforços humanos são dirigidos. Desta forma, não é o "estar" que se configura para o homem como a necessidade das necessidades. Para ele o fundamental é o "bem estar".

Em outras palavras, apenas será percebido pelo homem, enquanto necessidade, aquilo que possibilite direta ou indiretamente o seu bem-estar. Isso implica que "desde o princípio o conceito de 'necessidades humanas' inclui indiferentemente o objetivamente necessário e o supérfluo." (IBID, 19) e

que, para se identificar o que pode ser incluído como necessidade humana, é imprescindível determinar o que o homem concebe como bem-estar.

Essa concepção, entretanto, é mais que individual. O ato de sobreviver na natureza o necessário para o subsistir e para o "bem viver", através do trabalho, é um ato coletivo. Como já pontuamos, desde o início de sua evolução histórica os homens estabelecem entre si determinado tipo de relação de produção que, na totalidade, se configuram como relações sociais, econômicas, políticas, culturais, enfim, estabelecem um determinado tipo de organização social.

Nesta medida, determinar o que são necessidades humanas e o que é bem-estar para o homem individual, significa buscar o que denotam esses dois termos no âmbito das relações sociais de produção existentes em uma sociedade determinada. Vale dizer: as necessidades humanas e o conceito de bem estar são determinados socialmente e, portanto, não comportam definições fixas e imutáveis na trajetória histórica do homem.

De fato, se o conceito de viver, no sentido biológico, implica em algo fixo e invariável para cada espécie, o conceito de necessidades humanas e de bem-estar nada tem de definitivo. É relativo e de constante mutabilidade, variando não só de época para época, mas de sociedade para sociedade.

Sob esse ponto de vista pode-se afirmar que o rol daquilo que se denomina necessidades humanas e de bem-estar se transformaram por inúmeras vezes no decorrer da história deixando, inclusive, uma linha divisória muito tênue entre necessidade elementar/básica e o supérfluo.

Essa mutabilidade das necessidades humanas e, de forma específica, das necessidades da classe operária, foi alvo da seguinte colocação de Marx: " dependem portanto, em grande parte, do nível de civilização alcançado pelo país; em particular, dependem das condições nas quais, e conseqüentemente dos hábitos e expectativas com os quais a classe de trabalhadores livres se

formou" (MARX apud BOTTOMORE, 1989:400).

Se as necessidades humanas e o bem estar comportam essa conotação eminentemente variável, segundo Gasset, com a técnica não poderia deixar de ser diferente. Sendo considerada "o repertório de atos provocados e suscitados pelo e impregnado no sistema dessas necessidades, [a técnica] será também uma realidade proteiforme, em constante mutação" [grifos do autor] (ORTEGA y GASSET, 1963:24).

As técnicas não poderão, portanto, ser entendidas como aquisições eternas. Sofrerão transformações em direta proporção com a idéia de bem-estar já que ambas, técnicas e necessidades humanas, são criadas e recriadas pelo homem em sua trajetória histórica. Sob esse ponto de vista, o progresso e o desenvolvimento social, demandados pelas necessidades, dão origem a novas necessidades e, assim sucessivamente, em espiral sempre crescente, decorrendo daí, a evolução da própria técnica.

As alterações no rol das necessidades e no grau de desenvolvimento da técnica são, pois, algo comum a todas as sociedades ou formas de organização social existentes na história do homem. Entretanto, o acesso à satisfação dessas necessidades e o papel atribuído à técnica nem sempre foram os mesmos.

Na história da sociedade humana, conhecem-se várias formas de organização social, cada qual com seu modo de produção. Excetuando-se o Comunismo Primitivo, onde havia a propriedade comunitária dos meios de produção, os demais (escravismo, feudalismo e capitalismo) tiveram como característica a propriedade privada daqueles meios e, decorrentemente, a existência de grupos sociais que ocupavam posições diferenciadas no processo de trabalho.

Embora assim se configurem e tenham como marca a desigualdade social, é com o surgimento do capitalismo que a sociedade realmente se divide em duas classes fundamentais - a burguesia e o proletariado. Tais classes assumem, respectivamente, no processo de produção, a posição de proprietários dos

meios de produção e a de vendedores da sua própria força de trabalho.

Visceralmente desiguais, as relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista dão aos detentores dos meios de produção um acesso livre não só à satisfação das necessidades mas também à posse das riquezas socialmente produzidas.

Quanto ao trabalhador, esse acesso está condicionado ao valor pago pelo capitalista por sua força de trabalho. Porém, como é do excedente produzido pelo trabalhador que o capitalista extrai a mais-valia e, decorrentemente, se capacita a obter lucros e acumular capital, esse modo de produção terá como característica a "tendência crescente da taxa de exploração do trabalho".

Significa dizer que o aumento de produtividade não tem como consequência o aumento do valor real dos salários, ao contrário, "os salários reais declinam relativamente ao aumento da produtividade do trabalho ou, em termos marxistas, com o aumento da produtividade, a taxa de exploração aumenta. A resultante ampliação da distância entre a produtividade e os salários reais fortalece o poder do capital e, portanto, aprofunda o 'abismo entre a posição dos trabalhadores e a posição dos capitalistas' [...]" [grifos do autor] (BOTTOMORE, 1989:284). Em síntese, aumenta em um polo a acumulação e concentração da riqueza e, no outro, aonde se situam os trabalhadores, a exploração e a pauperização, acirrando as desigualdades sociais.

Assim sendo, fica patente que a sociedade capitalista e seu modo de produção não estão organizados para a satisfação das necessidades dos homens em geral. Sua finalidade é a acumulação e a detenção da riqueza socialmente produzida nas mãos de uma classe particular (a burguesia), para o que se faz necessário manter sempre sobre controle a outra classe: o proletariado.

Exatamente por ocuparem posições diferenciadas no processo de produção e manifestarem interesses também diferenciados quanto à manutenção

desse tipo de organização social, os capitalistas e os trabalhadores figuram, respectivamente, como acionadores e alvos de mecanismos de controle e dominação social.

Embora seja o advento do capitalismo, com uma melhor visualização da divisão da sociedade em duas classes fundamentais que coloque esta questão em maior evidência, ela não é específica do modo de produção capitalista. Está presente, apesar de modificada, nos outros modos de produção anteriores ao capitalismo com exceção, como dissemos, do Comunismo Primitivo.

Ainda no Comunismo Primitivo, mediante a contradição entre forças produtivas e relações de produção, é que se gestam as condições para o nascimento de um novo modo de produção: o escravismo.

O declínio da sociedade primitiva deixou como herança para o escravismo o aparecimento da propriedade individual, a já instalada desigualdade entre os homens, tribos e mesmo no interior delas, e o princípio da escravatura.
013

A sociedade escravista já é, então, uma sociedade dividida em classes - Senhores e Escravos - sendo os primeiros proprietários dos meios de produção, onde se incluíam também os escravos.

Desta forma, as relações estabelecidas não poderiam ser outras senão de domínio, de sujeição e de exploração, imprimindo à sociedade escravista a utilização de mecanismos de controle social. Pela especificidade desse modo de produção, os mecanismos eram de natureza primordialmente coercitiva, punitiva e de maior apelo à força física, na busca da conformação e da obediência pura e simples.

(013) Na sociedade primitiva já se observa, embora com caráter patriarcal, o princípio da escravatura: após transformados em escravos, os prisioneiros de guerra eram considerados quase que membros do grupo familiar.

No escravismo o desenvolvimento das forças produtivas, a divisão ainda maior do trabalho e a troca contribuíram para o aumento da riqueza individual e das desigualdades sociais, mantidas no feudalismo.

Similarmente ao modo de produção anterior, a sociedade feudal é marcada pela divisão de classes, agora não mais de Senhores e Escravos, mas de Senhores e Súditos/Servos.

Baseada na propriedade do Senhor sobre a terra e em um grande poder sobre o Servo, as relações de produção na sociedade feudal continuavam a ser de domínio, de exploração e de submissão, estendidas também às cidades e seus habitantes.

Ao nível político, o controle e a dominação social estiveram presentes em grande parte da história da humanidade associados ao poder soberano dos monarcas e à estratificação social. Além da separação entre proprietários e não-proprietários, a divisão se colocava entre governantes e súditos, majoritariamente parametrada pelas condições de nascimento e posição na posse da terra.

Ao tratar da questão do Poder Soberano, Van Balem (1983) demonstra sua amplitude como fonte de controle e dominação social, na medida em que chama a atenção para um de seus privilégios característicos: o direito sobre a vida e a morte dos súditos.

Vigindo até aproximadamente o século XVIII, o poder soberano era, antes de tudo, "[...] o direito de apreensão das coisas materiais, do tempo, dos corpos e finalmente da vida" (VAN BALEM, 1983:29) e impunha aos súditos um controle social levado ao extremo, ou seja, à morte como castigo pela desobediência às leis ou ao poder do Soberano.

Esse tipo de poder começa a se alterar, segundo o autor, a partir do final do século XVII, deslocando-se do direito sobre a morte para o de gerir

a vida, que é assumido como tarefa pelo poder político.

Tal deslocamento não é casual. O desenvolvimento de um novo tipo de sociedade (sociedade disciplinar) exigia, além de uma população numerosa e com relativo bem-estar, que a mesma estivesse sob o controle do poder político, podendo assim, ser utilizada de acordo com as suas necessidades.

Nesse tipo de sociedade, a dominação não é mais pautada no poder do Soberano e nem exclusivamente na repressão: seu poder característico é "disciplinar".

A sociedade disciplinar mantém-se através de uma total disciplinarização de seus membros e objetiva adestrá-los e adaptá-los aos fins almejados, isto é, torná-los o mais úteis possível do ponto de vista produtivo e o mais dóceis do ponto de vista político-ideológico.

Terá como princípio básico a integração de seus membros ao aparato institucional, de forma que não haja disfuncionalidades (indivíduos ou parcelas da população que não funcionem ou participem parcialmente da sociedade). Essas disfunções são vistas como ameaça ao desejado equilíbrio social, na medida em que têm o poder de restringir ou reduzir a funcionalidade ou, em outras palavras, o funcionamento adequado do todo.

Van Balem vai reforçar que o que se passou foi o desenvolvimento do capitalismo que "só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos de economia liberal" (VAN BALEM, 1983:39).

O poder político, ao nível da vida, significará a abertura para a era do poder, do "biopoder", ou seja, a inserção dos fenômenos próprios da vida no âmbito do poder e do saber, no campo das técnicas políticas.

Concordando com o fato de que toda nova forma de organização social provoca inevitavelmente uma transformação parcial ou total no comporta-

to humano, Mannheim (1962), embora sob outra perspectiva teórico-filosófica, considera que desde os primórdios o homem teve seu comportamento condicionado pela pressão exercida por seu grupo social.

Argumenta que a partir do momento que o homem inicia seu processo de libertação com relação à natureza, torna-se cada vez mais sujeito à coação social direcionada para "criar um tipo de ser humano que se conformasse aos ideais da sociedade" (MANNHEIM, 1962:262).

A responsabilidade pela transformação e modelação do comportamento humano necessário e condizente com cada configuração social específica é, segundo o autor, das Técnicas Sociais.

3. O CONTROLE SOCIAL: TAREFA DAS TÉCNICAS SOCIAIS

Como bem coloca Castoriadis, o mais poderoso aparelho criado pelo homem não foi a construção de uma máquina material qualquer; é a rede de relações sociais, a própria organização social que "[...] contém indissociavelmente a 'técnica' social - a 'racionalização' das relações entre os homens tal como é constituída pela sociedade considerada - e é impossível sem ela" (CASTORIADIS, 1987:248).

Nesta linha de raciocínio, Mannheim (1962) coloca que o progresso técnico, de início claramente perceptível apenas no que tange à produção material/econômica, encerra um outro nível, isto é, o que se ocupa das relações sociais.

Esse nível de progresso é ensejado pela existência de Técnicas Sociais, definidas como a totalidade das "práticas e instrumentos que têm por objetivo final a modelação do comportamento humano e das relações sociais" (MANNHEIM, 1962:257), sem as quais seria impossível a evolução da humanidade.

O papel decisivo desempenhado pelas Técnicas Sociais nas alterações ocorridas na história da humanidade é amplamente destacado por Mannheim levando-o, inclusive, à afirmação de que a causa terminal da transformação dos países democráticos em Estados Totalitários residiria nas modificações da Técnica Social.

As Técnicas Sociais, a exemplo das Técnicas voltadas para a produção material são, pois, de caráter variável. Alteram-se e aperfeiçoam-se no decorrer da trajetória histórica do homem. Esse caráter evolutivo oportuniza a Mannheim (1962) apontar três fases no desenvolvimento das Técnicas Sociais, a saber: Fase da Descoberta Ocasional, Fase da Invenção e Fase da Planificação.

Da exposição do autor sobre essas fases depreende-se que as Técnicas Sociais, no decorrer da história, irradiam sua influência sobre o comportamento humano em progressão sempre crescente. Assim é que, mesmo "as velhas formas de instituição que se desenvolveram em épocas tribais e continuaram a se fazer sentir na sociedade medieval basearam-se também na necessidade de influenciar o comportamento humano." (MANNHEIM, 1962:262). As Técnicas Sociais existiam, portanto, desde os primórdios, embora o controle exercido fosse suave, gradual e menos perceptível ao homem.

Pouco a pouco as Técnicas Sociais se tornaram mais elaboradas e eficazes. Ainda que não estabeleça uma periodização histórica, Mannheim destaca o Iluminismo⁰¹⁴ como marco para o "começo de um processo no qual as formas tradicionais de vida gradualmente se tornaram o tema da discussão racional" (IBID, 263) e o Exército dos Estados Absolutos como a primeira instituição a prever e utilizar "métodos racionais de criar artificialmente um comportamento uniforme das massas." (IBID, 265).

Desta forma, as Técnicas Sociais não nascem com a sociedade de massas, ainda que nela sua presença seja um destaque. A partir dela é que a complexidade social demanda que se engendre cada vez mais Técnicas Sociais "[...] específicas que existem ou podem ser criadas a fim de efetivarem um controle racional mais completo sobre os elementos da organização dos grupos sociais e sobre as funções que estes têm a desempenhar na sociedade" (FORACHI, 1982:21), tendo em vista assegurar o equilíbrio e a continuidade do sistema social.

(014) Movimento francês do século XVIII ao qual se vinculam pensadores como Condorcet, Montesquieu e Saint-Simon. Tem, naquele momento histórico, uma dimensão inegavelmente revolucionária, na medida em que, conferindo um cariz crítico ao conhecimento e negando abertamente a sociedade feudal, busca a transformação tanto das formas de conhecimento como da própria sociedade. Com essa natureza, fornece à burguesia ascendente os elementos necessários para que se contraponha à sociedade feudal, buscando superá-la. No plano intelectual, o Movimento Iluminista representa um sustentáculo à Revolução Francesa e à tomada do poder pela burguesia.

Em síntese, quanto maior a complexidade da sociedade em questão, maior será a necessidade de ativar ou criar Técnicas Sociais que possam exercer um controle social sobre o indivíduo e as massas, de forma a concorrer para a regulação da mesma e para a introdução de mudanças controladas, evitando os desequilíbrios e a desorganização social.

Em Mannheim, a vinculação entre técnica, controle e equilíbrio social é, assim, patente e explícita, não obstante demonstre uma preocupação constante em exaltar as possibilidades de contribuição positiva à sociedade, notadamente por intermédio do Planejamento enquanto Técnica Social.

Embora resalte o caráter positivo e construtivo do controle social possibilitado pelas Técnicas Sociais, o entendimento de Mannheim a respeito se aproxima do que é expresso por Bobbio. Para este último, o controle social pode ser traduzido como o "conjunto de meios de intervenção, quer positivos, quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir seus próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular comportamentos contrários às mencionadas normas, de reestabelecer condições de conformação também em relação a uma mudança no sistema normativo [...]" (BOBBIO, 1986:283).

O objetivo do controle é, por conseguinte, estabelecer um determinado nível de consenso social em torno das normas, comportamentos e valores que se identificam com a estrutura societária existente e a reforçam.

Visto sob outra via de análise, é a busca de um grau de dominação e de submissão da sociedade a determinado modo de vida, permitindo a manutenção e reprodução do modo de produção correspondente e a preservação do sistema de poder e das desigualdades sociais. Assim, são acionados ou exercidos por determinados grupos sociais que almejam, em última instância, reproduzir as relações sociais que os beneficiam como receptores dos privilégios sociais e das riquezas produzidas socialmente.

Corroborando esse entendimento e se referindo particularmente à sociedade capitalista, Iamamoto expressa que o "Controle Social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais, complementando outras maneiras de pressão social com base na violência, para obtenção do consenso social" (IAMAMOTO, 1985:109), entendido, sob esse ponto de vista, como consentimento e aceitação dos dominados e oprimidos socialmente, frente à ordem estabelecida.

Na realidade, não havendo um grau aceitável de consentimento e de internalização do modo de pensar capitalista, não haveria possibilidade de sobrevivência e de renovação deste tipo de organização social que, portanto, não podendo basear-se na pura violência, recorrerá a novas formas de controle social, isto é, "à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas" (IBID, 108) - a garantia e o fortalecimento do consenso social.

Com essa perspectiva pode-se identificar, com variações em termos de evidência e apelo à força explícita, segundo Bobbio (1986), duas formas principais de Controle Social: a área dos controles internos e a área dos controles externos.

Na área dos controles internos estão todos aqueles meios, através dos quais procura-se a internalização das normas, dos padrões, dos valores e dos comportamentos adequados e necessários à ordem social. Destaca-se o papel desempenhado pela socialização primária e secundária efetuadas por instituições como a família e a escola, prioritariamente.

Se, ao nível interno, o alvo maior é a formação e veiculação de ideologia favorável à ordem social, na área dos controles externos localizam-se mecanismos mais relacionados às ações coercitivas, acionados quando da existência de desvios a padrões estabelecidos. Encontra-se aí uma gama variada de

sanções, com peso punitivo também variado, que vai desde aquelas previstas legalmente, até as relativas à convivência social que têm, como base, a tradição, os hábitos, os costumes, enfim, a cultura de uma dada organização social, assumindo a dimensão de reprovação social e/ou jurídica aos indivíduos.

Ainda que não reduzidas a ele, e abarcando também instituições da sociedade civil, as classes dominantes têm no Estado o aparato privilegiado na perseguição deste consenso social. Como legislador e controlador da força repressiva, historicamente será através do Estado que as classes dominantes exercerão o poder e o controle sobre a sociedade.

Intervindo mais diretamente sobre a sociedade, segundo as necessidades geradas pela expansão de capital, é que o Estado se coloca nitidamente como um instrumento à disposição das classes dominantes; intervenção esta inserida no processo de reprodução das relações sociais capitalistas.

Mannheim reconhece o importante papel desempenhado pelo Estado no que tange ao controle social, à planificação e à própria Técnica Social. Contudo, sua atenção especial não reside neste aspecto.

O problema central de sua obra, segundo Forachi, é a análise das possibilidades de intervenção racional na esfera do social, abordado "sob forma indireta na análise dos efeitos dos processos de racionalização e secularização da cultura e sob forma objetiva na análise dos papéis sociais da camada intelectual" [grifos do autor] (FORACHI, 1982:09).

Sobre o papel desempenhado pelos intelectuais, ou mais propriamente, pelas Ciências Sociais, tecemos considerações no próximo item.



4. O SURGIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Segundo Mannheim, a marca principal da cultura moderna é o desenvolvimento conjunto de um processo de racionalização e secularização da cultura.

Tal desenvolvimento acarreta uma série de efeitos, dentre os quais Forachi destaca: " 1. a ampliação do horizonte de problemas do homem ocidental, somando aos já existentes aqueles criados por novas condições de existência social; 2. possibilidade de revisão crítica das formulações tradicionais na base de um critério pragmático de verificação; 3. necessidade de novas explicações, delas exigindo-se rigor e objetividade; 4. possibilidade de controle dos elementos 'irracionais' da vida social, mediante conhecimento objetivo dos mesmos." (FORACHI, 1982:11)

Neste contexto é que se visualiza o surgimento das Ciências Sociais e, em particular, da Sociologia, de forma que se pode "relacionar o aparecimento do pensamento sociológico no mundo ocidental com os problemas práticos e imediatos enfrentados pelos indivíduos no processo de ajustamento a uma civilização urbana e industrial" (IBID, 11).

Mannheim vê nas Ciências Sociais e mais precisamente em uma "Síntese de Perspectivas", o caminho para a obtenção de um conhecimento objetivo, seguro e rigoroso - científico, dos problemas enfrentados pela sociedade moderna e, em decorrência, o favorecimento de uma intervenção racional nas esferas não-racionalizadas da vida social que se constitui, como mencionamos, no foco central de sua obra.

Essa "Síntese de Perspectivas", cuja responsabilidade de elaboração reside, segundo o autor, na camada intelectual, traduz-se, sinteticamente,

na integração das diferentes perspectivas parciais correspondentes a cada Ciência Social particular. A Síntese possibilitaria o conhecimento "total" e "real", encarado como condição necessária à ação modificadora almejada e ao controle efetivo do social.

A factibilidade dessa integração vincula-se ao fato de que as diversas ciências, embora aparentemente separadas, possuem uma unidade de propósitos, a saber: "se referem às Técnicas Sociais cuja finalidade é assegurar o funcionamento da ordem social, fazendo com que uma influência adequada se exerça sobre o comportamento e as atitudes dos homens." (MANNHEIM, 1962:279).

Como Técnicas Sociais, as Ciências Sociais encerram, portanto, a conotação clara de controle social, tendo em vista a conformação social à orientação desejada e acoplam-se, sob este prisma, a uma perspectiva conservadora.

Por sua importância nessa e em outras discussões empreendidas no âmbito desse trabalho, faz-se necessário uma pequena incursão por essa perspectiva, na tentativa de nos aproximarmos principalmente de sua significação histórica.

4.1. O Pensamento Conservador

No sentido estrito da palavra, o adjetivo "conservador" é atribuído àqueles indivíduos que, com seus comportamentos ou idéias, visam à conservação de algo e, no plano político, à conservação da situação vigente, opondo-se a mudanças.

Em sentido mais amplo, relacionado ao substantivo "conservadorismo", sua definição, como conceito unitário e definitivo, é mais complexa, devido a sua natureza difusa e ao fato de não se constituir, tanto em sua origem como em seu desenvolvimento, em um conjunto rigoroso e sistematizado de idéias

homogêneas.

Assim sendo, o conservadorismo, embora com um forte rebatimento não só nas Ciências Sociais, mas em todas as esferas de nossa sociedade contemporânea, é marcado por um caráter heteróclito, tendo, em sua evolução, perpassado outros conjuntos de idéias, e ao mesmo tempo, por eles sido perpassado.

Situar o conservadorismo em nomenclaturas como Escola, Doutrina, Sistema, Corrente ou Ideologia, parece-nos bastante problemático. A literatura a respeito, dependendo do autor, situa-o de forma diferente. Levando isso em conta, optamos por designá-lo como Ideologia Conservadora ou Pensamento Conservador.

Essa opção tem por base principal a já mencionada flexibilidade deste conjunto de idéias que, no decorrer da história, vai se agregando e se aliando a outros conjuntos que têm em comum, fundamentalmente, a determinação ou tendência de buscar a manutenção das estruturas sociais estabelecidas deixando, entretanto, uma abertura a reformas. Configura-se assim em algo amplo que poderia ainda ser qualificado de vertente ou perspectiva conservadora.

O processo de compreensão das ideologias contemporâneas, mesmo que em suas formas não originais, invariavelmente nos remete aos séculos XVIII e XIX que, mais que quaisquer outros, se sobressaem na história da humanidade pela efervescência, riqueza e diversidade de estilos de pensamento.

Isso não é de forma casual: os séculos XVIII e XIX são também o espaço temporal de grandes transformações no plano econômico-político e social, principalmente na Europa. Em meio a elas, ressaltam-se aquelas oriundas das Revoluções Burguesas (Industrial e Francesa), em grande parte responsáveis pela instauração de um tipo de sociedade: a sociedade capitalista.

Essas revoluções e transformações, efetivadas durante o período em foco, têm, comprovadamente, sua sustentação teórica em certas ideologias e,

em outras, o terreno da contraposição. O conservadorismo situa-se nesta tendência de contraposição, ou seja, como um movimento de oposição e reação às transformações que vinham sistematicamente ocorrendo na Europa e que tiveram, especialmente na Revolução Francesa, no entender dos conservadores, seu ápice e símbolo mais trágico.

A contra-reação conservadora, ao nível político, vai emergir apenas por volta de 1830, na Inglaterra e o uso oficial da palavra "conservador", apenas em 1835 no mesmo país. Em termos de substrato filosófico, é normalmente apontada a obra "Reflections on The Revolution in France" de Edmund Burke, editada também na Inglaterra em 1790, no calor da Revolução Francesa.

Embora não se questione o valor e a influência da obra e de seu autor no Pensamento Conservador, além do fato de se constituírem (autor e obra), verdadeiramente no impulso inicial para o delineamento deste estilo de pensamento, cremos que o conservadorismo deita raízes ainda mais longínquas. Estas raízes estão vinculadas ao tradicionalismo e ao reacionarismo.

O tradicionalismo não deixa de ser um pensamento reacionário e este, por sua vez, não deixa de ser tradicional. O que importa salientar é que, não obstante o conservadorismo tenha neles mergulhado e contenha alguns de seus elementos, tradicionalismo e reacionarismo não são, de forma alguma, sinônimos de conservadorismo.

Tanto o reacionarismo como o tradicionalismo se referem a formas individuais de ver e sentir a realidade social, traduzidas em comportamentos e atitudes que expressam uma tendência de apego ao passado e temor à inovações. Aproximam-se mais de uma característica psicológica da mente individual, expressado uma reação original e primitiva à mudanças. Neste sentido, não se constituem, política ou filosoficamente, em ideologias, embora os dois termos sejam utilizados geralmente para denominar posições de caráter mais extremado e radical.

O conservadorismo não se baseia neste tipo de reação automática e psicológica. Reage às circunstâncias presentes em um determinado momento histórico, de forma consciente e reflexiva.

É um estilo de pensamento que não existe independentemente do indivíduo que o incorporou em suas ações. Por outro lado, transcende o âmbito individual, tendo em vista que o indivíduo não poderia produzi-lo isoladamente e que o desenvolvimento histórico da sociedade condiciona sua evolução. Em decorrência, engendra variações em sua configuração, mas sobrevive após o desaparecimento temporal de seus portadores individuais.

Sob este ponto de vista, "as pessoas conhecem e agem de modo conservador (distinto do modo simplesmente tradicional), na medida em que [...] se incorporam a uma destas fases de desenvolvimento dessa estrutura mental objetiva (normalmente na fase contemporânea), e se comportam em termos de tal estrutura, simplesmente reproduzindo-a no total ou em parte ou desenvolvendo-a mais além por adaptação a situações concretas e particulares." (MANNHEIM, 1986:105).

Como já salientamos, o conservadorismo pode conter elementos tradicionais, e de fato os têm, principalmente em sua origem, quando emerge do pensamento tradicional e reacionário existente nos séculos XVIII e XIX e deles se vale.

Neste sentido, o pensamento tradicional ou reacionário é o insumo que coloca o período como um solo fértil para o conservadorismo. Sem esse tipo de reação, presente em alguns segmentos populacionais, de forma explícita ou não, Burke e sua obra não teriam tido a influência e a importância que tiveram.

Fruto ou não dos apelos de Burke, a reação desejada é bem evidente na Inglaterra e em toda a Europa Ocidental durante o século XVIII. Nisbet (1987) chama a atenção para o papel da Igreja e dos intelectuais a ela ligados que, em contra-posição à Teoria do Direito Natural, cada vez mais se voltavam para a exaltação da tradição que havia sustentado a Europa até então.

Uma referência cada vez mais constante ao passado, especialmente à Idade Média, é evidente também em obras e estudos de intelectuais desvinculados da Igreja. O mesmo se processa com relação a algumas parcelas de população, seja pelo fato de possuírem um espírito tradicionalista bastante enraizado ou seja por temerem alterações em suas posições sociais.

Neste sentido, havia para Burke e para a assimilação de sua obras, um terreno satisfatório. Adesões se deram rapidamente e se refletiram em pensadores como Bonald, de Maistre e Chateaubriand na França; na Inglaterra em Coleridge e Southey; na Alemanha em Haller, Savigny e Hegel; na Espanha em Donoso y Cortes e Balme; e na América em John Adams, Alexander Hamilton e Randolph of Roanoke.

A passagem do reacionarismo e do tradicionalismo para o conservadorismo que, para Mannheim (1936), nada mais é que o tradicionalismo tornado consciente não se deu, porém, de forma automática. Essa passagem exigiu a presença de um outro elemento: a existência paralela, mas no pólo oposto, de uma tendência progressista.

Era frente a uma tendência progressista que oferecia sustentação teórica às transformações em curso que os conservadores sentiam a necessidade de se contrapor de forma consciente e, só em função da qual, o conservadorismo, tendo por base as sementes do tradicionalismo e do reacionarismo, pode se constituir em um contra-movimento e numa tendência específica dentro do processo social.

Somente em uma sociedade de classes, com seus antagonismos próprios, é que se torna possível o surgimento de tendências progressistas e conservadoras que elaboram seu corpo teórico tendo em vista descaracterizar o pensamento oposto e a ele se sobrepor.

Desse modo, situar o conservadorismo em qualquer contexto histórico é percebê-lo como resposta a acontecimentos ou idéias que possam produzir

alterações significativas na sociedade ou a preparação para tal, isto é, a uma tendência progressista.

É necessário demarcar também que o Pensamento Conservador não se gesta ou se desenvolve de forma igualitária nas sociedades, mesmo naquelas onde a literatura a respeito é mais farta, ou seja, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos.

O conservadorismo, como qualquer outra ideologia, é um produto social e, sendo assim, suas características diferenciadas nas sociedades acima citadas se justificam e se explicam pelas circunstâncias sociais de que são fruto.

Tendo isso em vista, o conservadorismo alemão, inglês, francês e norte-americano, embora contenha elementos comuns, se apresentam de forma diversa,⁰¹⁵ dentre outros aspectos, no que tange ao seu surgimento em momentos históricos diferentes, em sua trajetória de desenvolvimento, em seu caráter mais ou menos radical ou flexível, em sua maior ou menor possibilidade de alianças ou fusões com outras ideologias existentes e em seu grau de capacidade de difundir ou impor seus princípios à sociedade.

No caso inglês, o conservadorismo enquanto Estilo de Pensamento, evolui rapidamente para um conservadorismo político. Sendo a Inglaterra o país mais desenvolvido politicamente da época, já contava com dois grandes partidos, os Whigs e Tories, que faziam, nesse plano, o confronto entre liberais e conservadores.

(015) Essa ressalva se faz necessária para que seja enfatizado que a dinamicidade inerente à realidade social imputa às formas de vê-la igual condição. Segundo Netto (1992), das visões de mundo exige-se, no mínimo, a lucidez de acompanhar ao nível intelectual, através de alterações em seu conjunto de proposições, o processo de desenvolvimento histórico, sob o risco de tornarem-se obsoletas e tenderem ao desaparecimento total. Estas alterações, entretanto, não implicam em total transfiguração, o que de fato não se observa, já que geralmente as mesmas mantêm certos elementos praticamente intocados que se constituem em seus eixos centrais.

A ênfase no conservadorismo político não tira a importância de pensadores como Coleridge ou Southey (mesmo porque o pensamento Iluminista era, como na França, de significação expressiva), mas na verdade, a atenção dos conservadores tende a ser canalizada para o plano político-partidário, transformando o Partido Conservador Britânico em um exemplo expressivo dessa ideologia.

No caso da Alemanha, a Revolução Francesa também foi o acontecimento maior que detonou, via pressão ideológica, um contra-movimento de oposição a tudo que ela significava.

Mannheim (1986), chama a atenção para a peculiaridade da Alemanha do século XIX. Cita, por exemplo, a forte repressão dos grupos dominantes, respaldada pelo fato de que a facção militar se constituía no núcleo central do corpo social alemão. Reforçado pela própria configuração geográfica do país, isso obstaculiza revoluções e uma polarização acentuada entre conservadores e liberais.

Essas peculiaridades, dentre outras, aliadas ao fato de que na Alemanha as reações às mudanças se gestam por um período muito longo ao nível filosófico e intelectual para, só por volta de 1840, aparecer como partido político, deram ao conservadorismo alemão a possibilidade de desenvolver suas questões lógicas e filosóficas de forma mais completa e consistente.

De fato, a total independência do conservadorismo alemão em seu desenvolvimento frente ao liberalismo (pela polarização existente), tendo até mesmo penetrado este último, o longo desenvolvimento filosófico e intelectual, do qual o conservadorismo se beneficiou, e o fato de ter mantido sua natureza puramente intelectual por um longo período, deram ao conservadorismo nesse país, uma profundidade filosófica e um trato intelectual dos temas que incidiam em sua área de interesse que serviriam, inclusive, de respaldo a essa ideologia em outros países.

Assim sendo, a Alemanha tem um papel contribuidor fundamental na

cristalização do conservadorismo "na medida em que transformou o pensamento conservador orgânico e histórico numa arma, dando-lhe ao mesmo tempo, uma consistência interna e lógica própria" (MANNHEIM, 1986:84).

O conservadorismo francês segue as pegadas de Burke e tem, em nomes como Bonald, de Maistre e Chateaubriand, seus seguidores. Embora negligenciado pelos estudiosos,⁰¹⁶ o conservadorismo francês influencia grandemente o pensamento social do século XIX, através de pensadores como Comte, Saint-Simon, Le Play, Tocqueville e Durkheim que evidenciam, em suas idéias e obras, elementos e posições cuja base reside no pensamento conservador.

Nos Estados Unidos, devido às peculiaridades de seu desenvolvimento histórico com seus princípios fortemente liberais, seja ao nível econômico, político ou cultural, o conservadorismo não rebate de forma tão consistente.

Além dessa forte influência do liberalismo, o fato de ser um país relativamente novo, em comparação com a Europa, não tendo ainda uma tradição igualmente significativa para servir de apelo, faz com que a ideologia conservadora não tenha causado um impacto considerável.

E somente em meados do século XX que o conservadorismo assume alguma importância nos Estados Unidos. Sua conotação, entretanto, é bastante diferenciada, pelo menos no que se aplica à maioria dos "conservadores".

O conservadorismo norte-americano, mais que qualquer outro, é impregnado pelo liberalismo, o que dá aos chamados neo-conservadores, uma identificação muito mais próxima, através das idéias que defendem, ao liberalismo

(016) A afirmação é de Nisbet em "As Idéias-Unidades da Sociologia". Tendemos a concordar com ele, à medida que não nos foi possível localizar nenhuma bibliografia sobre o assunto, impedindo assim, neste texto, um tratamento mais consistente sobre a questão.

classico de Locke do que ao conservadorismo de Burke.

Independentemente dessas diferenças apontadas, o conservadorismo tem certas características e defende certas idéias que lhe dão uma relativa coesão e homogeneidade.

As principais seriam: a tradição como conceito basilar e vinculado à estabilidade social; a noção de que o indivíduo só pode ser visualizado como membro da sociedade (com seu papel e funções) em relação aos grupos e instituições (verdadeiras unidades básicas da sociedade); a visão de liberdade no sentido coletivo, ligada à noção de ordem e autoridade; a crença na desigualdade como oriunda de dotes naturais, habilidades e potencialidades individuais; a preconização do conhecimento prático, baseado na experiência, tendo em vista o "melhoramento" da sociedade; a defesa da Igreja, da propriedade e do Estado enquanto instituições; e a aceitação de mudanças, desde que colocadas no sentido de reformas lentas e graduais.

4.2. As Ciências Sociais e o Pensamento Conservador -

O Surgimento e Desenvolvimento da Sociologia

Com base no que acabamos de expor, poderíamos dizer, a grosso modo, que o século XVIII expressou na França a prevalência do pensamento racionalista aliado ao liberalismo que, tendo como expressão maior o Movimento Iluminista, ofereceram o fermento ideológico e teórico necessário para a Revolução Francesa e as transformações dela decorrentes.

Da mesma forma, poderíamos ainda dizer que o século XIX vai se caracterizar como o período temporal da contraposição a tudo que significou a Idade da Razão (Século XVIII), mediante uma reação conservadora.

Porém, essa reação só atinge sua forma consciente, reflexiva e sistematizada, configurando-se como modalidade de conhecimento, por intermédio

das Ciências Sociais e, particularmente, mediante o surgimento de uma área específica da mesma: a Sociologia.

É através da Sociologia que o pensamento conservador, ainda fortemente impregnado de tradicionalismo e reacionarismo, encontra o espaço ideal para sua evolução e, conseqüentemente, sua vivificação e persistência até os dias atuais. Nesta medida, embora apresente hoje uma vertente crítica (evidentemente com raízes também nos séculos XVIII e XIX), de modo geral, pode-se atribuir à Sociologia, como marca principal, um cariz conservador.

Com as sucessivas crises econômicas, já na segunda década, mas com maior força a partir da terceira década do século XIX, intensificam-se os conflitos e há uma clara percepção dos antagonismos de classe, forçando a organização do proletariado que emerge como pólo antagônico da burguesia.

Tendo em vista essa oposição do proletariado e como complicador a existência de uma perspectiva revolucionária que lhe dava sustentação, a burguesia, agora como classe dominante, vislumbra a necessidade de contornar e neutralizar novos surtos revolucionários que poderiam aprofundar a revolução e, assim, ampliá-la para além de seus interesses.

É necessário ressaltar que esses interesses burgueses já se distanciavam em muito do projeto original, fomentador da Revolução de 1789 e que a burguesia como classe hegemônica, cada vez mais abandonava os pressupostos liberais clássicos, substituindo a busca do anunciado tripé igualdade/liberdade/fraternidade pela utilização progressiva de mecanismos ideológicos e repressivos para sua manutenção no poder.

Com esse projeto político em mira, era necessário não mais transformar, mas racionalizar a nova sociedade. Encontrar soluções para o estado de "desorganização" e para o reestabelecimento do equilíbrio social que, desta forma, lhe assegurasse a objetivada posição hegemônica.

Era de vital importância a modificação ou reversão de sua teoria explicativa da realidade (de inspiração liberal - revolucionária através do Iluminismo), passando o pensamento Iluminista a ser considerado, nesse momento, incapaz de equacionar os problemas existentes. Em decorrência, a burguesia começa a buscar e a incentivar uma interpretação da realidade não mais de traço negativo e crítico, mas de caráter positivo e reorganizador que se restringisse apenas à organização e ao aperfeiçoamento da sociedade, eliminando seu questionamento.

Essa interpretação de realidade mais adequada às finalidades burguesas, ainda que não completamente sistematizada, já estava à mão: o pensamento conservador.

Como vimos, a preocupação dos conservadores era com a nova ordem social que emergia da Revolução Francesa e de suas transformações assumindo, com suas críticas a ela, um caráter anti-capitalista. Entretanto, essas críticas não eram de natureza revolucionária, ao contrário, eram críticas referentes ao "caos", "desordem" e "anarquia" que sentiam como características desta nova ordem social.

Ao estabelecer essas críticas com a atenção voltada para as instituições e grupos sociais como a família, a religião, a comunidade e outras, ressaltando a importância dos mesmos para a restauração da ordem social, o pensamento conservador já estava tecendo, portanto, uma nova perspectiva de sociedade que, adequando-se perfeitamente aos propósitos da classe hegemônica, representava uma rica fonte de inspiração para a nascente Sociologia de cunho burguês.

Com esse teor, as idéias conservadoras se configuravam em ponto de referência expressivo para os pioneiros da Sociologia que viam, na criação de uma ciência da sociedade, as possibilidades de conhecer as leis que regiam os fenômenos sociais e intervir sobre eles, objetivando a restauração e a

reorganização social, econômica e política.

Sob esse prisma, certos argumentos conservadores fazem parte das idéias de pensadores considerados precursores da Sociologia, como Comte, Saint-Simon e Durkheim. Dentre elas destacam-se, por exemplo, a visão de sociedade pós-revolução como anárquica e desorganizada; a exaltação das instituições como imprescindíveis para a estabilidade social; a valorização da autoridade da família e da hierarquia para o equilíbrio social; e a preocupação com os valores e normas que pudessem contribuir para a integração e coesão social.

Levando-se em conta sua idêntica preocupação com a ordem social (sua estrutura, instituições e grupos sociais), com sua coesão e integração e, como coroamento, com o estabelecimento do equilíbrio e da estabilidade social, a Sociologia iniciante denota um caráter nitidamente estabilizador e, por isso mesmo, conservador.

No plano ideológico fica clara a não oposição da Sociologia ao projeto burguês. Na verdade, há uma tentativa de compactuar com a burguesia e com a ordem capitalista, já instaurada e em acelerado desenvolvimento, usando, como pano de fundo, proposições conservadoras.

Esse aspecto, segundo Martins (1986), traduz uma ambigüidade da Sociologia, qual seja, ela busca legitimar a nova ordem através de análises que tem como base elementos conservadores os quais, originalmente, possuíam uma
017
dimensão anti-capitalista.

Esse tipo de análise, como por exemplo a Durkheimiana, identifi-

(017) Discutindo como essa ambigüidade da sociologia tende a se resolver, o mesmo autor lança como hipótese que, ao nível do conhecimento, se resolveria na medida em que a sociologia se encaminha para análise de dicotomias como tradicional/moderno, rural/urbano, e outras. Colocando em suas palavras, a hipótese lançada seria a de que "a ambigüidade de origem da sociologia desdobra-se nas dicotomias, de tal modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida social, o mundo é que pareça ambíguo" (MARTINS, 1986:23).

ca-se, segundo o autor, com o que Lefebvre denominou de "raptor ideológico da noção de comunidade".

Sobre esse conceito Martins assim se expressa: "O raptor ideológico, a tradução de uma noção segundo significados que são estranhos a sua extração original, constitui uma possibilidade constante, provavelmente inerente ao processo objetivo de produção do conhecimento sociológico. Com isso, essas noções [pré-capitalistas] atendem, na verdade, quando reinterpretadas, às necessidades ideológicas da sociedade capitalista, sendo aí que essa reinterpretação adquire até mesmo um caráter político" (MARTINS, 1986:22).

Já deixamos claro que os precursores da sociologia se colocavam em apologia à ordem capitalista, assim como, esclarecemos que os conservadores não tinham com suas críticas intenções revolucionárias. Esses aspectos permitiam que, desde que devidamente retrabalhadas e adaptadas às novas circunstâncias históricas, certas proposições conservadoras se apresentassem como perfeitamente adequadas à nova ordem burguesa. O mecanismo que possibilitou essa adequação foi, segundo Martins, o raptor ideológico.

Ao efetuar o raptor ideológico de proposições conservadoras, a sociologia introduz em seu bojo o conservadorismo devidamente retrabalhado e o âmbito sociológico passa a ser, por excelência, o canal de difusão desse Estilo
018
de Pensamento.

Através desse mecanismo o conservadorismo perde gradativamente sua característica anti-capitalista contribuindo, via Sociologia, para sua apologia e legitimação. Em outras palavras, "o conservadorismo não significa apenas uma continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de idéias que,

(018) Evidentemente o conservadorismo se difunde também no plano político que, porém, em última instância, é parametrado pelo âmbito sociológico que lhe dá sustentação intelectual.

reinterpretadas, se transmutam em uma ética de explicação e em projetos de ação favorecedores da manutenção da ordem capitalista. Isso possibilita que o pensamento conservador e racional possam ser compatibilizados, apesar de suas diferenças, dentro de um mesmo projeto de classe para a sociedade." (IAMAMOTO, 1982:201).

Por outra via de análise, Mannheim (1986) também aponta para esta transmutação. No seu entendimento, o modo de vida capitalista, que se apóia em elementos racionais e abstratos põe, aos seus protagonistas, a necessidade de pensá-la também de forma racional.

Nesta perspectiva, o conservadorismo é uma ciência social nele apoiada só são possíveis através de um Estilo de Pensamento também racionalista, já que "a reflexão que dá corpo e estrutura ao conservadorismo é, na época do racionalismo, científica e, portanto, racional." (MARTINS, 1986:15). Isto empreendido, o conservadorismo é colocado no mesmo plano do racionalismo e do liberalismo, ou seja, como um único Estilo de Pensamento que tem por base o modo de vida capitalista e sua manutenção, embora revelem em seu interior, algumas diferenciações.

Todavia, é necessário ressaltar que essas diferenciações passem a ser menos significativas no decorrer da história, em função da dinâmica da sociedade e do caráter difuso e permeável tanto do liberalismo como do conservadorismo.

Somado a isso, a aproximação entre esses dois Estilos de Pensamento teve, como condicionante, a expansão progressiva do liberalismo que o conservadorismo não conseguiu impedir, e vice-versa, proporcionando a interpenetração de ambos. O mais importante, porém, foi a emergência e crescimento perigoso de um inimigo comum - o socialismo.

O socialismo, que havia se tornado a expressão do proletariado, atacava e ameaçava, com suas idéias, os pontos básicos e comuns aos dois pri-

meiros, como por exemplo, a propriedade privada rural ou industrial. Nesta medida, para se contrapor a ele, o conservadorismo necessitava apresentar-se mais coeso e fortalecido o que, por si só, motivava alterações em sua configuração.

Retomando a questão da formação da Sociologia, é na França que o conservadorismo melhor impregnará essa nascente ciência da sociedade.⁰¹⁹

Com suas idéias ligadas ao movimento reformista-conservador, os pensadores franceses se colocam como tarefa fundar uma nova ciência - a ciência da sociedade. Seu objetivo específico seria o social, ou seja, os fenômenos sociais, encarados na perspectiva de problemas sociais que necessitam de solução para alcançar a desejada organização social.

Assim, era o objetivo, a tarefa e a função dessa nova ciência: concorrer para a estabilização e manutenção da ordem social capitalista.

Ainda sem a denominação de Sociologia, tal ciência tem como figuras expressivas Saint-Simon e Comte e, mais tarde de forma destacada, Le Play e Durkheim. Esses pensadores são também considerados precursores do Positivismo.

Sobre os Positivistas, especialmente os já citados, é que as idéias conservadoras vão ter um maior rebatimento e é, através do Positivismo, que a Sociologia marcará presença como ciência da sociedade caracterizando-se, desta maneira, como a expressão do Positivismo e do Conservadorismo no âmbito sociológico.

Na verdade, até recentemente a vertente positivista-conservadora se constituiu na face hegemônica da Sociologia oficializada e acadêmica. Sobre a outra vertente, isto é, aquela que buscou na tradição do pensamento socialista seu caráter crítico e revolucionário, pode-se dizer que, até meados deste

(019) Isso não significa que não hajam outras linhas de influência. Porém, essa é a linha que destacamos, em função da Sociologia normalmente ser considerada como originária de pensadores como Saint-Simon, Comte e Durkheim.

século, esteve marginalizada dos meios académicos em muitos países.

Portanto, não é apoiada em uma vertente crítica que a Sociologia adentra ao século XX e, durante muito tempo, dá o tom aos meios académicos e às organizações públicas e privadas. Ao contrário, é a vertente positivista-conservadora que dominará nosso século, pelo menos até a sua primeira metade, informando, assim, as chamadas Ciências Sociais.

A Sociologia entra no século XX com a função que Saint-Simon, Comte e Durkheim já lhe haviam delegado: conhecer a sociedade como algo já dado e posto, tendo em vista identificar e encontrar soluções para os problemas sociais contribuindo, decorrentemente, para a normalidade social.

Logo, em consonância com o que prescreve Mannheim, a Sociologia assume uma posição de Técnica Social, voltada para o controle e para a manutenção da ordem social. É utilizada cada vez mais para produzir conhecimentos úteis e necessários à dominação vigente.

Neste século as crises económicas, os movimentos revolucionários de orientação socialista, a crescente organização dos trabalhadores, a primeira e segunda guerras mundiais, dentre outras variáveis, colocam em dúvida a crença corrente no capitalismo, abalando a ordem burguesa.

Sentindo-se ameaçada, a burguesia novamente lança mão de variados mecanismos para a sua manutenção no poder. Entre eles, destaca-se a Sociologia como encarregada de buscar alternativas para o funcionamento adequado da sociedade sem modificá-la substancialmente e, ainda, como mecanismo capaz de conter as tendências progressistas.

A Sociologia norte-americana, especialmente após os anos 30, se caracteriza majoritariamente sob esse prisma. Isto é, com uma forte preocupação com o funcionamento da sociedade, aliado à busca por fundamentação teórica que solidifique sua posição anti-progressista.

Já nessa época os Estados Unidos se caracterizavam como o espaço onde a Sociologia positivista-conservadora alcançava progressos e se desenvolvia em um processo bastante acelerado, principalmente graças ao estímulo e apoio financeiro recebidos tanto do poder público como da iniciativa privada.

A diferença que deve aqui ser demarcada é que, enquanto na Europa a Sociologia conservadora e positivista continuava se desenvolvendo com acentuada contraposição crítica e tendo sua atenção voltada para aspectos mais eruditos e reflexivos, nos Estados Unidos a contraposição era bastante débil e, frente aos estímulos oficiais recebidos, a Sociologia tinha seu foco de atenção direcionado para questões práticas; em outras palavras, para elementos técnico-operativos de intervenção na realidade.

Sob visível orientação Durkheimiana, a Sociologia norte-americana avança significativamente por conta das investigações de campo fartamente realizadas (produzindo ricos dados empíricos), que vão direcioná-la progressivamente para a criação e desenvolvimento de métodos e técnicas de investigação.

As investigações visavam a aplicação prática dos resultados em prol do "bom" funcionamento social, dando à Sociologia daquele país uma natureza essencialmente pragmática, reforçada, a partir de meados deste século, pela dominância do método funcionalista.⁰²⁰

Esse componente pragmático também é apontado por Mills (1965), quando expõe algumas tendências observadas nas Ciências Sociais e na Sociologia norte-americana.

Dentre elas, explicita uma tendência que caracteriza a Sociologia

(020) O método funcionalista teve nas análises de Durkheim um exemplo significativo, porém originou-se dos estudos antropológicos de Malinowsky e Radcliffe-Brown. Embora tenham sido dois americanos (Merton e Parsons) os responsáveis pelo seu desenvolvimento ao nível da Sociologia, esse método não se constitui como específico ou exclusivo da vertente norte-americana. Tem influência também em outros países, inclusive europeus.

e que, em relação às considerações que estamos tecendo, nos interessa particularmente: o empirismo abstrato.

Para Mills, o empirismo abstrato não é caracterizado por nenhuma teoria em especial, sendo que "a 'miscelânea resultante' determinou o que se chamou de 'practicalismo liberal' de hoje, onde a Ciência Social é aplicada como 'ciência de previsão e de controle do comportamento humano'." (COSTA, 1976:17)

Ainda segundo Costa, o practicalismo liberal pauta-se na crença da evolução social seguindo um processo contínuo e obedecendo às mudanças graduais. Por conseguinte, considera como "patológico" e "desajustado" tudo aquilo que com esse quadro não se compatibilize.

Nesta perspectiva, dentro da Sociologia, "teria sido responsável pela extrema 'especialização' em 'campos de patologia social', pela fragmentação da atenção científica, pelo cultivo de técnicas ou de métodos, e pela burocratização da atividade científica." (IBID, 17-18)

A partir desta tendência, as Ciências Sociais fixaram padrões de normalidade/anormalidade social e todo um conjunto de preceitos que são apropriados pelo Serviço Social.

Essa apropriação se processa parametrada pela relação histórica que, pelo menos até a década de 60, o Serviço Social manteve com as Ciências Sociais e que, em última instância é no que tange ao campo da elaboração teórica, colocava o Serviço Social como "receptáculo" dos produtos elaborados no âmbito da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia e outras.

Significa dizer que o Serviço Social, como profissão eminentemente interventiva, se apropriava de categorias, conceitos, representações, enfim, de produtos resultantes de elaborações das chamadas Ciências Sociais, sem que isso viesse acompanhado da apropriação dos processos de construção desses produtos. Em decorrência, o Serviço Social figurava não como um campo de elabo-

ração de conhecimentos e sim como um campo de aplicação das ciências sociais.

A partir da década de 60, sobretudo na América Latina, há um esforço dos Assistentes Sociais em inverter essa condição, justificando, dentre outros, o debate polêmico que a categoria passa a travar sobre a natureza do
021
Serviço Social.

A origem e a configuração do Serviço Social, incluindo sua cono-
022
tação como Técnica Social e os efeitos de sua relação com as Ciências Sociais, são abordadas no próximo capítulo.

(021) Uma abordagem sobre essa questão extrapola o âmbito de nossos objetivos com essa dissertação, ainda que com ela nos defrontamos por inúmeras vezes, na medida em que está presente, de forma direta ou indireta, nos documentos pesquisados. Dentre esses documentos, tratados no capítulo III, são ilustrativos os de Araxá e o de Teresópolis (principalmente os textos de Costa e Dantas). Embora tenhamos consciência do caráter polêmico que envolve a questão e o fato da literatura pertinente não apresentar uma posição unívoca a respeito, é necessário destacar que, em nossa dissertação, visualizamos o Serviço Social como uma profissão de natureza eminentemente interventiva o que, entretanto, não cancela a possibilidade e a necessidade do Assistente Social criar, em seu espaço profissional, um campo de elaboração de conhecimento.

(022) Essa conotação, aludida também em outros momentos dessa dissertação está vinculada, sob nosso ponto de vista, à filiação do Serviço Social à perspectiva positivista-conservadora. Assim sendo, entendemos que, informado por tal perspectiva, o Serviço Social assume a dimensão de Técnica Social no sentido expresso por Mannheim, ou seja, como um instrumento de controle e de moldagem do comportamento humano aos parâmetros estabelecidos.

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL E SEU INSTRUMENTAL

TÉCNICO: DOS PRIMÓRDIOS AO

MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

1. OS ANTECEDENTES: A ASSISTENCIA

No capítulo anterior explicitávamos a vinculação entre necessidades humanas/Bem-Estar Social e a Técnica, assim como o surgimento e a conformação das chamadas Ciências Sociais direcionadas, sob orientação da perspectiva positivista-conservadora, para a intervenção naquelas necessidades.

Ora, não há outra disciplina profissional que tenha sua origem e desenvolvimento mais claramente referenciada às necessidades humanas e ao Bem-Estar do que o próprio Serviço Social, na medida em que se constitui como profissão estreitamente ligada à Assistência Social.

De fato, parece haver um consenso de que o Serviço Social teve seu desenvolvimento sempre associado à Assistência e de que deita suas raízes na proposta de racionalização da mesma, implementada, a partir de meados do século XIX, como alternativa burguesa de enfrentamento da questão social.

Todavia, as práticas de assistência não emergem com o advento do capitalismo nem se encerram na conotação a ela atribuída por sua classe hegemônica - a burguesia.

A assistência ao outro é uma prática antiga e, embora assuma diferentes configurações, associa-se historicamente à imagem de benemerência, de caridade e de ajuda aos pobres.

Como já mencionamos, as diversas formas de organização social vivenciadas pelo homem tiveram como marca a persistência de desigualdades sociais. Essas desigualdades manifestaram-se também na existência de indivíduos, grupos ou segmentos de população excluídos, parcial ou totalmente, do usufruto das riquezas produzidas socialmente e das possibilidades de satisfação de suas

023

necessidades.

Como fenômeno decorrente das desigualdades sociais e a elas associado, a pobreza está igualmente presente em todas as organizações sociais, apresentando, entretanto, um maior volume ou nível de pauperização, em direta proporção com a configuração específica de cada modo de produção.

Aos segmentos empobrecidos eram dirigidas práticas assistenciais que, sob aquela imagem de caridade, aparentemente tinham o objetivo de proporcionar meios e recursos para a satisfação das necessidades humanas.

Com tal conotação, sua presença é acusada já na antiguidade e na época pré-cristã, quando era restrita a atos individuais (solidariedade entre parentes e vizinhos) ou delegadas às Confrarias. Concretizava-se "[...] na esmola esporádica, na visita domiciliar, na concessão de gêneros alimentícios, roupas, calçados, enfim em bens materiais indispensáveis para amenizar o sofrimento das pessoas necessitadas." (MARTINELLI, 1989:84)

No cristianismo primitivo, dentro do espírito Evangélico transmitido por Jesus Cristo, a Assistência ainda denotava caridade, entretanto os valores que a permeavam eram o amor e a fraternidade ao próximo. Seu fim era "oferecer um caminho de salvação eterna, para um reino que começa neste mundo, mediante um testemunho de amor e fraternidade daqueles que se dizem cristãos" [tradução nossa] (ANDER EGG et alii, 1975:24).

Já por volta do ano 100 d.C., a Igreja começava a prestar, de forma organizada, ajuda aos pobres e aos necessitados, tarefa essa que, no transcorrer dos séculos, vai cada vez mais tomando para si.

Segundo Ander Egg et alii (1975), nesse período - Cristianismo

(023) Compreendidas, como exposto no Capítulo anterior, com base em Ortega y Gasset: engloba tanto as necessidades objetivamente necessárias à sobrevivência, como aquelas relativas ao bem-estar do homem no mundo.

primitivo - a atenção é voltada prioritariamente para os enfermos e "famintos", para os cuidados com os órfãos e viúvas, para a hospedagem dos estrangeiros, para a visita e socorro aos presos e para o desenvolvimento de ações caritativas às vítimas de perseguição religiosa.

O processo de desvirtuação do Evangelho faz com que esse cunho religioso vá se transmutando para além do "dever de fé". A ajuda passa a representar uma forma de obter perdão divino para os pecados e alcançar o "reino dos céus". Por outro lado, acopla-se ao auxílio material uma ajuda moral e espiritual com a dimensão de conforto e consolo aos aflitos.

Esse caráter religioso específico persiste e se torna dominante na Idade Média, aonde a idéia de salvação permeia o comportamento humano. Neste sentido, tanto a condição de pobreza como as ações caritativas tinham uma só conotação e objetivo: receber como recompensa a vida eterna no paraíso e evitar o inferno.

Com essa perspectiva, "a esmola como resposta escatológica e a ajuda social das corporações, como exigência do aspecto religioso das mesmas, encerram o ⁰²⁴modus operandi da Assistência Social (entendida em um sentido amplo), durante vários séculos".[tradução nossa] (ANDER EGG et alii, 1975:33).

Apesar das Corporações, e mesmo através delas, a Igreja mantém, neste período, a posição de maior responsável pela Assistência e ajuda aos pobres. Grande é, por exemplo, o número de mosteiros que comportam, em anexo, locais para abrigar os pobres e enfermos e prestar-lhes auxílio. Com a mesma finalidade, proliferam ordens religiosas e obras de caridade e de bem estar,

(024) Ao lado das Instituições criadas pela Igreja, as corporações são um fato durante o Feudalismo. Possuem um duplo papel: constituem-se, a um só tempo, em organizações que aglutinam aquelas pessoas que exercem o mesmo ofício, e em confrarias religiosas que prestam ajuda espiritual e também Assistência Social aos seus membros. As vantagens usufruídas pelos membros das confrarias no contexto urbano/industrial, não se estendem ao campo. Lá, o servo permanecia sob o domínio e a "proteção" do senhor feudal.

administradas pela Igreja.

Nos séculos XIV e XV inicia-se o desmoronamento de todo o regime feudal, em vigor até então, abrindo espaço para a consolidação do modo de produção capitalista. Suplantando o anterior, já em meados do século XVI, esse modo de produção se expande e se intensifica nos séculos seguintes até atingir sua nova fase - a industrial - que, embora se deixe entrever no final do século XVII, atinge realmente sua maturação nos séculos XVIII e XIX.

A Transformação do modo de produção, que é concomitante à instalação de um novo modo de pensar, de conhecer, de viver, enfim, de novas relações sociais, altera toda a configuração societária e evidencia novas formas de poder, de controle, de dominação, de regulação social e, conseqüentemente, de novos mecanismos que serviram a esse fim.

A instalação e a expansão do capitalismo, entretanto, não se deu de forma consensual. Compreender esse modo de produção, a lógica interna do poder e sua necessidade de mecanismos de controle e de disciplinarização, pressupõe colocarmos em cena seus dois agentes: a Burguesia e o Proletariado, e não apenas, ou com maior enfoque, o primeiro.

O movimento do Capital é, antes de tudo, uma relação social. Significa dizer que supõe os dois termos da relação. Capital e Trabalho "são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro. Capital pressupõe como parte de si mesmo [...]" (IAMAMOTO, 1985:31) e como seu antagônico, o Trabalho Assalariado.

Sendo a produção e a reprodução de riquezas criadas e recriadas no processo de produção social, é aí que se situam os seus dois agentes fundamentais, entendidos relacionalmente a suas posições no processo produtivo e como portadores de interesses antagônicos, mas contraditoriamente dependentes.

A expansão do Capital, portanto, não se dá sem o confronto entre

esses dois agentes sociais. É permeada pela luta infundável em defesa de seus interesses antagônicos, na busca da hegemonia. Além disso, o movimento de reprodução do Capital que cria e recria condições para a continuidade dessa estrutura societária, recria também as contradições e os antagonismos de interesses, inerentes às relações sociais capitalistas.

Sob o signo da contradição é que a história se move e é, por um lado, a luta da burguesia para consolidar e perpetuar a estrutura fundada no capitalismo e, por outro, a resistência a ela, através da luta do proletariado, que marcarão o complexo processo de desenvolvimento e de expansão desse modo de produção.

Preservar e perpetuar o capitalismo foi, desde o início, uma tarefa permanente da burguesia. Em função disso, tenta ocultar, disseminando a imagem do capitalismo como uma ordem social justa e adequada, a "face da exploração, da opressão, da dominação, da acumulação da pobreza e da generalização da miséria" (MARTINELLI, 1989:52) que, tornando-se visível, pode comprometer inclusive a própria continuidade da ordem social desejada.

Nestes termos compreende-se naquele momento histórico a preocupação para com o controle social de toda ordem e para com a Assistência em particular. Torna-se indispensável para a burguesia "recorrer a estratégias eficazes de controle social, capazes de conter o vigor das manifestações operárias e a acelerada disseminação da pobreza e do conjunto de problemas sociais a ela associados" (IBID, 52) - a "questão social".

De fato, como aspecto decorrente da expansão e das crises do capitalismo, a chamada "questão social" experimenta uma ampliação descomunal, 025

(025) Já é considerável a literatura que expõe detalhada e suficientemente as precárias condições de vida da população, as aviltantes condições de trabalho do operariado, em síntese, o quadro de exploração brutal instaurado com o advento do modo de produção capitalista, sendo, ao nosso ver, desnecessária sua abordagem neste momento.

representando uma ameaça a burguesia e a própria sobrevivência do sistema capitalista.

Na era do capital, a "questão social" se manifesta em duas faces não excludentes: a face "política, representada pelo avanço do movimento dos trabalhadores; [e a face] social, representada pela acumulação da pobreza, pela generalização da miséria" (MARTINELLI, 1989:74) exigindo, pela ótica burguesa, uma intervenção.

A intervenção na face política foi atribuída prioritariamente ao Estado, histórico aliado da burguesia, especialmente no que tange à definição de Políticas Sociais e de Legislação Trabalhista.

Resumidamente, nesta fase - Capitalismo Concorrencial, a questão social "por regra, era objeto de ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital - condições externas à produção capitalista" (NETTO, 1992:25).

A face social exigia da burguesia uma tomada de posição com relação à Assistência.

Em função do volume e da gravidade que os problemas sociais haviam tomado, era impossível manter a Assistência nos moldes medievais ou restrito às iniciativas já existentes, ligada a particulares e à Igreja.

Impunha-se urgentemente a ampliação das "bases da prática assistencial, conferindo-lhes novos padrões de eficácia, eficiência e racionalidade" (MARTINELLI, 1989:76). Em outras palavras, era necessário racionalizar e normatizar a prática da Assistência, acoplando-a, definitivamente, na condição de instrumento auxiliar, ao projeto hegemônico burguês.

Tendo em vista tal racionalização, é estabelecida uma aproximação com a Igreja e com os filantropos ou reformadores sociais que já desenvolviam

práticas assistenciais organizadas.

Ander Egg et alii (1975) aponta como principais pioneiros da assistência organizada, durante o século XIX, nomes como Thomas Chalmers, Willian Booth, Octavia Hill, os Weeb, Toynbee e Dawson na Inglaterra, Frederic Ozanan na França e Daniel von der Heydt na Alemanha.

Segundo o mesmo autor, nas ações desses pioneiros pode-se encontrar, em maior ou menor grau, três elementos comuns: 1) motivação religiosa; 2) o começo da organização da prática assistencial e 3) o esboço de uma certa técnica operativa.

De sua exposição sobre eles, depreende-se que existia, por parte dos filantropos, uma preocupação real para com os problemas sociais, vistos como males sociais a serem eliminados. Essa preocupação, entretanto, não colocava em questão o modo de produção capitalista e suas relações sociais, ao contrário, a perspectiva era, no máximo, de reforma social. Nesta medida, "a reforma da sociedade se concebe principalmente como reforma dos costumes e reforma moral ao nível individual" (ANDER EGG et alii, 1975:129).

Sob esse ponto de vista, a "modalidade operativa" continua sendo individualista. Embora organizada e estendida mais sistematicamente a um número maior de pessoas, as ações assistenciais centram-se no indivíduo ou grupo familiar, objetivando a citada reforma moral. A Assistência, como ação educativa, assume a dimensão de "reformadora de caráter".

Sua operacionalização, variável em cada experiência, também guarda características e procedimentos comuns, os quais abordaremos posteriormente.

O tipo de prática desenvolvida pelos reformadores sociais e pelos agentes religiosos, interessava em muito à burguesia. Tal interesse voltava-se para a inserção dos mesmos em seu projeto hegemônico, transformando suas práticas sociais em um mecanismo, dentre outros, de controle social.

Da união entre burguesia, Igreja e Estado em torno da proposta de racionalização e normatização da Assistência, originou-se na Inglaterra, nos idos de 1869, a Charity Organization Society - C.O.S. ou Sociedade de Organização da Caridade que, congregando os reformadores sociais, expandiu-se rapidamente por toda a Europa e Estados Unidos.

Incorporada aos interesses burgueses e recebendo o incentivo do Estado, a Charity Organization Society destinava-se primordialmente à tarefa de "racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas" (MARTINELLI, 1989:87), para o que foi decisivo o pensamento científico que se processava em todo o continente europeu, com nítidas marcas conservadoras.

Pelas mãos da Charity Organization Society, a Assistência expressa-se como uma estratégia política de consecução do projeto burguês e assume, nesta medida, duas funções não excludentes: uma função econômica (no sentido de garantir a expansão do capital) e uma função ideológica.

A função ideológica da Assistência conecta-se estreitamente à necessidade burguesa de produzir e instaurar um "modo de pensar" conveniente à perpetuação da própria sociedade capitalista e condizente com ela.

De fato, "o modo capitalista de produção, em sua acepção clássica, é também um modo capitalista de pensar e deste não se separa [...] Enquanto modo de produção de idéias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. [...] Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração de suas bases de sustentação ideológicas e sociais." (MARTINS apud IANAMOTO, 1985:107)

Neste sentido, concomitante com a reprodução capitalista no sentido material estrito senso, impõe-se a necessidade de difundir e inculcar na população um modo de pensar e de viver que, por sua configuração, possibilite a reprodução das relações sociais.

Em outras palavras, torna-se imperiosa uma intervenção no plano das idéias e comportamentos, moldando-os, reformando-os e adaptando-os aos interesses desejados e à configuração societária instituída. Trata-se, enfim, como diria Van Balem (1983), de tornar o indivíduo o mais produtivo possível do ponto de vista econômico e o mais submisso possível do ponto de vista político-ideológico.

A Assistência, com sua função ideológica de controle, cumpre com propriedade esse papel. Aliando a ajuda material à orientação e ao aconselhamento moral, tal função direcionava-se para um "rigoroso controle do processo social e das condições de vida da massa pauperizada ajustando-a aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa constituída" (MARTINELLI, 1989:87).

Para não expressar uma visão unilateral, é necessário ressaltar que a Assistência, muito mais que uma forma de controle, é um campo onde se expressa a luta de classes. A satisfação das necessidades de sobrevivência, restrita pelo Capital, faz da Assistência ponto de reivindicação da classe operária. Não obstante o fato de o Estado (como representante da classe dominante, mas também marcado e permeado pela correlação de forças advindas da luta de classes) encampar como suas uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência ao Capital, devolvendo-as sob a imagem de "benefícios" que embaçam a verdadeira lógica, é da pressão dos trabalhadores que elas emergem.

Não visualizar isso significa imputar ao Estado uma imagem de benevolência, quando da colocação em cena de vários "benefícios" sociais e da própria Assistência.

De alguma forma essa imagem do Estado vem sendo denunciada. Entretanto, algumas vezes ofusca-se um pouco o caráter contraditório da sociedade e a questão da reprodução dos antagonismos, dando margem a uma interpretação equivocada que posiciona como plena a consecução dos objetivos burgueses e,

portanto, a eficácia total da proposta de controle e regulação da sociedade.

Temos a ressaltar que isso não é a expressão da verdade. A classe trabalhadora, por intermédio de fluxos e refluxos, vem resistindo a esse projeto. A resistência se dá, seja através de manifestações visíveis em defesa do salário, das condições de vida e da Assistência, seja por resistência muda, que passa pela criação de várias estratégias para fugir do controle e da disciplinarização.

O controle social, desta forma, não é monolítico. No contraponto haverá sempre, de alguma maneira, a resistência daqueles que são alvo dele; sua eficácia variará conforme o tipo de sociedade e conforme o momento histórico que atravessa, deixando margem, nesta medida, para um processo de contra-hegemonia.

2. O CONTEÚDO OPERACIONAL DAS PRÁTICAS SOCIAIS ANTERIORES AO SERVIÇO SOCIAL

Com aqueles pioneiros citados por Ander Egg (1975), as práticas assistenciais adquirem uma certa sistematização. Implica dizer que passam a obedecer certos procedimentos estabelecidos para todos aqueles que se integram à cada experiência organizativa particular. Vale a pena sumariar algumas delas.

Adotando o mesmo tipo de organização das obras de São Vicente de Paula, principalmente no que se refere à "Confrérie de la Charité" - Confraria da Caridade e à "Filles de la Charité" - Irmãs de Caridade, Frederic Ozanam funda em 1828 a Conferência de São Vicente de Paula - Conferências Vicentinas.

Utilizando a esmola racionalmente, o trabalho dos Vicentinos se concretizava basicamente mediante visitas aos necessitados, onde, paralelamente, buscava-se o estudo das necessidades e o desenvolvimento de ações educativas.

Iniciada em um setor de Paris, a experiência de Ozanam, através da mencionada Conferência, expande-se por toda a Europa e, posteriormente, pelo mundo todo. Da mesma forma, amplia-se também para outros tipos de atuação, como escolas de reeducação para delinquentes e atenção aos refugiados e imigrantes.

Inspirado em trabalho desenvolvido por volta de 1750, na cidade

(026) Organizações criadas em 1617 para prestar caridade aos pobres. São formadas, notadamente a última, por moças com vocação religiosa e para "fazer o bem". Além dessas duas obras, São Vicente funda também a "Ordem dos Padres Lazeristas" (1625), as "Damas de Caridade" (1634) e a "Casa das Crianças Acharadas" ou "Casa dos Expostos". As "Damas de Caridade" se constituíam em um grupo de senhoras da alta sociedade que tinham a responsabilidade de visitar os doentes e prestar auxílio material aos necessitados.

alemã de Hamburgo, Daniel von der Heydt elabora em 1852 o chamado "Plano de Elberfeld".

Consubstanciava-se na divisão da cidade de Elberfeld em 564 setores (com cerca de 300 pessoas), cada qual possuindo um "visitante benévolo" que, voluntariamente, permanecia na função por três anos.

A operacionalização de tal Plano previa: a) estudo das necessidades de cada pobre do setor; b) estudo das necessidades de cada setor; c) trabalho preventivo com colocação dos pobres no mercado de trabalho; d) reabilitação dos indigentes; e) supervisão do trabalho por quarenta "supervisores" que, por sua vez, ficavam sob a vigilância de um comitê de nove pessoas, responsável por toda a cidade.

027

O Pastor Thomas Chalmers começou a desenvolver, em 1865, uma experiência parecida, professando a idéia da "caridade tornar-se uma ciência [...e] buscando a eliminação de qualquer risco de envolvimento emocional entre agentes e aqueles que recebiam assistência." (MARTINELLI, 1989:88).

Dividiu sua paróquia (São João de Glasgow) em vinte e cinco distritos, comportando individualmente de setenta a cem famílias, e designa um agente (diácono) para cada um deles.

Em similitude às duas anteriores, esses agentes, além da ajuda material, realizavam um trabalho educativo. Pautavam suas ações nos seguintes procedimentos principais: a) conhecimento das necessidades de cada indivíduo e família, preponderantemente através de visita domiciliar; b) incentivo na resolução de problemas pelos próprios atendidos, mediante ajuda mútua; c) concessão de ajuda material de forma racional, ou seja, os agentes verificavam a situação dos assistidos e, após a discussão em um Conselho, decidia-se que

(027) Fundador da Igreja Presbiteriana da Escócia.

tipo de auxílio prestar.

Segundo Martinelli, ao "longo do tempo, a higiene e a educação foram colocando-se como atividades complementares da assistência" (MARTINELLI, 1989:88). Com essa tônica, a autora aponta várias iniciativas, dentre elas a de Florence Nightingale que, com seu trabalho, influencia William Rathbone a criar em 1859 "o primeiro serviço de enfermagem domiciliar em Liverpool, na Inglaterra" (IBID, 90).

Também na Inglaterra se verifica a iniciativa de Octavia Hill que, em 1865, inicia um trabalho de educação familiar e social, igualmente operacionalizado por intermédio da visita domiciliar.

Da descrição, mesmo que sumária dessas experiências, depreende-se que, no tocante às formas de operacionalização, as mesmas guardam, como já pontuamos, procedimentos comuns.

Podemos resumi-los em: a) estudo das necessidades individuais, familiares e de localidades carentes; b) avaliação das solicitações de ajuda; c) triagem dos problemas constatados; d) concessão ponderada de ajuda material; e) aconselhamentos; f) utilização dos recursos institucionais existentes para encaminhamentos; e g) incentivo à inserção no mercado de trabalho.

Esses procedimentos exigiam preponderantemente a utilização de visitas domiciliares e a realização de inquéritos sociais. Com dimensão individual, esses instrumentos visavam tanto a obtenção de conhecimento da realidade como a intervenção propriamente dita. Tinham ainda, como instrumento básico, o próprio relacionamento com os assistidos.

Valendo-se dessas experiências, a Charity Organization Society mantém a dimensão individual e educativa e assimila, também, o modo de proceder ou de concretizá-las.

Seus pontos básicos, segundo Ander Egg (1975) eram: a) cada caso

será objeto de um inquérito, cujos resultados serão consignados em um relatório escrito; b) o relatório será submetido a uma comissão que se pronunciará sobre quais as medidas a serem tomadas; c) não serão atribuídos auxílios temporários, mas sim um auxílio significativo, racional e prolongado, para que o indivíduo ou a família possam voltar as suas condições normais; d) o assistido será o agente de sua própria readaptação, assim como seus parentes, vizinhos e amigos; e) solicitar-se-á, em favor do assistido, a ajuda das diversas Instituições existentes que possam intervir no caso; f) os agentes receberão instruções gerais escritas e sua formação será feita através de leituras e de estágios práticos; g) formar-se-á um fichário central, com o objetivo de evitar abusos e repetições de estudos; h) formar-se-á um repertório de Instituições de Caridade que permitirá organizá-las convenientemente, evitando duplicação e ociosidade.

Percebe-se nestes pontos a prescrição dos instrumentos a serem utilizados pelos seus agentes, ou seja, o inquérito social, a visita domiciliar, o estudo das necessidades, a elaboração de documentação, os encaminhamentos e a triagem/seleção dos casos.

De todos os procedimentos, o que nos parece de maior utilização é a visita domiciliar que, tanto na fase capitalista, como nas fases anteriores, constitui-se no instrumento primordial para a operacionalização da Assistência.

Era notadamente a partir das constatações efetuadas por ocasião de sua realização que, já na época pré-cristã, se concedia a ajuda material e, posteriormente, através de agentes religiosos ou leigos, também a ajuda espiritual.

Configurava-se no deslocamento do executor da caridade às residências para constatar "in loco" as carências e as condições de vida dos necessitados, com base nas quais efetuava-se o auxílio correspondente.

Seu uso era igualmente farto no caso dos enfermos. A visita aos

doentes consistia em levar-lhes auxílio material, consolo espiritual e, não raro, em executar pequenas tarefas domésticas ou relativas ao conforto físico dos visitados.

A visita domiciliar é, portanto, tão antiga quanto a própria Assistência, evidentemente, caracterizando-se ainda como uma forma pura e simples, com base no senso comum, de concretizá-la.

Em 1525, ela já estava explicitamente presente em uma proposta de Assistência. Nesse ano, um filósofo espanhol, Juan Luis Vivés, esboça um plano de ajuda aos necessitados intitulado "De Subventionem Pauperum". Nele propõe que sejam visitadas, por um Senador e um Secretário, todas as casas da cidade, verificando e anotando dados como nome dos necessitados, número de filhos, causa da situação de penúria e também a conduta dos membros da família. Com base nesses dados, tomar-se-iam as providências necessárias para cada caso. Essas medidas podiam incluir desde ajuda material a emprego para os "indigentes válidos", e ensinamento de ofícios para as crianças.

Percebe-se aí a presença do inquérito social que, como já ficou evidenciado, é mencionado sempre de forma associada à visita domiciliar. Tal inquérito, guardadas as devidas proporções, seria o que hoje denominamos de "estudo de caso".

Embora a proposta de Vivés não tenha sido colocada totalmente em prática na época, influenciou largamente as iniciativas de John Brunnel, Thomas Chalmers, Von der Heydt e outros.

Assim como a Assistência, no decorrer da história a visita domiciliar não ficou imune à perspectiva de controle objetivada em relação à população empobrecida. Entretanto, assume nitidamente esse caráter com a "Poor Law" - Lei dos Pobres.

Promulgada na Inglaterra pela Rainha Elizabeth I, em 1597, a Lei

dos Pobres significou uma tomada de posição frente ao grande número de indigentes e miseráveis, configurados já como fruto do modo de produção capitalista. Tal lei, ao ser instaurada, assume o papel de controlar e direcionar essa população aos interesses dominantes.

O controle por ela efetivado não era nada sutil. Ao contrário, era nítido e abertamente coercitivo valendo-se, inclusive, da violência física.

Com esse caráter, a Lei dos Pobres classificava sua população em três grupos, estabelecendo para cada um deles uma medida diferenciada. Segundo Fontoura (1949), o primeiro grupo - "mendigos com saúde" - era obrigado a trabalhar e proibido de pedir esmolas. A desobediência era punida com prisão e castigos físicos.

Para o segundo grupo - "pobres incapazes de qualquer trabalho" foi criada a "Casa de Esmolas" - Alms House - e, para o último grupo, "menores necessitados cujos pais não podiam sustentá-los" - a Lei prescrevia a "aprendizagem obrigatória" em oficinas particulares, onde ficavam internados em posição que beirava a escravidão.

Para reforçar ainda mais essas medidas, criou-se as "Casas de Correção", onde os pobres eram, dentre outras sujeições, forçados a trabalhar sem remuneração, como "compensação pela hospedagem". Confinados, perdiam decorrente e automaticamente a condição de cidadãos. Nesta medida, "a realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisaificava, assumindo o estado de 'coisa pública' - res publica - a que correspondia a perda da cidadania, a 'não-cidadania' " (MARTINELLI, 1989:48).

Em torno da Lei dos Pobres estabeleceu-se uma luta que objetivava sua reformulação. As pressões vinham tanto do proletariado, reivindicando sua revogação, como dos capitalistas que, contrariamente, desejavam alterações que a tornasse ainda mais repressiva.

Do embate saiu vitoriosa a burguesia, favorecida pela correlação de forças daquele momento histórico. A Lei foi reformulada em 1834, mas "nada perdeu de seu caráter rigoroso e excludente, foram criadas as Casas de Trabalho e instituídas as Caixas dos Pobres para auxílio semanal ou mensal [...] Desta forma, mesmo livrando-se, através do novo texto legal, de viver enquistados em um local específico, os pobres não conseguiram libertar-se do jugo do poder burguês" (MARTINELLI, 1989:49).

Para esta tarefa, ou seja, de controlar mais proximamente a situação dos necessitados mantendo-os sob domínio, a reformulação de 1834 instituiu a figura dos "Poor Law Commissioners" - Comissários ou Inspetores da Lei dos Pobres.

Eram responsáveis pela verificação e fiscalização da situação dos pretendentes ou atendidos pela "caridade" pública para o que realizavam, através da visita domiciliar, um exaustivo e rigoroso inquérito social.

Tanto o inquérito como a visita domiciliar eram, portanto, utilizados como instrumento não só de seleção e de classificação dos pobres, incluindo-os ou não no sistema de Assistência Pública, como também de controle da vida e do comportamento dos indivíduos e de suas famílias. Além disso, pelo que significava a inclusão do trabalhador em tal sistema, assumiam também a qualidade de instrumento de intimidação, forçando o trabalhador a submeter-se à dinâmica do capital.

Em outras palavras, "perseverando em sua concepção de pobreza e de contestação à ordem estabelecida como problema de caráter, a burguesia assumia com mãos de ferro o controle sobre a situação dos trabalhadores e dos pobres. A visita domiciliar continuava a ser utilizada com 'fins de inspeção', e as instituições de beneficência previstas na lei deviam educar o trabalhador [...]" (IBID, 92), buscando sua conformação aos parâmetros sociais vigentes.

Além de incorporar essa interpretação da Assistência como "ação

reformatora de caráter", a Charity Organization Society adota também a visita domiciliar, da qual faz largo uso.

Embora adotando-a, havia no interior da Organização contestações quanto ao uso da Assistência nessa perspectiva, bem como quanto à utilização do inquérito social com fins repressivos. Tais contestações teriam como base a própria proposta de Assistência da Charity Organization Society que apresentava-se com um cunho diferente daquele visível na Lei dos Pobres.

Pode-se dizer que a Assistência no interior da Charity Organization Society estava voltada muito mais para a consecução de sua função ideológica, de socialização do "modo capitalista de pensar", do que para as ações de apelo explícito à violência. Assim sendo, o controle social exercido distanciava-se do emanado pela Lei. Desenvolvido primordialmente mediante ações educativas, o controle social apresentava-se de forma mais sutil, não se desvinculando, entretanto, do projeto político burguês.

Contestada para "fins de inspeção", a visita domiciliar é, por outro lado, extremamente defendida e valorizada por membros da Charity Organization Society como instrumento de operacionalização das ações educativas na busca da "reforma de caráter" e de moldagem dos comportamentos humanos aos padrões estabelecidos.

Confirmando, Martinelli expressa que "Octavia Hill em Londres e Josephine Shaw Lowell, em Nova Iorque, defenderam em diferentes ocasiões a sua utilização tanto para regularizar a concessão de auxílios quanto para promover a reintegração social do indivíduo, conforme proposta de Nightingale." (MARTINELLI, 1989:93)

3. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

As sucessivas crises econômicas, a expansão da Ciência e da tecnologia, a progressiva acumulação do capital em poucas mãos, o desenvolvimento da classe operária, de suas lutas e de seu ingresso no cenário político, dentre outros fenômenos, concorrem para que, por ocasião da criação das primeiras escolas e do início da caminhada do Serviço Social rumo à profissionalização, se tenha, como pano de fundo, o capitalismo em seu novo estágio - a fase monopolista.⁰²⁸

Evidentemente a fase monopolista não altera a essência do capitalismo. As alterações que ela provoca em toda a dinâmica social, apenas repõe, em maior nível de complexidade, o sistema totalizante das contradições. Melhor dizendo, "ao mesmo tempo que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarastrear a ponderação de vetores negativos e críticos que detona" (NETTO, 1992:15-16).

Fenômeno importante e de especial relação com o surgimento do Serviço Social é o redimensionamento que se processa no âmbito do Estado.

Se no capitalismo concorrencial o Estado intervinha nas condições externas da produção capitalista de forma descontínua, ou seja, apenas em momentos específicos, na fase monopolista a intervenção estatal vai além dessas condições. Suas ações, agora metódicas, incidem, direta ou indiretamente, sobre

(028) Em conformidade com o que aludimos na nota 07 e tendo por referência o expresso por Bottomore (1988), situamos o início da fase monopolista na década de 1890 e a do capitalismo monopolista de Estado na década de 1930.

a totalidade da organização social.

As funções estritamente econômicas do Estado, em seu papel de "comitê executivo", articulam-se as funções políticas e é, neste ponto, que se visualiza o novo tipo de intervenção na "questão social", isto é, sua colocação como alvo das Políticas Sociais.

Com efeito, "sincronizadas em maior ou menor medida à orientação econômica-social macroscópica do Estado burguês no Capitalismo Monopolista, o peso destas Políticas Sociais é evidente no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E, no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como social, como mediador de interesses conflitantes." (NETTO, 1992:27-28)

Referenciado por esse novo tipo de intervenção na questão social, gerada no contexto do capitalismo monopolista e delegado ao Estado como função permanente e reconhecida, é que se forjam as condições objetivas para o surgimento do Serviço Social como profissão.

Segundo Iamamoto, "o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais engendradas nesse processo [onde se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro], determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de 'racionalidade' e 'eficiência' inerentes à sociedade capitalista" (IAMAMOTO, 1983:77), dentre eles o Assistente Social.

Nesta medida, é apenas nesse contexto sócio-político e econômico que se cria espaço para que o Serviço Social possa emergir enquanto profissão.

Tal profissionalidade, entendida principalmente em relação à inserção do Assistente Social no mercado como trabalhador assalariado, não se

da, porém, em um "continuum" as práticas assistenciais antes descritas. É certo que elas servem de base, que informam e que penetram a configuração da profissão, todavia, a relação é de continuidade e não de continuum.

Segundo Netto (1992), ao invés de um continuum, o que realmente se verifica na passagem da proposta de racionalização da assistência para o Serviço Social como profissão é uma ruptura, representada pela inserção do Assistente Social na divisão sócio-técnica do trabalho. Iamamoto expressa, por sua vez, que é nessa inserção que se processa "a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho em atividade subordinada à classe capitalista." (IAMAMOTO, 1983:85)

Sob este prisma, o Serviço Social origina-se realmente da proposta de racionalização da assistência, mas transcende-a, a partir do momento em que ocupa seu espaço na divisão sócio-técnica do trabalho, primordialmente como executor das medidas de política social traçadas pelo Estado para o enfrentamento da "questão social", tendo em vista os interesses monopólicos e a própria consecução do projeto político de controle social.

Neste período, fim do século XIX e começo do século XX, a Charity Organization Society havia se tornado a maior instituição destinada à assistência.⁰²⁹ Estimulada, de modo amplo por esse contexto extremamente favorável, e de modo específico pela preocupação com a formação e a qualificação de seus membros, a C.O.S. dá os primeiros passos concretos em direção à criação das escolas e da profissionalização do Serviço Social.

As primeiras iniciativas que se tem registro no que tange à capacitação de agentes para o desenvolvimento de práticas assistenciais são aquelas empreendidas por Octavia Hill, em 1873, na Inglaterra. Nelas, a formação

(029) Em 1907 já haviam 180 sedes da C.O.S. somente nos Estados Unidos. Dado extraído de Fontoura (1949).

consistia em "[...]aprender a tratar as pessoas, a compreender as condições em que elas viviam e os meios que podiam ser empregados para melhorá-las, ademais, deviam estar familiarizadas com os diversos organismos existentes dedicados à assistência" [tradução nossa] (BELL apud ANDER EGG et alii, 1975:136).

Porém, é realmente por intermédio da C.O.S. que a capacitação e treinamento dos "agentes da assistência" é intensificada.

Já expressa em seus pontos básicos e levando internamente em conta, por um lado, o aumento considerável de seus membros e, por outro, a própria proposta de colocação da assistência em bases científicas, a Charity Orgazation Society passa a buscar de forma vigorosa a qualificação de seus agentes.

Nessa busca, ela organiza, na última década do século XIX, uma série de cursos intensivos sobre a assistência e sua operacionalização. Dentre eles, aponta-se o Primeiro Curso de Formação de Visitadores Sociais Voluntários, realizado em Londres, no ano de 1893, ao qual se seguiram os promovidos nas cidades norte-americanas de Wisconsin e Cincinatti, no ano seguinte.

Os cursos esporádicos convergem rapidamente para a criação das escolas. A primeira, Training School in Applied Philantropy - Escola de Filantropia Aplicada - é fundada em Nova Iorque, Estados Unidos, 1899. A criação de tal escola teve forte influência de Mary Richmond ⁰³⁰ que, no ano anterior, por ocasião da Conferência Nacional das Obras de Caridade, Correção e Filantropia, havia proposto a formação de uma escola destinada "à aprendizagem da aplicação científica da filantropia" (MARTINELLI, 1989:94).

No ano seguinte surge a primeira escola européia em Amsterdã -

(030) A influência de Mary Richmond no processo de institucionalização do Serviço Social é indiscutível, tanto no envolvimento direto, ministrando cursos e integrando o corpo docente da primeira escola, como no plano das idéias.

Holanda. A partir dessas duas, outras vão se sucedendo em vários países. É o caso da primeira escola alemã - 1908, inglesa - 1908 (já incorporada à Universidade de Birmingham) e francesa - 1911.

A proliferação vertiginosa delas possibilita que, em 1944, já se contasse com cerca de 200 escolas, sendo 42 nos Estados Unidos, 36 na Alemanha, 10 na Inglaterra, 10 na França, 35 na América Latina e as demais distribuídas praticamente em todos os países do mundo.

031

A criação das escolas foi fundamental para a profissionalização do Serviço Social. Embora longa, vale a pena a transcrição da expressiva colocação de Martinelli: "a expansão das escolas desempenhou também um papel importante nesse sentido [profissionalização] referenciando a ação assistencial ao domínio dos conhecimentos e procedimentos técnicos especializados. A prática da assistência já não era mais tão-só uma expressão pessoal de caridade ou o produto eventual de uma motivação religiosa; vincula-se a objetivos mais amplos e apóia-se em bases mais consistentes; realizá-la implicava conhecer seus fundamentos, dominar os procedimentos que lhe eram próprios. Insinuava-se já aí o pensamento corporativista e a idéia de organização profissional, verdadeiras bandeiras de luta da Sociedade de Organização da Caridade, por um longo período" (MARTINELLI, 1989:95).

Já nos anos iniciais do século XX, em função dos esforços empreendidos pela Charity Organization Society e preparados pelas escolas, os primeiros Assistentes Sociais começam a ser absorvidos pelo mercado de trabalho. Registra-se nos Estados Unidos a inserção em equipes de saúde, tribunais de justiça, área educacional e hospitais.

Em direta proporção com o crescimento das escolas, amplia-se consideravelmente o número de profissionais, de forma que em 1915, somente na ci-

dade de Nova Iorque, já existiam cerca de quatro mil Assistentes Sociais atuando profissionalmente.

Na segunda década deste século, principalmente nos Estados Unidos, a idéia de organização profissional começa a gerar efeitos concretos. Entre eles aponta-se a fundação da "American Association of Medical Social Workers" (1918), da "American Association of Social Workers" (1920) e da "American Association of Psychiatric Social Workers" (1926).⁰³³

Quanto à denominação da profissão que emergia, em 1916, por ocasião da Conferência Nacional das Obras de Caridade, Correção e Filantropia, foi proposto por Mary Richmond e aceito unanimemente o termo "Social Work" - Trabalho Social.

De outra parte, no continente europeu, o termo utilizado era "Social Service" - Serviço Social, cuja aprovação definitiva ocorreu em 1928, durante a primeira Conferência Internacional.

A questão não era apenas semântica. Espelhava a grande diferença de pontos de vista existentes entre a Charity Organization Society americana e a européia refletindo, conseqüentemente, no também diferenciado itinerário e cariz da profissão nestes dois âmbitos. Conforme veremos mais adiante, essas diferenças vão concorrer para o estabelecimento de um caráter bastante sincrético do Serviço Social brasileiro.

Uma incursão aprofundada sobre essas diferenças, cuja explicação reside tanto na realidade histórico-social como no plano ideológico-cultural, desvia-se dos objetivos desse estudo. Porém, não querendo tender a uma total omissão

(032) Dado expresso por Martinelli (1989), com base em levantamento realizado em 1915 por Edward Devine e Mary Van Kleeck, por solicitação da Escola de Filantropia Aplicada.

(033) Dados contidos em Fontoura (1949).

sobre o assunto, pontuaremos alguns aspectos que, sendo relevantes e merecendo destaque, podem ser aprofundados em publicações já existentes.

Segundo Netto, "o desenvolvimento do Serviço Social na Europa Ocidental prende-se a três fenômenos, aliás desconhecidos no outro lado do Atlântico: uma traumática herança de experiências revolucionárias, a forte presença de uma cultura social restauradora e o peso específico da tradição católica" (NETTO, 1992:106).

Na confluência desses fenômenos, o Serviço Social vai definir-se por uma estreita relação com a Igreja Católica, seja por seu papel ideológico (através da Doutrina Social da Igreja), seja por seu papel organizativo (pelo poder de organização da Igreja com suas Escolas Católicas e grupos de Ação Social, por exemplo).

Sob esse panorama, "a linha divisória entre a prática religiosa e a profissional [era] cada vez mais tênue, inclinando-se para o limite da indiferenciação entre ambas" (MARTINELLI, 1989:106). Até os anos 20, o Serviço Social europeu terá como marcas principais uma certa debilidade quanto ao aporte metodológico, suprido pelo apelo à Doutrina Social da Igreja como orientadora de sua prática e por um decorrente caráter confessional e doutrinário que o torna mais resistente à influência das Ciências Sociais.

De forma diversa, a sociedade norte-americana não herda uma tradição cultural e sociológica parametrada pelas violentas representações da luta de classes, como ocorre na Europa.

Sua história e cultura são marcadas pela ampla penetração do liberalismo, por uma incipiente organização proletária de natureza revolucionária.

(034) Uma detalhada abordagem da emergência e configuração do Serviço Social como profissão nos Estados Unidos e Europa pode ser encontrada em Netto (1992). Ver também Martinelli (1989).

ria, por conflitos e luta de classes de baixo poder ameaçador, por uma contratendência revolucionária pouco representativa ao nível ideológico e intelectual, por um desenvolvimento capitalista vigoroso, por uma cultura católica residual e um forte fervor evangélico, por uma tendência reformista-conservadora bastante larga e por instituições, associações e grupos civis expressivos na estrutura social.

Neste sentido, o Serviço Social norte-americano apresentará como características genéricas até a década de 20: a) uma desvinculação da Doutrina Social da Igreja que possibilita, desde o início, uma busca de aporte teórico nas Ciências Sociais que se mostram, na sociedade norte-americana, com um cariz acentuadamente reformista e pragmático; b) um idêntico caráter reformista e pragmático, possibilitando uma estrutura operativa bastante desenvolvida; c) uma forte impulsão à profissionalização e inserção no mercado de trabalho como profissionais e não como "braços" da prática religiosa, embora, em grande maioria, os Assistentes Sociais compartilhassem do referido fervor evangélico.

Este é o contexto norte-americano que serve de cenário para Mary Richmond e seus estudos. Por suas ações, por seu papel na constituição da profissão e pelo fato de suas obras, principalmente "Social Diagnosis" e "What is Social Case Work", terem se constituído em fontes que informaram e influenciaram os Assistentes Sociais neste e em outros momentos da história da profissão, é que dedicamos a ela e suas idéias a próxima seção desse capítulo.

4. A PROPOSTA DE MARY RICHMOND

Mary Ellen Richmond nasceu em Belleville, Illinois - Estados Unidos, em 05 de Agosto de 1861 e faleceu em Nova Iorque em 12 de Setembro de 1928, aos sessenta e sete anos.

Foi apenas aos vinte e oito anos, quando ingressou na Charity Organization Society de Baltimore como Tesoureira Assistente, que Mary Richmond iniciou suas atividades no campo da Assistência Social e começou a se dedicar a uma tarefa que lhe acompanharia a vida toda: a sistematização de uma nova profissão - o "Social Work".

Em 1891 foi eleita Secretária Geral da Charity Organization Society de Baltimore. Já nesse período começa a se fazer conhecida nacionalmente por seus artigos em jornais e revistas, pelas atividades realizadas na C.O.S., por sua participação ativa nos Encontros e Conferências da mesma e pela defesa que empreendia quanto à capacitação das "visitadoras".

Como vimos, em função desta idéia propõe a criação de uma escola de Filantropia. Ao ser viabilizada pela Charity Organization Society, em 1898, Mary Richmond integra-se a ela como docente, assumindo posteriormente a cátedra de Serviço Social de Casos.

Também por essa motivação, publica, em 1899, seu primeiro livro - "Visitas Amigáveis entre os Pobres", composto principalmente de sugestões práticas para a atuação dos "visitadores".

Daquela reputação conquistada decorre o convite para que reorganize a Charity Organization Society da Filadélfia. Lá, Mary Richmond atua de 1900 a 1909, quando, a par de suas outras atividades, continua ministrando

curios sobre a prática do Serviço Social e realizando estudos que pudessem contribuir para a sistematização da profissão.

Ainda na Filadélfia, publica outro livro - "O Bom Vizinho na
035
Cidade Moderna" - e começa a preparar material que daria origem à publicação do livro "Social Diagnosis" - "Diagnóstico Social".

Em 1909 regressa à Nova Iorque para dirigir o Departamento de Or-
036
ganização da Caridade da Fundação Russell Sage, através da qual publica, em 1917, o já referido "Diagnóstico Social".

Daquela ano até o seu falecimento, dedicou grande parte de seu tempo a atividades docentes, a proferir conferências e cursos rápidos e a publicar e dirigir publicações de livros e outros materiais no intuito de divulgar o Serviço Social e seus métodos.

Com "Diagnóstico Social" e, posteriormente com "What is Social Case Work" - "O que é Serviço Social de Casos" - publicado em 1922, Mary Richmond atingiu plenamente esse propósito. Suas idéias espalharam-se não só pelos Estados Unidos, mas também por outros países (inclusive europeus), firmando-se como ponto de referência para os Assistentes Sociais naquele e em períodos subseqüentes da história do Serviço Social.

O foco desses dois livros é o Serviço Social de Casos que se

(035) Segundo informações contidas no Prefácio da edição portuguesa da obra "Diagnóstico Social", o livro "O Bom Vizinho na Cidade Moderna", publicado em 1907, rendeu uma edição especial de 10 mil exemplares e mostrava "em termos simples, o que era Serviço Social e qual a sua utilidade [...]".

(036) Fundação criada em 1907 pela viúva de Russell Sage - Margarida O. Sage, para o "estudo das causas da ignorância, da pobreza, do vício e do crime e o modo de os combater" trabalhando tanto no "campo da filantropia curativa como preventiva, tendo em vista aumentar os conhecimentos que permitiam ajudar a diminuir as necessidades e as doenças", sendo o principal objetivo a investigação e, a seguir, a educação, conseguida principalmente por meio de publicações" (Prefácio à edição portuguesa do livro "Social Diagnosis", 1950:XXXII).

"ocupa de estabelecer melhores relações sociais tratando o indivíduo um a um no círculo íntimo da família" [tradução nossa] (RICHMOND, 1962:148). Entretanto, como adverte a autora na mesma obra, os demais ramos do Serviço Social mantêm com o Serviço Social de Casos Individuais uma relação recíproca, de forma que se tornaria fragmentário se fosse visto em separado do campo maior da profissão.

A interdependência de tais ramos pauta-se no entendimento de que todos eles, independentemente dos fins particulares almejados, têm por objetivo principal "[...] fazer progredir a espécie humana tornando melhores as relações sociais" [tradução nossa] (IBID, 149).

Sendo amplo, esse objetivo final é compartilhado pelo Serviço Social com outras profissões. A contribuição específica do Serviço Social de Casos Individuais, isto é, seu campo próprio de ação, é o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, o que leva Mary Richmond à seguinte definição: "O Serviço Social de Casos Individuais é um conjunto de métodos que desenvolvem a personalidade, reajustando consciente e individualmente o homem em seu meio social" [tradução nossa] (IBID, 67).

Sobre seu entendimento acerca do conceito de personalidade Mary Richmond assim se expressa: A personalidade não representa "somente aquilo que é inato, tudo que é individual, e sim tudo o que o homem adquire por sua educação, por sua experiência e por suas relações com seus semelhantes. Nossa herança física, as qualidades inatas e inalteradas que nos têm sido transmitidas,

(037) Os outros ramos do Serviço Social seriam: 1) aquele que tem por objeto os serviços sociais coletivos e se ocupa com grupos onde o indivíduo não é mais que uma unidade em um conjunto; 2) aquele que tem por objeto as reformas sociais e "tende a elevar 'em conjunto' as condições em que vivem as massas, principalmente pela propaganda social e pela legislação social" [tradução nossa] (RICHMOND, 1962:149); e, 3) aquele que tem por objeto a investigação social e que se dedica a descobrir e reunir descobrimentos já realizados, que possam ser utilizados no Serviço Social de Casos Individuais e nos dois outros ramos citados.

são individuais: porém, toda essa parte de nossa herança social e de nosso meio que temos sido capazes de agregar, dia a dia, a nossa individualidade e da qual temos feito uma parte de nós mesmos, é pessoal; e esse todo é nossa personalidade. [tradução nossa] (RICHMOND, 1962:63).

Ainda com relação à noção de personalidade adotada pela autora, é necessário ressaltar que compartilhava da crença corrente nos Estados Unidos naquele período histórico de "que uma pessoa poderia exercer uma influência benéfica sobre outra, desde que dispusesse de um grande conhecimento psicológico, de método e de habilidade" (NEVES, 1990:126).

Essa crença, ela transfere para a ação do Assistente Social, na medida em que deixa claro que o profissional pode conseguir viabilizar essa influência mediante qualidades como simpatia, perseverança, paciência, franqueza e inteligência. Além disso, tal influência também está vinculada a uma prática séria e rigorosa, pautada em conhecimentos que viriam principalmente da Filosofia, da Psicologia e da Sociologia.

Não obstante a definição de Serviço Social de Casos antes exposta, a ação do Assistente Social não se restringe à adaptação do homem ao meio. Ao contrário, configura-se em uma atuação que incide concomitantemente no homem e no meio, empreendendo esforços tanto em mudanças no comportamento e personalidade do primeiro, como nas circunstâncias em que vive.

Nas palavras de Richmond, "não é sempre suficiente, sem embargo, tentar adaptar o cliente ao seu ambiente atual; as mudanças no meio também são um recurso importante e podem ser temporárias ou permanentes. O ambiente que deveria contribuir para o desenvolvimento da personalidade é, às vezes, pelo contrário, ativamente anti-social [...]" [tradução nossa] (RICHMOND, 1962:78).

Em "O Que é Serviço Social de Casos", Richmond expressa que as operações comuns dos Assistentes Sociais no atendimento de Serviço Social de Casos Individuais podem ser agrupadas sob dois grandes tipos: Compreensão e

Ação. Estas, por sua vez, podem ser divididas em: "a) Compreensão da individualidade e das características pessoais; b) Compreensão dos recursos, dos perigos e das influências do meio social; c) Ação direta da mentalidade da Assistente Social sobre a de seu cliente; d) Ação indireta exercida sobre o meio social." [tradução nossa] (RICHMOND, 1962:69).

Embora a autora faça uma advertência quanto ao fato dessas operações se interpenetrarem continuamente, poderíamos dizer que as duas primeiras referem-se à fase preliminar da intervenção em Serviço Social de Casos Individuais - o Diagnóstico Social. Do mesmo modo, as duas últimas são relativas ao tratamento propriamente dito.

Levando isso em conta, poderíamos ainda afirmar que, no que tange aos dois livros antes citados, o primeiro - "Diagnóstico Social" - põe em maior evidência as duas primeiras fases e o segundo - "O Que é Serviço Social de Casos" - as duas últimas.

Além do próprio conteúdo dos dois livros, essa afirmativa parece ter fundamento na seguinte colocação de Richmond: "dado que o trabalho dos casos individuais é matéria excessivamente vasta para poder ser tratada em um único volume, só nos ocuparemos das suas operações preliminares." (RICHMOND, 1950:04) - o Diagnóstico.

Antes de Mary Richmond, esse termo "Diagnóstico Social" não era utilizado pelos Assistentes Sociais. Os termos em uso eram "investigação" e "inquérito".

Porém, vendo o Diagnóstico como um processo, acredita que esses dois designavam apenas uma parte dele. Assim, o Diagnóstico denota o conjunto de todo o "esforço dispendido para conhecer os factos essenciais que deram origem às dificuldades sociais de um indivíduo" (IBID, 04), onde insere, tanto aqueles relativos à situação social, como à personalidade do "necessitado". Na qualidade de processo, comporta dois momentos distintos, mas entrelaçados. São

eles: a) investigação ou coleta de dados - o inquerito b) exame crítico,
 038
 comparação das realidades e interpretação dos dados coletados que permitem
 estabelecer as conclusões e, assim, a elaboração propriamente dita do
 diagnóstico.

Para a obtenção dos dados, Richmond coloca quatro "processos",
 através dos quais se chega ao diagnóstico: "1) uma primeira e longa entrevista
 com o necessitado; 2) os primeiros contatos com a sua família mais chegada; 3)
 a busca de cooperação fora da família para que o estudo seja mais amplo; 4) o
 exame cuidadoso de cada dado obtido e das relações desse com outros para sua
 devida interpretação" (RICHMOND, 1950:75).

Para os três primeiros, são utilizadas como fonte o próprio
 cliente e a família. Conforme o caso, recorre-se ainda a outras fontes de in-
 formação que não se vinculam diretamente ao grupo familiar. Seriam algumas de-
 las: os parentes, os vizinhos, os amigos, os patrões antigos e atuais, as esco-
 las e as instituições sociais.

Além dessas fontes, Mary Richmond coloca ainda aquelas de caráter
 documental. Dentre um rol bastante vasto, explicitado pela autora, pode-se res-
 saltar as fichas de trabalho, os documentos pessoais de registro civil (certi-
 dões de nascimento, de casamento, de propriedade e outros), as fichas médicas,
 os registros ou documentos que indicam paradeiro/endereço e os registros que,
 em casos específicos como delinquência por exemplo, possam indicar dados de
 comportamento (registros em tribunais, departamentos de polícia e outros).

Para a coleta de dados, o instrumental mais utilizado são as
 entrevistas e as visitas (domiciliares, às escolas, ao local de trabalho e
 outras). A entrevista parece ser, para Mary Richmond, o instrumento primordial

(038) Entende por realidade "todos os fatos, da história pessoal ou familiar
 que, tomados em conjunto, indicam a natureza das dificuldades sociais dum
 necessitado e dos meios de as remover" (RICHMOND, 1950:26)

para a investigação. A primeira entrevista, ela dedica significativa atenção reservando-lhe um capítulo especial. De modo geral, são as seguintes as colocações da autora, a respeito desse instrumento:

- a) O método da entrevista pode mudar conforme o tipo de circunstância que a motiva. Essas circunstâncias seriam: o tipo de diligência a realizar; a origem da demanda pela intervenção do Serviço Social (do próprio interessado ou encaminhamento de uma outra instituição); o local da entrevista (moradia ou agência); e os conhecimentos anteriores sobre o caso.
- b) Na primeira entrevista, o Assistente Social deve procurar escutar o máximo possível e de forma atenciosa; estabelecer uma relação de confiança, de cooperação e de compreensão com o cliente; estimular um sentimento de confiança em si mesmo por parte do entrevistado; não perder de vista os objetivos estabelecidos e evitar fazer anotações durante sua realização, bem como emitir conselhos e opiniões prematuros.
- c) Na primeira ou nas demais entrevistas, o Assistente Social deve atentar para os planos e as esperanças do cliente com relação a sua vida, e deixar claro seu desejo de ajudá-lo.

Outro instrumento ao qual Mary Richmond dedica especial atenção são os questionários. Aponta a existência de um questionário "geral preliminar" seguido, conforme o caso, de questionários "que se referem a quaisquer incapacidades especiais".

Quanto a esses últimos, apresenta dez modelos de questionários específicos aplicáveis àqueles casos que se incluem nas correspondentes incapacidades. Os modelos seriam: Questionário referente a uma família de emigrantes; Questionário referente a uma família abandonada; Questionário referente a uma viúva com filhos; Questionário referente a uma criança abandonada; Questionário referente a uma mãe solteira; Questionário referente a uma pessoa cega; Questionário referente a um homem sem domicílio; Questionário referente a um alcoólico; Questionário sobre um possível louco e Questionário

sobre uma criança possivelmente debil mental.

Tais modelos compõem-se de sugestões de aspectos a serem levantados ou de perguntas a serem efetuadas durante a investigação ou no próprio tratamento. Nesta medida, não figuram em Richmond como modelos rígidos estabelecidos previamente. Ao contrário, a própria autora alerta para a ausência de rigidez, de uniformidade e de possibilidade de aplicação universal dos mesmos.

Obtidos os dados, o processo seguinte é seu exame e sua interpretação no intuito de formular um diagnóstico preciso da situação e da personalidade do cliente. O processo agora caracteriza-se por um exercício mental, onde o raciocínio dedutivo é fundamental. Assim, para sua elaboração, Richmond não opota um instrumental específico: apenas o exame dos registros e documentos elaborados pela Assistente Social durante a investigação.

Mesmo variando conforme o tipo de situação apresentada e de intervenção que demandará, o Diagnóstico Social deverá conter obrigatoriamente: " 1) a definição da dificuldade; 2) a lista dos factores causais apurados; 3) a enumeração dos dados que, em relação ao tratamento, actuem de forma positiva ou negativa. (RICHMOND, 1950:301).

Na opinião da autora, um Diagnóstico Social perfeito não é aquele minucioso ou conciso. É aquele que "[...] abrange todos os factores principais que importem à reconstrução social com a inclusão de todos os dados sobre os quais se pode firmar o tratamento social a empreender." (IBID,305)

Seqüenciando o diagnóstico ou ocorrendo concomitantemente a ele, o tratamento, como pontuamos, envolve uma ação direta sobre o cliente e sua "mentalidade" e uma intervenção indireta sobre o meio social em que ele vive. Ou seja, de forma combinada, envolve uma ação direta e indireta sobre a situação apresentada e diagnosticada.

Durante o tratamento são inúmeros os procedimentos que podem ser postos em prática pelo Assistente Social, mesmo porque, são inúmeras as situações sociais e as dificuldades detectadas em cada caso e que, além disso, variam de um caso para outro.

Em "O que é Serviço Social de Casos", Mary Richmond dá indicações de quais seriam os procedimentos mais utilizados pelo Assistente Social de Casos Individuais durante o tratamento.

Segundo ela, o tratamento envolve necessariamente procedimentos relativos a aspectos materiais e econômicos do cliente, inclusive com concessão de auxílios. Entretanto, não vê o Serviço Social caracterizado por esse tipo de atividade. Ressalta e defende que só considera como Serviço Social de Casos, aquela intervenção sistemática, prolongada e intensiva que tem por fim último a melhoria das relações sociais.

Para essa melhoria, faz-se necessário uma intervenção que provoque mudanças tanto na mentalidade do cliente (ação direta), como em seu meio social (ação indireta). Tanto em um como em outro, a base do tratamento, assim como o foi durante a elaboração do Diagnóstico Social, é o relacionamento entre a Assistente Social e o cliente que deve se pautar na paciência e em uma atitude mutuamente compreensiva e franca.

Tais características possibilitam o estabelecimento e/ou fortalecimento do relacionamento que, por sua vez, facilitam o êxito do processo de ajuda.

Ao nível direto, o processo de ajuda ao cliente é, na verdade, o seu processo de adaptação ao meio social, assumindo aí grande importância a mudança de hábitos e de costumes.

Para eficácia desse processo de ajuda, inclusive no que tange à mudança de mentalidade, Mary Richmond ressalva a necessidade da participação

ativa do cliente nos planos e nas decisões a serem tomadas. Isso imprime a esse processo uma qualidade de ajuda para que o cliente ajude a si mesmo.

Ao nível da ação indireta, o envolvimento da família e de outras pessoas no processo de tratamento, facilitam seu desenrolar e aumentam, assim, sua probabilidade de sucesso. As pessoas citadas como possíveis fontes, quando da exposição sobre a elaboração do Diagnóstico Social, podem e devem agora ser motivadas e conquistadas para auxiliarem no tratamento. Se os primeiros contatos dirigidos para a investigação foram bem efetuados, eles podem agora facilitar e motivar o engajamento das pessoas em tal processo.

Entram também neste nível do tratamento a utilização dos recursos e dos equipamentos sociais, bem como a recorrência a instituições e a especialistas no intuito de viabilizar o plano de intervenção almejado.

No que se refere às instituições sociais, mais do que interessante, a cooperação entre as diversas obras é fundamental para o êxito do tratamento em Serviço Social de Casos Individuais. A utilização correta e inteligente das instituições sociais e dos recursos sociais existentes é um intento que o Assistente Social deve ter sempre em mira e buscar efetivá-lo.

Quanto às mudanças no meio, nela se enquadram uma vastidão de procedimentos e possibilidades. Nas palavras de Mary Richmond, "a ação do trabalhador social se desenvolve desde os serviços mais humildes, guiados pelo afeto, pela paciência e pela simpatia pessoal até chegar a medidas mais radicais, tais como uma mudança completa de ambiente, a organização de recursos que faltavam completamente e a restauração dos laços rotos desde muito tempo." [tradução nossa] (RICHMOND, 1962:170)

Embora não explicita destacadamente o Instrumental Técnico utilizado ou que poderia sê-lo durante o tratamento, é totalmente possível, através do relato de casos e posterior análise que a autora faz, visualizá-los, pelo menos em parte.

De modo geral, ao nosso ver, eles seriam os seguintes: Entrevistas com o cliente, com a família e com colaterais; Visitas domiciliares, às Escolas, aos Locais de Trabalho e outras; Contatos; Encaminhamentos e Utilização dos Recursos e Equipamentos sociais existentes.

5. A AFIRMAÇÃO DA PROFISSÃO E SEUS CONDICIONAMENTOS

Os anos 30 e 40 de nosso século vão encontrar o Serviço Social norte-americano em adiantado processo de organização. O mesmo se verifica no âmbito europeu e no latino-americano.

Nos Estados Unidos, a Associação Nacional de Trabalhadores Sociais, na década de quarenta, encampa a Charity Organization Society e passa definitivamente a tomar para si a responsabilidade pela "organização, representação e defesa da categoria profissional" (MARTINELLI, 1989:102).

No continente europeu, os pequenos grupos associativos de Assistentes Sociais - Núcleos de Assistentes Católicos, criados na França sob a influência da Escola Católica de Serviço Social, já haviam se expandido e se ampliado, acarretando, em decorrência, o refluxo da Charity Organization Society européia. Em 1925, tais núcleos deram origem à União Católica Internacional de Serviço Social - UCISS que, "como núcleo de sensibilização e mobilização de leigos para a ação profissional" (IBID, 1989:107) assume, a partir da década de 30, a liderança do processo de formação profissional.

O processo de institucionalização na América Latina também já era uma realidade. Sob a proteção e estímulo da Igreja Católica e do Estado, a primeira Escola fundada no Chile (1925) muitas outras foram se sucedendo, preponderantemente Escolas Católicas.

Quanto às diferenças antes citadas entre o Serviço Social norte-americano e o europeu vamos encontrá-las com novo perfil no fim dos anos vinte.

Vivenciando um momento particular de entre-guerras, além das decorrências sociais e econômicas delas advindas, a Europa convive, dentre outras

circunstâncias, com ondas revolucionárias, com o fortalecimento das lutas dos trabalhadores organizados em sindicatos e partidos políticos, com a ascensão da ameaça nazi-fascista e com as graves consequências da crise de 29.⁰³⁹

O efeito mais importante ao nível histórico-social é o deslocamento do pólo hegemônico capitalista para os Estados Unidos que, não obstante os reflexos da crise de 29,⁰⁴⁰ manteve com suficiência seu vigor no plano econômico e certa margem de consenso no plano político-ideológico.

Em função dos condicionamentos sócio-históricos que impõem novas demandas, e também das respostas teórico-práticas elaboradas para fazer-lhe frente, neste mesmo período verifica-se uma interação entre as duas tradições.

Segundo Netto (1992), quando a confluência se dá, as duas vertentes já apresentam uma face diferenciada em comparação àquela antes descrita.

Nos Estados Unidos, a concepção evolucionista de raiz spenceriana e o conteúdo de "rigorismo ético" haviam se esvaído, assim como no âmbito particular do Serviço Social é observável uma certa perda de influência daquelas idéias que informaram Mary Richmond.⁰⁴¹

(039) A política econômica de base liberal clássica adotada nos Estados Unidos na década de 20, acarreta, dentre outros fenômenos, um impulso acelerado na especulação financeira através da compra e venda de ações na bolsa de valores de N. Iorque. A chamada crise de 29 explode em 24/10/1929 quando um grande lote de ações não encontra compradores e os investidores, atemorizados, empreendem uma corrida para se livrarem dos papéis. Da imensa queda dos preços, decorre uma crise financeira que irradia para a sociedade norte-americana (falências individuais e de empresas, fechamento de bancos, demissões em massa) e para os demais países capitalistas (como fruto da redução de importações pelos E.U.A. e do repatriamento de capitais americanos investidos no mercado externo).

(040) Em 1932 é eleito Presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt. Com a política do "New Deal" - Plano econômico de base Keynesiana, Roosevelt enfrenta a crise e restaura a economia de forma que, ao final de seu mandato (1939), os Estados Unidos já se encontravam próximos do patamar econômico existente antes da crise.

(041) Recolhidas, segundo Netto (1992) dos "pragmáticos" clássicos como W. James e Dewey e George H. Mead.

Tal perda se relaciona inteiramente com a "viragem" psicologista, que o autor considera como um elemento facilitador na interação das referidas vertentes.

A modificação mais significativa na Europa vincula-se à aproximação da Igreja ao Neotomismo. Essa perspectiva fornecerá a ela, aos seus agentes e ao próprio Serviço Social, o aporte necessário ao redimensionamento demandado pelo momento histórico.

A recorrência ao Neotomismo possibilita a construção de uma "nova escolástica", cuja síntese social, segundo Netto (1992), comparece claramente em Maritain.

A nova programática, não mais reduzida ao moralismo, terá na perspectiva do "bem comum" ⁰⁴² um ponto forte. Além disso, "ao apontar para a legitimidade da intervenção sócio-política no universo intra-mundo, deslocava-se [a prática social orientada pela Igreja] do viés puramente filantrópico (embora conservasse o traço do militantismo que vinha do catolicismo social) e, por decorrência, abria um terreno novo para as intervenções lastreadas em representações teóricas da vida social. Ou seja, a nova programática, continuidade e ruptura com o catolicismo social, requeria uma intervenção técnica" (NETTO, 1992:122).

Neste ponto a União Católica Internacional de Serviço Social desempenhou um papel importante. Sua concepção de ensino ⁰⁴³ comportava um "preparo técnico-científico" introduzido para se somar, no exercício profissional, aos dotes pessoais/morais e à vocação para "servir".

Portanto, é a presença do pensamento Neotomista no Serviço Social

(042) "[...] o cristão, enquanto cristão, tem responsabilidades cívicas com o mundo" (NETTO, 1992:122)

(043) Abrangendo quatro áreas: científica, técnica, moral e doutrinária.

que facilitará, do lado europeu, a interação entre as duas vertentes. Do lado dos Estados Unidos, como já pontuamos, é o "rompimento com o evolucionismo e a voga psicologista".

Essa interação, segundo Netto, é efetuada sem "análise sobre a congruência entre o arsenal heurístico, os procedimentos operatórios e os referenciais axiológicos nela imbricados" (NETTO, 1992:123), dando origem a um projeto medularmente sincrético.

As consequências do imbricamento já são visíveis na década de 30, quando "novos valores, nova fundamentação se apresentam para a prática profissional do Serviço Social [norte-americano] extraídos do arcabouço neotomista [...e] a tradição européia abriu-se às técnicas e aos processos já desenvolvidos pelos norte-americanos" (IBID, 123).

Por força da confluência, além do próprio desenvolvimento das Ciências Sociais, o Serviço Social europeu também muda sua relação com as mesmas: após a II Guerra Mundial, se torna mais permeável aos seus influxos, começando a buscar, principalmente na Sociologia francesa, e particularmente em Durkheim, os insumos necessários, reforçando seu caráter conservador.

A exemplo do que ocorre no plano ideológico, o sincretismo também é verificado a nível científico.

Além da posição de receptáculo das Ciências Sociais antes abordada, a assimilação de sua produção científica pelo Serviço Social apresenta um elemento complicador: ao buscar nas Ciências Sociais os insumos necessários à sua prática, o Serviço Social, segundo Netto (1992), o faz seletivamente.

Trata-se de "soldar de alguma forma esses contributos externos

(044) Essa, aliás, é a tese principal do autor. Argumenta que o medular sincretismo atravessa o Serviço Social em praticamente toda a sua trajetória histórica, tanto ao nível ideológico e científico, como na dimensão de sua prática.

num quadro de referência minimamente articulado e estável - uma espécie de sistema de saber de segundo grau, obtido pela acumulação seletiva dos subsídios das Ciências Sociais conforme a necessidade de cada profissão. A história profissional do Serviço Social, a partir da vertente norte-americana e, depois, da afirmação mundial, é uma sucessão de sistemas de saber desse quilate." (NETTO, 1992:144)

Significa dizer que o Serviço Social constitui um sistema de saber que não assume a condição de síntese, e sim de um agregado de elementos muitas vezes incongruentes. Estabelece-se um sistema eclético que, não raro, deixa de ser analisado ou percebido pela categoria como tal.

Não obstante as especificidades concernentes a cada contexto sócio-político particular, a posição de subalternidade e a apropriação eclética de elementos teórico-científicos, pode-se afirmar, de modo genérico, que a fonte orientadora do Serviço Social recai majoritariamente no lastro circunscrito pelo pensamento conservador.

De fato, a literatura produzida nos últimos anos tem apontado para essa vinculação entre o Serviço Social e o pensamento conservador, que não se restringe à origem da profissão, ao contrário, perpassa toda sua trajetória histórica com incidências inclusive no chamado movimento de reconceituação.

Informada pela perspectiva conservadora, exposta no capítulo I, e atuando como Técnica Social, uma reflexão sobre a origem e a trajetória do Serviço Social nos mostra que, conscientemente ou não, ele tem sido cooptado pelo projeto político burguês e parcela significativa dos profissionais tem desenvolvido sua prática como "digno representante" da lógica burguesa.

045

(045) Como buscamos demonstrar sucintamente nas páginas que seguem, tal cooptação e, conseqüentemente, o engajamento da categoria profissional no projeto burguês de manutenção das relações sociais capitalistas, não se processa de forma simples, generalizada e monolítica.

Juntamente com outras profissões, o Serviço Social vai contribuir para a continuidade da estrutura societária posta pelo capital. Sendo uma profissão institucionalizada para intervir nas seqüelas da questão social, sua cooperação para a reprodução da força de trabalho dar-se-á eminentemente por intermédio da prestação de serviços sociais/assistência, de forma a contribuir na inserção, na permanência e na adaptação do trabalhador às formas de produção capitalista.

Porém, não é apenas na reprodução da força de trabalho que o Serviço Social participa como atividade auxiliar. Participa, também, e talvez com maior eficiência, na reprodução do controle e da ideologia dominante, na medida em que a reprodução das relações sociais não se restringe à força viva de trabalho, mas também abrange a reprodução "da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social, jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção " (CARVALHO & IAMAMOTO, 1985:72).

Em outras palavras, juntamente com outras profissões que se caracterizam como Técnicas Sociais, o Serviço Social "[...] como profissão, inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão de ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora " (IBID, 84), além de intervir também nas condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho.

Embora seja o Estado a instância privilegiada para o exercício do poder de classe e para a operacionalização do controle, isso não se viabiliza sem o aparato institucional e sem os agentes - dentre eles o Assistente Social. Os agentes, com o saber profissional e o poder institucional a eles delegados, interferem diretamente na vida das pessoas, promovendo a adaptação necessária aos valores, às normas e aos parâmetros comportamentais estabelecidos.

O Serviço Social, principalmente por sua proximidade com o "cliente", e por participar (até como atribuição profissional) da implementação de políticas sociais, onde o respeito aos direitos é transfigurado em concessão de "benefícios", tem um peso significativo nesse processo de normatização e de adaptação dos indivíduos.

Assim, a ação do Assistente Social terá como frutos, além da racionalização dos problemas sociais e a diminuição de seus custos, a prevenção ou a amenização de conflitos e tensões. Isso é feito, assim como em qualquer atividade disciplinadora, prioritariamente através da persuasão.

Para tal, contribui a "interpretação" dos programas feita para os usuários que, invariavelmente, traz em si a concepção de "ajuda", e a ação "educativa" empreendida pelo Assistente Social que "incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio-institucionais dominantes" (CARVALHO & IAMAMOTO, 1985:114), reforçando e comprovando, portanto, a caracterização da profissão como uma prática de controle social.

Levando em conta esse tipo de análise (de validade inquestionável), mas para não correremos o risco de reiterar uma imagem equivocada da profissão é necessário que se levante uma questão: O Serviço Social estaria, em decorrência, fadado a ser uma profissão eminentemente controladora e essencialmente inserida na manutenção e na reprodução das relações sociais dominantes?

Acreditamos que não. Assim como o Estado e o aparato institucional, o Serviço Social, inserido no contexto social mais amplo, também não pode ser deslocado do jogo de forças contraditórias presentes na sociedade. Ao contrário, também é permeado por esse jogo e polarizado pelos interesses de classe.

Através de sua prática profissional, o Serviço Social reproduz os interesses antagônicos presentes na sociedade: "Responde tanto às demandas do capital quanto do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela media-

ção de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história." (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:75). Essa condição abre, portanto, a possibilidade de se empreender uma ruptura com o caráter historicamente determinado para a profissão e de estabelecer um novo tipo de relação com a classe trabalhadora.

Nestes termos, não obstante a já citada relação histórica, mediante a qual se configura como representante do Capital, o Serviço Social não reproduz esses interesses monoliticamente e nem poderia. As suas próprias características, como profissão, colocam a possibilidade de imprimir, em sua ação, uma orientação que caminhe, por um lado, na legitimação da situação vigente, ou por outro, na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

6. SURGIMENTO E CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

As ações da Igreja Católica pontuadas na seção anterior, representam, em última instância, uma reação frente ao decréscimo de sua influência e hegemonia no plano ideológico. Tais ações, que se expandem rapidamente pelo mundo, encontram na América Latina um solo fértil favorecido, dentre outros fatores, pelo forte sentimento religioso existente naqueles países.

No caso do Brasil, a chamada "Reação Católica" inicia-se ainda na República Velha. É demandada, internamente pela perda de certas prerrogativas⁰⁴⁶ oficializadas pela Constituição de 1891. Externamente, vincula-se ao objetivo de inserir a Igreja nacional no movimento deflagrado mundialmente, o que, tendo por referencial as Encíclicas Papais, conclama os católicos a se engajarem na luta por uma reforma social.

Suas bandeiras seriam a reforma das Instituições; a restauração dos valores cristãos e da ordem social, em conformidade com as leis do Evangelho; a erradicação do individualismo gerado pelo liberalismo; a conciliação ao invés da luta de classes, enfim, a reforma social deveria passar pela re-cristianização da sociedade.

A reação católica no Brasil se tornará verdadeiramente expressiva nos anos 30. Entretanto, ainda que com uma repercussão limitada, seus efeitos

(046) As quais, por incidirem diretamente sobre a autonomia da Igreja Católica, foram por ela consideradas ofensivas a sua liberdade. A Constituição de 1891 estabelece a laicização do Estado (separando-o da Igreja), a obrigatoriedade do casamento civil, o ensino leigo, a secularização dos cemitérios, a inegibilidade de membros do clero e a proibição de subvenção direta a qualquer culto religioso. Informações contidas em Carvalho e Yamamoto (1983).

047

já são visíveis na década de 20.

No decênio de 1930, em função da mobilização do laicato, proliferam organizações e grupos de orientação católica que passam a desenvolver ações no sentido de difundir os valores cristãos e a doutrina social da Igreja, tendo em vista a referida recristianização da sociedade.

Dentre eles aponta-se a Ação Católica que, embora oficializada apenas em 1935, já vinha sendo posta em prática desde o final da década de 20, notadamente no Rio de Janeiro, mediante os esforços empreendidos por D. Sebastião Leme.

No interior da Ação Católica é que se lançam as primeiras sementes para o surgimento do Serviço Social no Brasil, cujo marco histórico é a fundação, em 1936, da primeira Escola brasileira de Serviço Social: a Escola de Serviço Social de São Paulo.

Tendo como pano de fundo um contexto marcado por fortes crises

048

políticas, econômicas e sociais, o Serviço Social surge em perfeita harmonia

049

com o Estado e com a Igreja, da qual representa praticamente uma extensão.

A vinculação com a Igreja Católica faz com que sua profissionali-

(047) Como, por exemplo, a criação da Revista A Ordem (1921) e do Centro D. Vital(1922); o fortalecimento da Igreja sob o ponto de vista do aumento do clero e da criação de Arquidioceses, Dioceses e Prelazias; e a fundação da Confederação em 1922 com a finalidade de "coordenar e centralizar politicamente o apostolado leigo" (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:147).

(048) Reflexo, dentre outros fenômenos, da crise de 1929, da revolução de 30, da resistência operária que se evidencia com mais clareza nos períodos de 1917-1921 e de 1930-1935, da solidificação da burguesia industrial e da perda de hegemonia da burguesia cafeeira, e do aumento da pauperização da classe trabalhadora.

(049) Cujas intervenções já é evidente e se intensifica a partir do ano seguinte com a instalação do Estado Novo, que marca o fim do período de transição iniciado com a revolução de 30. Aliado à burguesia, o Estado se primariza, além da legislação trabalhista, pela adoção de medidas ditas de caráter social, com a criação de inúmeras organizações e instituições de serviços de saúde, assistência ao menor, previdência social, etc.

ção inicie-se a partir de uma organização criada pela hierarquia, naturalmente chancelada pela burguesia, ou seja, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo - C.E.A.S. que, posteriormente, organizará a fundação da primeira Escola.

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo surge em 1932, como desdobramento de um Curso de Formação Social oferecido por religiosas e dirigido por Mademoiselle Adèle de Loneaux - Professora da "École Catholique de Service Social", de Bruxelas. Sua fundação, com o incentivo e sob o controle da Igreja, é fruto da iniciativa de um grupo de moças que freqüentaram tal curso. Seu objetivo seria "promover a formação de seus membros pelo estudo da Doutrina Social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais" (CERQUEIRA, apud CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:73).

A concessão de Bolsas de Estudos, pelas freiras da Congregação de Santo Agostinho, a duas alunas daquele curso (Maria Kiehl e Albertina Ferreira Ramos), para freqüentarem a Escola de Serviço Social na Bélgica, significou, segundo Odila Cintra Ferreira, a semente para a criação da primeira Escola brasileira.

A mesma D. Odila narra que, enquanto as bolsistas estavam na Bélgica, as demais componentes do grupo permaneceram em São Paulo desenvolvendo atividades do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo que tinha, de forma geral, a incumbência de coordenar a instalação da Ação Católica naquela cidade.

Desse modo, antes mesmo do surgimento da Escola, os membros do C.E.A.S. já atuavam junto às famílias operárias. Nos Centros Operários "suas

(050) Primeira diretora do CEAS em entrevista concedida a Maria Tereza Roy e publicada na Revista Serviço Social e Sociedade nº 12, em agosto/1983. Organizada a Ação Católica, o CEAS passa a se preocupar com a Escola que, com a colaboração das bolsistas que haviam retornado, é criada em 15/02/1936, tendo como primeira diretora a própria Odila Cintra Ferreira.

protagonistas, por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene, etc., procuravam interessar e atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e necessidades" (RELATORIO DO CEAS-1932/34, apud CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:175).

Por essas atividades, consideradas como trabalho educativo, percebe-se a utilização de reuniões, de contatos individuais, de inquéritos sociais e de visita domiciliar como instrumentos operativos. Esses instrumentos, embora ainda não revestidos da sofisticação própria das técnicas "importadas" posteriormente dos Estados Unidos, cumpriam, pois, sua função de operacionalizadores da ação.

Em 1936 funda-se a segunda Escola brasileira. Trata-se do Instituto de Educação Familiar e Social criado no Rio de Janeiro, por intermédio do G.A.S - Grupo de Ação Social, após uma série de conferências proferidas pelo padre belga Valere Fallon.

As duas, sucedem-se outras Escolas em vários Estados brasileiros, tendo como característica comum, o vínculo ou influência da Igreja Católica. ⁰⁵¹

Fica, assim, evidente a vinculação do Serviço Social emergente com a Igreja Católica, na medida em que seu quadro inicial é requisitado do movimento de Ação Católica e que a formação profissional recebida é aquela corrente na Europa, inicialmente em total dependência das grandes escolas daquele continente ⁰⁵² e, subseqüentemente, através da União Católica Internacional de Serviço Social.

(051) No ano de 1949 contava-se com 15 Escolas, das quais 12 foram criadas por influência da Igreja Católica e 03 por iniciativas do governo. Quanto ao número de profissionais, registra-se, no final dos anos 40, aproximadamente 300 Assistentes Sociais concentrados majoritariamente no eixo Rio - São Paulo. Dados expressos por Carvalho & Iamamoto op. cit. 190-191.

(052) Especialmente L'Ecole Catholique de Service Social (Bruxelas-Bélgica), L'Ecole Normale Sociale (Paris-França) e L'Institut Social Familial Menager (Paris-França).

Sua orientação vinha das Encíclicas Papais, especialmente da "Rerum Novarum" e da "Quadragesimo Anno", formadoras da Doutrina Social da Igreja. No seu surgimento é marcado pelo ideário europeu do qual herda, além dos pressupostos filosóficos neotomistas, o suporte teórico e o aparato operativo que, como vimos, era bastante diminuto.

Caracterizar-se-á como "idealista e Confessional, rico em princípios filosóficos e pobre em habilidades técnicas, tutelar em sua forma, porém carente de conteúdo promocional, preocupado mais com a racionalização da Assistência" (COSTA apud Neves, 1990:110).

Para a formação dos Assistentes Sociais levava-se em conta quatro aspectos: o científico, o técnico, o prático e o pessoal.

O primeiro viabiliza-se mediante recorrência aos conteúdos da Sociologia, Psicologia, Biologia e Moral, possibilitando o conhecimento do homem (em todos os seus aspectos), da sociedade e dos problemas que os envolve.

O aspecto pessoal volta-se para a formação moral do futuro Assistente Social a qual, em conformidade com o ideário que perpassa a qualificação, deve estar pautada nos princípios cristãos.

Os aspectos técnicos e práticos relacionam-se com a dimensão operativa. Assim sendo, com base nas teorias existentes, "a formação técnica compreende o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional" (AGUIAR, 1982:33). Por seu turno, a formação prática objetiva o aprendizado do "como fazer", tendo em vista a própria realidade social onde o Assistente Social se insere. Operacionaliza-se inicialmente através de "visitas às obras sociais e famílias necessitadas" (IBID, 33) e, ao final da década de 40, através de estágios práticos com a devida supervisão.

Nos primórdios do Serviço Social no Brasil, não obstante a preocupação com os aspectos técnicos e práticos, percebe-se a mesma debilidade

operacional presente no Serviço Social europeu. Igualmente, em termos de formação profissional, percebe-se a dominância do componente doutrinário onde " a preocupação com a solidez da formação técnica e sobretudo moral do Assistente Social é decorrente da própria concepção acerca do Serviço Social como atividade profundamente humana, que depende grandemente do valor de seus agentes" (YASBEK apud Neves, 1990:100).

Talvez, logo de início, tal debilidade operacional não representasse uma inquietação maximizada, haja vista que o fundamental para a profissão que emergia não era, de imediato, a inserção no mercado de trabalho e sim, a idéia de vocação e de "bem-servir".

Essa idéia, embebida na fonte de Santo Tomás de Aquino, situa o trabalho social na busca da contribuição do indivíduo ao bem comum e, neste sentido, configura-se em uma "ação com base na crença da dignidade humana e na legitimidade da luta por justiça social" (NEVES, 1990:105).

Essa postura, aparentemente majoritária, tende a perder sua força em função da crescente demanda, por parte do Estado, de agentes com formação técnica para compor os quadros das Instituições de assistência que começam a emergir dentro de um projeto de racionalização da Assistência.

Pioneiro nesta iniciativa, o governo do Estado de São Paulo passa a recrutar profissionais da primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo, antes mesmo da conclusão do curso.

Tal diligência não é, porém, isolada. A nível nacional, contribui para isso a instalação do Estado Novo que, em função da crise de hegemonia que se instaura com a Revolução de 30, carece de legitimação não só entre as diversas frações burguesas, mas também frente ao proletariado, agora numérica e politicamente mais expressivo.

Medidas se faziam necessárias, por um lado, para adaptar o enorme

contingente de trabalhadores à "disciplina e condição de vida e trabalho industrial-urbano" e, por outro, para manter sob controle aqueles setores que representam ameaça ao desenvolvimento do capital.

A crescente intervenção do Estado nas condições de reprodução da força de trabalho cumpre com eficiência esse papel. Em outras palavras, "a paz social do Estado corporativo pressupõe, assim, o surgimento constante de novas instituições - Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência Social, etc. - que aparecem em conjunturas determinadas como respostas ao desenvolvimento real ou potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção que atinjam o equilíbrio das relações de força" (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:245).

A legislação social e trabalhista, bem como o aparato institucional delas decorrente, põe como exigência o recrutamento de profissionais cujas ações, em última instância, funcionam como reforço a tal legitimação.

Inaugura-se uma nova racionalidade no atendimento da questão social, para o que são imprescindíveis as instituições e os profissionais (entre eles o Assistente Social). Concomitantemente ao controle da reprodução da força de Trabalho, esses profissionais atuarão mediante ação ideológica de moldagem de comportamentos tendo em vista a aceitação e a interiorização das relações sociais vigentes. Sob esse prisma é que a prática assume o cunho educativo "de incultação ideológica [e] intervenção normativa no modo de vida da população-cliente". (IBID, 323)

O interesse do Estado pelos Assistentes Sociais fica claro nesta colocação do programa da Escola de Serviço Social de São Paulo no ano de 1944: "A concepção moderna de Estado cria a cada passo iniciativas oficiais no terreno social, e daí a ampliação do campo de ação da Assistente Social junto aos poderes públicos. Também as instituições particulares já estão recorrendo aos métodos modernos de ação. Se no início a Escola de Serviço Social atraiu

principalmente a atenção dos órgãos públicos, hoje está tomando posição de destaque perante as instituições particulares. Inúmeros são os pedidos de Assistentes, mas não tem sido possível corresponder a todos, por falta de número suficiente de habilitados nas diversas funções [...]" (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO apud CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:181).

Essa expressiva demanda exige que, não abandonando o caráter doutrinário da formação dos agentes, as Escolas existentes passem a se adaptar às exigências do mercado de trabalho, ⁰⁵³ acelerando, dessa forma, a substituição do apostolado social pela profissionalização.

Portanto, é nestes termos que se dá verdadeiramente a configuração do Serviço Social como profissão na realidade brasileira. Ou seja, sob o referencial do pensamento católico, insere-se no mercado de trabalho como Técnica Social. Sua força de trabalho torna-se mercadoria e, independentemente da auto-imagem da profissão veiculada por seus agentes, suas ações tornam-se funcionais ao projeto hegemônico burguês.

A referida demanda aliada ao aumento do número de profissionais, seu ingresso no mercado de trabalho, e uma certa fragilidade no aparato operacional, motivando a busca de uma ação mais "científica" por parte dos profissionais, representam, a nível interno da profissão, elementos favorecedores para que, menos de uma década depois da fundação da primeira Escola, o Serviço Social brasileiro passe a receber um influxo do Serviço Social norte-americano.

Tal influência se dá no bojo da aproximação dos Estados Unidos

(053) Inclui-se, neste ponto, a introdução de disciplinas específicas no currículo das Escolas e a fixação de convênios de Bolsas de Estudo. O Instituto de Serviço Social (Escola fundada em São Paulo no ano 1940) já contava, em 1941, com tal sistema de Bolsas, onde os principais patrocinadores eram o "Estado e as grandes Instituições Estatais como as Prefeituras municipais, o Departamento Nacional da Previdência (e os diversos Institutos e Caixas), a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Social da Indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, etc." (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:182)

aos países da América Latina, tendo em vista sua afirmação como nação dominante no continente e no mundo. Essa aproximação que, na verdade, se caracteriza por uma estratégia norte-americana de busca de hegemonia no continente, não se inicia, porém, na década de 40.

Segundo Castro (1984), está presente desde o século XIX, quando é possível distinguir no continente americano duas propostas alternativas, o Bolívarismo e o Monroísmo. Respectivamente essas propostas denotam o "[...] ideal hispano-americano de criar uma confederação que envolva todos os povos de cultura espanhola [e o] ideal anglo-saxônico de incorporar as vinte nações hispânicas ao império do Norte, mediante a política do pan-americanismo" (VASCONCELOS apud CASTRO, 1984:126).

Esse pan-americanismo, sistematizado após a guerra civil norte-americana, atravessa, de acordo com Castro (1984), dois momentos.

O primeiro situa-se entre 1889 e 1933 quando, não obstante a imposição, normalmente pela força, de sua política expansionista aos países vizinhos, os Estados Unidos não atingem plenamente o predomínio objetivado.

Já no segundo, situado historicamente durante e após a segunda guerra mundial, a hegemonia é finalmente estabelecida. Nisso cumpre um papel fundamental o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca - T.I.A.R., estabelecido em 1947 "[...] com o qual se assentam as bases militares do pan-americanismo 'monroísta' [...]" (CASTRO, 1984:128) e a criação da Organização dos Estados Americanos - O.E.A. em 1948.

Através da criação da Organização dos Estados Americanos e dos diferentes órgãos de poder previstos em sua estrutura é que os Estados Unidos da América conseguem "[...] legalizar e aprofundar a sua intervenção e o seu predomínio no continente" (IBID, 128).

Pelas mãos da Organização dos Estados Americanos e também da

Organização das Nações Unidas (O.N.U.), são estabelecidos vários acordos em diferentes áreas, entre Brasil e Estados Unidos, obedecendo aos princípios daquela política que, evidentemente, associa-se ao objetivo maior dos países desenvolvidos em colocar sob dependência o desenvolvimento capitalista latino-americano.

No que afeta diretamente ao Serviço Social, no interior da estrutura da Organização dos Estados Americanos visualiza-se a Seção de Serviço Social,⁰⁵⁴ "através da qual a O.E.A. desenvolveu diretamente sua influência na formação e prática dos Assistentes Sociais latino-americanos" (CASTRO, 1984: 129), preponderantemente naqueles ligados ao Desenvolvimento de Comunidade.

Essa "política de boa vizinhança", operacionalizada ou não por intermédio da ação dos referidos organismos, figura, portanto, a nível externo, como elemento incentivador da aproximação entre o Serviço Social brasileiro e o norte-americano. Dentro deste contexto, destaca-se a preocupação com a capacitação e o treinamento de técnicos, inserindo-se aí a proposta de intercâmbio entre Escolas e Organizações de Bem-Estar do continente e o oferecimento de Bolsas de Estudos para profissionais brasileiros frequentarem cursos nos Estados Unidos.

O início da influência norte-americana no Serviço Social brasileiro não é fixado pela literatura pertinente de maneira única. Aponta-se o ano de 1941 quando, durante a Conferência Internacional de Serviço Social, em Atlantic City, decidiu-se pela cooperação entre as Escolas de Serviço Social das Américas e, dentro dessa proposta, pelo estabelecimento do referido sistema de Bolsas de Estudo. Apontam-se, em outras referências, o ano de 1943 (retorno das primeiras bolsistas) ou 1947 quando, por ocasião do I Congresso Brasileiro

(054) Em termos de organograma, essa seção insere-se na Divisão de Assuntos Sociais que, por sua vez, estava afeta ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização dos Estados Americanos.

de Assistentes Sociais, tal ascendência teria ficado mais nítida.

055

Segundo Helena Iracy Junqueira, a influência pode ter sido até mesmo anterior à Conferência Internacional. Relata que, ainda sob inspiração européia, possivelmente no ano de 1941, os Assistentes Sociais brasileiros tiveram acesso ao "Diagnóstico Social" de Mary Richmond, já em utilização na Europa. Em termos de instrumentalização, tal obra passa a servir de base para os mesmos, notadamente no que tange ao Serviço Social de Caso.

Determinada tanto pelos fatores internos como pelos externos, o consensual é que a aproximação ao Serviço Social norte-americano se dá na década de 40, que é marcada internacionalmente por um certo refluxo da Europa, tanto no plano ídeo-cultural como em termos de poder econômico, acompanhado da transformação dos Estados Unidos em pólo hegemônico capitalista.

Ao receber a influência norte-americana, o Serviço Social brasileiro não abandonará os pressupostos vinculados à orientação católica. Ao contrário, tenderá a aliar tal orientação aos procedimentos técnicos buscados no Serviço Social daquele país.

A incongruência de tal aliança, no sentido da convivência de pressupostos neotomistas e funcionalistas (que eram a sustentação teórica dos procedimentos técnicos), não foi percebida ou analisada como problemática pelos Assistentes Sociais brasileiros. A "importação" dos métodos e das técnicas era encarada apenas como uma forma de operacionalizar os pressupostos neotomistas e a Doutrina Social da Igreja.

Com efeito, a importação não trazia a reboque a pretensão de neutralidade técnica que parecia subsistir no país de origem. A opção ideológica dos brasileiros era clara e abertamente exposta. Tratava-se de buscar formas

(055) Em depoimento dado à PUC-SP em 18/08/88, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº 12.

de concretização do ideário cristão e de conferir um conteúdo mais "científico" ao método herdado da Ação Católica: o Ver, Julgar e Agir.

Reforçando isso, Aguiar (1992) afirma, com base em depoimentos verbais de Assistentes Sociais do período, que as traduções de livros norte-americanos sobre Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, muitas vezes reduziam-se àqueles capítulos referentes às técnicas.

Evidencia-se, nesta medida, o sincretismo apontado por Netto (1992). Entretanto, sua percepção pode ter sido ofuscada também pela penetração do neotomismo no âmbito norte-americano, fruto, como vimos, da integração das tradições européia e norte-americana.

De fato, a presença do neotomismo, notadamente via Jacques Maritain, já é uma realidade nos Estados Unidos e no Canadá no final dos anos 40. Isso possibilitou que "a influência funcionalista não [fosse] a única herda-da dos Estados Unidos - embora possa ser predominante - recebemos também e concomitantemente uma influência neotomista fundamentando as técnicas encontradas no Serviço Social Norte-Americano" (AGUIAR, 1982:61).

No plano da formação profissional, o influxo norte-americano também é nítido. Com essa aproximação, principalmente através das bolsistas que retornam, são efetuadas várias modificações curriculares, não só em termos de conteúdo, mas também na introdução de novas disciplinas.

Desta forma, em 1945, são acrescentadas ao currículo da Escola de Serviço Social de São Paulo, por intermédio de Nadir Kfourí, as disciplinas de Serviço Social de Casos Individuais e a de Administração de Obras e, através de Helena Iracy Junqueira, a de Organização Social de Comunidade. O mesmo ocorre no Instituto Social (Rio de Janeiro) que, com o retorno de Maria Josephina Albano, passa a contar com a disciplina de Supervisão.

O papel das Escolas é fundamental para a difusão do pensamento norte-americano entre nós, no que contribuem também as conferências proferidas pelas Bolsistas e as publicações da "Revista Serviço Social" e "Cadernos de Serviço Social".

Já em 1945, Nadir Kfoury publica na Revista Serviço Social um artigo intitulado "A Técnica do Serviço Social de Casos Individuais", onde "apresenta uma síntese das técnicas aplicáveis nos casos individuais, procurando preencher a quase ausência de material didático em língua portuguesa e familiarizar o corpo docente e meio profissional com expoentes do Serviço Social tecnificado, como H. Gordon e Porter Lee" (CARVALHO & IAMAMOTO, 1983:235).

7. O CONTEUDO OPERATIVO EM SERVIÇO SOCIAL DE CASO, GRUPO E COMUNIDADE

Como pontuamos, em sua primeira fase, parametrado pelo Serviço Social europeu, o Serviço Social brasileiro apresentava-se de forma bastante débil quanto ao aporte operativo. Configurava-se como uma extensão da Ação Católica, de onde retirava a orientação para sua intervenção.

No que tange à prática desenvolvida pelos primeiros Assistentes Sociais, elas davam-se no interior de instituições estatais e para-estatais destinadas à prestação de serviços de assistência (Prefeituras, Hospitais, Institutos de Previdência, Legião Brasileira de Assistência, entre outras).

Além da concessão direta de auxílios financeiros, incluída no grupo de atividades voltadas para a organização da assistência e, não obstante as especificidades de cada "campo" de trabalho (Serviço Social de empresa, médico, de atendimentos ao menor, e outros), a prática pauta-se, de forma geral, em trabalhos de Pesquisa e de Educação Popular.

A Pesquisa Social consistia em levantamentos efetuados junto às famílias operárias no sentido de investigar as condições de vida, tanto em seus aspectos objetivos como nos aspectos comportamentais. O Instrumental utilizado, a exemplo do previsto em Mary Richmond, era preponderantemente a visita domiciliar e a aplicação de inquéritos sociais (por meio de entrevistas com o próprio trabalhador e/ou com familiares, vizinhos e patrões).

Juntamente com o trabalho de Educação Popular - orientações quanto a questões morais, de higiene e relativas à utilização "racional" da renda familiar - a Pesquisa social acopla-se, em última análise, ao ideário de adaptação social ou à reforma de caráter, mencionado anteriormente.

Trata-se de uma orientação moral e social, quase sempre de doutrinação religiosa, voltada para interferir nos diversos aspectos da vida do indivíduo ou, mais propriamente, nos aspectos desviantes de seu comportamento social. É a reforma social que deve ser iniciada pela reforma do homem e de seu grupo primário: a família.

Dentro dessa conotação, é exemplar a prática desenvolvida nos Centros Familiares, criados em 1940 em convênio com o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo e com o Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo, com a finalidade de "separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação." (CERQUEIRA, apud CARVALHO & IAMAMOTO, 1985:193-194)

Nestes Centros apontam-se como atividades: "plantão para atendimento dos interessados, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas para adultos, cursos primários [...] cursos de formação familiar (moral e formação doméstica para o lar) [...]" (IBID, 194)

A abordagem é basicamente de Serviço Social de Casos "considerada como instrumento básico de trabalho para qualquer ramo do Serviço Social" (YASBEK apud Neves, 1990:108) que seguia a metodologia proposta por Mary Richmond, ou seja, Estudo, Diagnóstico e Tratamento.

Neste sentido, as atividades e o instrumental são aqueles pertinentes ao atendimento de casos individuais como concessão de auxílios materiais (dinheiro, vales, passagens), encaminhamentos diversos, visitas domiciliares, entrevistas, orientação (moral e sobre higiene), contatos individuais, contatos e articulação com recursos institucionais existentes e outros.

Além das instituições ligadas direta ou indiretamente ao Estado, os Assistentes Sociais começam a se engajar também em empresas privadas. Neste campo são interessantes as considerações tecidas por Carvalho & Iamamoto com

base no relato da primeira experiência sobre Serviço Social de Empresa.

Em tal relato fica evidente a utilização dos instrumentos acima, acrescidos de outros destinados ao atendimento específico de questões ligadas à relação Capital X Trabalho. Com efeito, além da assistência e da orientação individual ao trabalhador e familiares (onde inclui-se o controle do orçamento doméstico), o Assistente Social também atua na administração de "benefícios" internos das empresas (creches, vilas operárias, serviços médicos), na realização de campanhas preventivas de saúde, na organização de "lazer educativos", na seleção e aperfeiçoamento profissional, na prevenção de acidentes de trabalho e em questões ligadas à Legislação Trabalhista (licença maternidade, acidente de trabalho, aposentadorias e outros).

Para o desenvolvimento dessas atividades, ao Instrumental pertinente ao Serviço Social de Casos, somam-se reuniões, cursos "círculos de estudos e palestras sobre assuntos de ordem econômica, moral e higiênica" (CARVALHO & IAMAMOTO, 1985:199) consideradas como "Técnicas de Educação Popular".

Com a influência norte-americana é permitido que, "em contraposição a um período pleno de conteúdos filosóficos, [começa a se impor] uma fase de conteúdo técnico e metodológico. Um grande esforço no sentido de racionalização da ação do Serviço Social começa se fazer notar" (YASBEK apud AGUIAR, 1982:60). Esse esforço já é sentido na experiência acima mencionada e se intensifica em meados da década de 40.

Na realidade norte-americana, o Instrumental Técnico era encontrado de maneira vinculada aos "métodos" de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. Existiam, sob esse prisma, técnicas específicas para cada um dos "métodos" que, como sabemos, vão tendo

importância maior ou menor na ação profissional, em direta relação com o momento histórico.

Esse fato nos impõe, para a demarcação do Instrumental Técnico
057
utilizado, sua consideração particularizada em cada "método".

058

7.1. Serviço Social de Caso

O Serviço Social de Casos é o primeiro método adotado pelos Assistentes Sociais norte-americanos e europeus. Até meados da década de 30, a atuação dava-se quase que exclusivamente através desse processo que era empregado nos diversos campos de atuação - Escolas, Hospitais, Agências, Creches e outros.

A "importação" inicia-se, portanto, com o "casework" que, no Brasil, é aplicado igualmente para a intervenção em campos específicos. Por essa razão, os programas das Escolas e os congressos da categoria inicialmente abordam o Serviço Social não pelos processos, mas pelos campos de atuação, como por exemplo, Serviço Social Familiar, Serviço Social Médico, Serviço Social Escolar, Serviço Social de Empresa, Serviço Social com Menores.

Ao chegar ao Brasil, o Serviço Social de Casos, não obstante uma certa influência sociológica presente em Mary Richmond, terá na Psicologia seu influxo máximo, já apresentando idêntica "preocupação com o indivíduo, suas

(057) Neste caso, as aspas vêm sendo utilizadas para chamar a atenção do leitor sobre nosso desacordo em denominar essas formas de abordagem sob o termo "método". Feita essa ressalva, dispensaremos seu uso de agora em diante.

(058) Aqui, como nos itens que se seguem, tendo em vista nosso objetivo com essa Dissertação, ater-nos-emos à forma de operacionalização desses processos. Uma análise da prática em termos de seu conteúdo ideológico, seus pressupostos orientativos, sua funcionalidade ao modelo capitalista e outras questões afins, devem ser buscadas em outras fontes indicadas oportunamente.

emoções e personalidade" (AGUIAR, 1982:60).

Quanto aos pressupostos neotomistas, Aguiar (1982) afirma que é no Serviço Social de Casos que eles são mais perceptíveis. Ressaltando essa questão, atribui tal orientação, dentre outras variáveis, à influência das pos-
059
tutulações do padre Félix Biestek, não se esquecendo também de citar como fonte informadora importante para os Assistentes Sociais, o Padre Swithum Bowers.

Na assimilação e na divulgação do Serviço Social de Casos no Brasil, Nadir Kfourri cumpre um papel contribuidor de destaque.

Em 1936, ainda enquanto aluna da Escola de Serviço Social de São Paulo, Kfourri traduz um artigo de Gordon Hamilton sob o título "O Relatório em Serviço Social de Caso". Recebendo uma das Bolsas de Estudo, matricula-se no Curso de Mestrado da Universidade de Washington, National Catholic School of Social Service em 1942. Lá trava conhecimento mais aprofundado com o Serviço Social norte-americano já nos três processos: caso, grupo e comunidade.

Retornando ao Brasil, elabora inúmeros artigos e profere diversas
060
conferências na maior parte sobre aquilo que, parece, foi o tema de seu maior interesse: o Serviço Social de Casos.

Ao analisar a obra de Nadir Kfourri, Neves (1990) indica como fonte para suas discussões sobre o tema, as propostas de Mary Richmond e Gordon

(059) Em sua obra "O Relacionamento em Serviço Social de Caso", que representa um clássico para os Assistentes Sociais do período, Biestek expõe os princípios do método, quais sejam: individualização, autodeterminação, não julgamento, aceitação e relacionamento.

(060) Segundo Neves (1990), no período de 1940 a 1970 ministrou só em São Paulo 15 cursos de atualização em Serviço Social de Casos. Além de ocupar por vários anos a cadeira de Serviço Social de Caso na Escola de Serviço Social de São Paulo, ministrou cursos também nas Escolas de Lisboa, Porto, Montevideo, Madri e Barcelona (das duas últimas era assessora técnica).

Hamilton. As duas autoras estão presentes na obra de Nadir Kfouri desde 1945
061
que, já década de 60, contempla também Helen H. Perlman e Florence Hollis.

Essas duas Assistentes Sociais norte-americanas são expoentes do Serviço Social de Casos daquele país e, principalmente as duas primeiras, influenciaram largamente Nadir Kfouri e o Serviço Social brasileiro.

Com efeito, Neves afirma que a recorrência a Mary Richmond não se restringe a Kfouri. Está presente também em outros latino-americanos, principalmente através de Gordon Hamilton.

A penetração de Hamilton na América Latina foi favorecida pela publicação em língua portuguesa de seu livro "Theory and Pratic of Social Case
062
Work" - Teoria e Prática do Serviço Social de Casos no ano de 1958.

Conforme Neves, "esse livro se constitui, não só nos E.U.A., como no Brasil, no texto mais divulgado nas Escolas de Serviço Social" (NEVES, 1990:143), residindo aí sua colocação como um expoente do Serviço Social de Casos e como referencial básico para os Assistentes Sociais acerca do referido método.

No conjunto da obra fica evidente a influência da Psicologia
063
sobre as proposições da autora, e o fato de estar medularmente atravessada pela proposta Richmoniana.

(061) "Hollis, dando prosseguimento às idéias de Gordon Hamilton, publicou um livro que teve seus aspectos principais traduzidos e levados a estudo nas atividades docentes de Nadir Kfouri: Casework. A Psychocial Therapy o mesmo acontecendo com El Trabajo Social Individualizado de Perlman" (NEVES, 1990:24).

(062) Publicado em língua inglesa no ano de 1940, com segunda edição em 1951. A tradução para o português, efetuada por Marília Diniz Carneiro, foi realizada da edição de 1951, já revista pela autora.

(063) Abertamente explicitada no prefácio da seguinte forma: "A origem das teorias da personalidade e da psicodinâmica do comportamento, que adoto é essencialmente freudiana, sistema que oferece, por si mesmo, uma série contínua de princípios e métodos." (HAMILTON, 1976:12)

Compartilha com Mary Richmond algumas posições, dentre as quais, a definição de Serviço Social de Caso (considerando-a a mais satisfatória desenvolvida até então); a crença na interdependência entre indivíduo e sociedade e a decorrente possibilidade de influência mútua; o entendimento quanto à existência de fatores internos e externos na situação problema, dando ao Serviço Social de Casos a natureza de processo de ajuda psicossocial; a defesa do caráter democrático do processo, evidenciando a necessidade do cliente participar ativa e conscientemente do mesmo e do fato da abordagem se pautar no relacionamento entre o Assistente Social e o cliente (assentado na confiança mútua e no interesse do Assistente Social em ajudar o cliente a entender o seu problema e, por si mesmo, decidir pelas soluções).

064

Em termos operacionais, recolhe de Mary Richmond a divisão do processo em fases que se operacionalizam simultaneamente: Estudo, Diagnóstico e Tratamento. Vejamos resumidamente o que Gordon Hamilton expõe na obra antes referida sobre cada uma delas.

A - Estudo do Caso

O processo de Serviço Social de Casos se origina geralmente quando o cliente, voluntariamente ou através de encaminhamento, procura o Assistente Social para expor-lhe seu problema, solicitando ajuda.

Estabelecido o contato entre o Assistente Social e o cliente, inicia-se imediatamente a fase de estudo, cujo objetivo é "permitir uma compreensão melhor da pessoa que apresenta o problema, ao mesmo tempo que do próprio problema, a fim de iniciar um tratamento eficiente" (HAMILTON, 1976:216).

(064) Conforme nota no 58, uma análise do seu discurso pode ser encontrada em Neves (1990).

Para o Estudo são levados em consideração tanto os fatores internos concernentes ao indivíduo (atitudes, sentimentos, esperanças, visão do problema enfrentado), como os fatores externos relativos ao ambiente no qual vive (seja o ambiente restrito, seja o ambiente social em uma visão mais ampla). Neste sentido, o profissional deve dar especial atenção à maneira como se dá a influência mútua entre o homem e o seu meio social.

Outro cuidado a ser tomado é procurar obter, logo de início, o maior número de dados possíveis que permitam determinar a situação, suas causas, o que a pessoa já empreendeu, a título de solução, e o que pretende empreender. Isso não implica que o estudo seja esgotado em uma entrevista inicial (primeiro procedimento a ser realizado pelo Assistente Social). Ao contrário, a entrevista não deve ser demasiado longa e figurar como um desrespeito à intimidade e individualidade do cliente.

Além da entrevista com o cliente (inicial ou não), considerada o instrumento básico do Estudo e de todos os demais momentos do processo de Serviço Social de Casos, Hamilton aponta outros instrumentos para o Estudo. Seriam eles: entrevistas "com as pessoas diretamente ligadas ao problema, contatos com o ambiente do cliente (meio econômico, cultural e social), [...]. Os prontuários e os documentos [...e] os testes e exames [...]" (HAMILTON, 1976:217). Com relação a esses dois últimos, onde se incluem preponderantemente os exames médicos e os testes psicológicos, ela adverte que só devem ser realizados se a situação problema assim o requisitar.

Somando-se a essas, figuram ainda como instrumentos e técnicas, as visitas domiciliares; as visitas e entrevistas com colaterais; os contatos com membros da família e com outros técnicos; as observações levadas a cabo durante as visitas e as entrevistas sobre o cliente e sua família; as observações sobre o comportamento do cliente em grupo; as reuniões familiares (entrevista coletiva com a família); e, principalmente no caso de crianças pequenas ou com dificuldades de expressão, a recreação, a entrevista de jogos e

as dramatizações.

No tocante ao intercâmbio entre as diferentes obras sociais, a autora ressalta a importância de um Fichário Central de Assistidos que se constitui em preciosa fonte de consulta para a elaboração do estudo.

Do estudo origina-se um Histórico do Caso, ou seja, a reunião de dados, fatos e impressões colhidas durante o inquérito que pode ser composto por dois aspectos ou fases: " a) histórico inicial para fazer o diagnóstico e tomar posição; o que é obtido nos primeiros contatos e b) histórico entendido como desabafo ou maneira de diminuir o conteúdo emocional, e que se processa mais lentamente e deve ser considerado como parte do tratamento" (HAMILTON, 1976:220).

B - Diagnóstico e Avaliação do Caso

A partir dos dados psicológicos e sociais obtidos na fase anterior e tendo em vista o histórico elaborado sobre o caso, caminha-se para a elaboração do diagnóstico.

Segundo a autora, os termos Diagnóstico, Impressão, Sumário Diagnóstico e Afirmação Diagnóstica são utilizados para designar "a significação dada pelo Assistente Social aos incidentes, ao histórico e ao comportamento, à medida que se manifestam." (IBID, 251)

Outro termo para designar essa fase do processo é "Avaliação Diagnóstica". Nele estão imbricadas duas operações: o diagnóstico e a avaliação. Tais operações são vistas respectivamente como "a compreensão do problema psicossocial apresentado pelo cliente e a [...] compreensão da maneira como a pessoa age em relação a seu problema, sua capacidade e a apreciação dos recursos externos e internos [...]" (IBID, 252).

Segundo Gordon Hamilton, o diagnóstico não é um simples relato da

situação e tampouco uma tentativa de "classificação" do cliente ou de seu problema. É uma reflexão e um parecer profissional sobre a situação (entendida como psicossocial), tendo em vista o objetivo de tornar possível e viável o tratamento.

Sendo um exercício mental, a realização do diagnóstico ou da avaliação diagnóstica dependerá, tanto dos dados obtidos sobre o caso específico, como da experiência profissional do Assistente Social, de seus conhecimentos e de sua atitude aberta e o mais imparcial possível frente à situação. Sobre isso Hamilton assim se expressa: "A técnica do diagnóstico é fruto de muitos conhecimentos de psicologia e ciências sociais; a técnica de avaliação, talvez, dependa mais da liberdade de pensar e de sentir sem tomar partido, com um mínimo de preconceitos sobre este ou aquele indivíduo ou esta ou aquela situação." (HAMILTON, 1976:254)

O diagnóstico, assim como o estudo, não tem um momento exato para findar. Durante todo o processo será revisto e reelaborado embora, em função do tratamento, pelos menos uma versão preliminar, deve ser elaborada já nos primeiros contatos.

C - Tratamento

Com base no estudo, no diagnóstico e nas hipóteses práticas de trabalho estudadas com o cliente, o Assistente Social dá início ao tratamento que consiste em "todas as atividades e serviços orientados no sentido de ajudar o indivíduo na solução de seu problema" (IBID, 40).

Desenvolvido simultaneamente com demais fases, o tratamento é igualmente de natureza psicossocial, abrangendo todos os fatores que interferem na situação, sejam eles emocionais, econômicos, físicos, intelectuais, enfim, a situação e o indivíduo como um todo.

O Tratamento não se confina a um só tipo. Os "métodos" variarão de conformidade com o tipo de situação apresentada e as hipóteses de trabalho definidas. Entretanto, terá sempre como objetivo "estabilizar ou melhorar a situação do cliente quanto à adaptação ou ajustamento social, principalmente no que diz respeito ao equilíbrio entre as forças internas e externas [...]" (HAMILTON, 1976:278).

Tendo em vista os diferentes "métodos", Hamilton classifica-os da seguinte forma: prestação de serviços concretos, medidas de modificação do ambiente e tratamento direto.

A Prestação de um Serviço Concreto, pode ser utilizada durante o Tratamento Direto e em complementação a ele consistindo no auxílio dado ao cliente. Esse auxílio pode ser monetário (auxílio econômico/financeiro), em espécie (concessão de medicamentos, alimentos) ou ainda relativo à utilização, pelo cliente, de um recurso social existente na comunidade (abrigo, orientação e serviço jurídico, médico, recreativo e outros).

Embora seja largamente utilizado, Hamilton o vê apenas como uma das formas de tratamento, não reduzindo o Serviço Social de Casos a ele.

Para sua viabilização entram em cena o conhecimento do Assistente Social sobre os recursos existentes e a melhor forma de utilizá-los; a clarificação e a orientação do cliente em prol de uma utilização eficaz dos mesmos e os encaminhamentos.

As Medidas para Modificar o Ambiente ou o "Tratamento Indireto" são todas aquelas tentativas, devidamente discutidas com o cliente, acionadas para diminuir a pressão e as dificuldades sentidas e "todas as modificações da experiência de vida a fim de oferecer oportunidades para o desenvolvimento de mudança de atitude do cliente" (IBID, 289).

As medidas a serem tomadas são variáveis, dependendo de cada

caso. A título de ilustração, cita-se a colocação em lares substitutos, programas de educação ou reabilitação e vivência de experiências e atividades sociais como colônias de férias, atividades recreativas, experiências grupais e outras.

O ajustamento pessoal, muitas vezes carece de uma mudança de atitude da família ou de pessoas importantes para o cliente. Neste caso, o Assistente Social, através de visitas, de contatos e principalmente de entrevistas, tentará esclarecer e discutir a situação, buscando a modificação daquelas atitudes que acarretam pressões e dificuldades ao cliente.

Como Tratamento Direto, Hamilton entende "uma série de entrevistas realizadas com o propósito de promover ou apoiar atitudes favoráveis ao equilíbrio emocional, para que o cliente tome decisões construtivas, desenvolva sua personalidade ou possa mudar de orientação" (HAMILTON, 1976: 291).

A partir dessa definição, já fica claro que os instrumentos primordiais do Tratamento Direto são o relacionamento Assistente Social/cliente e as entrevistas (abrangendo também o grupo familiar) como, aliás, o são durante todo o processo de Serviço Social de Casos.

Através das entrevistas e também das visitas, os recursos mais utilizados são a orientação e a clarificação, com o devido apoio psicológico e emocional. A orientação figura, em Hamilton, como um processo educativo que objetiva ajudar a pessoa "a ordenar, de maneira racional, os assuntos ligados ao seu problema, clarificando-o bem como seus conflitos em face da realidade, discutir as diversas probabilidades de solução e estimular a liberdade do cliente para assumir responsabilidade na escolha das soluções apropriadas." (IBID, 293)

Demonstrando ainda com maior força, o rebatimento da psicologia e da psicanálise em suas proposições, Hamilton (1976) aproxima o Tratamento Direto de objetivos terapêuticos. Assim sendo, coloca que, quando o objetivo é a mudança de atitudes e de comportamentos do cliente, esse passa a se consti-

tuir em "paciente" - alvo da psicoterapia. Em alguns casos, essa função também é de responsabilidade do Assistente Social que a executa predominantemente por intermédio da Entrevista Terapêutica.

Com relação à instrumentalização do Serviço Social de Casos, os Assistentes Sociais brasileiros são ainda altamente influenciados por Florence Hollis que, em linhas gerais, dá continuidade às idéias de Mary Richmond e Gordon Hamilton. Para o Tratamento, seguindo aquela divisão em Direto e Indireto, Florence Hollis ⁰⁶⁵ apontará algumas técnicas, a saber:

A - Tratamento Direto

a) **Técnicas de Apoio:** Aplicadas, com maior ou menor ênfase, em todos os casos, buscando diminuir a tensão e a ansiedade do cliente e estabelecer uma relação de confiança. Envolvem uma série de atitudes do Assistente Social como, por exemplo, manifestação de interesse e de confiança na capacidade e potencialidade do cliente.

b) **Técnicas de influência Direta** - utilizadas com o objetivo de obter mudanças necessárias no comportamento e nas atitudes do cliente. Inclui-se, aí, o aconselhamento, a orientação e a sugestão.

c) **Catarse** - Acompanhadas das técnicas de apoio, esse grupo de técnicas visa estimular e incentivar o cliente a verbalizar os sentimentos, as angústias, as emoções e as memórias que, para ele, representam uma pressão interna.

d) **Discussão Reflexiva sobre a Configuração Pessoa-Situação** - Procedimentos que levam o cliente a refletir sobre si mesmo (sentimentos, atitudes e visão com relação à situação enfrentada ou a fatos a ela relativos); sobre a própria situação (física, econômica, social) vivenciada e com relação às atitudes das

(065) Os dados abaixo expressos concernentes a Florence Hollis foram extraídos de um texto intitulado "Classificação do Tratamento Baseada em Considerações de Ordem Dinâmica" traduzido por Nadir Kfoury do livro "Casework. A Psychosocial Therapy" - "Serviço Social de Casos: Uma Terapia Psicossocial" de autoria de Florence Hollis e figura em nossa bibliografia.

outras pessoas envolvidas; sobre as consequências (presentes e futuras) de seus atos nas pessoas e na configuração do problema; sobre o Assistente Social, a Instituição e o tratamento.

e) **Discussão Reflexiva sobre a Dinâmica das Respostas, Padrões ou Tendências de Resposta** - Referem-se ao incentivo para que o cliente reflita sobre as razões e motivações internas de determinadas ações, comportamentos e reações por ele expressas.

f) **Discussão Reflexiva sobre o Desenvolvimento Genético das Respostas, Padrões ou Tendências de Resposta** - Procedimentos que visem a incentivar o cliente a refletir sobre questões do seu passado que, no presente, fazem parte de suas reações e atitudes.

B - Tratamento Indireto

Na medida em que, neste âmbito, a intervenção é voltada para modificações nos fatores externos que acarretam a situação problema ou obstaculizam sua solução, ela implica em provocar mudanças, tanto no ambiente em si, como nas atitudes e sentimentos das outras pessoas envolvidas. Para tal, Hollis sugere cinco grupos de técnicas.

Os três primeiros grupos são aqueles já explicitados no Tratamento Direto (Apoio, Influência Direta e Catarse), agora aplicados junto às pessoas envolvidas na situação vivenciada pelo cliente.

No quarto - **Consideração Reflexiva da Situação Colateral-Cliente**, em semelhança ao sugerido com relação ao Tratamento Direto, os colaterais são estimulados a refletirem sobre a situação do cliente e suas posturas com relação a ele e seu problema.

A **Provisão de Recursos Ambientais** é o quinto grupo apontado por Hollis. Nele estão contidos instrumentos e procedimentos acionados na própria obra social, em outras obras e na comunidade, objetivando dar solução à

situação apresentada como, por exemplo, os auxílios financeiros e a mobilização ou utilização dos recursos sociais existentes.

066

7.2. Serviço Social de Grupo

Assim como o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo tem antecedentes nas práticas desenvolvidas no século XIX, notadamente através da Charity Organization Society.

Kisnerman (1978) aponta como primeiro antecedente do Serviço Social de Grupo na Inglaterra a experiência desenvolvida em 1884, por Samuel A. Barnett, criador do primeiro "Settlement" - Centro Social Comunitário. Tal experiência, através da aglutinação de pessoas em grupos, objetivava a melhoria das condições de vida dos pobres em Londres.

Nos Estados Unidos, o mesmo autor sinaliza como pioneira a experiência desenvolvida em 1912, por Samuel R. Slavson que, seguindo os moldes da executada por Barnett, direcionou-se para crianças carentes do Brooklyn.

Assim, a base do Serviço Social de Grupo foram as experiências grupais, cuja tônica era a recreação, o lazer e a educação informal. Por essa razão, no histórico do método, é comum encontrar-se referências a Lord Baden Powell - criador dos Movimentos de Escoteiros e Bandeirantes - como um dos pioneiros do Serviço Social de Grupo.

Por trazer essa característica, Segundo Konopka (1972), na década de 20, o trabalho com grupos ainda não é concebido como um método no Serviço

(066) Conforme nota 58, discussões sobre os pressupostos orientativos do Serviço Social de Grupo podem ser encontradas em Kisnerman (1978) e em Rodrigues (1984).

Social. Sua orientação vem da Educação, notadamente de "John Dewey e dos sociólogos que participaram ativamente desses movimentos de auto-ajuda [...]" (KONOPKA, 1972:02).

Na década de 30, a influência da Psicologia e da Psicanálise observada no Serviço Social de Caso, atinge também o trabalho com grupos, o que contribui para sua incorporação como método de Serviço Social e para o rompimento com o caráter independente que tal trabalho conotava em relação aos demais métodos.

De acordo com Kisnerman (1978), essa influência já é observada no próprio Slavson que denomina os grupos, com os quais o Assistente Social trabalha, de "terapêuticos" e, posteriormente, se destaca no campo da psicoterapia infantil.

Entretanto, são as idéias de Sigmund Freud que, invadindo as Ciências Sociais, influenciam largamente os Assistentes Sociais e contribuem para que o Serviço Social de Grupo se direcione para fins terapêuticos e de tratamento. Nesta medida, sem abandonar totalmente a orientação para a educação informal e recreação, o Serviço Social de Grupo passa a visar, de forma geral, a higiene mental e a solução de problemas pessoais de relacionamento e de socialização.

É apenas após a Segunda Guerra Mundial que o Serviço Social de Grupo é aceito nos Estados Unidos como método de Serviço Social. Neste período começam a surgir publicações sobre o assunto, dentre elas pode-se apontar: "Group Work With American Youth", por Grace Coyle em 1948; "Social Group Work Practice", por Gertrud Wilson em 1949, e "Therapeutic Group Work With Children", por Gisela Konopka em 1949.

(067) A literatura pertinente aponta Grace Coyle como a grande contribuidora neste processo. Ela teria sido a primeira a aplicar no Serviço Social de Grupo a influência freudiana e é dela o primeiro livro sobre esse método.

No Brasil, é com a volta das primeiras bolsistas que se inicia o processo de elaboração de alguns ensaios sobre Serviço Social de Grupo. Por um longo tempo, os insumos para esse método advêm de autores estrangeiros, com especial destaque para Simone Paré, em "Groupes et Service Social" - Grupos e Serviço Social ⁰⁶⁸ - e para Gisela Konopka, em "Social Group Work: a Helping Process" - Serviço Social de Grupo: um Processo de Ajuda. ⁰⁶⁹

A importância e a influência de Konopka para o Serviço Social de Grupo, no Brasil e América Latina, é indiscutível. Sobre isso, Kisnerman afirma: "A corrente científica do Serviço Social de Grupo alcança modernamente o seu nível mais alto com Gisela Konopka [...] Como Slavson, como Gordon Hamilton no caso individual, Konopka é Assistente Social e psicanalista. Regressou às fontes do Serviço Social para avançar em uma teoria metodológica que hoje vai alcançando condições de estabilidade e deve servir de ponto de partida para novas elaborações e aportes" (KISNERMAN, 1978:22).

Partindo da premissa de que o homem é um ser em interação com outros homens, Konopka atribui aos grupos, nos quais o homem se insere durante sua existência, o poder de ajudá-lo a desenvolver e a superar os obstáculos com que se depara. Neste sentido, define Serviço Social de Grupo como "um método que ajuda as pessoas a aumentarem o seu funcionamento social através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade" (KONOPKA, 1972:33).

Com essa conotação, o Serviço Social de Grupo é aplicável a

(068) A obra de Paré foi publicada inicialmente em 1949, no Canadá, e reeditada, após ampliação, em 1956. Sua tradução e primeira publicação no Brasil data de 1961.

(069) A publicação da obra de Konopka, no EUA, data de 1963. Embora a publicação em língua portuguesa tenha ocorrido no Brasil apenas em 1968, é necessário ressaltar que o livro assume mais a característica de um compêndio e que, desde a década de 40, a autora vinha publicando outros livros e artigos, aos quais os brasileiros tiveram acesso.

vários campos de atuação e pode ser, quanto a natureza, de dois tipos: aqueles direcionados para a ação social e aqueles direcionados para o crescimento.

Tal classificação, que tem sua base em Gertrude Wilson, preocupa-se em diferenciar Serviço Social de Grupo de Terapia de Grupo.

Em sua opinião, o "grupo direcionado para a ação social" volta-se para o indivíduo que " necessita de ajuda para adquirir eficácia com relação a problemas que não são, necessariamente, arraigados nele próprio ou nos seus relacionamentos com terceiros" (KONOPKA, 1972:100). O "grupo orientado para o crescimento", por outro lado, assume mais nitidamente a dimensão terapêutica, dirigindo-se a indivíduos que, através da experiência grupal, possam ser ajudados a resolver problemas que dificultam o desenvolvimento de sua personalidade e/ou sua adaptação social, isto é, para a superação de seus problemas de funcionamento pessoal e social.

Essa distinção implica que a atuação do Assistente Social, inclusive a aplicação do Instrumental Técnico, assume formas específicas conforme o tipo de grupo junto ao qual sua ação profissional é exercida. O Instrumental Técnico, portanto, não é fixo ou imutável.

Além do tipo de grupo, o Instrumental Técnico também variará em função de qual operação básica do Serviço Social de Grupo (diagnóstico ou tratamento) o Assistente Social está desenvolvendo.

No diagnóstico individual ou grupal, que consiste na avaliação e na determinação de objetivos, Konopka aponta como instrumentos: " 1. Conhecimento da dinâmica individual de grupo; 2. Conhecimento do ambiente social e do seu significado; 3. Ouvir; 4. Observar; 5. Empatizar "(IBID, 124).

Quanto ao processo de tratamento, ou mais propriamente o processo de ajuda ao grupo, os instrumentos do Serviço Social de Grupo seriam: " 1. O relacionamento objetivo, acolhedor, compreensivo e profissional entre Assis-

tente Social e membros do grupo; 2. O relacionamento entre os membros do grupo - processo de grupo; 3. Comunicação Verbal - discussões, conversas; 4. Comunicação não-verbal - programa, jogos, experiências; 5. Escolha objetiva e criação do ambiente" (KONOPKA, 1972:127).

Pelo exposto, é possível depreender a percepção de dois grandes grupos de instrumentos técnicos: aqueles empregados para o "conhecer" e aqueles empregados para o "intervir".

Entretanto, a autora não chega a deixar clara essa distinção. Ao contrário, parece atribuir-lhe uma certa flexibilidade, na medida em que, aparentemente, alguns instrumentos são previstos tanto para o diagnóstico como para o tratamento. Inclui-se aí o relacionamento, perceptível como instrumento básico para as duas "operações", bem como a reunião e as técnicas de observação, ambas ocupando papel de destaque.

Também é observável a importância atribuída por Konopka à comunicação. Com efeito, no âmbito do Serviço Social, assim como nas outras disciplinas do "social", a comunicação (verbal ou não) é fundamental para o estabelecimento de uma relação profissional - "cliente". Representa a base sobre a qual o relacionamento e o processo de ajuda se fundam.

070

De forma globalizada é pertinente apontar, no interior da obra de Konopka, além da reunião e da observação, o seguinte instrumental: entrevistas, visitas domiciliares, contatos individuais com membros do grupo e com colaterais e técnicas de dinâmica de grupo.

Por seu turno, Paré (1961) detalha o instrumental que considera principal em Serviço Social de Grupo. Além dos acima citados, aponta as visitas

(070) Não estamos considerando aqui instrumentos e técnicas que podem ter sido mencionados no contexto das crônicas incluídas pela autora no referido livro. Considerá-las demandaria uma análise mais apurada da obra, fugindo aos objetivos dessa dissertação.

escolares, os encaminhamentos, a utilização de recursos locais existentes e a elaboração de documentação (fichas e cartões de inscrição e relatórios), através da qual efetuam-se as avaliações.

071

Apesar de utilizado no Brasil desde o final da década de 40, é nos anos 60 que o Serviço Social de Grupo atingirá seu ponto alto em termos de aplicação e de valorização.

Neste período, em termos de publicações, o assunto é tratado por diversos profissionais brasileiros e latino-americanos, cujos produtos, não obstante representarem "uma recriação mais ou menos elaborada do livro de Gisela Konopka" (VASCONCELOS, 1985:20), incorporam elementos específicos das realidades nacionais e, em maior ou menor grau, passam a inseri-lo na perspectiva desenvolvimentista e a postular seu emprego de forma integrada e concomitante com o Serviço Social de Casos e com o Serviço Social de Comunidade.

072

Além das norte-americanas e canadenses já mencionadas, são dessa década algumas publicações que informaram, e ainda informam, os Assistentes Sociais brasileiros. Dentre elas e com destaque, registra-se "Serviço Social de Grupo", de Natálio Kisnerman, publicada em 1969 e, posteriormente, traduzida para língua portuguesa.

O CBCISS cumpre neste ponto um papel primordial. Através de suas publicações é que majoritariamente se tem acesso às contribuições dos profissionais sobre Serviço Social de Grupo. Destaca-se, por exemplo, a de Arlete

(071) No I Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1947, o Serviço Social de Grupo já é explicitado como preocupação no sentido de sua utilização para a formação de líderes. Como recomendação, o mesmo conclave aponta a utilização do Serviço Social de Grupo na Educação Popular. Em 1949, por ocasião do II Congresso Pan Americano de Serviço Social, é feito um chamamento, plenamente atendido nos anos subsequentes, para um maior uso do Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

(072) Ver próximo item, onde a questão é abordada no contexto do Desenvolvimento de Comunidade.

Braga, em "Serviço Social de Grupo em sua visão histórica" (1969), a de Edith Motta, em "Diagnóstico e Intervenção a nível de prestação de Serviços Diretos a Grupos" (1969) e o próprio Documento de Araxá (1969).

O influxo da Psicologia e da Psicanálise a que nos referíamos, motivou o interesse dos Assistentes Sociais pelas técnicas de dinâmica de grupo. Tal interesse, evidente já em Konopka, era justificado pela sua importância para a consecução do objetivo de ajuda psicossocial explícito também neste método.

Inicialmente buscadas na Psicologia e na Psicanálise, as técnicas de dinâmica de grupo são incorporadas à prática do Serviço Social de Grupo praticamente desde a sua admissão como método de Serviço Social, figurando também nas referências acima citadas.

Essa incorporação pelos Assistentes Sociais, às vezes abusiva, acompanhada de toda a influência psicológica e psicanalítica, coloca uma linha divisória muito tênue entre Serviço Social de Grupo e terapia de grupo. Decorre daí a preocupação dos estudiosos do assunto em apresentar propostas de tipologia de grupo que, a exemplo de Konopka, buscam diferenciar o Serviço Social de Grupo aplicado para fins terapêuticos daquele aplicado para outros fins.

Essa preocupação está presente em Edith Mota (1969) quando propõe três tipos de grupo: a) os Grupos de Desenvolvimento Social (objetivando contribuir para que os membros alcancem maturidade social); b) os Grupos de Solução de Problemas de Relacionamento Social (mais específicos para pessoas com problemas pessoais de relacionamento social); c) os Grupos de Ação Social que

(073) Segundo Rodrigues, "são chamadas de técnicas de dinâmica de grupo, uma série de pequenos instrumentos e expedientes utilizados para dinamizar uma discussão, desenvolver a participação, transmitir informações, clarificar situações e obter feed-backs grupais" (RODRIGUES, 1984:76). A esse assunto retornaremos na seção 2.2. do Cap. III.

se assemelham àquele proposto por Konopka sob a denominação "Grupos Orientados para a Ação Social".

Já Kisnerman (1978), adota totalmente a divisão proposta por Konopka, ou seja, Grupos Orientados para o Crescimento e Grupos Orientados para a Ação Social. Dedicar a esses dois tipos de grupo parte considerável da obra citada, ⁰⁷⁴ ilustrando suas colocações com crônicas que revelam, em seu bojo, o instrumental posto em ação.

Aliás, o fato de não destacar separadamente os instrumentos e as técnicas utilizados é bastante coerente com a postura que o autor assume a respeito do assunto.

Argumenta que não existem regras fixas para orientar um grupo e, decorrentemente, não há também instrumentos ou técnicas que devam ser aplicados incondicionalmente ou a partir de um modelo pré-fixado.

Isso ficaria ainda acentuado se considerarmos o fato de que existem vários tipos de grupo com os quais o profissional de Serviço Social pode atuar, como, por exemplo, grupos recreativos, terapêuticos, de aprendizagem, de trabalho e outros que, assim, demandam técnicas diferenciadas e uma forma especial de aplicá-las.

Além de variáveis, os instrumentos e técnicas podem e devem ser combinados ou unificados de acordo com a necessidade sentida pelo Assistente Social. Esse é, para Kisnerman, o ponto fundamental com relação à técnica, ou seja, a capacidade humana e a experiência do profissional que lhe permitem selecionar a melhor técnica e, escolhendo o momento oportuno, efetuar sua aplicação de forma mais adequada.

(074) Dedicar a eles os quatro últimos capítulos do livro num total de 54 páginas.

Assim sendo, "o resultado de um tratamento depende da capacidade que o Assistente Social tiver para recriar as técnicas, ou seja, que diante de cada situação ele saiba adequar as técnicas necessárias, combiná-las, para dar-lhes um tratamento eficaz." (KISNERMAN, 1978:39)

075

7.3. SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE

A terminologia empregada pelos Assistentes Sociais para designar o trabalho social realizado com comunidades não é unívoca. Depara-se com os termos Organização de Comunidade (OC), Desenvolvimento de Comunidade (DC), Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC), Serviço Social de Comunidade (SSC) e Ação Comunitária (AC).
076

No início da adoção desse método, o termo mais utilizado era Organização de Comunidade. Em 1939, Lane Report o define como o "processo de provocar e manter um progressivo e mais eficiente ajustamento entre os recursos e as necessidades de bem-estar" (REPORT apud CBCISS, 1967:48). Sob essa denominação, tal método já faz parte dos programas das Escolas norte-americanas, desde 1922. Neste mesmo ano, Walter Petit publica seu livro "Cases Studies in Community Organization" - - Estudo de Casos de Organização de Comunidade.

No Brasil, a nível de formação profissional, o marco para sua assimilação é a introdução da cadeira de Organização Social de Comunidade no currículo da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1945. Essa iniciativa
077

(075) Conforme nota 59, uma análise do discurso e da funcionalidade do D.C. à reprodução das relações sociais vigentes pode ser encontrada em Ammann (1980), Aguiar (1982) e Carvalho & Iamamoto (1985).

(076) Uma exposição sobre as diversas definições postuladas para cada um destes termos pode ser encontrada no Documento de Araxá, pg. 48-50.

(077) Ensejada por Helena Iracy Junqueira, após seu retorno dos Estados Unidos como Bolsista.

e seguida pela Escola do Rio de Janeiro, em 1946, e pelas Escolas filiadas a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS, em 1946.

Neste período, são desenvolvidas algumas experiências que seguem o modelo norte-americano. Baseado no Documento de Araxá, Aguiar (1982) verá essas experiências desenvolvidas entre 1945-1955, sob dois tipos: a) as "tentativas de coordenação de serviços e obras sociais em áreas funcionais [b) aquelas] experiências isoladas, atingindo pequenas áreas e com finalidades específicas de melhorias imediatas de condições de vida [...]" (CBCISS, 1967: 21-22).

Entretanto, é através do incentivo da Organização das Nações Unidas - ONU que esse método será realmente difundido e assimilado na América Latina.

A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945 foi motivada pela crise existente nas nações envolvidas na II Guerra Mundial e pelos problemas dela decorrentes. O fim dessa guerra, o início da guerra fria e a ameaça de expansão do socialismo, contribuíram para que essa Organização se voltasse para os países subdesenvolvidos, principalmente latino-americanos, no sentido de "auxiliá-los" em seu desenvolvimento.

De fato, por volta de 1948, a Organização das Nações Unidas começa a se preocupar com a situação dos países pobres e subdesenvolvidos. A motivação subjacente é a ameaça comunista que, nestes países, seria potencialmente maior. Trata-se da hipótese de que o "esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e economicamente produtivo eliminaria os focos de comunismo em potencial" (SCALON apud AMMANN, 1980:30).

Iniciada com acordos de assistência técnica no setor rural, a cooperação Brasil-Estados Unidos evolui rapidamente para outras áreas. Assim é que, em 1945, estabelece-se o Acordo sobre Educação Rural que reza uma "maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os dois países" (BRASIL - MINISTERIO DAS RELACOES

EXTERIORES apud AMMANN, 1980:33) e, nos mesmos moldes, outro acordo voltado para a educação industrial.

078

Esses e outros acordos possibilitam uma forte aproximação entre os referidos países a qual passa, também, pelo envio de técnicos brasileiros para serem treinados nos Estados Unidos e pela acolhida de técnicos daquele país para assessorarem o desenvolvimento de programas no Brasil.

O Serviço Social não fica imune a essa aproximação. Ao contrário, a influência recebida através das já citadas Bolsistas é reforçada pelo fato de a Organização das Nações Unidas voltar-se para a profissão, entendendo-a como um instrumento importante para o processo de desenvolvimento.

Com base em Ammann (1980), verifica-se que, no período de 1950 a 1959, os trabalhos com comunidades eram desenvolvidos basicamente nos Centros Sociais e nas Missões Rurais. Dentre essas últimas, a pioneira foi a de Itaperuna-RJ, iniciada a partir da realização do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949.

Os Centros Sociais ou Centros Sociais de Comunidade, existentes desde a década de 40 sob a orientação da Igreja Católica, institucionalizam-se e recebem respaldo oficial apenas a partir de 1956, com a criação do CNER - Campanha Nacional de Educação Rural. Neste ano já detém, sob sua responsabilidade orientadora, quarenta e cinco Centros, em sete Estados da Federação.

Seguiam o modelo de Centros Sociais de Comunidade existentes na França, Austrália, Nova Zelândia e Itália, onde se configuravam como um "local para reunião de grupos que organizavam atividades culturais, educacionais e recreativas, bem como a prestação de serviços especiais a velhos, mães, jovens, crianças, etc." (AMANN, 1980:50).



No Brasil, tinham como programação, de forma geral, a "organização de grupos (principalmente mães, jovens e crianças); cursos de corte e costura, bordado, cozinha, enfermagem; alfabetização de adultos; introdução de novas técnicas agrícolas e organização de hortas e pomares; construção de obras tais como estradas, pontes, esgotos, escolas, igrejas, praças, etc." (AMMANN, 1980:52).

As Missões Rurais de Educação surgem em 1951, após a experiência de Itaperuna, sob a iniciativa do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Funcionavam inicialmente como unidades móveis nas cidades do interior onde a equipe de técnicos, dentre eles o Assistente Social, ficava de dois a cinco dias. Em 1952, em função das dificuldades oriundas de trabalhos desse tipo, inicia-se a criação de Missões Rurais fixas. Quanto às atividades, as Missões Rurais, fixas ou volantes, assemelham-se àquelas desenvolvidas nos Centros Sociais.

Até 1951, a literatura utilizada como orientação para os técnicos e para o desenvolvimento do trabalho era buscada quase que exclusivamente naquela produzida no âmbito norte-americano. Em meio a elas, destaca-se o livro "Organização de Comunidade - Teoria e Prática", de Murray Ross, editado naquele país em 1952 e traduzido para a língua portuguesa em 1956 que, por sua influência sobre os profissionais brasileiros, é considerado um clássico.

No mesmo ano começam a surgir as primeiras produções brasileiras sobre o tema. São elas: "Missões Rurais de Educação: A Experiência de Itaperuna" - Ministério da Agricultura (1952); "Educação dos Grupos" - José Arthur Rios (1957) e "Introdução à Organização Social de Comunidade" - Balbina Ottoni Vieira (1958).

Analisando essas obras de Rios e Vieira, Ammann (1980) insere-as na perspectiva positivista atribuindo-lhes, dentre outras, as seguintes carac-

terísticas: a) Vieira aproxima-se do Positivismo Comteano, e Rios, da Teoria funcionalista (inspirado em Parsons); b) ambas adotam o tripé positivista - indivíduo, família e comunidade - dando especial atenção à família e à mulher; c) ambas têm sua referência no modelo norte-americano de Organização de Comunidade e, no caso de Rios, uma aproximação especial à Sociologia produzida nos Estados Unidos; e d) a obra de Rios "insere-se numa política nacional desenvolvimentista cujo eixo nuclear é a modernização como salvaguarda da paz social" (AMANN, 1980:43), antecipando o ideário do período seguinte.

Antes da obra acima citada, Balbina Vieira já havia escrito um livro intitulado "Introdução ao Serviço Social", publicado em 1954 pelo SESC, aonde incluía a Organização Social de Comunidade como um dos processos de Serviço Social.

Pretendendo dar uma visão geral sobre o Serviço Social, tal livro não se detém longamente na questão, embora antecipe algumas discussões que serão resgatadas e ampliadas no texto de 1958.

Em "Introdução à Organização Social de Comunidade", esse processo é definido como aquele "[...] pelo qual uma comunidade orienta e coordena seus esforços a fim de que indivíduos e grupos possam expressar seus desejos de melhoria, estimular a cooperação e, assim, alcançar o bem-estar almejado." (VIEIRA, 1958:12). No âmbito específico do Serviço Social, significaria o "processo pelo qual se promove e se mantém um equilíbrio constante entre recursos e necessidades sociais, dentro de uma área geográfica ou no campo de ação do Serviço Social" (IBID, 14).

(079) Razão pela qual, ao nível de atuação, verifica-se uma ênfase em trabalhos educativos com mulheres.

(080) Ammann recorta três períodos históricos: 1950-1959, 1960-março/1964 e 1964-1977. O período subsequente é, portanto, conforme a autora, aquele que compreende os anos de 1960 a março/1964, quando se dá a chamada Revolução de 64.

Como nos demais processos de Serviço Social, Vieira vera na Organização Social de Comunidade alguns princípios básicos, tanto genéricos como específicos.

Os genéricos seriam a aceitação da comunidade (com seus costumes, cultura e tradições) e o respeito à liberdade e à livre escolha dos indivíduos e grupos. Dentre os específicos, ressalta-se: a) o objeto do processo são as necessidades e os interesses da comunidade; b) o processo é educativo, democrático e visto como um meio, ao invés de um fim; c) os planos serão flexíveis; d) deve-se ter paciência, buscar a cooperação e despertar o interesse da comunidade; e) o processo é melhor orientado com a presença, que não pode ser curta, do Assistente Social.

Metodologicamente, segundo Vieira (1958), a Organização Social de Comunidade compreende três fases: Estudo, Planejamento e Execução, cada qual comportando atividades e técnicas distintas que, de outra parte, variarão em direta proporção com a situação encontrada.

O Estudo pode ser de dois tipos: aquele empreendido pelo Assistente Social quando se prepara para trabalhar em uma comunidade e aquele que, como parte intrínseca do trabalho, é realizado com a participação da população.

O primeiro tipo pode ser feito mediante estudos formais ou informais. Nos Estudos Formais, Vieira aponta a pesquisa antropológica, os inquéritos médico-sanitários ou sócio-econômicos e o estudo de fontes como pesquisas estatísticas, livros, documentos e outros.

Os Estudos Informais se constituem de observações diretas quanto à estrutura e à dinâmica da comunidade, sobre seu modo de vida e seus recursos. Viabiliza-se por intermédio de conversas, palestras informais com a população e com autoridades, visitas às instituições e recursos sociais, e participação em reuniões e eventos locais.

Os Estudos com a participação da comunidade ou dos interessados, também podem ser formais ou informais, cuja escolha depende de uma avaliação do grau de desenvolvimento e de experiências anteriores da comunidade em questão.

Os Formais seriam realizados mediante "pequenos inquéritos", nos quais haveria a participação da população tanto no momento do planejamento como no da coleta dos dados. Os Informais, por outro lado, se operacionalizam por intermédio de reuniões, semanas de estudos e outros onde se dão as discussões dos problemas e onde se levantam os dados necessários.

Nesta medida, os instrumentos ou meios utilizados para a realização do Estudo são, de modo geral, as entrevistas, as reuniões grupais ou gerais, as visitas e contatos com os recursos locais, as observações, os estudos e discussões em grupo e a pesquisa documental.

Embora Vieira (1958) não explicita claramente, com base em suas colocações, podemos dizer que o Estudo também prevê a elaboração e a aplicação de questionários.

A segunda fase - o Planejamento, efetiva-se com base nos dados coletados e volta-se para a escolha das soluções dos problemas comunitários, bem como dos meios para colocá-las em prática. Compõe-se de várias etapas, sendo elas: divulgação e interpretação dos dados coletados; exame das várias hipóteses; escolha de uma delas; sugestões quanto às ações futuras; determinação e distribuição de tarefas.

Por sua característica, o Planejamento realiza-se em reuniões com pequenos grupos de onde emergem as comissões. Por isso, "a técnica específica é a 'discussão em grupo' " (VIEIRA, 1958:21).

Das discussões, ou mais propriamente, do Planejamento, podem decorrer vários tipos de ação e, conseqüentemente, diferentes modalidades de Execução. Vieira cita quatro tipos: "1) um movimento de Ação Social ou uma

campanha; 2) promoção de um recurso: associação de moradores, Centro Social, novo serviço assistencial, cooperativa etc.; 3) coordenação de recursos existentes; 4) uma reforma de alguns serviços." (VIEIRA, 1958:22)

Em qualquer desses tipos, a Execução se viabiliza através de pequenos grupos ou comissões, com a participação de todos os interessados e com o auxílio do Assistente Social e de outros técnicos "especialistas".

Portanto, Vieira não vê o trabalho do Assistente Social isolado do de outros técnicos. Entretanto, nesse texto de 1958, não insere os mesmos ou o trabalho com comunidade em uma perspectiva macro-social.

Essa visão que, como dissemos, já se antevia em Rios (1957), só vai marcar o Serviço Social no período subsequente fixado por Ammann, a saber, 1960 - março/64. De fato, na década de 60, o discurso e as experiências do Serviço Social relacionados com o trabalho com comunidade vão-se inserindo progressivamente "no contexto do Desenvolvimento Nacional numa dimensão macrosocietária e em função de mudanças estruturais" (AMMANN, 1980:69).

Esse decênio caracterizar-se-á, com propriedade, na "década do desenvolvimento". Muitos são os Congressos, Encontros e Seminários nacionais e internacionais ⁰⁸¹ que tratarão de questões ligadas ao tema, espelhando a preocupação e o interesse da categoria pelo assunto.

O termo utilizado para designar esse tipo de trabalho, de forma não consensual, mas majoritária, passa a ser Desenvolvimento de Comunidade (D.C.), entendido como "um processo interprofissional que visa capacitar a co-

(081) Dos quais são exemplos: Seminário Nacional Sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil (1960), II Congresso Brasileiro de Serviço Social (1961), XI Conferência Internacional de Serviço Social (1962), I e II Encontros de Escolas de Serviço Social do Nordeste (1963 e 1964), Seminário de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (1963), Seminário Regional de Porto Alegre (1965) e o I Seminário de Teorização do Serviço Social (1967).

munidade para integrar-se no desenvolvimento através da ação organizada, para atendimento de suas necessidades e realização de suas aspirações." (CBCISS, 1967:22)⁰⁸²

A postura desenvolvimentista é assumida com clareza pelos profissionais que, tanto no meio rural como urbano, expressam o interesse em se engajar, contribuir e assumir um papel relevante no processo de Desenvolvimento Nacional. Trata-se de colocar a capacidade profissional a serviço do Planejamento e Desenvolvimento Social internalizado, pela maioria dos profissionais, na perspectiva nacional desenvolvimentista.

A posição dos Assistentes Sociais em relação ao Desenvolvimento de Comunidade não foi, porém, unívoca. Safira identifica, com relação aos intelectuais,⁰⁸³ três tipos de postura. A primeira, inserida no contexto das experiências ortodoxas, representa uma continuidade ao modelo teórico e prático do período anterior, apenas ampliando a intervenção para a comunidade.

A segunda inclui-se no âmbito das experiências heterodoxas e, extrapolando a visão localista, "pensa o Desenvolvimento de Comunidade em uma perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista" (NETTO, 1991:140). Tal postura não chega a estabelecer, portanto, um vínculo orgânico com as classes subalternas.

(082) Nesse Documento - Araxá, resultante do I Seminário de Teorização do Serviço Social, a discussão sobre os termos é desenvolvida, sendo a sua conclusão assim expressa: "Entre profissionais, há atualmente tendência para o uso do termo Desenvolvimento de Comunidade. No entanto, a de Serviço Social de Comunidade, restritamente, é usada para a intervenção específica do Serviço Social." (CBCISS, 1967:23).

(083) No sentido Gramsciano do termo. Embora veja todos os homens como intelectuais, Gramsci inclui verdadeiramente sob essa designação apenas aqueles que, de alguma forma, desempenham "uma função organizacional no sentido amplo" (GRAMSCI apud BOTTOMORE, 1989:166). Desempenhando sua função política na sociedade, os intelectuais podem ser Tradicionais - quando "comprometidos com uma tradição que remonta a um período histórico mais antigo" (IBID, 166) - ou Orgânicos que, por seu turno, tanto podem representar os interesses da burguesia como podem estabelecer um vínculo com a classe subalterna.

Na terceira, cujo exemplo é a segunda fase do MEB - Movimento de Educação de Bases - esse vínculo é estabelecido visualizando-se o Desenvolvimento de Comunidade como um instrumento para transformações socio-econômicas profundas.

Essas posturas distintas refletem a efervescência daquele momento histórico marcado pela crescente mobilização de cunho reivindicatório das camadas populares. Com efeito, o desenvolvimento acelerado, continuado e auto-sustentado, implementado por Juscelino Kubitscheck ("50 anos em 5"), gera, no reverso da medalha, surtos inflacionários e tendência de baixa nos salários, o que motiva e detona manifestações em prol de reivindicações salariais.

No final do governo Kubitscheck, crescem os reclames por reformas de base. Os apelos vão-se tornando cada vez mais fortes e, em torno deles, aglutinam-se estudantes, trabalhadores, intelectuais, segmentos da Igreja, enfim, diversos setores da sociedade brasileira que almejavam mudanças.

O Serviço Social, que nesse período já tem suas funções e mercado de trabalho ampliados e já utiliza mais intensamente o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade, adere a essa movimentação vendo no Desenvolvimento de Comunidade o caminho ideal para sua contribuição às reformas desejadas. Para seu engajamento concorre a proposta de Desenvolvimento de Jânio Quadros que, diferentemente de Juscelino Kubitscheck, coloca o "social" como meta prioritária e conclama os Assistentes Sociais a se engajarem.

No II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro, em 1961, essa posição de Jânio, bem como a adesão dos Assistentes Sociais, ficam totalmente explicitadas.

Convidado como Presidente de Honra do Congresso, Jânio Quadros assim se expressa em sua mensagem: "O processo de Desenvolvimento a que almejamos enseja a participação do homem na solução de seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem-estar. É por aí que o Serviço Social se

transforma num instrumento de democracia, ao permitir a verdadeira integração do Povo em todas as decisões da comunidade. [...] Os programas de Desenvolvimento comunal, necessário remate desta concepção ampla da Assistência Social, constituem hoje meio eficaz à consecução dos objetivos nacionais [...] " (MENSAGEM DO PRESIDENTE JANIO QUADROS apud CARVALHO & IAMAMOTO, 1985:354).

O tema do Congresso (Desenvolvimento Nacional Para o Bem Estar), das Conferências (Política Social, Desenvolvimento e Organização de Comunidade, Planejamento e Posição do Serviço Social Voltado Para o Desenvolvimento Nacional e Regional), das Comissões (Previdência Social, Processo de Urbanização, Desenvolvimento e Organização de Comunidade e Formação e Treinamento de Pessoal Tendo em Vista o Desenvolvimento) e dos Grupos de Estudos demonstram, por si mesmos, o interesse do Serviço Social em corresponder à demanda.

É neste contexto que se robustece um certo clima de inquietação profissional, já observável na década de 50. É perceptível nas críticas quanto à inoperância do Serviço Social de Caso para solucionar problemas de maior amplitude; na proposição de aliar o Serviço Social de Caso e de Grupo ao Serviço Social de Comunidade rumo ao Desenvolvimento; no interesse revigorado pela Política Social, Planejamento Social e Administração; na expressão da necessidade de adaptação do Serviço Social à realidade brasileira; na necessidade de sua contribuição às reformas de base.

Não obstante o fato de permanecer "no campo da modernização, da valorização do Desenvolvimento com um mínimo de desestabilização, posição própria dos estratos médios ante ao horror à agitação reivindicatória [...] e não ultrapassar] a idéia de "obstáculos internos" ao desenvolvimento" (CARVALHO & IAMAMOTO, 1985:361), acreditamos que, por ocasião deste conclave, já estavam presentes as sementes que, alguns anos mais tarde, frutificariam na grande virada da profissão, precipitada pelo Movimento de Reconceituação.

8. A DÉCADA DE 60: O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O processo de erosão do Serviço Social Tradicional,⁰⁸⁴ do qual o Movimento de Reconceituação é a expressão cabal, vincula-se, por um lado, ao cenário sócio-político nacional e internacional, e por outro, ao próprio clima propício existente no interior do Serviço Social que o Congresso, antes citado, espelha.

De fato, o esfacelamento do Serviço Social Tradicional é incompreensível sem menção, como elementos externos à profissão, ao momento histórico que marca os anos 60. Permeada por "terremotos econômico-sociais, políticos e ideo-culturais" (NETTO, 1992:142) e, nacionalmente pela já referida efervescência social, a década de 60 caracterizar-se-á por uma crescente e profunda contestação social que, pelo menos em alguns setores, assume a dimensão de questionamento à ordem burguesa.

De outra parte, é igualmente incompreensível sem se levar em conta o ambiente fecundo verificado internamente. Os Assistentes Sociais rendem-se à necessidade de revisão e redimensionamento da profissão para fazer frente aos desdobramentos das mudanças econômicas, políticas e sócio-culturais em curso.

O referido Congresso, como dissemos, espelha esta postura. Trata-

(084) Entendido pelo autor como "típico transparente ideológico de origem basicamente norte-americana [...e caracterizado] por seu desempenho profissional assistemático, intuitivo, carente de procedimentos técnico-científicos bem determinados e rigorosos, informado pelo valores de cunho liberal, voltado para a correção (em uma perspectiva claramente funcionalista) das chamadas "disfunções sociais" e sustentado por uma concepção (consciente ou não) idealista e/ou mecanicista do universo social, só compreendido enquanto universo engendrado pelo modo de produção capitalista" (NETTO, 1981:87).

se particularmente da ênfase explícita ao Desenvolvimento de Comunidade pelo fato de se constituir, no ideário dos profissionais, em uma forma de intervenção mais condizente (em comparação com o Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo) com o momento vivido pela sociedade brasileira e com as novas demandas postas no sentido da modernização e da racionalização profissional, concorrendo, assim, para um gradual, mas acelerado, distanciamento do Serviço Social Tradicional.

Segundo Netto, "a problemática própria da contestação social dos anos 60 [que perpassa as práticas sociais de modo geral] se internaliza no Serviço Social, metamorfoseando-se em problemática profissional" (NETTO, 1991:145). Essa erosão do Serviço Social Tradicional é precipitada pela convergência de três vetores: a) a revisão crítica que ocorre nas Ciências Sociais que, pela condição de receptáculo, desaguam no Serviço Social; b) as mudanças ocorridas na órbita da Igreja Católica que se abre a posturas mais "progressistas" e, não raro, de cunho revolucionário; c) o movimento estudantil, que envolve também os estudantes de Serviço Social, com rebatimento nos docentes e nas agências de formação.

Com efeito, o ponto de partida da Reconceituação é o esforço pela adequação do Serviço Social à superação do subdesenvolvimento e, decorrentemente, a constatação da inoperância do Serviço Social Tradicional para esse fim.

A literatura sobre o Movimento de Reconceituação já é bastante expressiva, sendo desnecessário aqui uma abordagem detalhada a respeito. Importa destacar apenas que tal Movimento, apesar de ter o mérito da aceleração e do acirramento do processo de renovação do Serviço Social, não comporta em seu

085

(085) Considerado por Netto como um processo muito mais amplo, do qual o Movimento de Reconceituação é fenômeno integrante. Entende "por renovação, o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa [termo empregado por Netto para referir-se ao ciclo inaugurado com o golpe de abril/64], o Serviço Social se articulou, à base do (continua...)

interior consenso, unidade ou homogeneidade.

Sua heterogeneidade intrínseca relaciona-se às diferentes configurações que assume tanto nos países latino-americanos como no próprio âmbito nacional.

De fato, apesar de ter ensaiado, num primeiro momento, uma certa unidade latino-americana, a gênese, a orientação e a trajetória do Movimento de Reconceituação nesses países apresentam-se extremamente distintas. Analisando o processo no Brasil e nos países de tradição hispânica, Netto (1976) verá, nesses últimos, uma dimensão constestatória mais ampla e de conteúdo revolucionário.

De início essa orientação não repercutiu no Brasil de forma significativa. Em um primeiro momento, o Movimento de Reconceituação prima pela modernização do aparato profissional, voltando-se mais para aspectos endógenos do que para variáveis macrossocietárias, a não ser aquelas prescritas dentro dos limites da perspectiva desenvolvimentista.

Tal diferenciação tem sua justificativa no próprio quadro sócio-político, também diferenciado, existente no Brasil e nos países de tradição hispânica.

Enquanto esses vivenciavam, na segunda metade dos anos 60, um momento histórico de relativa tolerância às tensões e pressões sociais, no Brasil experimenta-se, a partir de abril/64, uma forte ditadura militar, endurecida ainda mais no pós-68.

A Ditadura Militar aborta as condições objetivas para a evolução

(...continuação) rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais" (NETTO, 1991:131).

do processo contestatório em curso até 64/68. O grau de tolerância às manifestações e às posturas político-ideológicas opostas é baixíssimo. Mais ainda, a repressão acentuada desmobiliza os movimentos e esvazia o caráter potencialmente revolucionário de segmentos ou grupos como Ligas Camponesas, Sindicatos, Partidos Políticos e movimentos populares, acabando por neutralizar as oposições.

As Universidades não são esquecidas. Ao lado da repressão aberta (prisão, torturas, exílios), foi expressivo o controle e a vigilância político/ideológica que, em última instância, atingiram o mesmo objetivo: submeter o ensino, de modo geral, e a Universidade em particular, aos parâmetros estabelecidos pelo poder.

No caso do Serviço Social, a nova configuração do bloco hegemônico, de uma parte, coíbe a evolução de uma perspectiva mais crítica, e de outra, fortalece um cariz profissional conservador, agora adaptado ou buscando adaptar-se internamente às inovações igualmente conservadoras impostas após o golpe de 64.

A heterogeneidade de posturas está presente também, como aludimos, no interior do Movimento de Reconceituação brasileiro⁰⁸⁶ e no processo de renovação do Serviço Social que se desenvolve a partir dele.

Analisando a literatura profissional produzida no período de 1965 a 1965, Netto afirmará que após "erodida a base do Serviço Social tradicional", a reflexão profissional se desenvolveu diferencialmente - quer cronológica, quer teoricamente - em três direções principais constitutivas precisa-

(086) No entender de Netto, o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro não se reduz ao Movimento de Reconceituação que, como tal, eclode em meados da década de 60, (cujo marco histórico é o I Seminário Regional Latino Americano realizado em 1965 na cidade de Porto Alegre) e se exaure no decênio seguinte. A renovação é um processo mais amplo, inaugurado e incentivado na vigência da autocracia burguesa.

mente do processo de renovação" (NETTO, 1991:154). São elas e seus respectivos momentos de florescimento: 1) Perspectiva Modernizadora - segunda metade dos anos 60; 2) Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo - meados da década de 70; 3) Perspectiva de Intenção de Ruptura - igualmente em meados dos anos 70.

A Perspectiva Modernizadora é aquela em torno da qual aglutinou-se a maior parte dos Assistentes Sociais e que tem como núcleo central "a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador no processo de Desenvolvimento" (IBID, 154).

Sua preocupação é com aspectos internos da profissão, notadamente metodológicos e, resumidamente, representa "um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de Técnicas Sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de Desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64" (IBID, 154).

Suas formulações mais expressivas, na opinião do autor, são os Documentos de Araxá e de Teresópolis.

A Reatualização do Conservadorismo, de inspiração fenomenológica, surge negando tanto a orientação positivista quanto aquela decorrente da tradição marxista.

(087) Para se evitar "conclusões apressadas", o autor faz algumas advertências sobre a visualização dessas três direções, a saber: 1) O caráter dinâmico e fruído do processo que possibilita uma alteração na postura inicial de seus protagonistas e Instituições/Organismos expressivos; 2) Um certo entrecruzamento de concepções teóricas e proposições práticas dessas três perspectivas que impossibilita a localização das mesmas de forma pura e integral; 3) a relação entre o desenvolvimento de tais perspectivas com o contexto sócio-político nos quais se inserem e que abre e/ou bloqueia espaços para esse desenvolvimento; 4) a malha de mediações estabelecidas entre o processo de renovação e de cada uma de suas direções com as Políticas Cultural e Educacional da autocracia burguesa no que tange aos limites ou contributos postos.

Com essa inspiração, adotará o "método compreensivo" e dará ênfase à subjetividade e à atuação ao nível microsocial, representando uma continuidade, mas não um "continuum", à atuação profissional referenciada pelo "circuito de ajuda psicossocial".

Embora resgate elementos extremamente conservadores, essa perspectiva representa uma renovação, na medida em que os repõe sob nova roupagem, efetuando assim, uma reatualização do passado. Nas palavras do autor, "Essencial e estruturalmente, essa perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista [...empreendendo uma tentativa de fundar o passado] em matrizes intelectuais mais sofisticadas" (NETTO, 1991:157).

Ainda que significativa, sua repercussão no âmbito profissional não é tão ampla quanto a da perspectiva anterior. Seu pólo difusor concentra-se na Universidade Federal e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, em menor grau, nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e Rio Grande do Sul. Sua figura exponencial é Anna Augusta de Almeida, principalmente através da obra "Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social".⁰⁸⁸

A terceira orientação é denominada de Perspectiva de Intenção de Ruptura exatamente por ser essa sua proposta com relação ao Serviço Social "Tradicional".

Sua tônica é contestatória, possuindo como "substrato nuclear" a

(088) A importância de Anna Augusta não se restringe à elaboração/publicação deste livro. Contribuiu grandemente para o debate e para a divulgação dessa perspectiva também através de outras publicações, de suas atividades docentes, de cursos e palestras proferidas e outras realizações.

crítica sistemática ao desempenho "tradicional" e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)" (NETTO, 1991:159).

Busca sua inspiração na tradição marxista o que não a exime, como as demais, de incorrer em equívocos inclusive associados ao ecletismo e ao sincretismo. Segundo Netto, não obstante o fato de representar posturas mais avançadas no interior da categoria profissional e ter produzido um acervo considerável, expressa em seu perfil "um flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos práticos profissionais para consumá-la" (IBID, 181).

Embora desponte com o documento conhecido como "Método de Belo Horizonte", vale-se do acúmulo produzido pelas tendências críticas do pré-64 e realmente rebate no círculo profissional no início da década de 80. Nesse período fica nítida sua incidência sobre a categoria, inclusive no que tange aos Congressos Brasileiros, a partir de 1979.

Por serem visíveis exatamente no período histórico abrangido em nossa pesquisa, e por se expressarem nitidamente nas fontes documentais a que recorreremos, uma discussão mais detalhada dessas três direções será efetuada no bojo da análise que é apresentada a seguir.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O SEU
INSTRUMENTAL TÉCNICO A PARTIR
DA DÉCADA DE 70

Como já se esclareceu em outra oportunidade, a fonte documental eleita para nossa pesquisa foram os Anais, os Relatórios e/ou as Publicações decorrentes dos Congressos e/ou Seminários Nacionais da Categoria, realizados a partir da década de 70.

Esclareceu-se igualmente que a esses documentos acrescentamos, pela sua importância inquestionável, o Documento de Araxá - produto do I Seminário de Teorização do Serviço Social, e os documentos avaliativos, com caráter de complementação, do referido Encontro e do II Seminário - Documento de Teresópolis.

Por outro lado, em função da impossibilidade de localização, excluimos do rol de documentos pesquisados aquele decorrente do IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Nesta medida, a fonte de nossa pesquisa ficou configurada pelos seguintes documentos:

01. Documento de Araxá - I Seminário de Teorização do Serviço Social (1967) e Relatório dos Sete Encontros Regionais sobre o Documento de Araxá (1968).
02. Documento de Teresópolis - II Seminário de Teorização do Serviço Social (1970).
03. Relatório dos Encontros sobre Funções (1970).
04. Anais do I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1974).
05. Documento Síntese do Seminário de Bom Clima (1974).
06. Anais do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1976).
07. Documento do Sumaré - III Seminário de Teorização do Serviço Social (1978).
08. Anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979).
09. Documento do Alto da Boa Vista - IV Seminário de Teorização do Serviço Social (1984).

10. Documento Síntese do V Congresso Brasileiro de Serviço Social (1985) e "Jornal do V CBAS".
11. Documento Síntese do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1989) e "Jornal do VI CBAS".
12. Cadernos de Teses e Relatórios de Painéis Temáticos do VII CBAS (1982).

Considerando a quantidade de Documentos e o espaço de tempo que eles abrangem na História do Serviço Social (1967 - 1992), optamos por expor nossas considerações a respeito dos dados obtidos na pesquisa em dois momentos distintos, mas complementares, ou seja: 1) uma discussão individual de cada documento e, decorrentemente, de cada evento; e 2) uma análise global do período em relação ao objeto de estudo.

1. PARTICULARIZANDO A ANÁLISE: OS EVENTOS NACIONAIS DA CATEGORIA E O INSTRUMENTAL TÉCNICO

1.1. I Seminário de Teorização do Serviço Social - 1967

Mediante iniciativa do Centro Brasileiro de Cooperação e Inter-
câmbio de Serviços Sociais (CBCISS),⁰⁸⁹ realizou-se de 19 a 23 de março de 1967 em Araxá - Minas Gerais, o I Seminário de Teorização do Serviço Social.

Partindo de cinco documentos preparatórios⁰⁹⁰ elaborados pelo Departamento Técnico da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica - São Paulo e, tendo por base cinco Roteiros de discussão⁰⁹¹ (solicitados pelo próprio CBCISS) os participantes do Seminário chegaram à redação de um Documento Final. Publicado pelo CBCISS em maio do mesmo ano, convencionou-se denominar tal publicação de "Documento de Araxá", em alusão ao local de realização do Seminário.

(089) Com a reformulação do estatuto em 1967, o CBCISS amplia sua atuação para além de Comitê representativo da CISS (Conferência Internacional de Serviço Social) no Brasil. A partir dos anos 60, cumpre importante papel no debate de temas de interesse da profissão. Entre os eventos promovidos por ele destacam-se a organização da XII CISS e das delegações brasileiras para todas as CISSs; do II e do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (1961 e 1965); dos quatro Seminários de Teorização (Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista); de vários Encontros Regionais e de Cursos dirigidos a docentes e profissionais.

(090) Incluídos no Documento Final, são eles: I - Componentes Universais do Serviço Social; II - Metas do Serviço Social; III - O Serviço Social Face ao Problema de Formulação e Implantação da Política Social; IV - Papel do Serviço Social; V - Serviço Social, Níveis de Atuação, Função, Ética e Metodologia.

(091) Versando sobre: I - Conceito de Serviço Social e Conceito de Metodologia; II - Serviço Social de Caso; III - Serviço Social de Grupo; IV - Desenvolvimento de Comunidade (D.C.) e V - Administração de Programas.

092

O Documento Final é composto por três capítulos que sintetizam o esforço dos organizadores e dos participantes em torno da Teorização do Serviço Social. Tal teorização é percebida como um imperativo frente às exigências oriundas do processo de desenvolvimento em curso naquele momento histórico, questão que mobiliza vários segmentos da sociedade desde o início dos anos 60.

093

A perspectiva presente em Araxá é desenvolvimentista, conectada à concepção Estrutural Dualista embora, segundo Aguiar (1962), os profissionais já passem a assumir a concepção de Dependência.

Significa dizer que os Assistentes Sociais engajam-se no entendimento de que, frente à existência de duas faces interdependentes na sociedade brasileira (o moderno e o tradicional), é necessário um esforço para integrar o setor arcaico ao desenvolvido. Na medida em que o setor atrasado e sua população são econômica e culturalmente disfuncionais ao setor moderno, é urgente induzir mudanças no primeiro, de modo a eliminar variáveis que possam bloquear tal integração e, decorrentemente, a consecução de um desenvolvimento harmônico, contínuo, integrado e uniforme.

Percebe-se, portanto, a vinculação intrínseca entre desenvolvi-

(092) São eles: Cap. I - "Considerações Sobre a Natureza do Serviço Social", Cap. II - "Metodologia de Ação do Serviço Social" e Cap. III - "Serviço Social e Realidade Brasileira".

(093) Pautado nessa concepção, entende-se a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento sob um caráter dual, ou seja, os países subdesenvolvidos conviveriam com dois extremos: um setor moderno e desenvolvido e um setor tradicional, arcaico e atrasado, sendo que tal dualidade é observada também na comparação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A dualidade não é só econômica, é igualmente cultural. Nessa medida, o Brasil caracterizar-se-ia pela existência de dois pólos, onde "o setor moderno tem infra-estrutura em todos os sentidos, as cidades são mais urbanizadas e é onde se concentra maior parte do mercado, onde os fluxos de idéias são inovadores, onde o capital se concentra e atrai o pouco capital gerado no setor atrasado. O setor atrasado é onde há fluxo de idéias tradicionais; os investimentos que recebe são sempre em função do próprio setor moderno. Essa intervenção é normalmente feita pelo governo para o equilíbrio do sistema". (Aguiar, 1982:86)

mento e indução de mudanças. O próprio Documento de Araxá evidencia essa associação, dentre outras passagens, ao expressar que, por desenvolvimento, entenda "[...] um processo de planejamento integrado de mudanças nos aspectos econômicos, sócio-culturais e político-administrativos". (CBCISS, 1967:26).

Esse é, segundo Netto, o viés particular que a problemática do desenvolvimento assume nos Documentos de Araxá e de Teresópolis, isto é, "aquele que corresponde às estratégias político-sociais que assumem o desenvolvimento como processo induzido de mudanças para erradicar, mediante um gradativo aumento dos níveis de bem-estar social, o quadro de potencialidades conversíveis em vetores de alimentação de um caudal revolucionário". (NETTO, 1991:168)⁰⁹⁴

Dentro dessa mesma perspectiva, justifica-se a posição, aparentemente consensual, de se considerar o Serviço Social como técnica social sob o conceito de Mannheim que, conforme explicitado no Capítulo I, é definida como a totalidade das "práticas e instrumentos que têm por objetivo final a modelação do comportamento humano e das relações sociais" (MANNHEIM, 1962:257).

Em conformidade com esse entendimento, o Documento de Araxá assim se expressa: "Parece haver, porém, um certo consenso em caracterizar o Serviço Social no plano do conhecimento especulativo-prático, enquanto se coloca ao nível de aplicação de conhecimentos próprios ou tomados de outras ciências. Jus-

(094) Particularmente neste capítulo o leitor se deparará com várias recorrências à José Paulo Netto em "Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64". Embora possam parecer abusivas, as mesmas se fizeram necessárias por 3 razões fundamentais: O texto é fruto também de uma pesquisa que Netto empreende pela literatura do Serviço Social entre 1968 e 1985, o que, por si só, já o torna fonte obrigatória para essa dissertação. Em segundo, pelo fato de que, em nosso levantamento bibliográfico não nos deparamos com nenhum outro que tratasse a história do Serviço Social no período pós-80 e as questões que nos interessavam com igual propriedade e profundidade. E, finalmente, por que, ao adotarmos para nossa análise a proposição do autor de que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro a partir de 80 pode ser visualizado sob três direções ou tendências, um apelo quase que exclusivo ao texto citado foi forçadamente imprescindível.

tifica-se, também, considerá-lo como uma técnica social, enquanto influencia o comportamento humano e o meio, nos seus inter-relacionamentos".(CBCISS,1967:11)

Nesta medida, enquanto técnica social, caberia ao Serviço Social contribuir com o processo de desenvolvimento nacional, particularmente no que toca a influenciar e induzir mudanças na mentalidade e comportamentos dos indivíduos, Grupos e Comunidades com que atua de forma que, moldadas à perspectiva desenvolvimentista, permite-se a adesão, a integração e a participação "espontânea" dos mesmos no processo.

Essa contribuição, porém, não seria possível sem uma revisão dos elementos constituintes da profissão. Insere-se aí a preocupação do Documento com a teorização do Serviço Social que, em última instância, significa a adequação da profissão ao novo papel e à busca de sua funcionalidade ao contexto econômico-social e político.

Quanto à necessidade de revisão do Serviço Social, o Documento de Araxá não poderia ser mais claro. Refere-se a ela em vários momentos. Vejamos três deles:

"No seu dinamismo intrínseco, desafiado pelas exigências do processo de desenvolvimento, o Serviço Social vem buscando integrar-se nessa realidade em mudança como um, entre outros, instrumento eficaz para propiciar ao homem meios à plena realização de sua condição humana. Esta tentativa de integração do Serviço Social se processa através de revisões contínuas de seus objetivos, papéis, funções e metodologia de ação". (IBID, 09)

"Um esforço de teorização do Serviço Social era imperativo inadiável, nesta fase de sua evolução no Brasil. Esse esforço compreenderia a busca de análise e síntese dos seus componentes universais, dos seus elementos de especificidades e de sua adequação ao contexto econômico-social da realidade Brasileira" (IBID, 09)

"Impõe-se essa reformulação do Serviço Social em novas linhas de teoria e de ação para melhor servir à pessoa humana e à sociedade. O Serviço Social, agente que intervém na dinâmica social, deve orientar-se no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais, contribuindo, também, para o estabelecimento de formas de integração popular no desenvolvimento do País". (CECISSE, 1967:13)

O enfoque é, pois, o Desenvolvimento e a conseqüente integração a essa realidade em mudança, para o que é preconizada a necessidade de revisões quanto à natureza, objetivos, funções, papéis, níveis de atuação e metodologia de ação do Serviço Social como disciplina de intervenção.

A preocupação do Serviço Social no I Seminário é, portanto, empreender um esforço de teorização, efetuando revisões internas para melhor adequar-se e também contribuir positivamente para o processo de desenvolvimento.

A concentração de esforços em torno de questões endógenas da profissão não é casual. O I Seminário realiza-se sob a pressão, a vigilância e a repressão (explícita ou não) postas em operação após a instalação da Ditadura Militar e às vésperas de seu momento mais duro: o de 1968. Não contando com condições político-sociais objetivas para debaterem criticamente o papel da profissão ao nível das relações sociais, os Assistentes Sociais voltam-se para a tentativa de teorização da profissão em seus aspectos internos.

Sobre o que o ano de 1968 representou para a sociedade brasileira e para a configuração da autocracia burguesa, Netto se expressa da seguinte maneira: "O que fora, até então, uma ditadura reacionária, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo da qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de nitidas características fascistas". (NETTO, 1991:38)

No plano político-econômico, acelera-se a concentração e a centralização do capital e, em conformidade com os interesses monopolistas, ajusta-se o Estado para esse fim.

Por outro lado e concomitantemente, "[...] a tutela militar estende-se e amplia-se, generaliza-se por todos os poros do Estado e penetra os interstícios da sociedade. [...] o terrorismo do Estado é a contraface política da 'racionalização', da 'modernização conservadora' conduzida ao clímax da economia e visível na consolidação do 'modelo' ". (NETTO, 1991:39/40)

Seus braços estendem-se, como não poderia deixar de ser, ao mundo da cultura. Tratava-se de incentivar, criar e/ou conservar tendências funcionais à sustentação de seu projeto político-econômico e, ao mesmo tempo, reprimir aqueles, mesmo que potencialmente, voltados para sua contestação. A legitimação do modelo tinha que passar, necessariamente, pela domesticação do ensino e, em particular, da Universidade que, subjugada, contribuiu para a formação de quadros profissionais aptos a responder a suas demandas "modernizadoras".

Sob esse marco é que se intensifica o processo de erosão do Serviço Social Tradicional e de renovação da profissão. Mais propriamente, é a instauração da autocracia burguesa que se pode atribuir a precipitação de ambos os processos que, como vimos, estão totalmente imbricados e têm como expressão o Movimento de Reconceituação.

Também já pontuamos o significado do I Seminário de Teorização e do Documento que dele se origina, no processo de Renovação do Serviço Social. O Documento de Araxá, juntamente com o de Teresópolis, expressam a primeira direção do processo de renovação apontada por Netto: a perspectiva modernizadora.

Dela recolhe seu núcleo central, isto é, a problemática do desenvolvimento que, vista por aquele viés particular (a indução de mudanças) transforma as noções de desenvolvimento e de modernização quase que em sinônimos.

A perspectiva modernizadora, e inserido nela o Documento de Araxá como uma formulação exemplar, apresenta-se inteiramente funcional às exigências impostas pela autocracia burguesa, na medida em que exclui tendências críticas e contestatórias. Vale dizer: "[...] ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites - donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país." (NETTO, 1991:155)

Recupera seletivamente a tradição anterior à 1964, residindo aí sua recorrência ao neo-tomismo. Concomitantemente, favorecida pela interação com as Ciências Sociais assépticas que a autocracia burguesa faz questão de incentivar, apela para pressupostos pertinentes ao estrutural funcionalismo.

Segundo Vieira (1980 e 1988), as questões principais discutidas no I Seminário e expressas no Documento de Araxá são: a natureza do Serviço Social (arte, ciência, técnica social ou prática institucionalizada); os caracteres do Serviço Social (corretivos, preventivos e promocionais); os objetivos do Serviço Social (remotos e operacionais); as funções do Serviço Social (quanto à Política Social, Planejamento, Administração de Serviço Social e Atendimento Direto a Indivíduos, Grupos e Comunidade); a Metodologia do Serviço Social (aplicação ao nível macro ou de microatuação, a operacionalização dos processos de Caso, de Grupo e de Comunidade e a tentativa de integração dos mesmos).

A eleição e a discussão dessas questões expressam a preocupação existente no I Seminário com a dimensão operativa do Serviço Social. Essa preocupação não transforma o Instrumental Técnico em foco ou em tema central do evento. Entretanto, ainda que isso não ocorra, ou que não se destine à questão

(095) O Documento Final e seus anexos não utilizam essa terminologia. Para referir-se aos elementos operacionais utilizam o termo "técnica".

um item específico, sua discussão está presente em todo o Documento, sendo abordado direta e indiretamente em diversos momentos.

O Documento deixa clara a necessidade de reflexão sobre o assunto, incluindo-o na preocupação antes explicitada, isto é, na adequação/modernização, do Serviço Social enquanto instrumento contribuidor no processo de desenvolvimento. Sob esse prisma e dentre outras alusões, preconiza a exigência de "aprofundamento e/ou elaboração da teorização, das técnicas de planejamento e técnicas operacionais do Serviço Social" (CECISS, 1967:28)

Excetuando-se aquelas relativas à exigência de maiores estudos e reflexão sobre a questão, as demais menções ao Instrumental Técnico estão relacionadas à discussão dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, considerados como "o 'modus operandi' do Serviço Social em sua intervenção na realidade social" (IBID, 17) e cuja aplicação varia de acordo com os níveis de atuação (micro ou macro-atuação).

Com relação ao Serviço Social de Casos, talvez pelas divergências existentes no tocante a sua validade frente aos problemas de ordem sócio-econômica, o Documento de Araxá se preocupa mais com sua defesa do que propriamente com seus aspectos operacionais. Nesse sentido, além de explicitar como básico o relacionamento Assistente Social/Cliente, tanto o Documento final como o Anexo 2 a ele pertinente, não chegam a abordar diretamente a questão do Instrumental Técnico. Sua aplicação é recomendada em conjugação com o Serviço Social de Grupo e de Comunidade.

Igual conjugação prescreve-se para o Serviço Social de Grupo. Sua natureza "é, agora, entendida como sócio-educativa, podendo ter caráter terapêutico e/ou preventivo" (IBID, 20) e sua direção conecta-se ao Desenvolvimento de Comunidade na medida em que sua aplicação tem por objetivo "capacitar os membros do grupo para uma efetiva participação no processo social" (IBID, 20).

No Anexo 3, os organizadores optam por apresentar, como Roteiro de Discussão sobre Serviço Social de Grupo, um resumo das idéias básicas e gerais sobre o tema. Neste resumo as técnicas são incluídas, juntamente com o "Programa de Atividades", no item "meios", denotando sua compreensão como instrumento para a ação.

Nesse item, a reunião é considerada a técnica básica de todo processo de Serviço Social de Grupo. Além dela, são explicitadas as entrevistas "com os próprios membros: admissão; orientação, com colaterais [... e as] técnicas de discussão: painéis, simpósios, seminários, círculos de estudo" (CBCISS, 1967:44).

O uso da técnica é citado ainda para a motivação/conhecimento do meio (juntamente com os recursos áudio-visuais) e para a avaliação onde, ao lado dos relatórios, gráficos e tabelas, as técnicas sóciométricas serviriam como instrumento.

No Anexo 4 - "Roteiro de Discussão de Desenvolvimento de Comunidade (D.C.)", a técnica é colocada no item "Instrumentalidade do Desenvolvimento de Comunidade" e classificada em dois tipos: "a) aquelas que são próprias da intervenção racional ou ação metódica (estudo, análise, diagnóstico, planejamento, execução de programas e projetos e avaliação); e b) as que são próprias da dinâmica do processo (motivação, conscientização, mobilização e integração de líderes, grupos e instituições, ação organizada)." (IBID, 52)

Também é no âmbito da discussão sobre Desenvolvimento de Comunidade que se encontra a única referência explícita do Documento Final ao Instrumental Técnico. No item "Desenvolvimento de Comunidade" é nomeada, como função do Serviço Social, a "deflagração dos processos de conscientização, motivação e engajamento de lideranças individuais, de grupos e instituições no sentido do desenvolvimento [e, nesta perspectiva] cabe-lhe aplicar Técnicas, atualmente em diferentes graus de elaboração, tais como a de abordagem individual e de grupo,

de capacitação de liderança, de nucleação e organização de grupos, da utilização construtiva de situações de conflito e tensões sociais".(CBCISS, 1967:23)

Possivelmente por ter servido de base para o Documento Final, percebe-se no Anexo 4 e no item acima citado o mesmo tipo de orientação, ou seja, fugindo à concretude do Anexo 3, reportam-se às técnicas em sentido amplo, priorizando menção às finalidades e/ou propósitos.

Além dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, o Documento de Araxá discute ainda a Administração de Programas.

No Anexo 5 - "Roteiro Para Discussão de Administração de Programas", inclui em sua operação a Administração de Pessoal que exige a aplicação de técnicas específicas. Neste ponto, ao lado do Recrutamento e da Seleção, insere "Admissão - Plano de Classificação de Cargos - Política Salarial - Sistema de Mérito - Prêmios e Incentivos - etc [e] Treinamento de Pessoal - Estágios - Cursos - Seminários - Publicações - Reuniões - Supervisão" (IBID, 57).

Reconhecendo que a Administração não é um processo específico do Serviço Social e que se "constitui, hoje, uma disciplina profissional definida, dotada de um corpo próprio de teorias e técnicas" (IBID, 24), expressa a necessidade de maiores estudos no sentido de seu manejo por aqueles profissionais que atuam em funções administrativas.

Partindo desse princípio, no Documento V "Serviço Social - Objetivos - Níveis de Atuação, Funções, Ótica, Metodologia", ao tratar da Administração de Serviços de Bem-Estar Social, Helena Junqueira indica como metodologia a utilização dos "conhecimentos da Ciência da Administração e suas Técnicas com as devidas adaptações ao campo específico do Serviço Social". (IBID, 94)

Essa e outras colocações do Documento de Araxá nos trazem alguns dados significativos:

a) As Técnicas são vistas como elemento da profissão e situadas como instrumen-

tos/meios para a ação.

b) Estando "em diferentes graus de elaboração", as Técnicas não estariam definidas a priori, abrindo portanto, espaço para a compreensão da possibilidade de criação de novas Técnicas e/ou aprimoramento/adaptação das existentes no Serviço Social e em outras disciplinas profissionais.

c) Embora possam ser comuns a todos os "processos de Serviço Social", as Técnicas não são vistas como universais. Melhor dizendo, não são vistas como aplicáveis indiscriminadamente a toda e qualquer situação, já que se relacionam necessariamente aos objetivos e ao tipo de ação a ser desenvolvida. O Documento parece apontar que, no estudo e definição sobre Técnicas, isso deve ser observado, fugindo, assim, da conotação de algo pré-estabelecido definitivamente.

O Documento de Araxá, ainda que aborde a questão do Instrumental Técnico, não o faz em profundidade. Independente disso, à guisa de conclusão, além dos dados já expostos, é possível deduzir do Documento:

a) Não apresenta definição de entendimento explícito sobre Instrumental Técnico. Entretanto, percebe-se que é visto como elemento constitutivo da profissão, algo inerente a ela;

b) O Instrumental Técnico representa a "instrumentalidade" da profissão. E o seu aspecto operacional e, como tal, apesar da carência de aprofundamento, é valorizado e alvo de atenção por parte da categoria. Neste sentido, estabelece uma relação nítida entre o instrumental e a dimensão interventiva da profissão;

c) A falta de aprofundamento pode estar vinculada à preocupação do Documento em definir inicialmente aspectos gerais (diretrizes, princípios, postulados e outros) e a questão prioritária para o Serviço Social naquele momento: a adaptação e integração ao processo de desenvolvimento.

d) Coerentemente com a preocupação referente ao desenvolvimento, fica evidente o igual interesse em buscar também a adaptação do Instrumental Técnico à reali-

dade brasileira e ao processo de desenvolvimento em curso, inserindo a questão no esforço de teorização.

No ano seguinte à realização do I Seminário, o CBCISS organizou Sete Encontros Regionais em vários Estados Brasileiros congregando, no total, cerca de 741 Assistentes Sociais. Sua finalidade era possibilitar o exame e a avaliação do Documento de Araxá, dando-lhe continuidade e imprimindo profundidade às discussões lá iniciadas.

Segundo Vieira (1980), os Encontros Regionais de 1968 não apresentaram, de forma geral, discordâncias com relação ao exposto no Documento de Araxá, a não ser o apontamento de algumas omissões e a sugestão de algumas reformulações/considerações.

Entre as concordâncias está o fato de reafirmar o entendimento do Serviço Social como Técnica Social. Os Encontros Regionais assim se expressam: "O Serviço Social é uma técnica social por sua atuação junto aos grupos humanos de acordo com as diferentes situações de espaço e tempo" (VIEIRA, 1980:98).

No tocante ao capítulo da Metodologia do Serviço Social, os Encontros Regionais consideram válidas as colocações do Documento de Araxá. Entretanto, segundo Vieira (1980), fazem algumas ressalvas, sendo uma delas a falta de definição de vários temas, dentre eles, o de técnica.

Particularmente sobre o Instrumental Técnico, os Encontros Regionais não trouxeram grandes avanços, embora não se possa negar a sua importância no que tange ao aprofundamento dos assuntos abordados no Documento de Araxá.

Reconhecendo essa importância, Vieira argumenta que os Encontros Regionais "permitiram identificar algumas tendências: a rejeição do Servi-

(096) As cidades sedes foram as seguintes: Goiânia, Fortaleza, Manaus, Belo Horizonte, Campinas, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

ço Social de Caso, se tomado isoladamente; a procura de um método genérico pela complementariedade dos três processos; a consciência das diversas realidades regionais; a permanência da aceitação dos postulados e princípios operacionais mencionados no Documento de Araxá, mas a procura de uma atitude mais científica e não exclusivamente filosófica." (VIEIRA, 1980:113)

1.2. II Seminário de Teorização do Serviço Social - 1970

A repercussão do Documento de Araxá e dos citados Sete Encontros Regionais revelam aos participantes e ao CBCISS, como organismo promotor, a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca da "Metodologia do Serviço Social Face à Realidade Brasileira".

Essa constatação dá origem à programação do II Seminário de Teorização do Serviço Social. Tal Seminário ocorre no Holiday Club em Teresópolis - Rio de Janeiro, no período de 10 a 17 de janeiro de 1970, sendo que, para sua preparação, o CBCISS elabora e encaminha aos possíveis participantes um Roteiro de Trabalho.

Ao iniciar o Seminário, em virtude da amplitude das questões contempladas no roteiro, os profissionais que se fizeram presentes optaram por priorizar três de seus temas: I - Fundamentos da Metodologia do Serviço So-

(097) Composto de quatro temas, a saber: I - a) Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social - A Intervenção em Serviço Social; b) Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social - O Diagnóstico Social; II - Diagnóstico e Intervenção em Nível de Planejamento, Incluindo Situações Globais e Problemas Específicos; III - Diagnóstico e Intervenção em Nível de Administração; IV - Diagnóstico e Intervenção em Nível de Prestação de Serviços Diretos a Indivíduos, Grupos, Comunidades e Populações. Em resposta a esse Roteiro, o CBCISS recebe e torna a distribuir para o conhecimento prévio dos que se farão presentes um total de 71 documentos.

cial; II - Concepção Científica da Prática do Serviço Social; e III - Aplicação da Metodologia do Serviço Social. Esses temas, juntamente com uma proposta elaborada por um grupo de São Paulo, intitulada "Pesquisa em Serviço Social no Brasil", passaram a compor o Temário do Encontro.

Em função da sistemática não se redigiu, como em Araxá, um Documento Final que expressasse as conclusões dos participantes. Desta forma, o material concernente ao Seminário foi publicado comportando três textos subsidiadores à discussão do Tema I, a proposta de Pesquisa sobre Serviço Social no Brasil, e os Relatórios do Grupo A e Grupo B elaborados durante o evento sobre os temas II e III.

Tal publicação é efetivada em novembro de 1970, pelo CBCISS, como Suplemento número 4 da Revista Debates Sociais, sob o título "Documento de Teresópolis - Metodologia do Serviço Social".

Antes de adentrarmos propriamente ao texto, é necessário ressaltar que, se o I Seminário ocorreu em um momento histórico de fechamento dos canais de expressão e de participação política, o II Seminário foi realizado no auge do militar-fascismo, o que pode ter contribuído, assim como em Araxá, para que a atenção do evento tivesse recaído sobre questões internas do Serviço Social.

Tal priorização, assim como a exclusão de tendências de caráter

(098) São eles: 1. "Introdução às Questões de Metodologia - Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social", de Suely Gomes Costa; 2. "A Teoria Metodológica do Serviço Social - Uma Abordagem Sistemática" de José Lucena Dantas, e 3. "Bases Para a Reformulação da Metodologia do Serviço Social" de Tecla Machado Soeiro.

(099) Embora não tenhamos encontrado na literatura pertinente a comprovação dessa afirmativa, acreditamos que tal aspecto deva ser considerado, se não por outras razões, pelo simples fato de que posturas mais contestatórias não encontravam espaço objetivo de manifestação na sociedade brasileira, ficando, no mínimo, submersas.

crítico, são patentes neste Seminário. Não é sem razão a afirmativa de Netto (1991) de que, em se tratando da perspectiva modernizadora, o Documento de Teresópolis, comparativamente ao Documento de Araxá, representa um avanço. No plano específico do Serviço Social, significa a cristalização da perspectiva conservadora já presente no I Seminário.

A relação entre os dois Seminários não é, portanto, de rompimento. Ao contrário, é de continuidade. No entanto, Teresópolis representa muito mais que uma continuidade ao Documento de Araxá.

Nas palavras de Netto, "As formulações constitutivas do Documento de Teresópolis, apreciadas globalmente, possuem um triplice significado no processo de renovação do Serviço Social no Brasil: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da "modernização conservadora" - e, com toda essa carga, repõem em nível mais complexo os vetores que deram a tônica na elaboração de Araxá." (NETTO, 1991:192)

A postura assumida ainda é a desenvolvimentista, mas o papel do Assistente Social deixa de ser o de "agente de mudança" para ser o de um "real funcionário do desenvolvimento".

Com efeito, o Documento de Teresópolis "equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da "modernização conservadora" conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e às características sócio-econômicas e político-institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites" (IBID, 193).

A concretização dessa funcionalidade é que justifica não só a atenção aos aspectos internos da profissão, mas também a direção central do Documento: oferecer aos profissionais "formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucionais-organizacionais". (IBID, 190)

Insere-se aí a eleição do tema central - Metodologia do Serviço Social, bem como a discussão de questões vinculadas ao tema que, de forma clara, são direcionadas para a discussão mais operativa da profissão.

Feitas essas considerações, é necessário acrescentar que nos textos subsidiadores ao Tema I, inseridos na publicação resultante do Seminário de Teresópolis, seus autores apresentam pontos de vista bastante diferenciados, expressando posições particulares e não de consenso dos participantes. ¹⁰⁰

Netto (1991), chama a atenção para a profundidade dessa diferenciação. Expressa que, no texto 1, Sueli G. Costa introduz em sua análise elementos críticos que acabam por destoá-lo dos demais textos incluídos no Documento de Teresópolis, assim como coloca-o visivelmente em conflito com as elaborações expressas no Documento de Araxá.

Segundo o mesmo autor, por razões diferenciadas, tanto o texto de Costa como o de Tecla Machado Soeiro (texto 3) estavam dessincronizados com aquele momento vivido pelo Serviço Social em seu processo de renovação. Em suas palavras, "[...] o de Costa porque tendia, mesmo que de forma discreta, a problematizar a linha evolutiva sinalizada desde Araxá; o de Soeiro porque não atendia às demandas já postas pelo desenvolvimento que vinha de 1967 - o primeiro porque apontava para além do horizonte modernizador, o segundo porque se situava aquém dele." (grifos do autor) (NETTO, 1991:180)

Na verdade, é o texto de José Lucena Dantas - texto 2 que melhor representa e expressa a tendência modernizadora à qual aderem a maioria dos profissionais no início daquela década.

(100) Embora não seja nossa proposta analisar contribuições individuais aos Eventos, abre-se uma exceção a esses textos por: a) terem sido incluídos pelos promotores na publicação oficial do Seminário; b) por não terem sido alvo de recusa por parte dos presentes, e c) por terem significado um verdadeiro marco histórico no Serviço Social, principalmente quanto à sua influência na categoria Assim, os três documentos tornam-se, sem dúvida, representativos.

Muito mais do que isso, segundo o mesmo autor, o referido texto foi o grande contribuidor para o fato do Documento de Teresópolis representar o ponto alto das formulações orientadas pela perspectiva conservadora. Tal significação do Documento seria impensável sem aquele contributo.

Mais propriamente, com seu "[...] arcabouço, Dantas forneceu as mais adequadas respostas às duas demandas que à época amadureciam no processo renovador: a requisição de uma fundamentação "científica" para o Serviço Social e a exigência de alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais" (NETTO, 1991:163), permitindo sua penetração inquestionável no âmbito da categoria profissional.

Essas diferenças entre os textos, bem como a própria estrutura formal deles, impossibilitam o tratamento conjunto dos mesmos. Desta forma, passamos a abordar cada um separadamente.

No TEXTO I, Costa parte da premissa de que, por sua relação de subalternidade às Ciências Sociais, o Serviço Social não teria "criado teoria sobre nenhum 'campo' ou 'área' objeto de sua investigação e ação" (COSTA In: CBCISS, 1976:13). Assim, o próprio Serviço Social ainda não estaria precisamente conceituado, não obstante as contribuições de Arazá às quais impõe questionamentos.

No seu entender, essa seria a primeira tarefa a ser empreendida pelo Serviço Social, já que as demais questões, inclusive de ordem metodológica, seriam variáveis dependentes de sua elucidação.

Neste sentido, argumenta que se faz necessário uma investigação profunda no Serviço Social, não sendo possível, entretanto, em função de sua relação com as Ciências Sociais, restringir o campo de investigação a si mesmo. Acredita que só a partir da "redefinição filosófica de ciência, da reestruturação das Ciências Sociais e da abordagem histórica do Serviço Social é que surgirão as projeções concretas sobre a viabilidade ou não do Serviço Social

como ciência, como técnica ou o que pretenda ser." (COSTA In: CBCISS, 1976:14)

Obedecendo a esse ponto de vista, discorre sobre questões concernentes às Ciências Sociais e à Filosofia que afetam diretamente o Serviço Social.

101

Expõe, com base em Mills, algumas tendências das Ciências Sociais, detendo-se no "empirismo abstrato" que, dentro da Sociologia, teria sido responsável, dentre outras, pelo extremo cultivo às Técnicas e Métodos.

Afirmando que o Serviço Social foi impregnado por essa tendência através da Sociologia Americana, que é, "em última análise, responsável pela informação científica do Serviço Social" (IBID, 22), a autora passa a discutir especificamente as questões relativas do Serviço Social por ela informado.

102

Nesse contexto é que se insere a questão do Instrumental Técnico que, embora não seja debatido particularmente, está incluso em todo o discurso da autora, na medida em que as discussões tecidas envolvem o Serviço Social de maneira global.

103

Baseando-se nas colocações do Prof. Garigue, Costa afirma que, quando se detém no exame das Técnicas e dos Fins do Serviço Social, observa-se que "na ausência de precisão sobre o conceito de Serviço Social, ocorre uma atitude antes subjetiva em relação aos seus fins e mais objetiva com relação aos seus meios." (IBID, 33).

Origina-se disso uma nítida separação entre fins e meios, "isto

(101) MILLS, Wright em "A Imaginação Sociológica", Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1965.

(102) O termo utilizado é Técnica.

(103) GARIGUE, Philippe em "Problemas Teóricos do Serviço Social" - SESI - Departamento Nacional, 1966.

é, as técnicas do Serviço Social são fins em si mesmas e não estão a serviço da investigação de uma teoria do Serviço Social" (COSTA In: CBCISS, 1976:33). Vale dizer que elas seriam utilizadas não para contribuir na investigação do Serviço Social, ou mais especificamente, dos seus fins e sim para legitimar uma ação em direção aos fins propostos e considerados "sagrados".

O emprego das técnicas como fins em si mesmas também é observável no âmbito da ação propriamente dita junto à clientela. Nease campo, elas não são postas no sentido da explicação dos fatos ou dos fenômenos sobre os quais intervêm, já que esta é uma tarefa sempre delegada às Ciências Sociais. São postas na direção de uma intervenção, pautada em "processos" de Caso, Grupo e Comunidade, que se orientaria por "diagnósticos" elaborados na esfera das Ciências Sociais.

Noutras palavras, na medida em que herda do "empirismo abstrato" o cultivo dos procedimentos e que possui uma tradição quase nula em investigação científica, o Serviço Social define precisamente "esquemas" de ação para os processos de Caso, Grupo e Comunidade. Assim, eles são empregados para indicar o "como" proceder com indivíduos, grupos e comunidades em uma dada situação.

Como consequência, o Assistente Social muitas vezes sabe "como" agir no tocante aos processos, mas não sabe o "porquê", já que "não se aborda quase nunca a questão teórica que definiria e justificaria um dado procedimento." (IBID, 39)

Tais argumentações nos trazem um dado significativo, ou seja, o entendimento de que o Instrumental Técnico estaria assumindo um caráter mecanicista, sem vinculação com a base teórica que lhe informaria e lhe daria sustentação.

Outro dado importante no texto é a crença na não especificidade das técnicas e, portanto, na inviabilidade da existência de técnicas próprias e

específicas do Serviço Social. Diz a autora: "no plano das atividades intelectuais, ocorre sistematicamente o intercâmbio de teorias, técnicas e processos e estes não 'pertencem' a esta ou àquela ciência social, não são 'propriedade privada' deste ou daquele cientista, mas pertencem ao saber humano, ao progresso científico que, antes de mais nada, é cumulativo." (COSTA In: CBCISS, 1976:14)

Concluindo, embora o TEXTO 1 aborde a questão do Instrumental Técnico, o faz no conjunto das demais discussões e não explicita qual seria o entendimento da autora ou o que deveria significar o Instrumental Técnico no Serviço Social.

O texto também não declara quais seriam as técnicas passíveis de utilização pelo Serviço Social. Em coerência com a postura assumida, a autora expõe a esse respeito que "tentar esquematizar métodos, processos e técnicas em função de situações que supomos existentes para resolver as questões do Serviço Social, parece-nos irrelevante". (IBID, 14)

Defendendo a existência de dois tipos de método (método de conhecimento e método profissional), ¹⁰⁴ e entendendo as profissões como aplicação da ciência (ciência aplicada), José Lucena Dantas no TEXTO 2, argumenta que a "abordagem das questões metodológicas, ao nível científico-prático, exige um sistema de referências que só uma teoria sistemática pode oferecer" (DANTAS In: CBCISS, 1976:63-64) e, neste sentido, propõe-se a apresentar um ensaio a respeito dessa teoria sistemática.

Acreditando que um dos problemas mais sérios da teoria geral do Serviço Social reside na definição da natureza e dos componentes essenciais do método de intervenção profissional do Serviço Social, aborda inicialmente a

(104) Embora o método profissional pressuponha e se integre aos métodos lógicos.

questão do conceito e da estrutura básica do método profissional, na perspectiva de uma Teoria Geral das Profissões (Capítulo I) e, no Capítulo II, adentra ao Serviço Social procurando determinar seu método profissional a partir da análise dos elementos essenciais do mesmo.

Após algumas discussões, conclui pela existência de um método profissional geral (método básico) e métodos profissionais específicos no Serviço Social. Os vários métodos, segundo o autor, obedecem a um padrão básico (diagnóstico e intervenção planejada) e possuem como elementos essenciais: a) estrutura básica do método; b) os critérios de especificação; c) os princípios metodológicos; e d) as técnicas de aplicação.

Isto posto, aponta os Princípios e as Técnicas como elementos essenciais para a operacionalização de tais métodos. Ou, nas palavras do autor, os métodos "requerem para sua aplicação um quadro de referências fornecido por determinados princípios e a instrumentação decorrente do manejo de um conjunto de técnicas profissionais." (DANTAS In: CBCISS, 1976:106)

As técnicas são, pois, entendidas como instrumentos para a operacionalização dos métodos profissionais, já que são postos em prática através de um conjunto de técnicas. É o caráter de instrumentalização e de mediatização da Técnica em relação aos Métodos e Princípios Metodológicos do Serviço Social.

Embora alertando para o fato de que ainda não se dedicou à dimen-

(105) Para o autor, os métodos de intervenção profissional se colocam como problema para o profissional, a partir de duas perspectivas: a) Operacional - "quando o profissional, diante de um processo de intervenção a realizar, se indaga que métodos e técnicas deverão ser selecionados e utilizados, de modo a obter os resultados desejados, dentro do critério de maior eficácia possível" e b) De Natureza Científica - "quando o profissional, tomando os métodos como objeto de estudo, procura investigar seus componentes básicos e busca descobrir e formular métodos e técnicas mais eficazes para seus propósitos de intervenção" (DANTAS In: CBCISS, 1976:65).

(106) Entendidos como "normas de ação que imprimem orientação fundamental à prática do Serviço Social" (DANTAS In: CBCISS, 1976:106), têm como componente fundamental o elemento axiológico.

são técnica da prática profissional um tratamento teórico capaz de esclarecer questões nela envolvida, bem como de ajudar na "clarificação das próprias acepções em que o termo é empregado na literatura profissional" (DANTAS In: CECISS, 1976:110), aponta no texto, além do caráter de mediatização, alguns outros aspectos da técnica.

As técnicas não são necessariamente postas a priori. Elas podem ser elaboradas de forma a derivar tanto "da própria experiência prática por via pragmática, como elaboradas experimentalmente como fruto de investigações tecnológicas cientificamente conduzidas" (IBID, 110).

Quanto à natureza, diferentemente do que se verifica com os Princípios, Dantas observa a ausência de componente axiológico.

Nesta perspectiva, a técnica não comportaria concepções doutrinárias e valorativas, assim como orientações e atitudes pautadas em valores que, se assim fosse, teriam o poder de imprimir à prática uma direção definida. Esse papel caberia aos Princípios, ficando a Técnica entendida essencialmente como "meios para obtenção de determinados fins; como regras de ação elas prescrevem o que deve ser feito para que se obtenham determinados resultados práticos pré-determinados." (IBID, 110)

Esse entendimento conecta-se ao aspecto ativo e material da técnica identificado pelo autor, a saber, aquele aspecto referente à "aplicação efetiva de regras de ação, manipulação efetiva dos elementos reais e produção dos fenômenos e resultados pré-figurados". (IBID, 111)

No entanto, a técnica não se resume a esse aspecto. O autor observa nela também um aspecto ontológico e um aspecto cognitivo.

(107) Embora mencione esse aspecto, o autor não chega a tecer considerações a respeito.

Dantas justifica o aspecto cognitivo pelo fato de que, ao denotar "todo meio susceptível de favorecer ou de melhorar a produção de um determinado fenômeno, em condições pré-fixadas" (DANTAS In: CBCISS, 1976:110), a aplicação da técnica envolve a necessidade de "pesquisas e análises sistemáticas que permitam descrever e conceptualizar esses meios para produção daqueles fenômenos e elaborar regras de ação eficazes para sua produção" (IBID, 110).

Em virtude dele, a técnica torna-se a base para a formação do saber técnico. Esse saber possui como "critério básico de verificação" o êxito, ou seja, a eficácia e, pautado em Babini,¹⁰⁸ Dantas qualifica-o como um saber científico já que se constitui em "um saber crítico e reflexivo, autoconsciente e dotado de objetividade" (IBID, 111).

Isso posto, Dantas recorre a alguns autores e enumera várias Técnicas de Intervenção e Técnicas de Diagnóstico propostas para "casework", "groupwork" e "community organization".

No âmbito das Técnicas de Intervenção, cita para "casework" aquelas explicitadas por Florence Hollis¹⁰⁹ e Gordon Hamilton.¹¹⁰

Para Hollis as técnicas seriam: a) modificação do ambiente; b) apoio psicológico; c) clarificação e d) desenvolvimento da compreensão interior (insight). Em Hamilton, no que tange ao método de prestação de serviços indiretos, Dantas destaca a técnica de utilização dos recursos sociais disponíveis e a técnica de prestação de auxílios econômicos. Quanto ao método de tratamento direto são situadas por ele: a) técnica de apoio psicológico; b) clarificação

(108) BABINI, José - "Que es la Vivência". Editorial Columba. Buenos Aires, 1955.

(109) HOLLIS, Florence - "La Técnica del Casework" in Journal of Social Work, n.6, 1949.

(110) HAMILTON, Gordon - "Teoria e Prática de Serviço Social de Casos", Agir, Rio de Janeiro, 1958.

e o) aquelas que se poderia chamar de "desabafo" e de "fortalecimento da personalidade do cliente".

Para "groupwork" Dantas menciona algumas sugeridas por Gertrude Wilson¹¹¹ quais sejam: a) conhecer o nome de cada membro do grupo e tratá-lo de forma usual em seu ambiente de origem; b) ter capacidade de discutir problemas relativos à vida cotidiana dos membros e não somente o programa e as questões inerentes ao grupo; c) testes sociométricos; d) recursos áudio-visuais; e) disposição dos membros do grupo em círculo e f) dramatização.

No tocante ao Desenvolvimento e Organização de Comunidade, o autor expõe aquelas constantes de formulações produzidas por Maria Lúcia Carvalho da Silva.¹¹² Tal autora as divide em Técnicas ou Instrumentos Indispensáveis à atuação (entrevistas, reunião, observação, abordagem, recursos do meio e recursos áudio-visuais), Técnicas Auxiliares (pesquisas operacionais, relações comunitárias e liderança) e Técnicas Subsidiárias (Serviço Social de Grupo, cultura popular, educação de base, cooperativismo e sindicalismo).

Diferentemente das Técnicas de Intervenção que já teriam sido alvo de um esforço de sistematização, as Técnicas de Diagnóstico, segundo Dantas, ainda estão carentes de estudos que "esclareçam os aspectos metodológicos, e descrevam as técnicas de coleta e análise dos dados e formação de hipóteses" (DANTAS In: CBCISS, 1976:113).

portamento do cliente e do ambiente; f) visita domiciliar; g) testes e exames; h) consultas e fontes de informação e i) análise de elegibilidade.

Para "Groupwork" destaca o trabalho de Elda Fiorentino¹¹³ que, embora não explicita as técnicas, segundo Dantas representa uma valiosa contribuição à definição de um modelo metodológico de diagnóstico de grupo.

No que tange ao Desenvolvimento e Organização de Comunidade, Dantas esclarece que há na literatura uma tendência generalizada em apontar, como técnicas mais indicadas para a realização de diagnóstico comunitário, aquelas próprias da Pesquisa Social.

Embora lembre autores que prestaram contribuições significativas,¹¹⁴ torna manifestas apenas as citadas por Maria Lúcia Carvalho da Silva. São elas: entrevistas; relações públicas, abordagem; formulários e questionários; observação (espontânea, sistemática e participante); diário de pesquisa; "enquetes" e fontes documentais.

Ainda com relação à enumeração de técnicas, o autor expõe aquelas presentes no "Working Definition" da Associação Norte-Americana de Assistentes Sociais ressaltando, entretanto, que elas não são apresentadas como acredita que deveriam ser, isto é, vinculadas aos métodos específicos do Serviço Social. O Documento cita dezesseis técnicas, quais sejam: Apoio, Clarificação, Prestação de Informações, Interpretação, Desenvolvimento Interior (Insight), Diferenciação do Assistente Social em Relação ao Indivíduo e ao Grupo, Identificação com a Função da Agência, Criação e Uso de Estruturas, Uso de atividades e projetos, Utilização de Recursos Sociais Disponíveis, Estímulo à Integração Gru-

(113) FIORENTINO, Elda. "La Diagnosi nel Servizio Sociale di Gruppo" in *Collana di Servizio Sociale, Quaderno n.04, Série Tecniche del Servizio Sociale di Gruppo e di Comunità*, AAAIL, Florença, 1960.

(114) O autor cita, neste contexto, Murray Ross, José Artur Rios, Caroline Ware e Carlos Maria Gimenez.

pal, Estabelecimento de Restrições (limit-setting), promoção de Mudanças nas Forças Ambientais que Operam Sobre os Indivíduos ou Grupos e Síntese.

A incursão feita por Dantas, dando a conhecer os esforços existentes até aquele momento quanto à enumeração de técnicas a serem utilizadas pelos Assistentes Sociais, revela, inicialmente, a tendência (também verificada no próprio Dantas), em perceber as técnicas atreladas aos "métodos específicos" de Serviço Social (Caso, Grupo, Comunidade).

Além disso, observa-se, pela falta de uniformidade nas proposições dos autores por ele citados, uma patente indefinição ou ausência de consenso no tocante ao entendimento do que seria considerado "técnica". Esse fato, ressalta o autor, é fruto da existência de uma fraca sistematização sobre a questão. Reforçando essa afirmativa, Dantas coloca que na "aplicação dos métodos profissionais do Serviço Social há um acentuado pragmatismo que, de um lado decorre da falta de estudos sistemáticos tendo por objetivo os próprios métodos de diagnóstico e de intervenção planejada, de outro se deve, em boa parte, à falta de técnicas suficientemente elaboradas e experimentalmente testadas" (DANTAS In: CBCISS, 1976:116).

No TEXTO 3, Tecla Machado Socero aponta como tópicos principais a serem abordados em sua contribuição, o Objeto, as Divisões e a Metodologia do Serviço Social. Representando uma "reconstrução de material já elaborado", o texto trata cada tópico individualmente, mediante dois processos: a) análise da situação atual e b) exposição da posição adotada pela autora.

115

Após dedicar-se ao Objeto e às Divisões do Serviço Social,

(115) Onde, no item "Modalidades de Atuação", registra a existência de uma "imprecisão técnica" na medida em que se estabelece normalmente uma identidade entre Modalidade de Atuação e Técnica. Isto é, identifica-se Serviço Social de Caso com entrevista, Serviço Social de Grupo com reunião e Serviço Social de Comunidade com relações comunitárias.

adentra à Metodologia, ressaltando que analisará "alguns aspectos gerais, tentando organizar um razoável quadro de referências para estudos posteriores". (SOEIRO In: CBCISS, 1976:152)

Ao reportar-se particularmente às técnicas, propõe-se a classificar aquelas empregadas pelo Serviço Social. Nessa classificação arrola algumas categorias em que as várias técnicas podem ser inseridas, obedecendo a dois critérios de classificação: 1) Segundo os instrumentos manipulados e 2) segundo os conhecimentos empregados.

No contexto do primeiro critério, visualiza dois grandes grupos de técnicas: Técnicas de Comunicação e Técnicas de Documentação.

As Técnicas de Comunicação reúnem todas as formas de comunicação, diretas ou indiretas, do Assistente Social com uma outra pessoa (Técnicas de Comunicação Individual) com um grupo de pessoas (Técnicas de Comunicação Grupal) ou com um contingente humano (Técnicas de Comunicação de Massa).

As Técnicas de Documentação englobariam todas as técnicas de registros profissionais como, por exemplo, elaboração de relatórios, de fichas e outras.

Na esfera do outro critério, ou seja, segundo os conhecimentos empregados, aponta cinco grupos de técnicas.

- a) Técnicas Psicológicas - verbalização, redução de tensão, aumento de tensão, discussão lógica e interpretação.
- b) Técnicas Sociológicas - observação simples, observação participante, sociogramas, pesquisas.

(116) A ausência de "Técnicas de Serviço Social" é explicada pelo fato de que, segundo a autora, isso só será possível quando o Serviço Social estiver verdadeiramente aplicando conhecimentos próprios.

- c) Técnicas Pedagógicas - informação e debate.
- d) Técnicas Estatísticas - tabulações e gráficos.
- e) Técnicas Assistenciais - aquelas que utilizam os recursos da Assistência Social.

As demais contribuições contidas no Documento de Teresópolis ("Pesquisa sobre Serviço Social no Brasil, Relatório do Grupo A, Relatório do Grupo B e Anexos), embora envolvendo considerações sobre o Temário do Seminário, não chegam a abordar diretamente a questão do Instrumental Técnico. A única exceção é a encontrada no documento referente à proposta de pesquisa: inclui como um dos pontos a serem investigados "quais as técnicas utilizadas nos vários níveis de atuação".(CBCIES, 1976:176)

Em síntese, as referências ao Instrumental Técnico, no Documento de Teresópolis, são encontradas apenas nos Documentos/Textos subsidiadores do Tema I que, na verdade, por seu enunciado, não exigia um tratamento obrigatório à questão. Paradoxalmente, na abordagem do Tema III, onde seria natural nos depararmos com discussões mais aprofundadas, não foram tecidas considerações a respeito.

A partir dos textos subsidiadores, independentemente das posições diferenciadas dos autores, foi possível perceber a importância significativa atribuída ao Instrumental Técnico, bem como o estágio característico daquele momento quanto ao seu entendimento e elaboração.

Sinteticamente, observa-se:

- a) O texto de Costa aproxima-se mais de uma crítica ao Serviço Social. Em decorrência, aponta a utilização do Instrumental Técnico como um fim em si mesmo e como elemento de legitimação daquele tipo de atuação profissional, ao qual tece questionamentos: O Serviço Social Tradicional. Por não ver no Instrumental Técnico uma questão prioritária e essencial naquele momento histórico, Costa não apresenta entendimento, mesmo que ideal, sobre

Instrumental Técnico, assim como não aborda detalhes sobre a questão. Embora discreto, o grande contributo de Costa, que será retomado pelos Assistentes Sociais aproximadamente meia década depois, é a inserção do Instrumental Técnico nos questionamentos mais radicais ao Serviço Social Tradicional, ou seja, é o apontamento de sua função legitimadora àquele tipo de intervenção que privilegia o "como fazer", em detrimento de reflexões mais aprofundadas acerca da funcionalidade da profissão às relações sociais estabelecidas.

b) No texto de Dantas, ao contrário, o Instrumental Técnico é bastante abordado. Tanto explicita o entendimento de técnica, como efetua uma revisão da literatura, indicando as técnicas já consagradas para "casework", "groupwork" e "community organization". Da mesma forma que Costa, não desvincula o Instrumental Técnico do corpo teórico do Serviço Social, porém, em uma perspectiva mais instrumental, não o faz em tom de crítica: reforça a importância de seu estudo e discussão, e a essencialidade do Instrumental Técnico para a operacionalização do Serviço Social (o qual tenta inserir em uma dimensão tecnocrática-científica). Em oposição a Costa, não vê o Instrumental Técnico como legitimador, mesmo porque não cabem em seu texto críticas ou contestações ao Serviço Social e sim apenas um esforço em repô-lo em bases mais científicas e "modernas". Sob essa ótica, o Instrumental Técnico é apenas o elemento instrumental (embora imprescindível) que, juntamente com os outros elementos da profissão, permitirá uma ação eficaz e científica ao Assistente Social.

c) O texto de Soeiro, embora não contenha grandes contribuições à discussão do temário, com relação ao Instrumental Técnico reforça a postura explicitada por Costa. Ou seja, sob outro ângulo, não vê a existência de técnicas específicas do Serviço Social. A profissão se vale de técnicas de outras disciplinas profissionais, como a Pedagogia, a Sociologia e outras.

1.3. Encontros Sobre Funções - 1970

Ainda durante o ano de 1970, com a intenção de dar continuidade ao Seminário de Teresópolis, o CBCISS promove Encontros Regionais,¹¹⁷ dos quais participam um total de 958 profissionais.

Tendo por base as reflexões efetuadas em Teresópolis e o material nele produzido, os Encontros dedicaram-se prioritariamente ao aprofundamento das discussões referentes às funções do Serviço Social.

O produto desses Encontros é publicado pelo CBCISS em dezembro de 1971 sob o título "Funções do Serviço Social: Continuação dos Estudos de Teresópolis",¹¹⁸ sendo composto de duas partes:

Na primeira, intitulada "Funções dos Assistentes Sociais e os Encontros Regionais", procura-se conduzir "[...] o estudo no sentido do estabelecimento de uma metodologia que permita situar as funções do Serviço Social como resposta a uma situação de conjunto, além de corresponderem à ação sobre problemas particulares". (CBCISS, 1971:08)

Tal texto se detém exclusivamente no exame do problema das funções do Serviço Social, não tocando na questão do Instrumental Técnico.

A segunda parte versa sobre o Relatório do Grupo A e sobre o Relatório do Grupo B, apresentados no Seminário de Teresópolis, sintetizando os estudos realizados nos Encontros Regionais sobre eles.

(117) Os Encontros realizaram-se, pela ordem, em Campos (RJ), São Paulo (SP), Natal (RN), Salvador (BA), Brasília (DF) e Florianópolis (SC).

(118) Uma análise detalhada deste Documento pode ser encontrada em Vieira, Balbina - "Teorização e Metodologia do Serviço Social - Os Encontros Regionais de Araxá (1967) e Teresópolis (1970)" In: Teorização do Serviço Social - Documento do Alto da Boa Vista, CBCISS/AGIR, 1983.

Para a análise do Relatório do Grupo A, os participantes dos Encontros preencheram antecipadamente um Caderno Didático¹¹⁹ proposto pelo CECISS, onde foram incluídos novos fenômenos, novas variáveis e novas funções. Pautando-se basicamente nos dados obtidos e obedecendo à classificação dos níveis de realidade social¹²⁰ presentes nesse Relatório, os profissionais responsáveis por seu tratamento reagruparam as informações e elaboraram um total de 140 quadros¹²¹ expostos nesta parte do Documento.

Ainda sobre o Relatório do Grupo A, incorporaram-se ao Documento "Opiniões referentes à Metodologia seguida pelo Grupo A" e "Opiniões referentes à Classificação de Níveis e à Terminologia empregada nos Cadernos Didáticos nos Encontros Regionais". Nestes itens ou nos quadros, não se observa qualquer menção à questão do Instrumental Técnico.

No tocante ao Relatório do Grupo B, os estudos realizados durante os Encontros Regionais referenciaram-se a dois conjuntos diferentes de temas: nos três primeiros Encontros (Campos, São Paulo e Natal), os temas abordados foram aqueles presentes no próprio Relatório do Grupo B.¹²² Nos demais En-

(119) Denominação dada aos quadros nos quais deveriam ser listados os fenômenos e as variáveis de fenômenos que os participantes desejassem acrescentar aos já listados pelo Grupo A, em Teresópolis.

(120) São eles: Nível Educacional, Nível Biológico e de Equipamento Sanitário, Nível Doméstico e Familiar, Nível Cívico-Municipal, Nível de Segurança e Nível Sócio-Cultural.

(121) Para cada nível definido e para cada fenômeno levantado, foi elaborado um quadro composto das variáveis a ele concernentes e as respectivas funções atribuídas ao Serviço Social para intervenção.

(122) Os temas apresentados no Relatório do Grupo B e adotados como Roteiro nos três primeiros Encontros foram: 1) Conhecimentos científicos que embasaram a prática profissional do Serviço Social; 2) Apreciação dos critérios e Tendências que vêm orientando a formulação do Serviço Social; 3) Aplicação da Metodologia do Serviço Social - metodologia aplicável ao nível do Planejamento; 4) Aplicação da Metodologia do Serviço Social - metodologia aplicável ao nível de Administração; 5) Aplicação da Metodologia do Serviço Social - metodologia aplicável ao nível de Prestação de Serviços Diretos.

123

contros, adotou-se como referência outros temas considerados mais específicos.

124

O Documento sobre este Relatório consubstancia-se em sugestões sobre os temas eleitos e é neste contexto que se observa, em todo o material relativo aos Encontros Regionais, a única referência ao Instrumental Técnico.

O Documento sobre o Relatório do Grupo B aborda a questão no âmbito do tema "Minimização de Certos Instrumentos de Serviço Social de Grupo", em dois momentos distintos.

Em um primeiro momento, observando as "tendências atuais" do processo de intervenção em grupo, o Documento argumenta que: a) "há uma valorização apriorística das Técnicas de Grupo, por que o Serviço Social de Grupo é uma forma de intervenção mais ampla que o Serviço Social de Caso e utiliza maior número de técnicas, dando a impressão de uma atuação mais eficiente e numericamente mais significativa; [...] ocorrem bloqueios, na prática, na utilização de determinadas técnicas, porque são técnicas importadas, de difícil adequação à realidade brasileira; são técnicas de difícil aplicação e inadequadas ao nível intelectual da clientela mais freqüentemente atendida; [...] e] não foram formuladas novas técnicas adequadas à nossa realidade". (CBCISS, 1971:168)

Em um segundo momento, utilizando o termo "instrumento", defende

(123) Os temas abordados no 4º, 5º, 6º e 7º Encontro Regional foram: Reexame da Metodologia do Serviço Social em face da contribuição das Ciências Sociais, da realidade brasileira (em trânsito para o Desenvolvimento) e da cultura brasileira; Trabalho em equipe interdisciplinar; Minimização da competência do Serviço Social de Caso; Minimização de certos instrumentos de Serviço Social de Grupo; Integração em Serviço Social; Minimização da micro-atuação e ênfase na macro-atuação; Encaminhamento de soluções para o problema de caracterização da metodologia - Proposição de escolha de critérios para especificação da metodologia - Proposição da estrutura lógica e operacional da especificação adotada.

(124) O Documento comporta ainda uma apreciação sobre o sistema de trabalho adotado nos Encontros Regionais e um conjunto de sugestões práticas encaminhadas pelos participantes ao CBCISS e outros órgãos de classe.

o agrupamento daqueles utilizados no Serviço Social de Grupo em duas categorias: os Instrumentos essenciais e os Instrumentos não essenciais.

Como essenciais cita reunião, entrevista, documentação e dinâmica de grupo, observando que estariam sendo minimizados em função de dificuldades como, falta de preparação, indefinição de objetivos, carência de critérios e indicadores para quantificação de fenômenos, má utilização e despreparo dos profissionais para aplicação, dentre outras.

Como não essenciais cita a Recreação e os Recursos Multisensoriais (palestras, cineforum, artes dramáticas, etc.), que estariam igualmente minimizados. Entendidos como recursos auxiliares em Serviço Social, a minimização estaria vinculada à "falta de conhecimento e de tempo do Assistente Social ou pela escassez de recursos das Instituições Sociais." (CBCISS, 1971:169)

Como já mencionamos, o tema desses Encontros Regionais consistia nas funções do Serviço Social. Não sendo alvo prioritário, justificar-se-ia, neste ponto, a quase inexistência de alusões ao Instrumental Técnico embora, por outro lado, se considerarmos que os Encontros Regionais tinham como proposta a continuidade ao Seminário de Teresópolis, era de se esperar que a questão tivesse merecido maior atenção.

As únicas referências a respeito, citadas anteriormente, pecam pela superficialidade.

Não explicitam definição nem demonstram o entendimento existente sobre instrumento e técnica. Ao contrário, revelam uma inexatidão quanto à utilização dos termos, na medida em que os empregam indistintamente, inclusive considerando como Instrumento, por exemplo, as reuniões e as entrevistas que, no Documento de Teresópolis, são colocadas como técnicas.

Em função da parca consideração a respeito da questão, não é possível inferir se o termo "instrumento" foi empregado ou não como sinônimo de

"técnica", o que reforça a impressão acima, ou seja, a de que, por ocasião dos Encontros, não era claro ou consensual, assim como não o era a distinção entre os termos.

Também não é possível inferir sobre a função e a importância atribuídas ao Instrumental Técnico, embora nos tenha chamado a atenção o fato de que, em meio a inúmeras sugestões expressas no Documento como um todo, não se verifica nenhuma que, ao menos, se relacione com propostas de maiores estudos ou reflexões sobre o assunto.

O fato da menção ao Instrumental Técnico figurar no contexto do Serviço Social de Grupo é outro dado significativo. O tratamento do Instrumental Técnico fragmentado e particularizado na discussão de outras questões, notadamente de Serviço Social de Caso, de Serviço Social de Grupo e de Serviço Social de Comunidade, foi uma tônica em Araxá e Teresópolis, repetindo-se nos Encontros Regionais.

A vinculação das técnicas às formas particulares de intervenção e sua conseqüente divisão em técnicas específicas de Serviço Social de Caso, de Serviço Social de Grupo e de Serviço Social de Comunidade é algo tão enraizado que, longe de ser questionado no Documento, dá origem a colocações do tipo observado, ou seja, de que as técnicas de grupo são mais valorizadas pelos profissionais do que as técnicas de Serviço Social de Caso.

Na mesma citação verifica-se a vinculação da técnica à preocupação com a eficiência e a eficácia. O Documento revela explicitamente que o Serviço Social de Grupo estaria sendo maximizado em função também do montante de técnicas utilizadas, denotando a visão, presente nos participantes e/ou na categoria, da relação determinante entre técnica - eficiência e competência profissional.

Nas duas citações seguintes, a preocupação é com a utilização de "técnicas importadas" que seriam de difícil adequação à realidade brasileira,

deixando entrever que, aparentemente, os elaboradores estariam atribuindo, em oposição à contribuição de José Lucena Dantas no Documento de Teresópolis, um elemento axiológico às Técnicas.

Entretanto, o que desperta maior atenção é a declaração da inadequação ao "nível intelectual da clientela" atendida pelo assistente social brasileiro.

Indica, ao nosso ver, a persistência da adoção, como referencial, de modelos externos de realidade consideradas mais desenvolvidas. Essa adoção confere ao contexto e à população nacional, a noção de subdesenvolvimento, de "atraso" e de "subcultura", mediante o que seria forçoso, não só a adaptação, mas a reformulação de novas técnicas.

A preconização quanto à necessidade de adaptação das técnicas, por si só, não nos parece problemática, já que o modelo de realidade adotado como ideal, no caso os Estados Unidos, possui, de fato, características distintas que imputam ao Serviço Social naquele país um caráter diferenciado até mesmo em relação ao espaço ocupacional dos profissionais.

Todavia, justificar a necessidade de nova formulação ou mesmo de adaptações, com base em dificuldades relativas ao "nível intelectual" da clientela, parece-nos algo bastante extremado.

As observações quanto à minimização dos instrumentos (ou técnicas) presentes nas citações imediatamente posteriores, se verdadeiras, revelam a existência de uma coerência com o que colocávamos a respeito do tratamento dado ao Instrumental Técnico no Documento dos Sete Encontros Regionais de 1968. Ou seja, parece-nos inquestionavelmente impossível a aplicação correta do instrumental se a categoria aparentemente não possuía, ou ao menos, não expressava um entendimento comum quanto a conceitos, características e finalidades.

1.4. I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1974

Desde 1965, quando o CBCISS promoveu o III Congresso Brasileiro de Serviço Social, a categoria não se reunia em Congresso de âmbito nacional.

Contribuiu para isso o fato do CBCISS, grande responsável pela organização e difusão do debate profissional da década de 60 até meados de 70, ter se voltado para a realização dos Seminários de Teorização que, de forma inegável, expressaram as preocupações, os interesses e as demandas acolhidas pela profissão no período.

Por outro lado, contribuiu para a existência deste lapso de tempo o período vivido pela sociedade brasileira pós 64 que, incontestavelmente, afeta direta ou indiretamente a categoria profissional.

O panorama sócio-político-econômico brasileiro apresenta agora, em meados de 70, algumas nuances.

Em 1973 já era visível o esgotamento do chamado "Milagre Brasileiro" e, ao assumir o governo em 15/03/74, o general Ernesto Geisel enfrentou a crise econômica que marca o fim de tal fase.

A crise econômica, reforçada pela conjuntura internacional desfavorável, de um lado, reduz a capacidade de investimento público do Estado brasileiro e aumenta o endividamento externo, e de outro, gera um surto inflacionário e um achatamento salarial ainda maior.

Ao lado da crise econômica, o governo ditatorial enfrenta também uma crise política. Não é mais possível manter um regime repressivo nos moldes dos três governos militares anteriores e já se observam manifestações de cunho reivindicatório, principalmente salariais que, embora ainda não possuam dimensões amplas, marcam o retorno da classe operária ao cenário político.

Mais do que um caráter econômico, o esgotamento do "milagre" ex-

pressa, segundo Netto (1991), uma crise de legitimação e de estabilidade do próprio regime autocrático burguês que o governo Geisel tenta enfrentar.

O autor se refere a este momento histórico da seguinte maneira: "Se 1968 marcou uma inflexão para cima do ciclo autoritário burguês, 1974 marcou-a para baixo: abre o momento derradeiro da ditadura, centralizado pelo aprofundamento da crise do "milagre" e por uma particular estratégia de sobrevivência implementada pelo mais alto núcleo militar do regime - estratégia expressa claramente por Geisel e sua equipe, auto-denominada "processo de distensão" e que, avançando no governo Figueiredo, constituirá o projeto de auto-reforma com que o Estado forjado pela ditadura procurará transcendê-la" (NETTO, 1991:41).

O "terrorismo de Estado" tende a ceder espaço a medidas oficiais de busca de "consenso" e de integração ¹²⁵ que, em última análise, traduzem aquela tentativa de assegurar a continuidade ao modelo.

Em meio a esse clima que antecede o colapso da autocracia burguesa, é que se tornam possíveis ou que, mais propriamente, concorrem para ele, as citadas manifestações operárias. Da mesma forma, é a existência de uma relativa abertura que permite a organização/manifestação da categoria em eventos de natureza nacional, como foi o I CBAS.

Entretanto, se se torna possível sua realização, a postura detectada no I CBAS ainda se insere na perspectiva modernizadora que nos anos seguintes terá sua hegemonia posta em xeque.

Tencionando "discutir problemas de interesse nacional e inerentes ao Serviço Social e de conhecer o que se faz profissionalmente [...]" (CBAS,

(125) A integração ainda é a palavra chave, estando presente inúmeras vezes no II PND. Esse plano, as medidas tomadas pelo governo Geisel e o envolvimento do Serviço Social serão por nós abordados na exposição do Seminário de Bomelima.

1974:01) I CBAS, sob a organização do CFAS e CRASS, realizou-se no Copacabana Palace - Rio de Janeiro, no período de 12 a 17 de maio de 1974, contando com 126 cerca de 2.200 participantes.

Pelo momento em que se realizou e em função da perspectiva que o orientou, o Congresso é incontestavelmente marcado pelos Documentos de Araxá e de Teresópolis.

Revela, de maneira geral, uma idêntica preocupação com o Desenvolvimento Social e com a contribuição do Serviço Social a ele. 127 Concomitantemente, no âmbito das exposições, adota termos e conteúdos constantes em Araxá e em Teresópolis como, por exemplo, a atuação do Serviço Social em níveis micro e macro-social, a metodologia compreendida como Investigação Diagnóstica e 128 Intervenção Planejada e a visão do Serviço Social como Ciência Aplicada.

Quanto ao conteúdo, a única conferência do I CBAS (proferida por Natálio Kisnerman), tem como tema a "Ética em Serviço Social". Nela, embora incursione secundariamente por outros assuntos, o autor não chega a mencionar a questão do Instrumental Técnico no Serviço Social, o mesmo ocorrendo com 129 relação aos Simpósios.

(126) De seus Anais constam, além das Sessões de Abertura e Encerramento, uma Conferência, três Simpósios, Moções Aprovadas, Relação de todos os Congressistas e todos os Temas Livres encaminhados à Comissão Organizadora e Coordenadora do Congresso. Os Anais consubstanciam-se na transcrição e na reprodução literal de todo o Congresso que, por solicitação do CFAS, foi impresso pela Gráfica União. E esse material que utilizamos como fonte em nossa pesquisa.

(127) Observada principalmente na Apresentação dos Anais, na Sessão de Abertura e no Simpósio dedicado especialmente ao tema, cujo título é "Serviço Social e Desenvolvimento".

(128) Que serve inclusive de base justificatória para a inclusão do Simpósio sobre "Serviço Social - Psicologia e Sociologia" onde pretendeu-se expor as relações existentes entre as três disciplinas e, particularmente, as contribuições da Psicologia e da Sociologia no Serviço Social, em termos de conhecimentos.

(129) O Terceiro Simpósio, ainda não mencionado, intitula-se "Formação do Assistente Social".

Quanto aos temas livres, referem-se majoritariamente à atuação do Serviço Social na Área de Saúde (Hospitais, Ambulatórios, Saúde Pública, Psiquiatria) e, em menor número, às ações desenvolvidas junto a Apenados (2), Crianças e Adolescentes (3), Idosos (1), Empresas (1) e L.B.A. (1).

Ainda que se configurem, na grande maioria, em relatos de experiências desenvolvidas, os mesmos também não comportam considerações sobre o Instrumental Técnico.

Embora fuja do espírito de nossa pesquisa analisar relatos de experiências particulares, foi-nos possível observar que, nas raras menções à técnica, as exposições deixam-na subentendida no contexto da atuação de Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo.

Em outras palavras, expressa-se que a atuação se processará ou está se processando mediante técnicas específicas de Serviço Social de Caso ou Grupo, sem preocupação em explicitá-las. Procedimentos como entrevistas com indivíduos e familiares, reuniões, encaminhamentos, anamneses, enquetes e questionários são citados, todavia não é clarificado se os mesmos estão sendo entendidos como técnicas ou qual o significado que lhes é atribuído.

Concluindo, o I CBAS não dedica atenção ao Instrumental Técnico, não podendo ser considerado como referência importante para sua discussão.

1.5. Seminário de Bonclima - 1974

Em meio ao panorama sócio-político e econômico pontuado no item anterior, Geisel e sua equipe propõem o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND - 75/79). Esse elemento segue as mesmas diretrizes dos planos governamentais propostos no pós-64, nos quais, segundo Ammann (1980), a catego-

ria chave é a integração.

Ao analisar a idéia de integração, Ammann atribui sua origem à noção de equilíbrio social e expõe a posição de Parsons que, no trato da questão, foi o grande expoente.

Sinteticamente, relaciona-se ao fato de que "a diferenciação interna dos sistemas, resultantes de papéis diferenciados, requer a integração como condição para a realização de certas metas compartilhadas, bem como para evitar o choque e conflito" (AMMANN, 1980:124) e, em decorrência, atingir o desejado equilíbrio social.

No entanto, a integração não se viabiliza apenas mediante a internalização de normas sociais pelos indivíduos. Depende, também, de alguma "coordenação suplementar", normalmente assumida pelo bloco hegemônico.

Notadamente no pós-64, o governo brasileiro assume esse papel e a integração entra no discurso oficial, conectada à idéia de "articulação" harmônica "entre Governo e Sociedade", à necessidade de integração daqueles setores ou daquelas regiões considerados "desintegrados" no desenvolvimento nacional e à postulação da participação de toda a sociedade nos frutos do desenvolvimento.

Neste sentido, desde o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED - 1969/1970), mas com maior ênfase a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND - 1972/1974), a busca da integração e do conseqüente equi-

(130) Ammann reforça essa afirmativa mencionando o trabalho de Cândido Mendes Almeida - "Desenvolvimento e Participação no Brasil" (publicado na coleção CECISS n. 80 em 1974). Ammann expõe que, neste trabalho, Almeida "demonstra que o tema 'integração' é o segundo mais abordado (157 vezes) nas falas presidenciais do Brasil, entre 1964 - 1971, somente superado pelo tema desenvolvimento (527 vezes). Acresce ainda que a 'integração' registra um crescendo acentuado - sendo mencionada 98 vezes em 1971 - e que, após aquele ano, se confere cada vez mais ênfase àquela categoria." (AMMANN, 1980:123)

líbrio social se expressa na adoção de medidas, incentivos e programas governamentais, dentre os quais cita-se o PIS, o PASEP e o PRO-RURAL.

Seguindo a mesma política, através do II PND, também foram adotadas medidas vinculadas ao projeto de expansão e de integração. Em meio a elas, destaca-se: o Programa de Atendimento ao Pré-Escolar e ao Ensino de 1º Grau, reativados e/ou ampliados a partir de 1974; a reformulação dos mecanismos do Sistema Financeiro de Habitação (S.F.H.) em 1974; a criação do SINE (1975); a unificação do PIS e do PASEP (1975); a criação do PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (1976), do PRODECOR - Programa Nacional de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (1976), do PSMI - Programa de Saúde Materno Infantil (1977), do PNCSU - Plano Nacional de Centros Sociais Urbanos (1975), do MOBRAL e do CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Além do maior volume de medidas voltadas para a integração regional e social, o II PND introduz uma diferenciação com relação aos anteriores: um maior apelo ao "social", postulando, inclusive, a necessidade de uma política de distribuição de renda.

Posto sob uma análise crítica, verifica-se que tal apelo é aparente e fica apenas ao nível de discurso. Entretanto, naquele momento histórico, para os Assistentes Sociais, ele representou a base justificatória para a continuidade à postura de adesão às propostas governamentais relativas ao Desenvolvimento Social.

O Seminário de Bomclima expressa o comprometimento de segmentos da categoria profissional com essa postura. Oito meses após a posse do General Ernesto Geisel, ou seja, entre os dias 18 e 22 de novembro de 1974, o Seminário ¹³¹ se realiza em Bomclima - Petrópolis - RJ, com a presença de 33 "especialistas

(131) Cujo Documento Final fica conhecido como Seminário de Bomclima. Publicado em 1974 na coleção CBCISS n. 90, sob o título "Alternativas da Política Assistencial Brasileira", tal material consubstancia-se naquele por nós analisado.

brasileiros na área do Social".

A motivação é a própria divulgação do II PND que, dando ênfase à Política Social, coloca em evidência a questão da Assistência Social no Brasil. Fazendo parte desse contexto, representam elementos incentivadores a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social,¹³² a organização do Conselho de Desenvolvimento Social¹³³ e a instituição do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

O envolvimento dos participantes nessas medidas e nas diretrizes subjacentes a elas, fica evidente não só no tema do Encontro (Alternativas da Política Assistencial Brasileira), mas também em seu próprio objetivo, qual seja, estudar "[...]possíveis alternativas de política assistencial brasileira, com a finalidade de oferecer subsídios ao recém-criado ministério; ao encontro dos objetivos visados pelo Grupo de Trabalho¹³⁴ designado pela Portaria Ministerial nº 56 de 26 de setembro de 1974".(CBCISS, 1974:i)

Com esse objetivo, após a Conferência de Abertura¹³⁵ e dois dias de trabalho em grupos, os participantes se reuniram em Sessões Plenárias, para elaborar o citado Documento Final. O texto, além da Introdução, comporta quatro capítulos, a saber: 1. Desenvolvimento Social e Assistência Social no II PND;

(132) Como desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

(133) Órgão de assessoramento do Presidente da República e responsável pelas decisões no tocante à Política Social. Seus membros eram os Ministros da Educação e Cultura, do Trabalho, da Saúde, do Interior e da Previdência Social, tendo como Secretário Geral o Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento.

(134) Refere-se a um Grupo de Trabalho instaurado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Membros desse grupo participaram efetivamente do Seminário, dentre eles o Dr. Francisco Luis Torres - Sub-Secretário de Estudos Especiais do Ministério da Previdência e Assistência Social.

(135) A Conferência de Abertura, intitulada "Assistência Social e Desenvolvimento - Subsídios Para Revisão dos Fundamentos da Política Social Brasileira", pronunciada por José Lucena Dantas, não integra a citada publicação, não sendo possível, neste sentido, nosso acesso a ela.

2. Sugestões para a Organização da Secretaria de Assistência Social; 3. Sugestões para um Programa Prioritário; e 4. Considerações Gerais.

Tais capítulos mantêm-se rigorosamente em harmonia com a proposta do Seminário, isto é, discutir a Assistência Social no Brasil e as questões a ela diretamente concernentes, bem como oferecer contribuição para a instalação de uma Política Social para a mesma, tanto ao nível de pressupostos, como ao nível operativo/administrativo.

Na medida em que fugiria ao espírito e à proposta do Seminário, o Instrumental Técnico não é abordado, não se verificando, desta forma, nenhuma referência direta ou indireta à questão.

1.6. II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1976

Sob a promoção do CFAS e com a presença de 2.884 profissionais e discentes de Serviço Social, realizou-se no Recife - PE, de 24 a 29 de outubro de 1976, o II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (II CBAS).

Tal Congresso foi motivado pelo desejo de dar-se continuidade aos debates iniciados em 1974 no I CBAS e teve como temário "O Assistente Social e o Desenvolvimento Social".

Os Anais do II CBAS foram alvo de publicação em 1979¹³⁶ e deles fazem parte 28 Conferências e 2 Trabalhos¹³⁷ dispostos em nove temas, a saber:

(136) Publicado pelo CECISS sob o título "O Assistente Social no Desenvolvimento Social" - Anais do II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

(137) Selecionados dentre os Temas Livres encaminhados à Comissão de Organização do Congresso. Constituem-se em exposição de experiências, sendo incluídas no tema "Experiências de Serviço Social". São eles: "O Serviço Social no Subsistema Policial - Uma abordagem Criminológica" e "O Serviço Social no Subsistema PDS - Penitenciário - Proposição de um Modelo de Intervenção".

1. Indicadores Sociais; 2. A Micro-Atuação do Serviço Social no Desenvolvimento Social; 3. Política Social no Desenvolvimento Social; 4. Planejamento Social no Desenvolvimento Social; 5. Modelos de Desenvolvimento Social; 6. Bem Estar Social no Desenvolvimento Social; 7. Adequação da Formação do Assistente Social para a Macro e Micro Intervenção; 8. Assistentes Sociais - Profissionais Autônomos; e 9. Experiências de Serviço Social.

Em coerência com a proposta do Congresso, as Conferências tiveram como preocupação maior a questão do Desenvolvimento Social e o conseqüente engajamento do Assistente Social nesse processo. Deram, conforme coloca a própria Apresentação dos Anais, "maior ênfase à Macro-Atuação, como estratégia" (CBCISS, 1979:01), justificando-se, neste sentido, a eleição dos temas citados e o caráter amplo observável nas contribuições.

Mesmo aquelas contribuições que teriam por meta discutir a atuação do Serviço Social ao nível micro, não deixam de abordar aspectos ligados à macro-atuação, já que o primeiro estaria vinculado ao segundo e dependente dele, ou melhor, estaria articulado à mesma orientação, qual seja, a de contribuir, em última instância, para o Desenvolvimento a nível nacional.

Em outras palavras, sendo considerado um instrumento do Desenvolvimento, quaisquer dos níveis de atuação do Serviço Social deveriam ter essa conotação.

Na grande maioria das Conferências, observa-se menções constantes ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), denotando sua colocação como referência básica ao processo de Desenvolvimento Nacional.

Os congressistas expressam a crença de que, em função da importância atribuída à Política Social e à Assistência Social, as ações governamentais na área do "Social" expandiriam-se abrindo, conseqüentemente, maiores oportunidades de inserção do Assistente Social no processo de Desenvolvimento.

Esse tipo de postura e a adoção do II PND como referência básica, reforçam a sintonia do II CBAS à perspectiva modernizadora que, segundo Netto (1991), ainda dominava hegemonicamente a (auto)representação dos Assistentes Sociais e que, apenas pontualmente, começa a ser posta em xeque.

Também advém daquela orientação modernizadora a verificada preocupação do II CBAS com a eficácia e a eficiência da ação profissional, dadas pelo caráter científico que o Serviço Social devia perseguir, estando implícita aí a forte influência dos Documentos de Araxá e de Teresópolis.

Como se constata, o Instrumental Técnico não foi eleito como tema e, decorrentemente, no II CBAS não se depara com nenhuma Conferência dedicada particularmente ao assunto.

Acreditamos que a ênfase à dimensão macro-social impossibilitou, de certa forma, a inclusão do Instrumental Técnico como foco de discussão. Assim, o assunto não é abordado, ainda que de modo secundário, ou mesmo envolvido no bojo da discussão de outras questões.

Nesta perspectiva, até naquelas abordagens aonde a temática sugeria o apontamento de Técnicas/Instrumental Técnico, os mesmos não foram mencionados claramente. Não se utilizou ao menos a denominação Técnica/instrumental Técnico. Para reuniões, entrevistas, contatos individuais, encaminhamentos e outros, foram utilizados termos como "processamento", "atividades" e "formas de abordagem". Portanto, pela forma com que são aludidas, não nos é possível deduzir se tais "procedimentos" são conotados ou não como Técnica/Instrumental Técnico.

Igualmente não nos é possível, pelo já mencionado caráter amplo

(138) Como por exemplo, a Conferência "INPS: Sua Contribuição Para o Bem-Estar Social", onde são expostos Programas de atendimento desenvolvidos pelo Serviço Social na Instituição.

das exposições, subentender a compreensão de Técnica/Instrumental Técnico, sua posição no contexto da ação profissional ou qualquer outro dado significativo com relação à questão.

Por conseguinte, esta situação nos dá margem para afirmar que, de forma explícita e direta, a questão do Instrumental Técnico está totalmente ausente do II CBAS.

1.7. III Seminário de Teorização do Serviço Social - 1978

Com o objetivo principal de dar continuidade aos esforços de teorização, iniciados em 1967, em Araxá, o CBCISS realiza, no Centro de Estudos de Sumaré (RJ), de 20 a 24 de novembro de 1978, o III Seminário de Teorização do Serviço Social.

O ano de sua realização é considerado um marco histórico das modificações que já vinham se processando desde 1974 na conjuntura brasileira. Denota a reação explícita da sociedade civil ao regime instalado pós-64, principalmente mediante o retorno ao cenário político de forças sociais que passam a se expressar através de vários movimentos e organismos populares.

Com efeito, a partir de 1974, acentua-se a crise econômica, trazendo em sua esteira um maior achatamento salarial, um acirramento das seqüelas da Questão Social e um aumento da insatisfação popular. As manifestações populares tornam-se cada vez mais significativas, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Surgem os movimentos de base e rearticulam-se os movimentos operário e sindical que, ao lado de outros setores da sociedade civil (inclusive político/partidários), assumem exemplarmente um papel de reivindicação/contestação.

Por outro lado, como elemento ao mesmo tempo causal e decorrente desta conjuntura, o projeto de auto-reforma, iniciado por Geisel, não alcança

viabilidade, complexificando a crise da autocracia burguesa que culminará no período Figueiredo.

No Seminário de Teorização em foco, o clima de efervescência Social ainda não é expresso nitidamente pela categoria, como ocorrerá no ano seguinte, por ocasião do III CBAS.

Entretanto, seus efeitos já são perceptíveis no que tange à alteração verificada no processo de renovação do Serviço Social, ou seja, na sensível perda de ressonância da perspectiva modernizadora na (auto) representação dos profissionais e no aparecimento das duas outras direções.

A essa época, já se registra a formulação que marca a expressão inicial da perspectiva de intenção de ruptura: o Documento da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais - o "Método de Belo Horizonte" (Método B.H.).¹³⁹ Tal perspectiva apenas dominará o debate profissional na primeira metade dos anos 80, entretanto, é visível sua assimilação no final da década de 70, favorecido pelo influxo que o Serviço Social brasileiro passa a receber das produções Latino-Americanas de dimensão questionadora e crítica.

Sobre isso, embora longa, torna-se essencial a transcrição da seguinte colocação de Netto: "Tendo recebido ponderável influência do pensamento Latino-Americano reconceptualizado no final dos anos setenta e o início da presente década, esta vertente [intenção de ruptura] tem muito de sua audiência contabilizada ao descrédito político da perspectiva modernizadora e à generalizada crítica às Ciências Sociais Acadêmicas; no entanto, parecem-nos fundamentais, para explicar a sua repercussão, as condições de trabalho da massa da ca-

(139) Resultante de experiências efetivadas entre 1972 e 1975 por um núcleo daquela Escola. Sua difusão, embora intensa ao nível de América Latina, mantém-se, segundo Netto (1991), praticamente marginal em solo brasileiro até o fim da década de 70. Pode ser encontrada em SANTOS, Leila L., "Textos de Serviço Social", S.P., Cortez, 1985.

tegoria profissional - com sua aproximação geral às camadas trabalhadoras -, o novo público em que se recrutam os quadros técnicos, o clima efervescente do circuito universitário quando da crise da ditadura (envolvendo todos os intervenientes da área acadêmica) e, principalmente, o quadro sociopolítico e ideológico dos primeiros anos da década, que conduziu à participação cívica amplos contingentes das novas camadas médias urbanas, com destaque para seus setores técnicos" (NETTO, 1991:160).

Portanto, embora ganhando terreno no debate e na literatura
 140
 profissional a perspectiva de intenção de ruptura não é marcante no Seminário
 141
 de Bomclima. Nele, o tom é dado por outra perspectiva: a reatualização do conservadorismo.

Antes, porém, de passarmos à discussão acerca da identificação do Seminário de Bomclima à perspectiva de reatualização do conservadorismo, cabe sumariar aspectos referentes à organização e à realização do referido evento.

Antecedendo-o, empreende-se levantamento de sugestões junto à categoria profissional, mediante o qual define-se o segundo objetivo do evento, isto é, "ensejar reflexões sobre novas proposições que, no momento, estão a exigir um esforço de crítica e formulação teórica." (CBCISS, 1980:07)

Os levantamentos efetuados possibilitam também a definição de

(140) Inclui-se aí aquela de autores latino-americanos, como por exemplo, Herman Kruse, Natálio Kisnerman e Boris Alexis Lima. Desse último é o livro "Contribuição à Metodologia do Serviço Social" que, publicado no Brasil em 1975, torna-se texto de recorrência obrigatório para os Assistentes Sociais. Além destes, destacam-se as produções de Vicente de Paula Faleiros.

(141) Exceção feita ao Documento "Reflexões Sobre o Processo Histórico-Científico de Construção do Objeto do Serviço Social" elaborado por um grupo de São Paulo que, segundo Netto, ainda que opere "com categorias que reenviam ao pensamento dialético" [...] fá-lo eclética e vulgarmente: a historicidade é compreendida sob a lente de Dilthey, a dialética recebe um tratamento francamente ininteligível e a própria concepção dialética acaba por se reduzir à construção do objeto (a partir da concepção da realidade enquanto movimento no processo histórico). (Netto, 1991:199)

142

três questionamentos interdependentes que, posteriormente, dão origem aos 03 temas básicos do Seminário, a saber: I - Serviço Social e a Cientificidade; II - Serviço Social e a Fenomenologia; III - Serviço Social e a Dialética.

143

Para o tratamento desses temas, partiu-se de seis Documentos de Base, elaborados antecipadamente por grupos de São Paulo e Rio de Janeiro.

144

Esses Documentos, incluídos na publicação que o CBCISS efetiva em 1980, sob o título "Documento do Sumaré", relacionam-se com os três temas básicos da seguinte forma:

TEMA I

Documento de Base 1 - A cientificidade do Serviço Social (Grupo Rio de Janeiro).

Documento de Base 2 - Reflexões sobre o processo histórico-científico de construção do objeto do Serviço Social (Grupo São Paulo).

TEMA II

Documento de Base 1 - Reflexões sobre a construção do Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenoló-

(142) Relacionam-se três questionamentos, a saber: I - O Serviço Social numa perspectiva do método científico de construção e aplicação do Serviço Social; II - O Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, ou seja, interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social; e III - O Serviço Social a partir de uma abordagem dialética, ou seja, teoria de interpretação com base no método dialético, entendido no sentido metodológico: a relação entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real usado por essa ciência.

(143) Cada local formou três Grupos que apresentaram um Documento de Base. Os locais foram escolhidos pelo CBCISS, juntamente com Porto Alegre, por possuírem Cursos de Mestrado em Serviço Social. Porto Alegre não remeteu sua contribuição ao CBCISS.

(144) A referida publicação constitui-se no material por nós pesquisado. Não fazem parte do Documento oito Trabalhos, recebidos pelo CBCISS, relativos à "Realidade Brasileira e o Serviço Social" que, independentemente da proposta inicial, foram reservados para considerações e estudos posteriores ao Seminário de Sumaré.

gica do estudo científico do Serviço Social (Grupo Rio de Janeiro).

Documento de Base 2 - Roteiro de Reflexão: Fenomenologia e Serviço Social.

Proposições a serem discutidas pelos Grupos (Grupo São Paulo).

TEMA III

Documento de Base 1 - Serviço Social e Cultura: Uma Alternativa para Discussão das Relações Assistente Social/Clientela (Grupo Rio de Janeiro).

Documento de Base 2 - Roteiro de Reflexão: Dialética e Serviço Social (Grupo São Paulo).

O Documento do Sumaré, além da Introdução e de dois Anexos, comporta três Capítulos, cada qual versando sobre um dos Temas Básicos, abrangendo os respectivos Documentos de Base acima mencionados, e considerações acerca dos questionamentos levantados sobre eles. No caso dos Capítulos II e III - "Serviço Social e Fenomenologia" e "O Serviço Social e a Dialética" - o Documento de Sumaré traz ainda Conferências proferidas pela Professora Creusa Capalbo.¹⁴⁵

Como vimos no Capítulo anterior, a perspectiva de reatualização do conservadorismo floresce em meados da década de 70 e tem como figura expressiva a Professora Anna Auguata de Almeida.¹⁴⁷ Segundo Netto (1991), as produções orientadas por essa perspectiva apresentam algumas características que conferem uma nova roupagem às concepções conservadoras e denotam o caráter inovador de tal perspectiva no âmbito do processo de renovação do Serviço Social.

(145) São eles: Anexo 1: Tradução Condensada do Livro "A Prática do Serviço Social - Uma Abordagem Unitária" de Howard Goldstein e Anexo 2: "Reflexões Sobre a Fenomenologia".

(146) Respectivamente, sob os títulos "Algumas Considerações Sobre a Fenomenologia que Podem Interessar ao Serviço Social" e "Considerações Sobre o Pensamento Dialético em Nossos Dias".

(147) Netto (1991) aponta como interlocutores dessa perspectiva, Joel Martins, Creusa Capalbo, Telma Donzelli, Anésia de S. Carvalho (1987) e outros.

Seriam elas a exigência e a valorização da elaboração teórica; a recusa aos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista e a crítica a sua herança¹⁴⁸ e a distinção que faz questão de marcar com relação à perspectiva modernizadora e com o pensamento crítico-dialético, colocando-a em oposição a elas, frontalmente ou não. Entretanto, seu traço mais inovador e proeminente, em comparação com as outras duas direções do processo de renovação profissional, é a recorrência à fenomenologia.

Na medida em que se leva em consideração a própria complexidade da fenomenologia¹⁴⁹ e o caráter pioneiro dos autores no recurso a esse aporte,¹⁵⁰ tal recorrência, ou mais propriamente, o modo como se processa, traz para o âmbito das elaborações inspiradas na perspectiva de reatualização do conservadorismo alguns problemas ou seqüelas.

Com base em Netto (1991), pode-se apontar três procedimentos visíveis, quais sejam:

Em primeiro, a ausência de relação entre as discussões empreendidas por autores informados por aquela perspectiva e as fontes originais/seminais do pensamento fenomenológico, de onde advém a "impressão [...] de que se está diante de construções cuja filiação à metodologia anunciada é frouxa e lassa, determinada menos pela reflexão intensiva sobre os/a partir dos "clássicos" do que pela influência enviesada de fontes de segunda mão, de comentaristas e de divulgadores" (NETTO, 1991:213).

(148) Incidindo basicamente sobre a "interpretação causalista (e fatorial) da sociedade e a assepsia ideológica do conhecimento (NETTO, 1991:205).

(149) Originária de seu caráter particular de movimento que abarca proposições diferenciadas e mesmo distintas entre si, que sofreram inúmeras críticas em seu processo de evolução.

(150) Segundo Netto (1991), o recurso à fenomenologia nas elaborações profissionais brasileiras é quase nulo até a década de 60, tornando sua incidência nas Ciências Sociais e mesmo no campo da Filosofia pouco significativa até o final da década de 70.

Em segundo, a falta de referências à particularidade já evidenciada do movimento fenomenológico. Não há alusões de que o "processo de constituição do pensamento fenomenológico foi multívoco, rico, colidente, envolvendo avanços a partir de diferenciações internas e inflexões polêmicas" (NETTO, 1991:213) bem como das contestações e das críticas de que foi alvo. Decorrentemente, tal aporte surge nas elaborações acentuadas pela perspectiva a qual estamos nos referindo, salvo "alusões inteiramente adjetivas", como algo isento de problematização interna ou externa.

E, finalmente, o estabelecimento de um processo de simplificação de categorias pertinentes à fenomenologia, expressando "um ponderável empobrecimento teórico e crítico" das mesmas. Dito de outra forma, a resultante é que, "o que nas fontes originais é complexo, multívoco, às vezes ambíguo, evanescente, obscuro, matizado, aparece nos textos de Serviço Social com uma clareza suspeita" (IBID, 214).

A efetivação desses procedimentos, aliás comuns na história da profissão, desmonta a própria reivindicação dos adeptos desta perspectiva de forma que, concordando com Netto, "menos que uma íntima, orgânica e modular articulação com os parâmetros do referencial inaugurado por Husserl, o recurso à fenomenologia, por aqueles autores, denota antes uma aproximação impressionista e aleatória a alguns núcleos temáticos do pensamento fenomenológico, resgatados freqüentemente segundo uma ótica elementar e eclética." (IBID, 215)

Esse tipo de aproximação é visível no Documento de Sumaré, o que reforça não só a identificação dos resultados do Seminário à perspectiva em foco, mas também a idêntica manifestação dos procedimentos acima citados.

Se o III Seminário tem sua significação na história do Serviço Social, exponenciada por essa identificação, o mesmo não se pode dizer com relação à questão do Instrumental Técnico.

No Documento do Sumaré, os citados Capítulos mantêm-se rigorosa-

mente dentro dos limites dos temas, abordando exclusivamente as questões diretamente relacionadas a eles.

Além da coerência ao assunto, observa-se que, de modo geral, a direção comum é no sentido de trabalhar aspectos amplos e de expressar as idéias gerais de cada tema.

No tocante à intervenção do Serviço Social, ainda de forma generalizada, a preocupação parece residir igualmente em aspectos abrangentes, dando-se muito mais ênfase ao "para quê" da ação profissional.

Neste contexto, o aspecto operativo assume uma posição secundária, não sendo possível observar nenhuma referência direta à questão do Instrumental Técnico, a não ser no Capítulo II, quando o Grupo do Rio de Janeiro (elaborador do Documento de Base) admite não ter abordado o aspecto da operacionalização, mas coloca-se disposto a prosseguir com as tentativas de um Serviço Social informado pela perspectiva fenomenológica.

1.8. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1979

Em 15 de março de 1979 assume a Presidência da República o General João Figueiredo, que passa para a história como o quinto e último militar nomeado pelas forças que tomaram o poder em 1964.

Sua gestão (1979 - 1985) marca o fim da Ditadura Militar. Entretanto, segundo Netto (1991), já não se insere no ciclo autocrático burguês que
151
corresponderia ao período de julho/64 a março/79.

(151) O autor esclarece esta demarcação da seguinte forma: "[...] não consideramos que o fim do ciclo autocrático burguês significa a desarticulação do Estado por ele criado e, logo, nem a substituição do regime próprio à ditadura; em poucas palavras: o fim do ciclo autocrático burguês não corresponde, em nossa ótica à emergência de um regime político democrático". (NETTO, 1991:34)

Sob esse prisma, embora Figueiredo dê prosseguimento aos esforços de auto-reforma, a capacidade da "ditadura reproduzir-se como tal" já havia se esvanecido ao final do governo Geisel. Nas palavras do Autor, "é no governo Figueiredo que o projeto de auto-reforma do regime ditatorial [...], a sua mais ambiciosa proposta de institucionalização, fracassa. Nele, a resultante do confronto entre a estratégia aberturista do regime e as aspirações e tendências à democracia, que operavam no seio da sociedade brasileira, é a impossibilidade de o regime impor as suas regras. É apenas neste sentido que tomamos o início do governo Figueiredo como o marco derradeiro do ciclo autocrático burguês" (NETTO, 1991:35).

A culminância da crise da autocracia burguesa e seu desfecho é resultante, não só da grave crise estritamente econômica observada no período, mas também do processo de perda de sustentação e de legitimação do qual o regime ditatorial vinha sendo alvo desde meados da década.

Destaca-se, neste processo, além da ação de alguns Partidos Políticos e de organismos da sociedade civil, o papel desempenhado pela chamada ala progressista da Igreja Católica e pelos movimentos populares que se apresentam no cenário brasileiro com diferentes faces e sob diversas bandeiras de luta.

A ação desses protagonistas fortalece a luta democrática, operária, sindical, enfim, imprime aos anos finais da década de 70 e início de 80, o clima considerado como de efervescência e de mobilização social e política.

Se, no ano anterior, no Seminário de Sumaré, tal clima não se expressa abertamente no discurso da categoria profissional, dando a falsa impressão de um certo distanciamento, o mesmo não ocorre no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado no período de 23 a 28 de setembro de 1979 em São Paulo, com a presença de cerca de 3.000 profissionais.

Em tal Congresso, organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais em colaboração com o CRASS, e que teve como tema o "Serviço Social e

152

Política Social", a categoria se põe aberta e explicitamente em posição de questionamento e de negação, não só aos rumos econômicos, políticos e sociais assumidos na década anterior, mas também, e principalmente, à postura que parte da categoria profissional tomou face a eles.

Essa postura de questionamento já se explicita na abertura dos Trabalhos, principalmente na fala de Maria Cecília Ziliotto - Presidente do CRASS - 9ª Região.

Na Abertura Técnica, a referida Assistente Social inicia suas colocações com as seguintes palavras: "Aqui viemos para saber qual é a proposta, o que o Serviço Social se propõe a fazer, com quem o Serviço Social está comprometido e com quem ele deve se comprometer [...] que esse Congresso não se traduza em meras formulações teóricas para o Serviço Social, mas que represente um comprometimento do profissional com a realidade, que nesse Congresso os profissionais não venham para ouvir posicionamentos de colegas; que já tenham pensado e representado teoricamente o Serviço Social, mas que nós, em conjunto, assumamos perante a nossa profissão e para que essa profissão mereça a legitimação da sociedade civil brasileira, para que ela tenha reconhecimento, que nós assumamos o nosso compromisso histórico" (CFAS, 1980:09).
153

O compromisso histórico é entendido como compromisso político com a realidade, com as manifestações populares, em suma, com a população "expropriada", "excluída", "marginalizada" e suas lutas.

(152) A ser desenvolvido "através do exame de áreas da prática do Serviço Social [Assistência Social, Educação, Habitação, Menor, Previdência Social, Saúde e Trabalho] cuja análise permitirá a discussão da política governamental, dos direitos sociais que a informam, do atendimento prestado pelas Instituições, da realidade social - a partir da ótica do usuário e da atuação do Assistente Social frente a essa realidade." (CFAS, 1980:3)

(153) Especificamente sobre o tema do Congresso, Maria Cecília Ziliotto assim se expressa: "[...] nós não viemos aqui para aceitar a institucionalização da Política Social, nós viemos aqui para questionar as bases dessa política." (CFAS, 1980:9)

Sendo essa uma posição majoritária entre os participantes, justifica-se o descontentamento dos mesmos com a programação estabelecida para a tarde do primeiro dia do Congresso (24/09/79), a saber: sete painéis simultâneos sobre a Política Governamental nas áreas de Assistência Social, Educação, Habitação, Menor, Previdência Social, Saúde e Trabalho, cujos expositores convidados eram representantes oficiais da esfera governamental.

A programação para o dia seguinte previa a realização de sete Painéis, também simultâneos, sob o tema "Realidade e Direitos Sociais" nas mesmas áreas acima citadas (período matutino) e Visitas Técnicas a Instituições (período vespertino).

O descontentamento aumenta quando fica evidente que alguns expositores desses painéis não expressam o mesmo ponto de vista ou não compartilham do posicionamento da maioria dos participantes.

Ao final desses Painéis, a insatisfação explode e as Entidades representativas da Categoria, ¹⁵⁴ presentes ao conclave, lideram uma reunião ¹⁵⁵ e, em seguida, uma Assembléia Geral ¹⁵⁶ para discutir, propor e deliberar sobre alterações na dinâmica programada para o evento.

Com a presença das Comissões Técnica e Executiva, são retomados

(154) Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, do Ceará e de Porto Alegre; Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo, da Bahia, do Distrito Federal, do Pará, de Santa Catarina, de Goiás, de Pernambuco, do Paraná, do Espírito Santo e Núcleo de Santos - SP; Associação de Assistentes Sociais de Jundiaí, de Campinas, de Ribeirão Preto e região, do Vale do Paraíba e Litoral Norte e do Território do Amapá; Grupo Pré-Associação do Maranhão, da Paraíba e de Araraquara; Associação Brasileira de Assistentes Sociais - Seção Sergipe; e Comissão de Reivindicação Salarial de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro.

(155) Realizada no dia 25/09/79 das 12:00 às 13:30 horas, com a presença de 600 congressistas.

(156) Realizada das 14:00 às 18:00 horas do dia 25/09/79, contando com cerca de 1800 congressistas.

na Assembléia os pontos antes levantados anteriormente que, sinteticamente mas de forma fiel aos Anais, são: 1. Cerceamento da participação dos Congressistas nos debates; 2. Defesa da política de ação do governo através da presença na mesa de elementos altamente comprometidos com o sistema; 3. Afirmação do autoritarismo das Comissões Técnica e Executiva do Congresso, através da elaboração de um regimento interno restritivo e imposto aos Congressistas; 4. Nomeação de Comissão de Honra composta por detentores do poder, representados pelo Presidente da República, dois Ministros e o Governador do Estado de São Paulo, traduzindo um posicionamento adesista ao sistema; 5. Restrição à participação estudantil; 6. Estabelecimento de taxa do Congresso incompatível com a realidade salarial da categoria; 7. Falta de participação da categoria na escolha e conteúdo do tema do Congresso.

A discussão desses pontos, transformados em proposições referendadas na Assembléia de Encerramento, tiveram como conseqüências, dentre outras, o que se segue: 1. Consideração da mesa constituída de Sindicatos e Associações presentes como legítimos representantes da categoria e delegação aos mesmos da responsabilidade pela organização do próximo CEAS; 2. Cancelamento do almoço de confraternização e doação do valor da despesa ao Fundo de Greve dos Trabalhadores do Brasil; 3. Destituição da Comissão de Honra, que passa então a homenagear simbolicamente todos os trabalhadores brasileiros e defensores das liberdades democráticas; 4. Inclusão de representantes da comunidade e lideranças sindicais como participantes de todas as mesas do Congresso; e 5. Alterações na dinâmica do Congresso, permitindo maior espaço de tempo para os debates e liberdade para que os questionamentos fossem postos verbalmente.

157

Respeitando-se a vontade da maioria dos congressistas, o restante do Congresso transcorre da seguinte forma: 1. As Visitas Técnicas do dia

(157) Que não se afirma sem oposição. Para sua visualização é ilustrativa a reprodução literal das Assembléias dos dias 25 e 28/09, inclusas nos Anais.

25/09 são parcialmente canceladas e, em seu lugar, realiza-se a Assembleia Geral acima citada; 2. A programação do dia 26/09 ¹⁵⁸ é mantida com maior participação dos congressistas nos debates; 3. Os Painéis setoriais sobre "O Profissional na Política Social" previstos para a manhã do dia 27/09 foram substituídos por um único Painel, onde estiveram presentes todos os expositores convidados para os setoriais; 4. Os temas livres foram apresentados individual e separadamente no dia previsto (27/09). Entretanto, teve seu espaço de tempo reduzido para permitir a realização de uma Plenária, onde apresentou-se uma síntese dos trabalhos, seguida de debates. No dia 28/09/79 deu-se o Encerramento do Congresso, com Sessão Plenária de Encaminhamento de Moções e Sessão de Encerramento.

Embora com dinâmica alterada, percebe-se a manutenção dos temas e, dentro deles, não se verifica uma atenção especial ao Instrumental Técnico. Mais propriamente, não há referências à questão, na medida em que os expositores e congressistas enfatizam em sua participação uma discussão mais político-ideológica da profissão e da postura profissional onde não cabem, naquele momento, aspectos de âmbito mais operacional.

Entendemos que a possibilidade maior de abordagem a esses aspectos seria naquele momento destinado, na programação inicial, aos painéis setoriais sobre "O Profissional na Política Social". Entretanto, com sua realização conjunta, limitou-se o tempo concedido a cada expositor (10 minutos), o que certamente obstarizou qualquer intenção prévia de assim fazê-lo.

O mesmo ocorreu com relação aos temas livres apresentados ¹⁵⁹ onde,

(158) Período matutino: Conferência de Luíza Erondina de Souza e Seno Cornely sobre "Posicionamento do Assistente Social Frente à Política Social". Período vespertino: Painel com diversos expositores sobre: "Formas de Representação da Categoria Profissional".

(159) No total de 15 trabalhos distribuídos nas áreas de Educação, Habitação, Menor, Saúde, Trabalho e Política Social Regional - Amazônia.

não obstante a preocupação de alguns expositores em relatar a dinâmica de suas experiências, a questão do Instrumental Técnico não foi tocada.

As únicas exceções a essa regra foram: a Conferência proferida por José Pinheiro Cortez no primeiro dia do Congresso sob o título "Serviço Social e Política Social" e, dentro dos temas livres, o trabalho "Uma Experiência da Atuação em Planejamento no INPS em Minas Gerais", cujo tema era a "Atuação do Serviço Social em Mudança Organizacional".

Este último referiu-se à experiência vivida por Rute Darcy de Oliveira, expositora do Trabalho, em programa de modernização administrativa denominado Programa de Simplificação de Trabalhos (PST).

Durante a exposição, Oliveira apresenta o audio-visual de um Ante-Projeto ("Sugestão de um Novo Esquema de Apresentação do Programa de Simplificação de Trabalhos"), onde se dá grande destaque às "Técnicas de Grupo", seja para a avaliação dos resultados, ou mesmo para a apresentação do Programa aos envolvidos.

Na primeira Conferência do Congresso, ao defender a necessidade do Assistente Social compatibilizar em sua ação os "aspectos técnicos" e os "aspectos filosóficos" pertinentes à proposta de "Libertação do Homem", o Professor Cortez aborda sucintamente, mas com muita propriedade, a questão da operacionalização e, decorrentemente, do Instrumental Técnico.

Argumentando que aquele momento vivenciado pelo Serviço Social era o de se transformar em uma "técnica a serviço do Homem", em contraposição ao "tecnicismo vazio de conteúdo humano", as próprias palavras do Professor Cortez sobre o Instrumental Técnico são mais ilustrativas que qualquer comentário. Diz ele: "Não se trata de renunciar a um cabedal operacional, mas trata-se de submeter esse cabedal às exigências de situações presentes, e trazer para a população todos os recursos técnicos, toda a capacidade operacional de atuar, que caracteriza a profissão em nível técnico. Para nós, Assistentes Sociais, a

forma autêntica de amar o Homem é nós nos colocarmos a serviço dele com todo o instrumental, que possamos possuir [...] não podemos, evidentemente, pela nossa opção profissional de técnicos de um agir, permanecer no plano das puras abstrações." (CFAS, 1980:13)

Seu alerta quanto a uma possível renúncia ao "cabedal operacional" é totalmente pertinente, se levarmos em consideração o quadro que se vislumbrava no Serviço Social desde meados da década. Era visível, e ganhava hegemonia no âmbito do Serviço Social, uma postura profissional que, auto-proclamando-se filiada à tradição marxista, trazia, em seu discurso e ação decorrente, deturpações, equívocos e deformações na apropriação dessa tradição.

Essa postura se qualifica como condizente com um dos momentos da terceira perspectiva apontada por Netto (1991) no processo de renovação do Serviço Social: a perspectiva de intenção de ruptura.

160
Embora conserve os mesmos traços constitutivos, é possível perceber, segundo o autor, três momentos distintos no processo de constituição dessa perspectiva, a saber: o de sua emergência (primeira metade dos anos 70), o de sua consolidação acadêmica (final da década de 70 e primeiro terço da década de 80) e o de seu espaçamento sobre a categoria profissional (a partir do segundo terço da década de 80).

161
Esses momentos se apresentam diferenciáveis principalmente

(160) Já aludidos anteriormente, mas de interessante re colocação: caráter de oposição à autocracia burguesa tanto no plano político e teórico-cultural como no plano profissional, já que "os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do Assistente Social requisitado pela "modernização conservadora" [...]" (Netto, 1991:248) engendrada pela autocracia burguesa; a nítida contraposição à perspectiva modernizadora; a incompatibilização com a perspectiva de reatualização do conservadorismo; seu caráter político; e sua relação estreita com o circuito universitário.

(161) O autor chama a atenção para o fato de que existe nestes três momentos uma relação de mudança que os diferencia mas, ao mesmo tempo, são claras as linhas de continuidade.

quando se leva em consideração dois vetores: a configuração social existente (as base sociopolíticas) e a interlocução com a tradição marxista.

Não nos ateremos ao primeiro vetor, na medida em que é evidente e indiscutível que o ápice e posterior crise da autocracia burguesa jogam com condições objetivas que limitam/obstacularizam e beneficiam/estimulam o desenvolvimento desta perspectiva.

Interessa-nos, de forma especial, a particularidade de cada momento em relação à referência à tradição marxista.

Segundo Netto (1991), no primeiro momento a aproximação dos protagonistas se dá pela via política - frequentemente político-partidária de esquerda que, ao ser reposta no âmbito profissional, vem filtrada pela recorrência às idéias de Mao Tsé Tung e de Althusser, principalmente.

A recorrência a esses autores não elimina as deformações e vícios perceptíveis neste primeiro momento. Sobre isso, Netto (1991) coloca que "não é de estranhar que a perspectiva de intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista - donde a reiteração de discussões sobre 'idealismo' e 'materialismo', 'ciência' e 'ideologia', 'teoria' e 'prática', 'prática teórica', etc." (NETTO, 1991:268)

No segundo momento, o influxo é do "marxismo acadêmico" que, gestado sob as condições adversas da Ditadura, "de uma parte reforçou um velho traço nessa cultura [de esquerda]: a substituição do exame das matrizes originais da Teoria Social revolucionária pela exegese de seus comentaristas e/ou vulgarizadores. De outra, introduziu tanto o oportunismo teórico quanto entronizou a crítica abstrata: as 'fontes' ou 'inspirações' não variam segundo exigências imanentes da reflexão, mas ao sabor de conjunturas e a avaliação do passado é posta sem a menor consideração concreta dos efetivos condicionalismos

histórico-sociais e políticos que sobre eles incidiram, operando juízos de valor francamente moralistas (quando não filisteus)." (NETTO, 1991:111)

Por conta disso, no âmbito do Serviço Social, o segundo momento, antes citado, traz a conservação parcial dos vícios e deformações do momento anterior e introduz outros, fazendo com que sejam fatos:

- a) a existência de segmentos profissionais (com indiscutível poder de influência sobre a categoria como um todo) que, proclamando-se "marxistas", não possuíam firmeza teórica e, não raro, como coloca o próprio Netto, jamais haviam estudado Marx;
- b) a adesão a "modismos" nos debates da categoria. Sobre isso, Netto cita a referência althusseriana nos "anos do vazio cultural", em seguida a "utilização abusiva e ligeira de Gramsci" - segunda metade dos anos 70 e, já nos anos 80, a questão da modernidade;
- c) a existência de posturas de rechaço às produções anteriores do Serviço Social, acarretando relações com seus protagonistas e idéias que beiram o radicalismo e dogmatismo. Vale dizer: na ânsia de superação ao Serviço Social tradicional (totalmente válida), não escapa das críticas desse gênero o Serviço Social Clássico¹⁶² e, na grande maioria dos casos, não se leva em consideração elementos do passado profissional, inclusive prático-interventivos que, retrabalhados, poderiam ser recuperados pela perspectiva de intenção de ruptura.

Essa é a tendência que parece preocupar o Professor Cortez e que realmente se torna manifesta no III CBAS no dia seguinte ao de sua Conferência.

A partir de então é nítida a adesão dos participantes do Congres-

(162) Adotando a distinção feita por Netto (1981), estamos entendendo por Serviço Social Clássico aquele que "denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social (Mary Richmond é o exemplo mais típico). [e por] Serviço Social Tradicional deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina". (Netto, 1981:60)

so a ela. É igualmente clara, e a transcrição literal dos debates não deixa dúvidas, a contraposição (com maior ou menor grau de radicalidade) àqueles profissionais cuja imagem concatenava-se com o passado recente da profissão.

No bojo disso, a questão do Instrumental Técnico, além de ficar restrita às duas alusões antes pontuadas, não parece ser de interesse prioritário dos presentes, sejam nas exposições ou nos debates.

Em suma, pode-se afirmar que o III CBAS representa, na história do Serviço Social, um momento importante e decisivo: uma "virada" necessária nos rumos da evolução da profissão e dos encontros da categoria, abrindo um ciclo onde os avanços e as consequências profissionais positivas são inquestionáveis.

Entretanto, no que toca a nossa questão específica - o Instrumental Técnico, com exceção da colocação do Professor Cortez, o conclave é significativo muito mais pela ausência do que pela presença do tema.

1.9. IV Seminário de Teorização do Serviço Social - 1984

De 05 a 09 de novembro de 1984 no Alto da Boa Vista (Tijuca - Rio de Janeiro) realizou-se, por iniciativa do CBCISS, o IV Seminário de Teorização do Serviço Social. Deste evento resulta uma publicação,¹⁶³ pela Agir Editora, sob o título "Teorização do Serviço Social - Documento do Alto da Boa Vista" efetivada somente quatro anos depois, em 1988.

Precedido da organização de Grupos de Estudo em Escolas de

(163) Essa publicação se consubstanciou no material por nós analisado sobre o Evento e comporta sete Conferências, cinco Trabalhos individuais e três Trabalhos em grupo.

Serviço Social e em algumas organizações de Bem-Estar, o IV Seminário de Teorização pretendeu "dar continuidade à busca da identidade histórica, sócio-cultural e política do Serviço Social" (CBCISS, 1988:05) e aos Seminários anteriores. De fato, ele dá sequência aos estudos empreendidos em Araxá, Teresópolis e Sumaré e se constitui no penúltimo ¹⁶⁴ evento do gênero promovido pelo CBCISS.

Se os Seminários realizados em Araxá e Teresópolis resultam em formulações exemplares da perspectiva modernizadora, os Seminários do Alto da Boa Vista e de Sumaré expressam sua perda de ressonância, além de serem significativos no que tange à explicitação da perspectiva de reatualização do conservadorismo.

No de Alto da Boa Vista, aqueles procedimentos e tipo de aproximação à fenomenologia, antes pontuados, também estão presentes. Entretanto, já não se percebe a adoção de uma temática única ou de uma dinâmica que concorra para a manifestação majoritária de uma só perspectiva: o espaço de debate é aberto para as duas outras direções do processo de renovação do Serviço Social.

Naturalmente, tal abertura tem relação com a existência de outros caminhos que no processo de renovação do Serviço Social já são evidentes e inegáveis. Mais do que isso, a perspectiva de intenção de ruptura já polariza o debate profissional tanto ao nível de elaborações/publicações, como ao nível de ¹⁶⁵ conclaves da categoria profissional.

Isso faz com que, comparativamente ao de Sumaré, o IV Seminário

(164) Após a coleta de dados de nossa pesquisa tomamos conhecimento, através de Netto (1991), de que o CBCISS promoveu, na última semana de janeiro de 1989, o V Seminário de Teorização do Serviço Social sob o tema "A Questão da Construção do Conhecimento em Serviço Social". Acreditamos que tal desconhecimento pode ser atribuído à pouca divulgação e repercussão do Evento na categoria profissional, e o fato de seus resultados não terem sido publicados até a presente data, inviabiliza sua abordagem no âmbito deste trabalho.

(165) O III e o IV CBAS são exemplos irrefutáveis disso.

se esmere por contemplar outras questões e abordagens que fogem ao caldo conservador da perspectiva modernizadora e daquela intitulada reatualização do conservadorismo (embora as contemple).

Essa característica do Documento de Boa Vista seria de difícil explicação se não atentássemos para as peculiaridades da conjuntura brasileira naquele momento histórico, bem como para o que se processava no âmbito restrito do Serviço Social.

Antecipando a abordagem de tais aspectos, faz-se necessário apontarmos a dinâmica e o conteúdo do referido evento e, de forma particular, seu tratamento ao Instrumental Técnico.

Os vários temas do Seminário foram tratados mediante quatro tipos de abordagem: Apresentação de Conferências, Apresentação de Trabalhos Individuais, Apresentação de Trabalhos Elaborados em Grupos e Debates em Plenária.

Na condição de convidados, as Conferências¹⁶⁶ foram proferidas por cinco Doutores em Filosofia (Francisco M. de Souza, Leandro Konder, Telma A. Donzelli, Antônio Paim e Ricardo V. Rodriguez), um PhD em Psicologia Social (Cílio R. Ziviani) e pelo Presidente do Clube Positivista (Henrique B. da Silva Oliveira). Como seria de se esperar, em função da amplitude dos temas, as Conferências não abordam a questão do Instrumental Técnico.

A exemplo delas, os Trabalhos Individuais não se dedicaram a um único tema e foram orientados por diferentes posturas teórico-filosóficas. Além

(166) Em número de sete, sendo elas: 1. A Problemática Autoritária e Sociedade na Atualidade Brasileira; 2. O Marxismo Como Filosofia - Um Pouco da Sua História no Brasil; 3. O Positivismo no Serviço Social; 4. Método Fenomenológico e Ciências Humanas; 5. Por Que a Questão Social no Brasil está Associada ao Estado?; 6. Estado Autoritário e Ciências Sociais no Brasil; e 7. Tecnologia Social.

disso, obedeceram a propostas diferenciadas já que, dentre elas, observam-se: a) duas explanações temáticas ("Pensamento Científico e Serviço Social" e "O Serviço Social e a Cientificidade"); b) uma revisão e análise dos conteúdos expressos nos Encontros Regionais que sucederam os Seminário de Araxá e Teresópolis ("Teorização e Metodologia do Serviço Social - Os Encontros Regionais de Araxá, 1967 e Teresópolis, 1970"); c) um Roteiro de questões para debate (Esboço de Questionamentos Para Algumas Discussões do Serviço Social Segundo o Método Fenomenológico"); e d) um Relato de Experiência, onde a autora procura demonstrar a coerência de sua intervenção com a proposta presente em Araxá e, ao mesmo tempo, com a proposta de K. D. Benne ("Princípios e Elementos Operacionais da Metodologia de Ação do Serviço Social - Sua Aplicação Teórico-Prática ao Trabalho na Agência").

Embora tão diferenciados, os trabalhos individuais não fazem referência explícita à questão do Instrumental Técnico, com exceção daquelas constantes no texto "Teorização e Metodologia do Serviço Social - Os Encontros Regionais de Araxá, 1967 e Teresópolis, 1970", de Balbina Ottoni Vieira.

No tocante a esse texto e suas referências, acreditamos não ser pertinente sua discussão neste momento, na medida em que as menções ao Instrumental Técnico relacionam-se àquelas constantes nos Documentos citados, os quais também foram alvo de nossa pesquisa. Isto significa dizer que, conseqüentemente, de maneira geral, as conformações expostas no texto também foram consideradas nesse nosso estudo.

Quanto aos três Trabalhos de Grupo, apenas um deles faz alusão, embora indireta, à questão do Instrumental Técnico.

No texto "Serviço Social Como Sistema Cibernético", a menção é feita no sentido da necessidade, segundo os elaboradores, do Serviço Social adaptar-se ao avanço tecnológico aproveitando os recursos ou instrumentos que o mesmo coloca à disposição, os quais propiciariam uma elevação quantitativa e

qualitativa do desempenho profissional. Apontando para uma certa resistência dos Assistentes Sociais, os autores defendem a utilização desses recursos ou instrumentos por julgarem que seu emprego não se confronta com os princípios humanistas do Serviço Social, já que "os recursos científicos e tecnológicos por si próprios não determinam a desumanização, pois a questão está diretamente ligada com a intencionalidade no uso de tais recursos." (CBCISS, 1988:141)

167

O assunto dos dois outros textos é a relação do Serviço Social com a tradição marxista, trazendo reflexões acerca das consequências da sua "deturpada" apropriação pelos profissionais.

A eleição deste assunto para o debate é, no mínimo, um reflexo dos questionamentos que se punham na ordem do dia para categoria profissional.

168

Com efeito, embora, de um modo geral, o Documento esteja aquém do debate profissional dos anos iniciais da década de 80, esses dois textos são, ao nosso ver, bastante contemporâneos.

São contemporâneos principalmente pela crítica e pela revisão que começam a se processar com relação à Reconceitualização ou, mais propriamente, a sua vertente crítica que aqui estamos denominando, como Netto (1991) genericamente de Perspectiva de Intenção de Ruptura.

O momento histórico vivido pela sociedade brasileira e pelo

(167) "Consciência Crítica no Serviço Social: Alguns Elementos Para Revisão" e "Proposta de Produção de Conhecimento no IV Seminário de Teorização do Serviço Social".

(168) Netto (1991) aponta que uma das razões da pouca repercussão do Seminário e do Documento do Alto da Boa Vista pode estar associada ao desnível do mesmo em comparação àquele alcançado na "bibliografia de uso generalizado nos cursos de pós-graduação e, sobretudo, aquém da própria problematização operada no bojo do Serviço Social e das suas instâncias profissionais" (NETTO, 1991:200) incluindo-se aí o III e o IV CBAS e o acervo nacional que a categoria já havia produzido "sobre temas idênticos ou similares".

Serviço Social de modo restrito contribuem para isso.

A época do Alto da Boa Vista vive-se no Brasil o último ano do governo Figueiredo que, dando continuidade ao processo iniciado por Geisel, de transição "lenta, gradual e segura" da Ditadura Militar para um governo civil, caracterizar-se-ia por uma proposta de "abertura democrática".¹⁶⁹

Independentemente de significar um rearranjo necessário à preservação da ordem burguesa e dos setores que dela se beneficiam, a abertura democrática no governo Figueiredo é um fato.

Contabilizam-se parcialmente¹⁷⁰ a ela as condições para que o ano de 1984 presencie um dos momentos mais gloriosos da década de 80: o movimento das Diretas-Já.

Se por um lado, a Perspectiva de Intenção de Ruptura "capitaliza a precipitação da crise da Ditadura e a sua ultrapassagem, com toda a movimentação social que a acompanha e todos os seus rebatimentos na universidade e na categoria profissional" (NETTO, 1991:265), dinamizando seu processo de amadurecimento e penetração na categoria profissional, por outro, o debate da categoria amplia-se e aprofunda-se, tornando possível uma avaliação crítica do Movimento de Reconceituação e a percepção (não só pelas vanguardas), dos equívocos cometidos e dos limites não ultrapassados.

Com esse espírito é que os dois textos, antes citados, tratam a relação do Serviço Social com o Marxismo.

(169) Evidentemente que não restava ao governo e às elites outra alternativa já que, como vimos, a sociedade civil (organizada ou não) já vinha impulsionando e pressionando o processo para essa direção.

(170) Dizemos parcialmente na medida em que não se pode subestimar as forças populares gestadas e potencializadas principalmente pós-78. Ao contrário, é a ela e às organizações delas nascidas que se deve creditar o protagonismo desse processo.

Entretanto, embora versem sobre uma questão que traz sérias implicações ao Instrumental Técnico, não abordam o assunto e nem fazem referências específicas ao mesmo.

Deixam, portanto, de apontar para aquele elemento sobre o qual Netto chama a atenção explicitamente: o progresso limitado da Perspectiva de Intenção de Ruptura no tocante à dimensão prática-operacional.

Esse elemento expressa, inclusive, uma das dificuldades observadas na relação entre a vanguarda concernente à Perspectiva de Intenção de Ruptura e o "grosso da categoria profissional" quando do início de seu desenvolvimento fora do âmbito universitário. Nas palavras do autor: "A outra dificuldade relaciona-se à pobreza de indicadores prático-profissionais de operacionalização imediata que esta perspectiva tem oferecido aos profissionais - mais precisamente, à inadequação entre muitos de seus indicadores e as condições objetivas do exercício profissional pela massa da categoria." (NETTO, 1991: 254)

Flagrante no início dos anos 80, essa pobreza ou essa falta de progressos substanciais ainda persiste, levando o referido autor a alertar que, de sua superação, depende a continuidade do adensamento de tal perspectiva.

1.10. V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1985

O V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (V CBAS) realizou-se de 09 a 13 de dezembro de 1985 no Palácio de Convenções do Anhembi - São Paulo, tendo sido o primeiro a ser organizado em conjunto por todas as Entidades de Representação da Categoria profissional ao nível nacional.

(171) Juntamente com a superação de uma outra dificuldade, ou seja, o "descompasso entre o universo simbólico a que a reprodução teórico-metodológica e profissional das vanguardas remete e aquele que parece pertinente à massa da categoria [...]" (NETTO, 1991:254)

Sob a Coordenação da ANAS (Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais), participaram da promoção do evento a Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). Respalhando a iniciativa, contou-se ainda com a presença da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e do Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS).

Seja pelo envolvimento de todas essas Entidades, seja ainda pela presença maciça da categoria (cerca de 3.500 participantes), o V Congresso significou um espaço importante de debate coletivo das questões pertinentes ao Serviço Social e à realidade brasileira naquele momento histórico.

Na verdade, essa foi a grande motivação do V CBAS que expressou a "busca de respostas aos desafios que esse momento decisivo da história brasileira apresenta ao conjunto da sociedade e, em particular, à categoria profissional" (ANAS, 1987:13).

Precedendo o Congresso, constituiu-se uma Comissão Organizadora

(172) A época da realização do evento, apenas a título de ilustração, destacam-se: - No plano sócio-econômico, não obstante a tentativa pouco ortodoxa do Plano Cruzado I assiste-se o agravamento da crise econômica e da recessão; o aumento da dívida externa, do déficit público, da inflação e do desemprego; o achatamento salarial; e o agravamento da questão social com pouca ou nenhuma atenção à Política Social. - no plano político, o movimento das Diretas - Já não é suficiente para a aprovação da emenda Dante de Oliveira, mas torna irreversível a retomada do poder pelos civis. Em março/85, após a morte de Tancredo Neves, assume a Presidência da República o Sr. José Sarney. Isto se torna possível pelo estabelecimento de um pacto político - "Aliança Democrática", "costurado" por parlamentares do PMDB e dissidentes do PDS com o apoio das elites. Independentemente da imagem produzida na maioria da população brasileira, os analistas desse período histórico apontam para o caráter de "golpe branco" da Aliança Democrática, da conseqüente eleição indireta de Tancredo / Sarney e da instalação da "Nova República". Sobre isso, é reveladora a seguinte colocação: "Desta maneira, surge a 'Nova República', através de um pacto golpista, ilegítimo e conservador, com compromisso de conduzir o cronograma político militar da 'transição lenta, gradual e segura', sem traumas, nem rachaduras e empenhando-se a fundo em 'conciliar os anseios democráticos' do povo brasileiro e a vocação liberal-conservadora de conduzir e resolver todos os problemas e 'inquietações sociais' pelo tope e dentro de uma 'perspectiva pacífica' " (GUIMARAES, 1992:42).

173
nacional e Comissões Organizadoras Estaduais. Essas últimas, mediante realização de Seminários e Encontros de Discussão, ofereceram subsídios à Comissão Nacional que, respeitando essas consultas efetuadas, elegeu o Temário, os Objetivos e a Dinâmica de Funcionamento do Congresso.

Como Temário foram definidos um Tema Central e três Sub-Temas. O Tema Central, "O Serviço Social nas Relações Sociais: Movimentos Populares e Alternativas de Políticas Sociais", abrangia, assim, os seguintes sub-temas:

"O Estado No Capitalismo Monopolista e o Momento Brasileiro.

. O Serviço Social nas Relações Sociais: A Questão da Assistência.

. Movimentos Populares, Alternativas de Políticas Sociais e articulação com a organização da categoria, privilegiando-se as alternativas de política social e propostas do Serviço Social para a Saúde, Habitação, Assistência ao Menor, Questão Agrária, Previdência Social, Estratégias de Sobrevivência, Penitenciária, Empresa e Educação." (ANAS, 1987:15)

Em consonância a esse Temário, estabeleceu-se como objetivos:

1. "Instrumentalizar os Assistentes Sociais para a análise das Políticas Sociais, usando a construção de propostas alternativas comprometidas com os movimentos populares em articulação com a organização da categoria [e 2.] Elaborar e aprovar um documento político que crie referências concretas para a prática do Assistente Social frente às alternativas de Políticas Sociais propostas pelos movimentos populares." (IBID, 15)

Para a consecução dos objetivos, a dinâmica do Congresso consubstanciou-se em Conferências; Apresentação, Discussão e Aprovação das Teses; Mesas Redondas; Plenárias; Grupos de Trabalho e Plenária Final Para Discussão e Aprovação das Conclusões, Propostas e Moções.

(173) Composta por três representantes de cada Entidade de representação (ANAS, CFAS, ABESS e ENESS) e coordenada pela ANAS.

O produto obtido por intermédio dessa dinâmica deu origem, posteriormente a um Documento-Síntese publicado pela Cortez e ANAS em 1987.¹⁷⁴

Dessa publicação fazem parte uma Conferência para cada um dos sub-tema¹⁷⁵ e nove Relatórios originados dos trabalhos de grupo, referentes às propostas do Serviço Social e Alternativas de Políticas Sociais para Saúde, Habitação, Assistência ao Menor, Questão Agrária, Previdência Social, Estratégias de Sobrevivência, Penitenciária, Empresa e Educação.

Na referida publicação não estão contidas as teses, encaminhadas e aprovadas em Plenária, que foram dadas antecipadamente ao conhecimento dos participantes.¹⁷⁶

No próprio temário e nos objetivos, ficam evidentes a direção e a dimensão política impressas ao V CBAS. Referenciado pela conjuntura daquele momento histórico, o documento destaca que o Congresso "só foi possível em função do contexto conjuntural, que revela o avanço verificado nos últimos anos quanto à organização e mobilização dos trabalhadores através do movimento sindical, dos movimentos populares e de massa e dos partidos políticos frente às estratégias do bloco do poder e ao aprofundamento da questão social" (ANAS, 1987:14), avanço esse também verificado na categoria através de sua organização sindical e do repensar de sua prática e formação profissional.

(174) "O Serviço Social nas Relações Sociais: Movimentos Populares e Alternativas de Política Social" - São Paulo, Cortez:ANAS, 1987 - Anais do V Congresso Brasileiro Brasileiro de Assistentes Sociais.

(175) São elas e seus respectivos conferencistas: 1. O Estado no Capitalismo Monopoliata - Eder Sader e Francisco de Oliveira; 2. O Serviço Social Nas Relações Sociais: A Questão da Assistência - Alba M. Pinho de Carvalho e Marilda V. Yamamoto; e 3. Movimentos Populares, Alternativas de Políticas Sociais e a Organização da Categoria - José Alvaro Moisés e Rosemary Souza Serra.

(176) Respeitando as "áreas" sugeridas no Temário, foram encaminhadas 63 teses que, em coerência com o espírito deste trabalho, não serão analisadas. Constan do "Jornal do V CBAS", ANAS, São Paulo, 1985, distribuído aos participantes durante o Congresso. Esse informativo, juntamente com a publicação antes referida, constitui-se na fonte por nós utilizada em relação ao V CBAS.

Essa nova configuração histórica é que impele a categoria a se posicionar como partícipe e contribuidora no avanço das forças sociais populares e de colocar o V CBAS como " instrumento de discussão e referência para aqueles que optam em fazer do seu exercício profissional uma aliança com os setores explorados e oprimidos da sociedade brasileira." (ANAS, 1987:09)

O respaldo teórico-filosófico é a teoria marxista e a tarefa que se impõe é situar-se ao lado dos segmentos subalternos, captando suas demandas e canalizando-as, numa perspectiva classista, para a transformação social.

Essa direção é evidenciada em todo o Documento-Síntese, tanto nas Conferências como nos Relatórios de Grupo. A grande preocupação é reforçar esse compromisso da categoria com as forças populares, com sua organização coletiva e com a organização da própria categoria profissional.

Neste sentido, as propostas para o Serviço Social são amplas, privilegiando o enfrentamento coletivo do bloco dominante.

Ao profissional cabe, portanto, oportunizar, incentivar e/ou reforçar alternativas emanadas - utilizando a terminologia corrente no Congresso - dos "setores explorados e oprimidos", criando ou elegendo, para tal, estratégias referentes prioritariamente à assessoria e estabelecimento de alianças com e entre os setores populares.

Com esse tipo de preocupação e direção, realmente seria difícil uma atenção particular e significativa ao Instrumental Técnico. A ênfase é na intencionalidade política, ficando sem explicitação os elementos relativos a sua operacionalização na prática concreta e cotidiana do profissional.

Mesmo nos Relatórios dos Grupos, onde haveria maior probabilidade de abordagem à questão, a tendência acima descrita é majoritária.

Ao "como fazer" são dispensadas apenas algumas orientações de caráter genérico, como "colocar o saber profissional a serviço da clientela" e

"possibilitar discussões e reflexões contínuas", por exemplo.

A inexistência ou ausência de apontamentos referentes a esse "como fazer" é percebida como problemática em um dos Relatórios de Grupos¹⁷⁷ que inclui nos "Pontos Discutidos", e depois nas "Propostas Aprovadas", respectivamente, "carência de sistematização metodológica capaz de materializar o Serviço Social Transformador" (ANAS, 1987:115) e "Que a preocupação profissional deste V para o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais dê ênfase na busca da materialização deste Serviço Social Transformador" (IBID, 117).

Essa proposta vem ao encontro da necessidade expressa em um outro Relatório¹⁷⁸ que, partindo da premência de "romper e ultrapassar o Tecnicismo profissional" (IBID, 109), estabelece que o "Assistente Social comprometido com os reais interesses dos segmentos populares deve direcionar sua prática no sentido de "Adotar metodologia respaldada por concepção teórica que indique o instrumental capaz de contribuir para a organização popular" (IBID, 112).

Excluindo as menções acima citadas, não se observa em nenhum outro momento do Documento-Síntese alusões, mesmo que residuais, ao Instrumental Técnico, devendo-se talvez ao fato de que, aparentemente, a postura geral é de delegar ao próprio profissional, no contexto da ação propriamente dita, a tarefa de estabelecer o instrumental exigido para a operacionalização da intencionalidade política antes mencionada.

Em função disso, orientações a respeito, mesmo que na perspectiva de contribuição, à primeira vista não são entendidas como necessárias.

(177) Relatório Sobre Penitenciária (p.113 - 118).

(178) Relatório Sobre Estratégias de Sobrevivência (p.107-113).

1.11. VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1989

A exemplo do V CBAS, o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - VI CBAS ¹⁷⁹ foi promovido de forma conjunta por todas as Entidades Nacionais dos profissionais e de estudantes de Serviço Social.

Coordenada pela ANAS, participaram da organização do evento o CFAS, a ABESS e a SESSUNE (Sub-Secretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes).

Contando com cerca de 3.500 participantes, o Congresso foi realizado em Natal - Rio Grande do Norte, no período de 10 a 14 de Abril de 1989, tendo como Tema Central o "Serviço Social: as Respostas da Categoria aos ¹⁸⁰ desafios conjunturais".

O tratamento do tema deu-se mediante a realização de Conferências, Painéis, Apresentação de Teses, Debates em Grupos e Plenárias, com vistas aos seguintes objetivos: 1. "Aprofundar o debate quanto aos desafios colocados pela realidade estrutural e conjuntural brasileira e latino-Americana [e 2.] Analisar a inserção do Serviço Social, hoje, na sociedade brasileira considerando as demandas e respostas dadas pela profissão nas diferentes instâncias de sua prática, na perspectiva da construção coletiva do projeto profissional comprometido com os trabalhadores." (ANAS, 1989:2)

Diretamente articulados com esses objetivos e inseridos no tema central, definiram-se cinco sub-temas.

(179) Que, por decisão dos participantes durante o conclave, passa a ser denominado " Congresso Chico Mendes " em homenagem ao líder dos Seringueiros assassinado no Amazonas naquele ano.

(180) Publicado em 1991 pela Cortez sob o título " Serviço Social: as respostas da Categoria aos Desafios Conjunturais - Congresso Chico Mendes".

O Sub-Tema I, "Análise da Conjuntura Econômica, Política e Social na Sociedade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional", foi tratado através de quatro Conferências,¹⁸¹ seguidas de debate com todos os expositores.

Nessas Conferências, de um modo geral, denunciou-se a política econômica brasileira das últimas décadas e, de modo particular, com relação ao governo Sarney, sua ilegitimidade, a crise econômica-recessiva e os Planos Econômicos, a dependência internacional e a obediência aos ditames do FMI, as volumosas dívidas Externa e Interna, o decorrente achatamento salarial, e a inexistência ou a inoperância das Políticas Sociais governamentais.

Por outro lado, evidencia-se a luta dos trabalhadores, principalmente através dos sindicatos e órgãos de representação de classe, contra a pauperização e a própria condução econômica e política do governo Sarney. Além disso, destaca-se a importância histórica daquele momento, já que o ano de 1989 vivenciaria, pela primeira vez após vinte e oito anos, uma eleição direta para Presidente da República.

Essa conjuntura de crise e a importância histórica do momento então vivenciado transformam o VI CBAS em um espaço privilegiado para discussão e tomada de posição dos Assistentes Sociais, não só como profissionais, mas também como trabalhadores e cidadãos, frente aos rumos da sociedade brasileira.

Nesse sentido é que se efetiva a clara adesão dos participantes, ao menos de uma parcela majoritária deles, à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, que "deve ser compreendida como uma candidatura das esquerdas, como representação dos partidos políticos comprometidos com os interesses dos trabalhadores, de modo que possa vislumbrar uma possibilidade de organização e edu-

(181) Proferidas por João Vacari Neto, Rafael Freire, Agenor Silva e Aloízio Mercadante.

cação das massas, visualizando uma etapa superior que seria o socialismo." (ANAS, 1991:178)

Igualmente neste sentido é que se evidencia o tom hegemônico do Congresso, ou seja, a necessidade da categoria profissional efetuar uma leitura crítica da realidade e debater propostas que se encaminhem para a "perspectiva de prosseguir na solidificação do projeto profissional que atenda aos interesses dos setores populares [...]" (IBID, 10).

Dentro deste espírito se inserem também os demais Sub-Temas.

No Sub-Tema II - "Serviço Social na Contradição Entre Capital e Trabalho", o Documento-Síntese do VI CBAS traz duas Conferências, proferidas por Joaquina B. Teixeira e Marilda Villela Yamamoto, sobre a Dimensão Política da Prática Profissional, analisando sua concepção, condicionantes, riscos e direção.

Sobre o Tema III - "Assistência Social Pública e Privada no País e Política Social do Estado e do Patronato: As Alternativas Propostas Pelo Movimento Popular". O Documento também apresenta duas Conferências, proferidas por Maria Carmelita Yasbeck e Ana Elizabete Mota. Essas exposições direcionam-se para a análise da Assistência Social no âmbito das Relações Sociais e para o caráter social e político da intervenção do Assistente Social ao nível das Políticas Sociais que é, a um só tempo, campo da luta de classes, das tentativas do Estado e do Patronato com vistas ao enquadramento e ao controle dos subalternos e da luta dos trabalhadores por direitos de cidadania.

Quanto ao Sub-Tema IV - "Análise da Inserção do Assistente Social nos Espaços de Ação Profissional", observa-se a transcrição de três Conferências, proferidas por Maria Rosângela Batistone, Raquel Raichelis e Vicente de P. Faleiros. Dando sequência às reflexões desenvolvidas nos Sub-Temas anteriores, a tônica geral delas é a análise das particularidades, dos limites e das potencialidades do espaço profissional do Assistente Social, enfocado sinonima-

mente ao espaço institucional, onde o Serviço Social tem como tarefa primordial a intervenção no âmbito das Políticas Sociais.

O Tema V - "Prática e Perspectivas da Organização da Categoria dos Assistentes Sociais do Ponto de Vista: da Formação Profissional, Político-Sindical, da Garantia do Exercício Profissional e do Movimento Estudantil" contou com a exposição de membros das Entidades representativas dos profissionais e dos estudantes de Serviço Social, quais sejam: ANAS - Maria Beatriz C. Abramides, ABESS - Justina I. A. e Silva, CFAS - Márcia de F. A. Pereira, e SESSUNE - Maria T. Rodrigues. Em coerência com o tema, essas exposições versaram sobre o avanço na organização da categoria e suas lutas.

Além do tratamento desses cinco Sub-Temas, no Documento-Síntese do VI CBAS também estão presentes: a) três Conferências sobre o assunto: "Conjuntura Latino-Americana e Compromisso Profissional";¹⁸² b) Participações de Representantes de Partidos Políticos (PCB, PC do B, PDT, PV e PT), discutindo "Os Partidos Políticos e as Eleições Presidenciais"; c) As Conclusões e Resoluções do VI CBAS; d) A Conferência de Encerramento proferida por Luiza Erundina de Souza, naquele momento Prefeita de São Paulo.

No item "Conclusões e Resoluções do VI CBAS", depara-se com Sínteses de cada Sub-Tema, elaboradas a partir dos Debates e das Teses¹⁸³ (encaminhadas antecipadamente à Comissão Organizadora Nacional),¹⁸⁴ onde também estão inseridos os resultados do Evento.

(182) Por Josefa B. Lopes, Xanthia Suarez Garcia e Alejandrino Maguiña.

(183) Que não foram incluídas no Documento-Síntese do VI CBAS, mas que podem ser encontradas no "Jornal do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais". São, no total, 47 Teses que, respeitando o Tema, versaram sobre os sub-temas na seguinte proporção: Sub-Tema I - 8 Teses; Sub-Tema II - 9 Teses; Sub-Tema III - 3 Teses; Sub-Tema IV - 19 Teses e Sub-Tema V - 8 Teses (Organização Político-Sindical - 2, Formação Profissional - 4, Garantia do Exercício Profissional - 2).

(184) Coordenada pela ANAS e composta por três representantes indicados de cada Entidade (ANAS, CFAS, ABESS e SESSUNE), totalizando doze membros.

Embora reforce em vários momentos a importância histórica do III CBAS na mudança de rumos da profissão, o VI CBAS expressa, com relação àquele, um giro significativo.

O referencial ainda é a tradição marxista, não se registrando na publicação decorrente do VI CBAS nenhuma voz distoante àquela perspectiva denominada de Intenção de Ruptura. Entretanto, o discurso profissional já não tem o mesmo tom.

Tal perspectiva já é praticamente hegemônica entre os Assistentes Sociais e o debate profissional atinge, nos dez anos que separam um Conclave do outro, um grau de amadurecimento inquestionável. Do mesmo modo, verifica-se maior segurança e profundidade crítica quanto aos influxos teórico-práticos advindos da tradição marxista.¹⁸⁵

Esse novo patamar, alcançado no debate e na reflexão profissional, permite a explicitação de algo que se torna recorrente no VI CBAS: a crítica superadora ao Movimento de Reconceituação. Isto é, aquela que, apesar de reconhecer os avanços de tal Movimento, põe em relevo seus desequilíbrios e limites com a clara intenção de superá-los e fortalecer a concepção profissional nele gestada.

No bojo dessa crítica é que igualmente se tornam possíveis as referências explícitas ao Instrumental Técnico que constam desse Documento.

Vale dizer: embora o referido Congresso não tenha feito do Instrumental Técnico o tema central ou um sub-tema para discussão, sua abordagem está direta ou indiretamente vinculada às questões propostas, emergindo explicitamente em alguns momentos.

(185) Para isso contribuem, além das condições intrínsecas da profissão, a própria configuração diferenciada do momento conjuntural brasileiro do fim da década de 80.

Um deles é quando Iamamoto inclui como uma das exigências que se coloca para aquele profissional que se propõe a ser crítico, a necessidade de imprimir uma "competência intelectual e técnica" na sua intencionalidade. Outro que se pode apontar é a seguinte afirmação de Raichelis: "Torna-se fundamental saber combinar competência técnica com um claro posicionamento político na ótica dos interesses particulares" (ANAS, 1991:106).

Mais detalhadas são as colocações de Batistoni. Ao considerar o caráter interventivo do Serviço Social, assinala que o mesmo comporta simultaneamente uma dimensão intelectual e uma dimensão técnica e que, responder a essa última, demanda "uma competência, um dar conta dos procedimentos técnicos e profissionais existentes, mas que ultrapassa o mero manejo de técnicas instrumentais [...] no desempenho profissional a sua dimensão intelectual" (IBID, 97).

Entender melhor a ótica da expositora, implica em transcrever a seguinte colocação: "Este perfil técnico e de trabalhador intelectual, que se articulam e se subordinam à sua dimensão política, é exatamente essa dimensão técnica que confere ao Serviço Social a possibilidade real, material e objetiva da profissão participar no reconhecimento dos direitos sociais, civis e políticos dos trabalhadores assalariados e despossuídos, no seu confronto com o Estado e o Capital" (IBID, 97).

Porém, no que tange ao Instrumental Técnico no contexto do Congresso em questão, o que consideramos mais significativo é a abordagem do assunto nas "Conclusões e Resoluções do VI CBAS" - mais exatamente, no texto que se refere ao Sub-Tema II.

Nele, onde se dedica especial atenção ao Instrumental Técnico, conclui-se que o Assistente Social precisa "dominar um Instrumental Técnico de trabalho e estar aberto à construção de outros instrumentais" (IBID, 187), propondo, inclusive, que se implante ao nível da formação acadêmica "oficinas e

laboratórios no sentido de discutir e orientar o aluno quanto às formas de discussão em público, relatórios e outras questões postas no dia a dia da ação profissional" (ANAS, 1991:185).

Pelo conteúdo da abordagem acima citada, mas principalmente por representar uma posição referendada pelos 3.500 participantes, evidencia-se, ao final da década de 80, uma nítida tendência da Categoria em reintroduzir o Instrumental Técnico na ordem do dia do debate profissional.

Mais do que isso, essas e outras alusões trazem em si uma revalorização do Instrumental Técnico, compreendendo-o como elemento necessário da prática profissional, cujo tratamento precisa ser revisto e melhor dimensionado.

1.12. VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 1992

O VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (VII CBAS) ¹⁸⁶ foi realizado no Palácio das Convenções do Anhembi - São Paulo, no período de 25 a 28 de maio de 1992.

Seguindo o exemplo do V e VI CBAS, o VII Congresso foi coordenado pela ANAS e organizado coletivamente pelas Entidades representativas da categoria profissional e estudantil. Da organização participaram, além da ANAS, o CFAS, a ABESS, o SESSUNE e, pela primeira vez, o CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social).

(186) Tendo ocorrido durante a realização de nossa pesquisa, não nos foi possível o acesso aos Anais ou Documento-Síntese deste Congresso. Localizamos apenas o Caderno de Teses e os Relatórios Grupais referentes aos Painéis Temáticos que utilizamos como fonte.

Do VI para o VII CBAS, embora decorridos apenas três anos, o cenário brasileiro, principalmente político, é um tanto quanto diferenciado.

O candidato às eleições presidenciais de 1989 - Luis Inácio Lula da Silva, apoiado abertamente pela categoria profissional no VI CBAS (assim como a grande massa dos intelectuais brasileiros), perde as eleições no segundo turno. Em decorrência, com um discurso nitidamente populista e conservador, sob uma capa de "modernidade", assume a Presidência da República em março/90 Fernando Collor de Mello.

Com ele instala-se o chamado "Brasil Novo" que, na verdade, de "novo" só traz uma incapacidade de conservar sua própria imagem (forjada durante a campanha sob falsos lemas de "Salvador da Pátria", "Caçador de Marajás" e "Protetor dos Descalços e Descamisados") e de manter de forma menos transparente (como ocorria nos governos anteriores) as atitudes autoritárias e muitas vezes irracionais, os desmandos políticos, a má versação do dinheiro público, as falcaturias e a corrupção.

Por ocasião do VII CBAS, o que restava da máscara começa a ruir publicamente em especial pelas mãos de segmentos importantes da imprensa escrita e televisionada dando, não só aos participantes do Conclave, mas também à maioria da população brasileira, uma nova esperança de ver alterados tanto os rumos políticos, como o quadro de grave crise econômica e social e a atitude omissa do governo para com as seqüelas da questão social.

Com esse e com o quadro internacional é que os organizadores do VII CBAS estão preocupados e é, em razão dele, que a categoria elege como Tema Central o "Serviço Social e os Desafios da Modernidade": Os Projetos Sócio-Políticos em Confronto na Sociedade Contemporânea".

Dentro do contexto deste Tema Central, as Conferências, assim como as Teses encaminhadas à Comissão Organizadora, reportam-se a oito Sub-Temas. São eles: I - Serviço Social e Seguridade Social - Assistência Pública e Priva-

da; II - Serviço Social e Seguridade Social - Previdência Social; III - Serviço Social e Seguridade Social - Saúde Pública; IV - Serviço Social e Formação Profissional; V - Serviço Social e Ética; VI - Atuação do Serviço Social Junto à Mulher e à Família; VII - O Serviço Social e os Movimentos dos Trabalhadores na Sociedade Civil; VIII - A Questão da Criança e do Adolescente.

187

No tocante às Conferências, foram realizadas três apresentações, sendo elas e seus respectivos Conferencistas: I - O Reordenamento dos Projetos Sócio-Políticos na Sociedade Contemporânea, por Marilena Chauí, Carlos Nelson Coutinho e Carlos Lessa; II - Análise Crítica das Demandas Postas Para o Serviço Social e as Respostas da Categoria, por Marilda Iamamoto, Vicente P. Faleiros e Elizabeth Rodrigues Félix; III - A Sociedade Civil Brasileira e Seus Dilemas Atuais, por Francisco de Oliveira, Emir Sader e Jorge Lorenzetti.

188

No que tange às Teses, foram encaminhadas noventa e quatro delas que, agrupadas por Sub-Temas, ficaram assim distribuídas: I - 16 Teses; II - 1 Tese; III - 12 Teses; IV - 17 Teses; V - 6 Teses; VI - 8 Teses; VII - 21 Teses; e VIII - 11 Teses.

Os Sub-Temas e respectivo grupo de Teses foram alvo de Painéis Temáticos, após os quais elaboraram-se Relatórios. Obteve-se, desta forma, oito Relatórios de Painéis Temáticos (um para cada Sub-Tema), aprovados em Plenária.

De modo geral, os Relatórios, partindo dos subsídios fornecidos pelas Teses encaminhadas e contando com a contribuição de "Assessores Temáticos", ativeram-se aos Sub-Temas, tecendo considerações relativas ao significado e importância dos mesmos em relação à realidade conjuntural e estrutural brasileira, aos aspectos teórico-práticos envolvidos, ao papel/posição do Assistente

(187) Pela mesma razão exposta na nota 186, não tivemos acesso à reprodução das Conferências proferidas.

(188) Reproduzidas no Caderno de Teses, acessível aos Congressistas por ocasião do Evento.

Social frente a eles e, ainda, conclusões e proposições debatidas e aprovadas.

Como se pode observar, a questão do Instrumental Técnico não foi privilegiada como Tema ou Sub-Tema e, decorrentemente, não foram apresentadas Conferências ou encaminhadas Teses específicas sobre a questão. Igual atitude foi verificada nos sete dos oito Relatórios Temáticos na medida em que, como já destacamos, pautaram-se nas discussões realizadas durante os Painéis que, por sua vez, tiveram como ponto de partida as contribuições oferecidas pelas Teses encaminhadas.

Exceção a essa regra foi o Painel "Serviço Social e Formação Profissional" que, adotando como sistemática o ordenamento das Teses por conteúdo, construiu um bloco para aquelas voltadas "para as questões da prática, supervisão e estágio no processo de formação profissional" (ANAS, 1992a: 16).

Por ter sido abordada em duas das Teses incluídas neste bloco, a questão suscitou debates durante o Painel, e assim, foi contemplada no Relatório Final, o qual se expressa da seguinte forma: "salientou-se, no tratamento da prática profissional, a valorização do Instrumental Técnico, despertando polêmicas a questão da relação das tendências renovadoras (nomeadamente as vertentes marxistas) com o Instrumental Técnico e houve divergências sobre o papel dos desdobramentos da Reconceituação no desenvolvimento do Instrumental Técnico" (IBID, 18).

As polêmicas quanto à Reconceituação e conseqüentemente quanto à relação do Instrumental Técnico com as vertentes marxistas, possivelmente foram suscitadas pelas colocações na Tese "A Eficiência Profissional X Inserção Política do Aluno de Serviço Social" de Maria Bernadete M. Pinto Rodrigo.

(189) Embora não se inclua na proposta deste estudo a análise das Teses e Trabalhos subsidiadores aos Congressos, a recorrência a essa Tese em especial se faz necessária para permitir a compreensão adequada do contexto no qual o Instrumental Técnico é abordado no Relatório do Painel Temático sobre "Serviço Social e a Formação Profissional".

Em tal tese a autora aponta para as contradições (e mesmo para a dicotomia) existentes entre a realidade da prática profissional institucionalizada e o processo de formação profissional, atribuindo isso à forma com que, a partir da Reconceituação, se rompeu com o Serviço Social Tradicional relegando-se "ao desprezo o instrumental inerente ao fazer do Assistente Social" (RODRIGO, In: ANAS, 1992b:75).

Afirma que, no âmbito da Universidade, reforçado pela Reforma Curricular de 1982, estabeleceu-se um abismo entre um discurso (acadêmico e muitas vezes utópico quanto à aplicabilidade) e um "fazer" profissional reproduzidor de "velhos conceitos de ajuda pragmática" tão condenados pelo Movimento de Reconceituação.

Indicando a persistência de tal quadro, salienta que "busca-se, atualmente, superar os primórdios da implantação do novo Currículo de Serviço Social [...] quando se levou o Ensino a um processo tecnicista que afastou o Assistente Social do real, ao invés de habilitar o estudante para a práxis social, não lhe dando condições para enfrentar as questões que lhe são exigidas no cotidiano da profissão, sem contudo, encontrar-se a solução" (IBID, 75).

Acreditando na necessidade de prosseguir com os esforços de superação, conclui que se deve trabalhar o "Instrumental Técnico da profissão de Assistente Social, sem a visão tecnicista e sim, como um fazer profissional numa relação teórico-prática; com compromisso político efetivo". (IBID, 76)

Independentemente das polêmicas citadas, essa posição parece ter sido consensual entre os Congressistas já que o Relatório Temático adota-a, propondo que "a formação profissional deve municiar o profissional com um instrumento-técnico-operativo que o habilite para intervir qualificadamente, mas precisa revisar o fetiche do tecnicismo" (ANAS, 1992a:20).

Menos pelo declarado na Tese e muito mais pelas polêmicas verificadas que tornam indispensável a referência à questão no Relatório, o VII

CBAS significa, com relação aos demais Congressos, um progresso importante e, no tocante ao VI CBAS, uma continuidade à tendência de reaproximação ao Instrumental Técnico. Embora quantitativamente pequenas, as menções à questão no VII CBAS parecem confirmar esta tendência.

O entendimento extrapola a conotação de "mero apêndice", passando a representar um elemento essencial e constituinte da ação profissional que, como tal, também deve ser respaldado e parametrado por uma perspectiva teórica.

Tal postura fica ainda mais evidente na relação que esse mesmo Relatório estabelece com a dimensão interventiva da profissão. Diz ele: "A formação profissional deve ser parametrada por uma sólida preparação teórico-metodológica que qualifique o Assistente Social para a intervenção, uma vez que a dimensão interventiva é constituinte do Serviço Social" (ANAS, 1992a: 19).

2. O INSTRUMENTAL TÉCNICO A PARTIR DA DÉCADA DE SETENTA

Efetuar uma aproximação ao objetivo proposto para esse momento do estudo, ou seja, analisar o tratamento dispensado ao Instrumental Técnico a partir da década de 70, implica em recolocar, mesmo que minimamente, aquele dispensado antes dela, ou mais propriamente, antes do Movimento de Reconceitualização.

Do já exposto (Capítulo II) e levando-se em conta o amadurecimento do debate acerca da natureza da profissão, é possível afirmar que o Serviço Social não criou ou possuiu instrumentos técnicos próprios e específicos. Ao contrário, pela relação histórica estabelecida, no campo da elaboração teórica, entre o Serviço Social e as Ciências Sociais, o arsenal utilizado pelos Assistentes Sociais foi recolhido de outras disciplinas profissionais, permitindo-nos falar num processo de adoção de Instrumental Técnico.

Pelas mesmas referências, pode-se verificar que o Serviço Social brasileiro, assim como o latino-americano, não apresenta nenhum estudo no qual possamos nos pautar e que, de forma aprofundada, aborde esse processo de adoção do Instrumental Técnico.

Com essa preocupação nossa pesquisa detectou apenas uma exceção: o livro "Questiones Operativas del Servicio Social", de Herman Kruse. Suas colocações, embora sintéticas, corroboram o que, a partir de nosso estudo, foi possível perceber.

Kruse coloca que, quando o Serviço Social instituiu-se como profissão na América Latina, valeu-se de dois grupos técnicos para sua operacionalização. Vejamos sua colocação: "Um era o grupo de técnicas assimiladas ao longo dos séculos pela beneficência e assistência social: a entrevista, a

visita domiciliar, a ajuda material direta e indireta, o aconselhamento, etc. O outro se constituía das técnicas próprias das três ou quatro disciplinas que mais influenciaram o Serviço Social nesses momentos (a Sociologia, a Medicina e o Direito): a pesquisa, a prestação de informações, os trâmites e, ainda que hoje nos pareça inaudito, o vacinar, o banhar bebês, [...] " [tradução nossa] (KRUSE, 1976:52/53).

Quanto ao primeiro grupo, não há dúvidas quanto à veracidade da afirmativa do autor. De fato, o Serviço Social, não só o latino-americano, beneficia-se de procedimentos utilizados nas práticas assistenciais desenvolvidas pelos "agentes da assistência" e pelos "visitadores sociais". Seriam eles, reforçando o colocado por Kruse, o estudo das necessidades individuais e familiares, a triagem/seleção dos atendidos, os encaminhamentos, a colocação no mercado de trabalho, a ajuda material e o aconselhamento (operacionalizados mediante a realização de inquéritos sociais e visitas domiciliares e, posteriormente, registradas em relatórios individuais ou familiares).

Ao elaborar a primeira obra sistematizada sobre o Serviço Social, é a esses procedimentos e instrumentos que Mary Richmond dá um tratamento científico. E, são os instrumentos e procedimentos propostos por Mary Richmond que o Serviço Social adotará, com as devidas reelaborações posteriores, por um longo período de sua história.

Quanto ao segundo grupo citado por Kruse, as colocações do autor também são, ao nosso ver, procedentes. Entretanto, são muito mais perceptíveis nos países latino-americanos de tradição hispânica ¹⁹⁰ do que no Serviço Social brasileiro, já que os mesmos não guardam características homogêneas quanto à origem e à trajetória histórica.

(190) Comprova-o a periodização histórica proposta por Ander Egg (1975), incluindo o Serviço Social para-médico ou para-jurídico como momentos da segunda fase da profissão por ele denominada de Serviço Social. As demais seriam Assistência Social (primeira fase) e Trabalho Social (terceira fase).

Independente dessas diferenças, a adoção de técnicas de outras disciplinas é uma constante, tanto no Serviço Social brasileiro como no latino-americano, principalmente no que tange àquelas empregadas, de forma particular, no Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

Com relação ao Serviço Social de Caso, é nítida a adoção de técnicas da Psicologia, já presentes em Mary Richmond mas adotadas em maior ou menor grau até os dias atuais.

Incluem-se nesse rol aquelas explicitadas detalhadamente por Florence Hollis (conf. 7.1. do Cap. II), quais sejam, no tocante ao Tratamento Direto, as Técnicas de Apoio, de Influência Direta, de Catarse, de Discussão Reflexiva Sobre a Configuração Pessoa-Situação, de Discussão Reflexiva sobre a Dinâmica das Respostas e de Discussão Reflexiva sobre o Desenvolvimento das Respostas.

No caso do Serviço Social de Grupo, também é da Psicologia o maior influxo. Dela advém o Psicodrama, as Técnicas de Apoio, de Dinâmica de Grupo, de Motivação e Incentivo e de Condução do Grupo.

Ainda com relação ao Serviço Social de Grupo, observa-se recorrência à Pedagogia/Educação. Aí busca-se, por exemplo, as Dramatizações, as Técnicas Dirigidas à Transmissão de Informações e os Debates/Discussões.

Para o Serviço Social de Comunidade ou Desenvolvimento de Comunidade, a tônica são as técnicas advindas da Sociologia, embora também se façam presentes as da Pedagogia/Educação e as da Psicologia Social.

Dentre as buscadas na Sociologia pode-se citar as relativas à Pesquisa Social (observação, enquetes, entrevista), as de "ajuda mútua, organização e administração de cooperativas, etc; da Psicologia Social, as técnicas de desenvolvimento de liderança, as técnicas de motivação e diversas

técnicas de comunicação tais como os audio-visuais, o 'role-playing', o 'Phillips 66' [...] [tradução nossa] (KRUSE, 1976:53). No que tange às advindas da Pedagogia/Educação, podem ser situadas aquelas já utilizadas em Serviço Social de Grupo e dirigidas para a informação, conscientização, participação e mobilização.

De modo geral, a literatura produzida durante o Movimento de Reconceituação não permite a percepção da continuidade desse processo de adoção de técnicas. Concomitante a isso, nossa pesquisa demonstrou que o Movimento de Reconceituação ou, de forma mais ampla, o processo de renovação que o Serviço Social vivenciou do fim da década de 60 até os dias atuais, justamente por ser composto de momentos distintos, não seguiu um mesmo padrão na abordagem e no tratamento do Instrumental Técnico.

De certa maneira coincidindo com os períodos de influxo/refluxo das três direções do processo de renovação do Serviço Social, apontadas por Netto,¹⁹¹ nos foi possível, com base na análise dos documentos decorrentes dos Encontros Nacionais da categoria, visualizar três momentos distintos¹⁹² com relação ao Instrumental Técnico a partir da década de 70. São eles:

1. Do final da década de 60 a meados da década de 70, uma continuidade ao tipo de abordagem verificada nos anos anteriores que nos permitiram detectar não só a continuidade ou não do processo de adoção de técnicas

(191) Quanto a isso cabe uma ressalva: fica nítida, nos Documentos, a orientação da Perspectiva Modernizadora e da de Intenção de Ruptura (em seus momentos diferenciados) na forma de conceber e tratar o Instrumental Técnico. O mesmo não se verifica, porém, com relação à Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo. Por essa razão, pelo fato de tal perspectiva não ter atingido um nível de estruturação e desenvolvimento capazes de arrebatar parcelas significativas (em comparação com as outras duas) da categoria profissional e, pelo fato de sua contribuição, no tocante ao Instrumental Técnico, ter sido bastante débil, os momentos que estamos demarcando não possuem com ela nenhuma vinculação.

(192) Embora evidente, faz-se necessário reforçar o caráter de aproximação dos períodos históricos fixados, bem como a conotação de mera tendência que essa periodização comporta.

de outras disciplinas profissionais, mas também o entendimento e o tipo de relação estabelecida com o Instrumental Técnico. Incluem-se neste momento o Documento de Araxá, o Documento de Teresópolis e o Documento sobre Funções do Serviço Social.

2. De meados da década de 70 ao início da segunda metade da década de 80, uma inexistência de abordagens ou de elementos significativos para a discussão sobre o Instrumental Técnico. Ai incluem-se os Documentos originados do III e V CBAS e do III e IV Seminário de Teorização, onde a ausência de referências ao Instrumental Técnico é mais significativa do que as menções a ele verificadas.
3. Do último terço da década de 80 aos dias atuais, uma retomada da questão, agora sob novas bases, indicando uma tendência de reaproximação ao Instrumental Técnico. Representativos desse momento são os Documentos decorrentes do VI e VII CBAS.

O que significaram esses momentos na relação da profissão com o seu Instrumental Técnico, é o assunto que passaremos a destacar.

2.1. O Primeiro Momento: A Valorização do Instrumental Técnico

No que tange aos Encontros Nacionais da categoria, estamos considerando como Documentos expressivos desse momento, os de Araxá, Teresópolis e Funções.

Por outro lado, não estamos levando em conta os Anais do I e II CBAS nem o Documento resultante do Seminário de Bonclima, na medida em que não chegam a mencionar o Instrumental Técnico (ver Cap. III, seções 1.4, 1.5 e 1.6). No caso desses três Eventos, acreditamos que a ausência de menções ao Instrumental Técnico relaciona-se muito mais à motivação e aos objetivos esta-

belecidos para os conchaves do que a uma eventual desconsideração à questão, já que ambos estão inseridos na mesma orientação dos três eventos anteriores, qual seja, a perspectiva modernizadora.

Informados por essa perspectiva e, portanto, expressando a preocupação com a adequação da profissão às demandas modernizadoras postas pela autocracia burguesa, os Documentos de Araxá, Teresópolis e "Funções" revelaram uma atenção especial aos aspectos metodológicos do Serviço Social.

Neste contexto, os Seminários, em especial os de Araxá e Teresópolis, representaram um solo fértil para a discussão do Instrumental Técnico. Incluindo-o no esforço de teorização da profissão, deixam patente a necessidade de instrumentalizar o Assistente Social para que assuma a posição de participe do processo de Desenvolvimento Nacional - núcleo central da perspectiva modernizadora.

Desses Documentos é que emerge a orientação sobre o Instrumental Técnico para a massa da categoria profissional e é neles que ela se pauta em suas ações cotidianas.

Também é em um deles (Documento de Teresópolis), que se encontra o texto exemplar da Perspectiva Modernizadora: o de José Lucena Dantas. De forma específica, esse texto é um dos poucos trabalhos existentes sobre tema na literatura do Serviço Social.¹⁹³

Embora os três Documentos em foco não coloquem o Instrumental Técnico como tema central de debate e não apresentem trabalhos específicos sobre a questão, é inegável o tratamento significativo que lhe dispensaram e,

(193) O fato de se articular visceralmente à perspectiva modernizadora não nos permite deixar de reconhecer o valor do texto de Dantas, assim como o fato de que não nos deparamos, em nossa pesquisa, com algum outro texto, dentro ou não da perspectiva modernizadora, que tratasse a questão do Instrumental Técnico com igual rigor e profundidade.

em decorrência, a importância que lhe atribuem para o exercício profissional.

No conjunto, pode-se destacar, dos três Documentos antes citados, alguns aspectos importantes com relação ao Instrumental Técnico, os quais passamos a mencionar.

O termo utilizado é "Técnica", entendida como elemento que é e deve ser encarado como constituinte da profissão. São as técnicas que permitem a operacionalização dos "Métodos", dando, assim, o caráter de instrumentalidade aos princípios e objetivos profissionais.

Nesta medida, sem um arsenal de técnicas, a profissão, como tal, perde sua característica primordial - a de intervenção no social. Por outro lado, não se cogita a essencialidade da técnica no sentido de que ela, por si só, daria o tom e a direção necessários à ação profissional. São entendidas como "instrumentos" e "meios" dos quais o Assistente Social se vale para atingir os fins pré-determinados, isto é, aos objetivos propostos.

Esse é um grande contributo dos referidos Documentos, isto é, a vinculação total das técnicas ao tipo de objetivo que o profissional se propõe a atingir. Elas devem ser eleitas em função da maior ou menor capacidade de possibilitar a consecução dos objetivos. Sob esse prisma, cai por terra o caráter de independência da técnica em relação à intencionalidade da ação profissional, bem como qualquer possível pretensão de enquadrá-las em um modelo pré-estabelecido.

Aliás, se essa pretensão existiu em momentos anteriores aos dos Seminários em foco, nossa pesquisa não conseguiu detectá-la. Ao contrário, como fica perceptível no texto de Dantas (seção 1.2 do Cap. III), quando resgata a contribuição de vários autores sobre as técnicas específicas para "casework, groupwork e community organization", não há consenso quanto ao entendimento de técnica e nem mesmo com relação à listagem de Instrumentos/Técnicas passíveis de utilização.

Esse aspecto é reforçado nos próprios Documentos pela afirmativa explícita de que a questão da técnica não era, até aquele momento, um tema definido e suficientemente estudado ou elaborado no âmbito do Serviço Social.

Isso impulsiona colocações sobre as possibilidades existentes ou defendidas quanto à elaboração e/ou adoção de técnicas. Quanto a isso, os Documentos são flexíveis: as técnicas tanto poderiam ser aprimoradas/adaptadas de outras disciplinas profissionais, como poderiam ser criadas no âmbito do Serviço Social (com base na experiência prática ou via "investigações tecnológicas" de cunho científico).

Assim, nos parece consensual nos Documentos o entendimento de que não existem Técnicas do Serviço Social. Embora defendam a possibilidade de elaborá-las ao nível interno da profissão, não há defesa quanto ao seu caráter de especificidade.

Além da ligação direta da Técnica com os objetivos propostos, os Documentos de Araxá, Teresópolis e Funções vinculam-na aos "métodos" específicos de Serviço Social de Caso, de Serviço Social de Grupo e de Serviço Social de Comunidade, embora, à época da realização dos Seminários, já houvesse, ao nível da categoria profissional, propostas do tipo "integração dos métodos", "método único" e "método básico".

Igual postura é identificável em uma obra que, por apresentar uma tendência de subordinação à perspectiva modernizadora e, principalmente, por ter servido de referência importante para a categoria profissional para o "como fazer", pode ser qualificada como um exemplo significativo do período. Estamos nos referindo ao livro "Serviço Social: Processos e Técnicas", de Balbina O. Vieira, publicado em primeira edição no ano de 1969.

Nele, além dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, a autora inclui a Organização e Administração e a Supervisão em Serviço Social e, para cada um, expõe o instrumental específico.

Compartilhando da posição de Dantas, expressa no Documento de Teresópolis, Vieira expõe esse instrumental em separado, de acordo com o tipo de operação a ser realizada.¹⁹⁴

Nesta medida, sinteticamente, o instrumental passível de utilização pelo Assistente Social seria:

Serviço Social de Caso

- **Estudo:** Entrevista na Obra, Visitas Domiciliares, Observação, Informações de colaterais (via entrevista) e Exames/Testes (dependendo da natureza e exigência da obra). Os dados coletados, através desses instrumentos, seriam aqueles utilizados para a elaboração do Diagnóstico.

- **Tratamento Social:** Direto - Entrevistas e maior apelo às técnicas psicológicas, como apoio e esclarecimento, por exemplo.

Indireto - Prestação de Serviços Concretos (principalmente através de entrevistas e encaminhamentos) e Modificação de Ambiente, onde se inserem, além das entrevistas e visitas domiciliares, as ligadas à prestação de informações.

Serviço Social de Grupo

- **Estudo e Diagnóstico:** Entrevistas, Contatos Individuais, Visitas Domiciliares, Observação, Estudo de Documentação existente na obra sobre o grupo ou seus membros e os Relatórios de Reunião.

- **Tratamento:** Reuniões e Atividades realizadas no grupo (Discussões, programação e execução de eventos, comemorações e outras).

Serviço Social de Comunidade

- **Estudo:** Técnicas que permitam ao Assistente Social formar opinião

(194) As operações seriam: para Serviço Social de Caso - Estudo, Diagnóstico e Tratamento Social; para Serviço Social de Grupo - Estudo dos Membros e do Grupo, Diagnóstico e Tratamento Social dos Membros e do Grupo; e para Serviço Social de Comunidade - Estudo, Planejamento e Execução. Para Organização e Administração expõe as funções de Planejamento, Execução, Controle e Avaliação.

e traçar Plano de Trabalho - Estudo de Documentação (Estatísticas, histórico da comunidade, fontes documentais e outros); Técnicas Individuais (entrevistas, questionários); Técnicas de Observação (Direta, Participante) e ainda debates em grupo consignados em Relatórios.

Para "Organização e Administração do Serviço Social" ou, mais propriamente, de Entidades Sociais, Vieira cita a Reunião como o principal meio utilizado pelo Assistente Social no desempenho da função de controle/coordenação, podendo as mesmas serem de Estudo ou de Serviço.

Para a Avaliação realizada diretamente com as pessoas, a autora cita as reuniões (de coleta e/ou avaliação dos dados) e, para a realizada de forma indireta, o estudo da documentação (questionários, mapas, registro das observações, atividades e outras).

No tocante à Supervisão (seja de alunos ou de profissionais de Serviço Social), Vieira expõe como instrumentos: 1) Relatórios do Supervisado; 2) Entrevista Individual; 3) Reunião ou Supervisão em Grupo; 4) Observação; 5) Avaliação do Supervisado; 6) Relatórios das Entrevistas e Reuniões do Supervisor com os Supervisados.

A exemplo de Vieira, a abordagem independente por processos ou "métodos" é a tônica da literatura produzida pela categoria no período. Com efeito, excetuando aquelas propostas de "método único" e "método básico", as publicações, como um todo ou ao menos em seu interior, trazem considerações teóricas e/ou metodológicas em separado para cada "método" particular.

No que tange ao Serviço Social de Caso, a literatura do período é escassa, tendo em vista as críticas a ele dirigidas no sentido de sua inoperância e sua inadequação frente à realidade brasileira e latino-americana, e frente às demandas sócio-históricas colocadas. Assim, a referência, principalmente ao instrumental, em maior ou menor grau, é ainda aquela advinda de autores norte-americanos, como por exemplo, Gordon Hamilton e Florence Hollis.

Por outro lado, proliferam publicações acerca de Serviço Social de Grupo e de Desenvolvimento de Comunidade nas quais, especialmente naquelas originárias em países latino-americanos de tradição hispânica, já é perceptível o início de uma característica que se acentua mais para o final da década: a ênfase das contribuições recaindo sobre aspectos teórico-filosóficos (objetivos, princípios e intencionalidade político-ideológica) e menos na dimensão operacional.

Desta forma, em se tratando de Serviço Social de Grupo, a orientação é heterogênea: transita da reprodução do modelo norte-americano à vinculação ao desenvolvimentismo e à ensaios de inserção da abordagem em uma perspectiva transformadora.

Quanto ao Instrumental Técnico do Serviço Social de Grupo, persiste o elaborado sob o marco do Serviço Social norte-americano, ao qual se soma o apelo crescente às técnicas de dinâmica de grupo e psicodramáticas.

Neste campo, o influxo maior também é externo, notadamente da Psicologia norte-americana, seja por intermédio de fontes originais, seja mediante reelaborações de autores sul-americanos. São ilustrativos os livros de George Beal et alli "Liderança e Dinâmica de Grupo" (1972); o de Cirigliano & Villaverde "Dinâmica de Grupos y Educacion" (1966), e a coleção de "Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo e Relações Humanas", elaborada por Silvino José Fritzen.

Essa coleção, composta de quatro volumes publicados respectivamente em 1973, 1974, 1975 e 1976, transforma-se em material quase obrigatório na biblioteca do Assistente Social e de Docentes interessados em Serviço Social de Grupo. Nela são expostos operacionalmente um vasto rol de técnicas, tendo em vista a consecução de objetivos específicos pré-determinados, como por exemplo, conhecimento dos membros do grupo pelo profissional e pelos próprios integrantes; incentivo à comunicação, participação, interação e interesse dos membros

do grupo; diminuição de inibições, tensões, angústias resistências e bloqueios; estímulo ao estabelecimento de relações de confiança, solidariedade e companheirismo; facilitação de reflexões, discussões e verbalização de problemas individuais e grupais, e outros.

No que tange ao Desenvolvimento de Comunidade, o número de produções no período é bastante volumoso e, em sua maioria, trazidas ao público pelo CECISS. Nessas é que se torna mais visível a orientação desenvolvimentista e, portanto, modernizadora. Como bem coloca Ammann (1980), a partir de 1964, os intelectuais de Desenvolvimento de Comunidade vão, paulatinamente, incorporando a ideologia da integração e é ela que transparece na quase totalidade das publicações¹⁹⁵ sobre Desenvolvimento de Comunidade do período que estamos enfocando.

Quanto ao Instrumental para esse processo, além daquelas pertinentes à Pesquisa Social (utilizadas na "fase" do Estudo/Diagnóstico/Planejamento), os Assistentes Sociais se valem das técnicas já consagradas para Serviço Social de Grupo, todavia com objetivos específicos diferenciados.

Pelo exposto, percebe-se a explicitação de técnicas, instrumentos e procedimentos comuns aos três processos. E o caso das entrevistas, das reuniões, das observações e dos contatos individuais (grupais e institucionais).

A diferenciação não é preconizada na técnica ou no instrumento em si, mas nos objetivos específicos almejados em cada processo ou em cada situação particular.

Esse aspecto, comum tanto nos Documentos relativos aos Encontros Nacionais como nas produções do período que nos foi possível examinar, revelam um entendimento consensual quanto à irrefutável vinculação e dependência de

(195). Uma listagem, bem como uma discussão de algumas publicações, podem ser encontradas em Ammann, op. cit., p.122-140.

Instrumental Técnico aos objetivos estabelecidos.

Compartilhando desse entendimento, depara-se no período com uma publicação que, por sua importância histórica, não podemos deixar de mencionar. Trata-se de "La Praxis del Trabajo Social En Una Direccion Cientifica", de Maria Angelica G. Clark.

Sua inclusão neste período justificar-se-ia mais por essa visão de vínculo entre Instrumental Técnico e objetivos e pelo ano de sua publicação - 1974, do que por sua perspectiva orientadora.

Com efeito, a obra de Clark destoa completamente daquelas orientadas pela perspectiva modernizadora. No conjunto, pode ser considerada como um esforço de refletir sobre a profissão e, dentro dela, sobre seu instrumental, em uma perspectiva que se opõe ideológica, teórica e metodologicamente ao Serviço Social Tradicional.

Esse esforço não se completa sem problemas e, por suas características, sua inclusão é mais pertinente no segundo momento por nós fixado, o qual passamos a expor em seguida.

2.2. O Segundo Momento: A Desatenção ao Instrumental Técnico

No lapso de tempo compreendido neste segundo momento - de meados da década de 70 ao início da segunda metade dos anos 80, Netto (1991) situa a emergência e o adensamento da Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo e da de Intenção de Ruptura.

Como já pontuamos, a Perspectiva de Intenção de Ruptura traz como principal traço inovador a recorrência à tradição marxista e é exatamente isso que, ao nosso ver, permite uma aproximação à forma pela qual o Instrumental

Técnico foi trabalhado nesse e no terceiro momento, que abordaremos posteriormente.
196

Conforme já tratou de evidenciá-lo a análise de Netto,¹⁹⁷ muitos dos equívocos cometidos pela Perspectiva de Intenção de Ruptura podem ser creditados ao viés da tradição marxista do qual a categoria se aproxima e a forma como se dá sua apropriação.

Embora essa interlocução tenha passado por momentos distintos e, na última década, através de um amadurecimento teórico-crítico, venha se empreendendo um esforço de superação, fica patente, na análise do autor, que as consequências de tal interlocução rebatem firmemente na categoria, seja em suas ações cotidianas, seja no âmbito da formação profissional.

Apenas reafirmando o que já aludimos acerca das colocações de Netto, pode-se citar como elementos problemáticos dessa apropriação/interlocução do Serviço Social com a tradição marxista: uma contaminação do debate e das produções do Serviço Social por "confrações empíricas, formalistas e (neo) positivistas"; um ecletismo teórico e ideológico; um simplismo e reducionismo daquela tradição e ainda uma certa falta de clareza ou de profundidade no domínio do pensamento marxiano ou nele inspirado, imprimindo uma frágil sustentação ao discurso reproduzido pela massa da categoria profissional.

Para a constituição de tal quadro, concorrem as condições sócio-históricas existentes no momento específico em que se dá a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista. Entretanto, têm um peso talvez maior, as consequências do ciclo autocrático burguês sobre a Universidade e o fato de que

(196) De acordo com o que vimos no Capítulo III, fica evidente que a Perspectiva de Intenção de Ruptura não se resume nesse traço - recorrência à tradição marxista. Envolve outros elementos de análise que, entretanto, pelo seu propósito, essa Dissertação não comportaria.

(197) Referenciada e exposta por nós nas seções 1.7, 1.8 e 1.9 do Capítulo III.

a recorrência àquela tradição se dá através de fontes secundárias quase sempre de qualidade ou de confiabilidade questionáveis.

O conjunto desses elementos acaba por impulsionar parte significativa dos profissionais que se auto-proclamam marxistas, a uma postura voluntarista que considera o Assistente Social como "agente da transformação", atribuindo equivocadamente à profissão a incumbência de transformar a sociedade e o homem. Denota a reposição, em outros termos, de uma característica flagrante nos períodos anteriores ao Movimento de Reconceituação, ou seja, à idéia de vocação e de "servir".

Se antes essa vocação e ímpeto de servir eram decorrentes de valores cristãos, (diga-se de passagem abertamente explicitados e assumidos pelas "pioneiras" e por gerações posteriores de Assistentes Sociais), agora, principalmente no início da aproximação com a tradição marxista (mas persistindo a ela), a vocação é reposta através do "militantismo messiânico ou heróico" sem, contudo, romper com a incidência de valores cristãos.

198

Nas palavras de Iamamoto, essa tendência voluntarista e anti-histórica é marcada "por uma visão mágica da transformação social, que passa a ser reduzida a uma questão de princípios. Muitas vezes esse discurso se reduz ao compromisso individual do Assistente Social, como se a nossa vontade e propósitos individuais fossem unilateralmente suficientes para alterar a dinâmica da vida social [...]" (IAMAMOTO In: ANAS, 1991:63), deixando sob uma capa nebulosa e confusa a percepção da real dimensão política da profissão.

Não há mais dúvidas quanto ao caráter ou a dimensão política da prática profissional e da necessidade de avançar com o seu debate no interior da categoria. Entretanto, sua errônea percepção, estabelecendo uma equalização

(198) Retrabalhado pela "ala esquerda" da Igreja Católica, onde a Teologia da Libertação teve papel fundamental.

"entre profissão e partido político, entre exercício profissional e militância" (IAMAMOTO In: ANAS, 1991:67) e sua supervalorização equivocada, interfere consideravelmente no tratamento dos aspectos interventivos-operacionais.

Dito de outro modo, o messianismo, aliado à supervalorização da dimensão política, entendida como dissociada da dimensão técnica-operacional, contribuem para a quase ausência do Instrumental Técnico no debate profissional do período. Isso se comprova nos documentos decorrentes do III, IV e V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e do III e IV Seminário de Teorização.

Além disso, a tendência já observada (seção 1.3 do Cap. III) em promover crítica e recusa teórico-metodológica e ideológica radical ao Serviço Social tradicional e contra tudo o que a ele se associasse (evidenciada claramente no III CBAS), atinge frontalmente o tratamento dado ao Instrumental.

Embora os documentos pesquisados só se refiram a essa questão de forma indireta e implícita, é inquestionável o envolvimento do Instrumental Técnico nessa crítica e recusa. Sobre aquele em utilização, pelos Assistentes Sociais, que ainda não havia sido alvo de uma sistematização aprofundada, passam a ser dirigidas denúncias quanto a sua origem (notadamente norte-americana) e sua funcionalidade na manutenção do controle social.

Coloca-se em relevo o fato de que, sob uma falsa capa de neutralidade axiológica, o Instrumental Técnico representaria meios através dos quais a profissão contribui para a continuidade das relações sociais impostas pelo capital, assumindo, desta forma, a dimensão de Técnica Social.

Por essa linha de raciocínio é que podem ser vislumbrados, mesmo que minimamente, os motivos pelos quais se observa nos Encontros Nacionais de

período uma quase ausência de referência à questão do Instrumental Técnico.

Por outro lado, no mesmo período, o nível de denúncia e/ou recusa do Instrumental Técnico não é superado. Não se formulam propostas alternativas ou de adequação do Instrumental Técnico aos novos rumos que a categoria deseja imprimir à profissão. Tal fato vem reforçar a argumentação de Netto (1991) no tocante à incapacidade da Perspectiva de Intenção de Ruptura em oferecer aos Assistentes Sociais "indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata".

Essa debilidade, assim como outros aspectos concernentes à apropriação "deturpada" da tradição marxista pelo Serviço Social, começam a ser percebidos e expostos no final desse período. Dentro dessa tendência apontam-se as colocações presentes no V CBAS e, com maior ênfase, no IV Seminário de Teorização.

Como já aludimos, nele estão presentes dois textos que tratam da relação do Serviço Social com a tradição marxista. Embora o trabalho "Proposta de Produção de Conhecimento no IV Seminário de Teorização do Serviço Social" traga à luz aspectos importantes, é o texto "Consciência Crítica no Serviço Social: Alguns Elementos para Revisão" que oferece maiores contribuições sobre a questão, inclusive abrangendo o explicitado no primeiro.

O texto é produto de um grupo de Assistentes Sociais que, encarregadas de refletir sobre a "Dialética Marxista no Serviço Social", privilegiam como tema dos debates "a identificação de possíveis distorções na

(200) Dizemos minimamente porque, em concordância com Netto, acreditamos que ainda se está por elaborar um estudo aprofundado sobre a interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, o que poderia trazer contributos necessários ao aprofundamento do tratamento que a categoria profissional dispensou ao Instrumental Técnico após o Movimento de Reconceituação.

(201) Assinado por Elaine C. Belem, Carmem L. N. Silva, Celina M. Ellery, Sueli G. Costa, Salete C. de Arruda e Virginia M. B. Garcia.

apropriação desse método [dialético], com vistas a contribuir na revisão dos elementos da consciência crítica, de segmentos profissionais, voltados para a questão da transformação social" (ARRUDA et alli In: CBCISS, 1988:143).

Para tal, os grupos de trabalho partiram de depoimentos individuais de seus membros e de reflexões grupais. O material obtido permitiu a identificação de 16 elementos (com várias derivações) que, no entender dos participantes, deveriam ser levados em consideração para a necessária revisão crítica do "método dialético" e sua apropriação pelo Serviço Social.

Dentre esses elementos destacam-se aqueles mais significativos ao nível de nosso estudo. São eles:

1. Presença de uma histórica dicotomia entre teoria e prática social no acesso ao conhecimento teórico, igualmente observada no que tange ao pensamento marxista.
2. Formação profissional frágil, sem vínculo com a pesquisa para produção de conhecimento, com produção de "simplificações teóricas" e, no processo de aprendizagem, a falta de hábito e de estímulo para leituras, de exame crítico da mesma e ainda a falta de recorrência a fontes originais.
3. Adesão irrefletida a determinadas correntes de pensamento, a "modismos" e a "jargões" (destaca-se aí a questão do "compromisso com as camadas populares" e o sentido vago e impreciso da "transformação social").
4. Apreensão mecânica e irrefletida do "método dialético" e de "conceitos marxistas".
5. Caráter simplista e eclético dos conhecimentos apropriados da tradição marxista. Cita-se a conciliação entre a Teologia da Libertação e a Teoria Marxista e a assimilação indistinta de Althusser e Gramsci no tocante à noção de Estado.
6. Crítica ao processo de negação da Assistência e à posição voluntarista de "movimentos sociais de fim-de-semana". Esta última, resultado da postulação de que somente fora das Instituições seria possível a realização

satisfatória de um trabalho informado pelo referencial marxista, trouxe como consequência a perda ou a falta de conquista de um espaço político no interior das Instituições.

Cometendo alguns dos equívocos e imprecisões expostos, deparamo-nos, nesse período, com o livro de Maria Angélica Clark, aludido na seção anterior.

Publicado em 1974, "La praxis del Trabajo Social en Una Direccion Cientifica" é hoje um texto questionável principalmente por deixar nítida a influência althusseriana, assim como por expressar uma tentativa de conciliação eclética entre as idéias desse autor e as de Paulo Freire.
202

Apesar disso, alcançou uma penetração significativa na categoria profissional e se constituiu numa das poucas referências existentes acerca do Instrumental Técnico no Serviço Social. Além disso, traz duas contribuições importantes: a reafirmação do vínculo existente entre Instrumental Técnico e objetivos, e a tentativa de oferecer ao Assistente Social um rol de instrumentos passíveis de aplicação por aqueles que almejam uma prática de cunho oposto à desenvolvida sob a égide do Serviço Social Tradicional. Vejamos sinteticamente o que Clark coloca.

Deixando claro o caráter não específico das técnicas a uma determinada disciplina profissional, Clark inicia a sua exposição discutindo a neutralidade da técnica.

Sobre isso conclui que, se olhada sob o ponto de vista de seu conteúdo, a técnica pode ser considerada neutra na medida em que aplicar-se-ia

(202) Netto chama a atenção para a influência das idéias de Paulo Freire sobre Clark e completa: "[...] salvo erro nosso, boa parcela da produção latino-americana nesses anos [meados da década de 70], no que tem de proposta interventiva, depende inteiramente das formulações contidas em Freire." (Netto, 1991:149)

a qualquer situação, desde que essa se assemelhasse aos propósitos para os quais foi criada. Por outro lado, acredita que, em termos de aplicação, nenhuma técnica assim como nenhuma ação humana, pode ser considerada neutra: é visceralmente ideológica, já que está orientada pela visão de mundo de quem a aplica.

Vendo-a desta forma, defende a necessidade de alteração da orientação impressa no Instrumental Técnico, qual seja, da orientação positivista para a materialista-histórico-dialética.

Quanto à elaboração, chama a atenção para a possibilidade de resgatá-las, mesmo as utilizadas no passado de forma ideologicamente oposta, repondo-as sob nova orientação e, além disso, para a necessidade do Assistente Social "propiciar e participar da elaboração e/ou criação de novas técnicas". (CLARK, 1974:42)

Independente de terem sido elaboradas/criadas, ou terem sido recuperadas da própria profissão ou de outras, as técnicas não seriam aplicadas indiscriminadamente. Para selecioná-las, Clark sugere aquelas que: "a) guardem maior relação com a circunstância da atuação; b) obedçam à realidade na qual estão sendo utilizadas; c) guardem concordância com o momento histórico vivido; d) sejam mais úteis e eficazes para a consecução de objetivos determinados; e) sejam consideradas boas e correspondentes pelo profissional, com base em sua própria experiência profissional, frente à realidade, de forma comprometida". [tradução nossa] (IBID, 41)

Coerente com aquela posição de atrelamento do Instrumental aos objetivos, agrupa algumas técnicas de acordo com os objetivos aos quais as mesmas se destinam, a saber:

" -- Técnicas de inserção na realidade: todas aquelas que permitam situarmo-nos na realidade e estabelecer nexos de relação adequados com pessoas e grupos (entrevistas, contatos, comunicação de massa, educativas, grupais, etc.)

- Técnicas de obtenção de dados: questionários participativos, observação participativa, etc.
- Técnicas de registro de dados: diário de campo, registro de campo, cédula, etc.
- Técnicas de sistematização: tabulação, informe, pré-diagnóstico, diagnóstico, etc.
- Técnicas de mobilização: motivação, comunicação de massa, circulares, boletins, diário, murais, plataformas de luta, etc.
- Técnicas de planejamento micro-social: programas, projetos específicos, avaliação, estudo de custos, etc.
- Técnicas de organização: estudo de grupo, dinâmica grupal, técnica de debates, análises de debates, capacitação grupal, etc.
- Técnicas de conscientização: círculos de cultura, oficinas populares, dramatização, teatro, jornalismo, folclore, projeções cinematográficas ou de slides, etc." [tradução nossa] (CLARK, 1974:42-43)

Confirmando concretamente a advertência quanto ao cariz tendencial de nossa proposta de divisão das últimas décadas em três momentos distintos, no lapso de tempo compreendido nesse segundo momento não é raro encontrar publicações que se orientem pela Perspectiva Modernizadora e outras que tratem de forma específica os processos consagrados no Serviço Social (Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade).

Dentro desse segundo grupo é necessário frisar que a grande maioria tem por preocupação prioritária a denúncia de como esses processos foram operacionalizados por segmentos da categoria profissional, principalmente no que tange ao aspecto político-ideológico. Desse modo, tentam inseri-los em uma nova perspectiva e, em razão disso, são raras as alusões ao Instrumental.

Em um e em outro grupo, estão situadas cronologicamente no período duas publicações que se destacam das demais por apresentarem como preocupação a abordagem do Instrumental Técnico. No primeiro, "Metodologia do Serviço

Social: Contribuição para sua Elaboração", de Balbina Ottoni Vieira (1977), e no segundo grupo, "O Trabalho Com Grupos e Serviço Social", de Maria Lúcia Rodrigues (1984).

No que tange a Vieira, nesse texto a autora retrabalha, detalhando um pouco mais, o exposto em "Serviço Social: Processos e Técnicas". Assim, embora ainda pautada em pressupostos integrativos, o texto de 1977 já traz uma diferenciação entre Instrumental, Instrumentos e Técnicas - algo inexistente no anterior.

Entende por Instrumental "o conjunto de meios empregados para alcançar um objetivo" (VIEIRA, 1979:149) que, não obstante o fato de não serem específicos do Serviço Social, podem ser divididos em: a) Instrumentos Psicológicos; b) Instrumentos Técnicos; c) Instrumentos Situacionais; d) Instrumentos Administrativos.

Os Instrumentos Psicológicos estão pautados no uso do "EU" e no relacionamento profissional Assistente Social-Cliente. ²⁰³ Esse relacionamento pode ser face-a-face (abordagem individual) ou grupal (abordagem grupal e de comunidade), tendo por base a comunicação e pautado em uma relação de confiança e de intercâmbio.

As técnicas estão relacionadas no âmbito dos Instrumentos Técnicos. Denotam a "maneira sistemática de proceder apoiada no rigor científico" (IBID, 166) ou ainda a "maneira de proceder, de atuar, de aplicar os vários instrumentos" (IBID, 166).

A nível do Serviço Social, as técnicas estariam divididas em dois

(203) Entende o "EU" profissional como "potencialidades inatas ou adquiridas e qualidades cultivadas por meio das quais o indivíduo se adapta ao mundo exterior" (VIEIRA, 1979:151-152), e o relacionamento Assistente Social-Cliente como "profissional, empático, de interação dinâmica e temporária, que tem por objetivo capacitar o cliente a resolver por si as dificuldades da situação problema em que se encontra" (IBID, 156).

grupos: o de Técnicas de Constatação, Explicação e Compreensão e o de Técnicas de intervenção.

No grupo das Técnicas de Constatação, Explicação e Compreensão, "empregadas para conhecer a situação social-problema e o contexto onde ela se encontra [... estão inclusas:] 1) Diversos tipos de pesquisa e suas técnicas correspondentes; 2) Estatísticas para quantificação dos dados e 3) Análise e síntese, processos intelectuais, para estudar os fenômenos e suas relações causais [para o que são utilizados a] documentação, estatística, histórico da comunidade, história de vida dos indivíduos e/ou famílias, questionários e observação". (VIEIRA, 1979:166-167)

As Técnicas de Intervenção são divididas pelos objetivos que almejam. Assim, depara-se com Técnicas que levam à conscientização (esclarecimento, interpretação, clarificação e avaliação), à ação (apoio, incentivação, mobilização e orientação), e à organização da ação (utilização do meio, coordenação, limitação e uso da autoridade).

Os Instrumentos, entendidos como "o que se utiliza para obter um bom resultado" (IBID, 149), estão intimamente relacionados com a Técnica. Situa entre eles os recursos da comunidade, as atividades, as entrevistas e as reuniões, sendo os dois últimos expostos pela autora dentro dos Instrumentos Situacionais.

Argumenta que a situação "fornece o palco onde se desenrola o relacionamento Assistente Social - Cliente e onde são utilizados os Instrumentos Psicológicos e Técnicos" (IBID, 173), cuja escolha é determinada pela natureza da situação-problema e pelo tipo de situação encontrada.

Sinalizando dois tipos de situação em relação ao sistema-cliente (situação face-a-face e situação grupal), Balbina vai caracterizá-las, respectivamente, pela preponderância na utilização do Instrumento de entrevista ou de reunião.

A entrevista profissional, utilizada como Instrumento por excelência do Serviço Social com Indivíduos, pode ser de informação, mobilização e terapêutica ou clínica.

No caso das reuniões, elas são Instrumentos mais pertinentes ao Serviço Social com Grupos e com Comunidades, embora não deixem de ser utilizadas no Serviço Social com Indivíduos. Com os indivíduos utiliza-se freqüentemente reuniões de informações, palestras ou conferências; com grupos, reuniões de atividades culturais, recreativas e esportivas e reuniões de intervenção e com comunidades empregam-se reuniões de informação, entrevistas em grupo e reuniões com representantes.

Os Instrumentos Administrativos, que não são tratados em detalhe por Balbina, seriam "documentação e providências diversas que fazem parte do estudo da administração em Serviço Social." (VIEIRA, 1979:149)

Embora revisados, neste texto o tratamento dado por Vieira aos Instrumentos e à Técnica não se afasta do arcabouço teórico-filosófico pertinente à matriz positivista-conservadora, na medida em que o Assistente Social continua sendo visto como um agente profissional a serviço da adaptação dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, às relações "harmônicas" da sociedade.

Tal orientação fica explícita na seguinte afirmação: "[...] permite ainda ao Assistente Social interpretar para o sistema-cliente as leis da sociedade, as normas de organização e da cultura e levá-los a aceitá-las e respeitá-las". (IBID, 165)

Na publicação antes citada, Rodrigues (1984) trata da questão das técnicas para trabalho com grupos, abordando dentre elas, as de dinâmica de grupo, as psicodramáticas e os projetos e atividades grupais.

Baseada particularmente em J. L. Moreno, a quem atribui a sistematização inicial das técnicas psicodramáticas, Rodrigues (1984) aborda os

princípios de tais técnicas e o modelo psicodramático proposto por aquele autor.

204

Expressa que "historicamente o psicodrama representa o ponto decisivo na passagem do tratamento do indivíduo isolado para o tratamento do indivíduo em grupos; do tratamento do indivíduo com métodos verbais para o tratamento com métodos de ação". (MORENO apud RODRIGUES, 1984:81)

De suas suficientes considerações é interessante reter que as técnicas psicodramáticas não são específicas de uma determinada disciplina profissional. Podem ser utilizadas por vários profissionais da área de Ciências Humanas, servindo tanto à terapia como à educação.

Nesse sentido, sua adoção para Serviço Social de Grupo pode ser de grande valia, desde que a aplicação seja feita de forma correta, informada por uma orientação teórico-filosófica e sem uso abusivo.

Os projetos e atividades grupais referem-se a "atividades artísticas, lúdicas, culturais, sócio-comunitárias e outras [... propostas ...] como centro de interesse em torno do qual pessoas se reúnem criando uma base para o desenvolvimento das relações interpessoais e aprendizagem de habilidades, atitudes e comportamentos". (RODRIGUES, 1984:78)

Tencionando ilustrar o modo de proceder de que normalmente o Assistente Social se vale na intervenção grupal, utilizando as "chamadas técni-

(204) Embora o termo psicodrama seja aplicado a qualquer técnica psicodramática, Rodrigues chama a atenção para a distinção existente entre psicodrama, sociodrama e role-playing, qual seja: " a) Psicodrama - constitui-se em técnica terapêutica profunda, centrada no indivíduo e suas patologias ou problemas pessoais; b) Sociodrama - constitui-se em técnica terapêutica e educativa centrando-se nas problemáticas do grupo como um todo. Assim, centra-se no reforço ou mudanças comportamentais do grupo e não do indivíduo. Ex: uma diretoria de empresa; c) Role-playing - constitui-se em técnica educativa centrando-se no desenvolvimento do papel comum exercido por indivíduos componentes do grupo. Ex: papel de mãe, de professor, de assistente social, etc." (RODRIGUES, 1984:81)

cas de "Dinâmica de Grupo", apresenta uma tabela onde são expostas as etapas metodológicas, a especificação processual e Instrumental Técnico, a qual transpomos na página seguinte.

Da mesma autora é a listagem do seguinte rol de tipos de técnicas empregadas usualmente no trabalho com grupos:

- " . Técnicas de Apoio
- . Técnicas de Clarificação
- . Técnicas de Informação
- . Técnicas de Interpretação
- . Técnicas de Desenvolvimento de Participação
- . Técnicas de Desenvolvimento de Comportamento Grupal
- . Técnicas de Desenvolvimento da Criatividade
- . Técnicas Projetivas
- . Criação e uso de Estrutura
- . Jogos Dramáticos
- . Técnicas Lúdicas
- " (RODRIGUES, 1984:77)

(205) Quanto ao Instrumental Técnico por ela incluso na tabela, a autora ressalta sua condição de "conjunto de opções e alternativas para cada etapa metodológica, podendo ser ou não utilizados, na intervenção concreta" (RODRIGUES, 1984:81). Do mesmo modo adverte quanto à interdependência das etapas metodológicas e sua ocorrência por "aproximações sucessivas".

ETAPAS DO MÉTODO BÁSICO DO SERVIÇO SOCIAL	ESPECIFICAÇÃO PROCESSUAL	INSTRUMENTAL TÉCNICO
INVESTIGAÇÃO- DIAGNÓSTICO	1. Investigação preliminar não é feita sobre o grupo concreto de intervenção, mas sobre uma clientela referencial, subsidiando a investigação diagnóstica e intervenção no grupo a ser formado - etapa de divulgação e motivação. - recepção, triagem e formação de grupos. 2. Elementos de investigação diagnóstica no grupo em formação. - dados de identificação pessoal e grupal - dinâmica grupal: configuração do relacionamento grupal, liderança, papéis, valores ... - necessidades individuais e grupais expressas e não expressas - movimentações - resistências e facilidades a mudança - graus de comunicação ou integração dos indivíduos no grupo e do grupo no contexto maior - atitudes individuais e grupais a reforçar ou operar mudanças	- Consulta a fontes de dados secundários (levantamento de dados em relatórios de instituições, textos, etc.) - Pesquisa de amostragem - Outros recursos - Técnicas de divulgação e motivacionais para formação dos grupos ou entrevistas de encaminhamento para os grupos. - Entrevista inicial e/ou só reuniões. - Na reunião: 1. Técnicas que produzem conhecimento entre os membros do grupo; 2. Técnicas de esquentamento que levem o grupo a autoconfiança e diminuam as tensões; 3. Técnicas projetivas que permitam a emergência das necessidades e resistência grupais.
INTERVENÇÃO	3. Montagem do plano de intervenção: - definição de objetivos, atividades, conteúdo programático ..., a partir das variáveis significativas levantadas na investigação diagnóstica. 4. Execução do plano 5. Aferição ou avaliação dos resultados obtidos	- programa de atividades - técnicas de desenvolvimento da participação - técnicas de desenvolvimento da criatividade grupal - técnica de apoio - técnicas de desenvolvimento do comportamento grupal (coesão, integração)... - técnicas que levem o grupo a descoberta de seu mundo pessoal, grupal e comunitário - técnicas de clarificação pessoal - os instrumentos dessa fase são os de controle utilizados durante todo o processo: documentação, observação, preenchimento de fichas de controle, sociogramas e outros - auto-avaliação grupal - avaliação do assistente-social

2.3. O Terceiro Momento: A Reaproximação ao Instrumental Técnico

A reaproximação do Instrumental Técnico é uma tendência visualizada por nós nesse terceiro momento que se estende aproximadamente do final da década de 80 aos dias atuais. Essa tendência, é necessário deixar claro, não se qualifica como um resgate irrefletido da histórica funcionalidade do Instrumental Técnico à ordem burguesa. Denota sim, uma tendência de vê-lo e de ressaltá-lo naquilo que nos parece lhe ser peculiar: sua essencialidade para a operacionalização de uma postura profissional que, fugindo à orientação positivista-conservadora, realmente se caracterize por uma Intenção de Ruptura, no sentido proposto por Netto(1991).

Nesses anos, não é possível encontrar na literatura produzida pela categoria profissional nenhuma publicação acerca do Instrumental Técnico, seja ela específica, seja ainda concernente aos processos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade.

No tocante aos Encontros Nacionais, aonde estamos incluindo como documentos representativos aqueles advindos do VI e VII CBAS, o Instrumental não é incluso como Tema Central ou como Sub-Tema e não figura em trabalhos, teses ou qualquer outra modalidade de exposição como alvo específico de discussão.

Do mesmo modo, esses documentos não explicitam definições de Instrumental Técnico ou de Técnica, nem chegam a listar aquelas passíveis de utilização pelo Assistente Social. As alusões encontradas são, quantitativamente falando, um tanto quanto reduzidas.

Mediante isso, poder-se-ia indagar: Com base em que estamos visualizando essa tendência de reaproximação ao Instrumental Técnico?

Em primeiro lugar, com base na qualidade das menções presentes nos referidos documentos. Nelas não há críticas ao Instrumental Técnico, mas

apenas advertências quanto ao risco de retomada do tecnicismo na profissão. Por outro lado, há o explícito entendimento de que, considerando o caráter interventivo da profissão, o Instrumental Técnico é um elemento essencial da mesma e, como tal, está igualmente vinculado à dimensão política do Serviço Social.

Neste sentido, sua imagem de instrumento de controle, é superada pela visão de que, revisto, ele pode e deve ser parametrado por uma perspectiva que ultrapasse a positivista-conservadora.

Em decorrência, a "competência técnica" é finalmente divisada como algo que deve fazer parte do cotidiano profissional, inclusive e principalmente, daquele Assistente Social que se propõe a colocar o seu saber profissional a serviço dos interesses e das lutas da classe trabalhadora. Essa "competência", que é intelectual e técnica, é entendida como articulada e referida à dimensão política da profissão.

Esses aspectos apontam, portanto, para uma intenção de repensar o Instrumental Técnico e sua posição a nível da ação concreta e da formação profissional, e no conjunto, ao nosso ver, para uma tendência de reaproximação naquele sentido antes exposto.

Em segundo lugar, fora do âmbito dos Encontros Nacionais, observa-se que a demanda posta pela categoria desde o V CBAS e do IV Seminário de Teorização, peculiarmente no que toca à superação dos equívocos da reconceituação e aos indicativos teórico-operativos sob uma nova orientação, vem merecendo discussões e é alvo de esforços no sentido de respondê-las.

Entretanto, o indício que nos parece mais forte e ao qual essa tendência se vincula é, sob nosso ponto de vista, o patamar diferenciado que a categoria atinge desde meados da década de 80 em sua interlocução com a tradição marxista.

Com efeito, embora ainda haja exceções, o debate profissional e a

literatura produzida pelos Assistentes Sociais nos últimos anos revelam um aprofundamento e um amadurecimento no trato dos contributos marxistas. Concomitante a isso, percebe-se uma preocupação, cada vez maior e mais frequente, em se recorrer à fonte inicial desses contributos: as obras de Marx. Tanto um como outro procedimento possibilitam, no interior da profissão, uma apropriação mais consistente e real das questões trabalhadas por Marx e por aqueles marxistas que as interpretaram com fidedignidade, evitando deturpações.

Dessa tendência advém o tratamento procedente de questões essenciais para o exercício profissional que, após algum tempo sendo alvo de denúncias e de recusa, são hoje retrabalhadas sob esse novo patamar. A questão da Assistência é um exemplo.

As posturas voluntarista e mecanicista, embora não totalmente extirpadas, estão sendo dialéticamente superadas de forma que, exatamente pelo amadurecimento que pontuávamos, têm sido possível vislumbrar nas instituições - campo ocupacional do Assistente Social por excelência - as possibilidades de espaço político de atuação.

Evidentemente ainda há muito a ser empreendido e aí se inclui o Instrumental Técnico. Porém, o que queremos destacar é que, como não poderia deixar de ser, toda essa movimentação rebate na forma de conceber, de tratar e de utilizar o Instrumental Técnico.

Um dos aspectos a ser salientado é a associação do Instrumental Técnico ao controle e à dominação social. Essa imagem perpassa implicitamente todo o tratamento da questão nos períodos analisados e se constitui na conotação historicamente a ele atribuída. Qual seja, o Instrumental Técnico comportaria um caráter irremediavelmente controlador e, portanto, funcional ao projeto político burguês.

Não há como negar que isso tenha ocorrido. Tendo o Serviço Social se colocado como Técnica Social e, de forma consciente ou não, situado-se his-

toricamente ao lado dos interesses do capital, é natural que o mesmo tenha acontecido com o conjunto de procedimentos e de instrumentos por ele utilizado.

Na medida em que também não está deslocado do contexto histórico de manutenção e de reprodução das relações sociais, o sentido da técnica foi sendo transmutado na evolução e na alteração dos modos de produzir, de organizar, de pensar e de intervir na sociedade, o que nos leva a compreendê-la como criação e como produto de uma determinada sociedade historicamente situada e como permeada por um caráter de transitoriedade.

Depreende-se de Castoriadis (1987) que, principalmente através de Platão e Aristóteles, é possível perceber a vinculação inicial da técnica a três questões: causalidade, criação e razão.

A técnica era considerada muito mais que uma ferramenta ou instrumento do homem, tendo em vista que este imprime ao produzir/fabricar, uma dimensão criativa (inerente ao Ser humano), um sentido e uma noção de causalidade, e um saber rigoroso e fundamentado na razão.

Desta forma, a técnica estaria associada ao conceito de trabalho como criação e, em decorrência, ao homem como Ser criador: revela-se o trabalho como ato criador, acompanhado da razão, e a técnica como vinculada ao que é e para que é produzido.

Essa relação estreita entre o técnico e o político como duas dimensões do mesmo ato, tende a se dissipar com o processo de ocidentalização. Estando o homem separado da produção e tornando-se o trabalho um trabalho alienado que o afasta de suas faculdades criativas, a técnica cada vez mais se identifica com algo adquirido, padronizado e aplicável a situações diversas, sem consideração aos fins últimos do ato em si: como algo neutro, autônomo e a-político.

Tendo a dimensão política sido aliçada da técnica e sendo

atribuída a ela uma falsa imagem de neutralidade, paradoxalmente, a técnica passa a ser utilizada pelos detentores do poder e por seus representantes como mecanismo ideológico ou, em outras palavras, em sua função política de instrumento de manutenção da hegemonia burguesa.

Por outro lado, concebendo-se o Instrumental Técnico como meio ou instrumento de trabalho, não há como ver nele um caráter de neutralidade, e mais, não há como ver na dimensão técnico/política, que lhe é própria, uma tendência monolítica para o controle e dominação da sociedade.

O Instrumental é, ao mesmo tempo, técnico e político. Técnico, porque demanda uma competência quanto ao criar, ao selecionar, ao aplicar e ao estabelecimento de mediações adequadas; Político, porque pressupõe e se vincula a um projeto político que pode ou não ser de superação.

Deixar de vê-lo assim, implica em negá-lo enquanto orientado e como expressão das relações existentes entre os homens e deste com a natureza. Implica vê-lo como algo isolado e deslocado do conjunto sócio-político e econômico da sociedade em cada momento histórico específico. Enfim, implica negar-lhe sua dimensão de criação e, por conseguinte, a do trabalho e a do homem enquanto Ser Social.

Nesta medida, como podemos então visualizar o Instrumental Técnico dentro de uma postura que busca se inserir em uma Perspectiva de Intenção de Ruptura?

Inicialmente, pensamos que é necessário termos clareza da lógica da dominação presente na sociedade burguesa, da qual faz parte historicamente o Instrumental Técnico e, recusando sua colocação a esse fim, não negá-lo enquanto elemento fundamental na operacionalização de uma ação profissional que se oriente por outra perspectiva.

Como já pontuamos, o Instrumental Técnico em si não é essencial-

mente controle e, se tem essa conotação na sociedade contemporânea, não é em função de sua própria natureza: é por ser, como tudo, expressão do caráter dominador e opressor que permeia as relações sociais capitalistas. Mesmo apresentando-se concretamente desta forma, é necessário que não se atribua a ele um caráter monolítico que possa conduzir para sua recusa.

O controle e a dominação não se fizeram ou se fazem sem a devida contrapartida, ou seja, sem a resistência e sem a luta de classe em prol da organização e do fortalecimento de um projeto político que se opõe ao burguês.

Colocar-se a favor desse projeto político impõe ao Assistente Social a tomada de dois caminhos paralelos, mas nitidamente distintos. Um, onde o Assistente Social, enquanto cidadão e trabalhador que é, busca na sociedade civil formas de se articular e de contribuir com lutas que não são de responsabilidade individual ou de uma profissão e sim coletivas. O outro, enquanto profissional que é, cabe a ele repensar a sua profissão e, dentro dela o Instrumental Técnico, inserindo-o no contexto amplo do Serviço Social - em sua dimensão política, como elemento imprescindível para a intervenção no "social".

Esse segundo caminho impõe, portanto, a articulação do Instrumental Técnico aos objetivos finais propostos, ou seja, a sua colocação a serviço daqueles que, resistindo à dominação do capital, buscam a instauração de um novo tipo de sociedade.

A aceitação disso nos leva à discussão sobre o processo de adoção ou de elaboração/criação do Instrumental Técnico que, nos parece, tem se aproximado de um nível aceitável de consenso: não há técnicas específicas ou restritivamente pertencentes a uma determinada profissão. Principalmente nas Ciências Sociais, elas são universais e, desde que retrabalhadas adequadamente, são utilizáveis em qualquer disciplina profissional. Assim é que não temos preconceito quanto ao uso de técnicas originariamente utilizadas na psicologia social, na Educação, na Sociologia, na Comunicação Social ou em outras.

No contraponto, há muito o Assistente Social tomou consciência de que a população com a qual trabalha detém um saber de onde podem emergir alternativas operacionais. Essa potencialidade é outro elemento que também nos parece próximo de um consenso junto a categoria, permitindo, desta forma, a visão de possibilidades de elaboração/criação de técnicas no âmbito da ação concreta propriamente dita.

Levadas ao extremo, essas afirmativas jogam com o risco de alimentar o tecnicismo e o basismo. É necessário ressaltar que as técnicas em si possuem um conteúdo e uma finalidade que lhes são próprias, não podendo ser vistas como um "esquema/modelo" fechado, inflexível e aplicável indiscriminadamente a qualquer situação.

Por outro lado, a relação entre o profissional e aqueles com os quais atua, é de troca. Uma real consciência dessa relação de saberes é fundamental para o Assistente Social. Não se trata de buscar a assimilação, pela população, de um arsenal técnico incoerente com o seu cotidiano nem, no outro extremo, de tentar colocar-se ingenuamente como um igual no sentido estrito do termo. Trata-se de, reconhecendo-se como diferente (pela própria formação profissional recebida), mas em identidade político-ideológica com o projeto e com as lutas propostas, contribuir para o processo organizativo que tem, no Instrumental Técnico da profissão e nas estratégias engendradas pela população, um fator inegavelmente fundamental.

A questão das estratégias da população não pode ser, portanto, tratada de forma generalizada. Depende de uma análise específica empreendida no momento da ação. O mesmo se aplica ao Instrumental Técnico, na medida em que deve ser entendido como meios facilitadores que vão sendo criados e recriados de modo a atender melhor a realidade, o desenvolvimento das tarefas e a consecução dos objetivos.

Em síntese, significa que, além da busca constante de novos

instrumentos e técnicas (seja em outras profissões, no próprio Serviço Social, ou junto à população) é necessário uma seleção dos mesmos.

Evidentemente, a seleção deve levar em conta os objetivos propostos e a finalidade imanente ao conteúdo da técnica. Porém, por si só, isso não basta. Concordando com o exposto no VI CBAS, acreditamos que se exige do profissional na seleção das técnicas (mas não só nela), uma competência intelectual e técnica que permita o estabelecimento de adequados nexos e mediações entre a concretude da ação frente a situações particulares e o aporte teórico-metodológico. Exige ainda, como parte dessa competência, uma habilidade no manejo das técnicas que só pode ser adquirida, enquanto habilidade, através de uma formação profissional rigorosa e de uma experiência profissional consistente.

A falta de uma ou de outra certamente levará o profissional a perceber e aplicar o Instrumental Técnico como "um fim em si mesmo", retornando ao tecnicismo, enquanto reproduz irrefletidamente um "discurso vazio" que, em si, não tem sustentação.

Neste sentido, para finalizarmos, nada mais procedente do que a seguinte afirmativa de Mario Barbosa: "Assim, é pensando criticamente sobre o que sabemos; sobre as forças que interferem em nosso pensamento crítico; sobre o que estamos fazendo; sobre o contexto em que estamos inseridos; sobre como nossa reflexão-ação relaciona-se com o poder e a dominação, é que estamos criando e recriando técnicas" (BARBOSA apud SARMIENTO, s/d:8-9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme propusemo-nos, a Dissertação que acabamos de apresentar, em termos de conteúdo, divide-se em três grandes capítulos.

No Capítulo I - "A Técnica: uma Abordagem Histórico-Conceitual" - empreendemos uma caminhada pela história com o objetivo de conhecer os sentidos amplos e genéricos atribuídos ao termo "técnica". Isso nos levou a examinar, com ênfase nos aspectos filosóficos, a evolução do entendimento da técnica desde a antiguidade e passar, necessariamente, pelo âmbito das chamadas "Ciências Sociais" entendidas como Técnicas Sociais, e pelo substrato teórico-filosófico que as sustentam: a perspectiva positivista-conservadora.

Dando continuidade ao proposto para esse Capítulo e enfocando o Serviço Social como Técnica Social, no Capítulo II - "O Serviço Social e seu Instrumental Técnico: Dos Primórdios ao Movimento de Reconceituação" - refletimos sobre a origem e a trajetória histórica dessa profissão. A partir do recurso a fontes bibliográficas que nos permitiram captar os elementos necessários e também através da exposição de textos representativos de cada período histórico, procuramos introduzir e enfatizar o Instrumental Técnico, conforme concebido e situado em cada momento particular, dando destaque especial ao Serviço Social brasileiro.

O Capítulo III - "A Relação do Serviço Social com seu Instrumental Técnico a partir da década de 70" - comportou a exposição e a análise dos dados obtidos através de pesquisa bibliográfica, auxiliada pela recorrência à "análise de conteúdo".

Tal pesquisa foi guiada por uma malha categorial, constituída por uma categoria chave (Instrumental Técnico), por quatro sub-categorias (modo de aparecer, modo de conceber, modo de utilização e valor atribuído) e por correspondentes indicadores, permitindo-nos uma aproximação satisfatória ao objeto de

estudo.

O citado capítulo foi dividido em duas partes intituladas "Particularizando a Análise: Os Eventos Nacionais da Categoria e o Instrumental Técnico" e "O Instrumental Técnico a Partir da Década de 70".

Na primeira, apresentamos uma análise particularizada dos Documentos decorrentes dos encontros nacionais da categoria profissional, ocorridos a partir do final da década de 60. Nessa análise, enfocamos, com a devida contextualização histórica interna e externa à profissão, os aspectos concernentes ao evento em si e o tratamento dado ao Instrumental Técnico em cada um deles.

Na segunda, realizamos uma síntese conclusiva das respostas obtidas por intermédio de nossa investigação acerca do objeto de estudo. Aí foram expostos, em caráter aproximativo e tendencial, três momentos que, a partir dos dados, nos foi possível determinar com relação ao tratamento dispensado ao Instrumental Técnico pela categoria profissional. Também nesse momento da Dissertação, mediante resgate de elementos contidos nos Capítulos anteriores, procuramos expressar nossa posição particular a respeito.

A advertência quanto ao caráter tendencial desses três momentos, assim como outras igualmente necessárias, já foram efetuadas nas Considerações Iniciais e no próprio decorrer da exposição do conteúdo acima sintetizado, porém, acreditamos ser ainda conveniente ressaltar alguns pontos.

Exatamente por referir-se a um tema tratado fragmentariamente na literatura produzida pela categoria, a elaboração desse estudo exigiu-nos um trabalho exaustivo de pesquisa e de leituras. Neste aspecto talvez resida sua originalidade, na medida em que nos foi possível realizar um metódico rastreamento da produção teórica da época estudada, do qual decorreu a organização e a sistematização de material até então esparso.

Entretanto, um estudo mais aprofundado desse material ou de ques-

tões específicas associadas ao tema, não era objetivo de nossa dissertação, demandando novas incursões investigativas para as quais, modestamente, acreditamos estar oferecendo indícios.

Nessa mesma perspectiva de reflexão, acrescentamos que ficam também merecendo novas investigações alguns aspectos que não contemplamos pela amplitude que isso tomaria em uma primeira Dissertação de Mestrado sobre o tema. Referimo-nos particularmente àqueles ligados à formação profissional e à representação dos Assistentes Sociais, diretamente envolvidos na prática, sobre o Instrumental Técnico.

Outro aspecto a salientar é o fato de que, por estarmos preocupados em expressar da forma mais fiel possível o que se processou no Serviço Social com relação ao Instrumental Técnico, nosso estudo tendeu a situá-lo através do exame de bibliografias referentes ao Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade que, não raro, traziam como fonte informadora, a perspectiva positivista-conservadora.

Reforçamos que essa não é a nossa forma de encarar o Instrumental Técnico, isto é, como irremediavelmente informado por tal perspectiva. Do mesmo modo, nossas críticas à forma de interlocução do Serviço Social com a tradição marxista não se filiam a uma crítica conservadora que tenciona um retorno ou uma reatualização do passado profissional, com o qual estamos tentando romper desde a década de 60.

Como Gramsci, acreditamos que "na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a pesquisa da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais 'avançado' quem se coloca do ponto de vista segundo o qual o adversário pode expressar uma exigência que deva ser incorporada, ainda que como um momento subordinado, na sua própria construção. Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, talvez, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideo-

logias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista "crítico", o único fecundo na pesquisa científica" (GRAMSCI, 1986:31).

Guiados por esse princípio fundamental, alertar para o fato de que o Instrumental Técnico merece e carece ser introduzido em uma crítica consciente e superadora foi nosso objetivo maior que, esperamos, tenha ficado claro e seja alvo de novos estudos, já que há lacunas a serem preenchidas e "as lacunas no conhecimento são tão importantes quanto o conhecimento, se não mais, pois são elas que permitirão aprofundar e rever as análises já realizadas". (LANE, 1991:47)



BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. "Diccionario de Filosofia". Mexico/Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 1963. p. 1117-1119.
- AGUIAR, Antonio Geraldo de. "Serviço Social e Filosofia: Das Origens a Araxá". São Paulo : Cortez/UNIMEP, 1982.
- ANAS/ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. "Jornal do V CBAS". Informativo do V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. São Paulo, 1985.
- _____. "O Serviço Social nas Relações Sociais: Movimentos Populares e Alternativas de Políticas Sociais". Documento Síntese do V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. São Paulo : Cortez/ANASS, 1987.
- _____. "Jornal do VI CBAS". Informativo do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Natal - Rio Grande do Norte, 1989.
- _____. "Serviço Social: As Respostas da Categoria aos Desafios Conjunturais". V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - Congresso Chico Mendes. São Paulo : Cortez, 1991.
- _____. "Relatórios de Painéis Temáticos do VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais". São Paulo. 1992a. (datilografado).
- _____. "Caderno de Teses do VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais". São Paulo. 1992b. (datilografado).
- ANDER EGG, Ezequiel et alii. "Del Ajuste a la Transformacion; Apuntes Para Una História del Trabajo Social". Buenos Aires : ECTRPO, 1975.
- AMANN, Safira Bezerra. "Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil". São Paulo : Cortez, 1980.
- BARDIN, Laurence. "Análise de Conteúdo". São Paulo : Perspectiva, 1977.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. "Dicionário de Política". Coord. de Trad. João Ferreira. 2ª ed. Brasília : UNB/Hamburg, 1986.

BOTTOMORE, Tom. "Dicionário do Pensamento Marxista". Rio de Janeiro : ZAHAR, 1988.

BRAVERMAN, Harry. "Trabalho e Capitalismo Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX". 3ª ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.

BRUGGER, Walter. "Dicionário de Filosofia". 3ª ed. São Paulo : E.P.U., 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. "As Encruzilhadas do Labirinto/1". Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

CECISS/CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (org.)

"I Seminário de Teorização do Serviço Social - Documento de Araxá". Revista Debates Sociais, Rio de Janeiro, Ano III, n. 4, Maio/1967.

_____. "Funções do Serviço Social: Continuação dos Estudos de Teresópolis". Revista Debates Sociais, Rio de Janeiro, Supl. nº 5, dezembro/71.

_____. "Alternativas da Política Assistencial Brasileira". Documento Final do Seminário de Bonclima. Rio de Janeiro, 1974. Coleção CECISS nº 90.

_____. "Documento de Teresópolis: Metodologia do Serviço Social". 4ª ed. Revista Debates Sociais, Rio de Janeiro, Supl. nº 4, julho/76.

_____. "Documento do Sumaré: II Seminário de Teorização do Serviço Social". Revista Debates Sociais, Rio de Janeiro, Supl. nº 8, agosto/80.

_____. "Teorização do Serviço Social: Documento do Alto da Boa Vista". Rio de Janeiro, Agir, 1988.

CASTRO, Manuel Manriques. "História do Serviço Social na América Latina". São Paulo : CELATS/Cortez, 1984.

CFAS/ CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (org.) "I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais". ANAIS. Rio de Janeiro, 1974.(mimeo.)

_____. "O Assistente Social no Desenvolvimento Social". II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. ANAIS. Rio de Janeiro : CBCISS, 1974.

_____. "III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais". ANAIS. São Paulo, 1980.

CLARK, Maria Angélica. "La Praxis del Trabajo Social en una Direccion Científica". Buenos Aires : Eco, 1974.

FONSECA, Lady M. "Reflexão Metodológica Para o Trabalho Social: Conhecer e Intervir Para Transformar". Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo : Cortez, Ano III, nº 09, p. 85 - 95, agosto/1982.

FONTOURA, Amaral. "Introdução ao Serviço Social". Rio de Janeiro : Marcel Beeren Editor, 1950.

FORACHI, Marialice M. (org.) "Karl Mannheim". Coleção Grandes Cientistas Sociais. nº 25, São Paulo : Atica, 1982.

FRANCO, Maria Laura et alli. "O Que é Análise de Conteúdo". São Paulo : EDUC, 1986.

FRITZEN, Silvino José. "Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo e de Relações Humanas". 8ª ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1978. V. I

_____, idem. 5ª ed. 1977. V. II

_____, idem. 4ª ed. 1978. V. III

_____, idem. 3ª ed. 1978. V. IV

FROMM, Erich. "Conceito Marxista de Homem". Rio de Janeiro : ZAHAR, 1967.

GRAMSCI, Antonio. "Concepção Dialética da História". 6ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

GUIMARAES, Simone de J. "Serviço Social e Classes Populares na Nova República: A Prática do Assistente Social em Instituições Públicas do Piauí". (Dissertação de Mestrado) - PUC-São Paulo, 1992. Capítulo I: "Nova República: Significado e Direção". p. 28-88. (original inédito).

HAMILTON, Gordon. "Teoria e Prática do Serviço Social de Casos". 3ª ed. Rio de Janeiro : Agir, 1976

"História do Serviço Social no Brasil" - Mesa Redonda Publicada na Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo : Cortez, Ano IV, nº 12, agosto/1983.

HOLLIS, Florence. "Casework. A Psychosocial Terapy". Tradução de Nadir Kfourir. São Paulo : Escola de Serviço Social - PUC, 1969. "Classificação do Tratamento Baseada em Considerações de Ordem Dinâmica". (mimeo.)

IAMAMOTO, Marilda V. "Legitimidade e Crise no Serviço Social. Um Ensaio de Interpretação Sociológica da Profissão". (Dissertação de Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz" - USP, Piracicaba, 1982. (original inédito).

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil". 2ª ed. São Paulo : Cortez, 1983.

KISNERMAN, Natálio. "Serviço Social de Grupo: Uma Resposta ao Nosso Tempo." 2ª ed. Rio de Janeiro/Buenos Aires : Vozes, 1978.

KONOPKA, Gisela. "Serviço Social de Grupo". 2ª ed. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1972.

KRUSE, Herman. "Questiones Operativas del Servicio Social". Buenos Aires : Humanitas, 1976. Capítulo II: "Nuevas Tendencias en Cuanto a Metodos, Técnicas y outras de Intervencion del Servicio Social"

LALANDE, André. "Vocabulário Técnico y Crítico de la Filosofía". Buenos Aires : "Le Ateneo Editorial", 1953.

LALOUP, Jean & NELLIS, Jean. "Homens e Máquinas". São Paulo : Herder, 1965.

LALOUP, Jean. "A Ciência e o Homem". São Paulo : Herder, 1966.

LANE, Silvia. "Consciência/Alienação: a Ideologia no Nível Individual". In: CODO, Wanderley & LANE, Silvia (org.) "Psicologia Social. O Homem em Movimento". 2a ed. São Paulo : Brasiliense, 1991.

MANNHEIM, Karl. "O Homem e a Sociedade". Rio de Janeiro : Zahar, 1962. Parte V: "Planificação Para a Liberdade". p. 249-373.

_____. "O Pensamento Conservador". In: MARTINS, J. S.(org.). "Introdução Crítica à Sociologia Rural". 2a ed. São Paulo : HUCITEC, 1986.

MARTINELLI, Maria Lúcia. "Serviço Social: Identidade e Alienação". São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, José de Souza. "Introdução: As Coisas no Lugar" In: _____, "Introdução Crítica à Sociologia Rural". 2a ed. São Paulo : HUCITEC, 1986.

MARX, Karl. "O Capital". São Paulo : DIFEL, 1982. Livro I, V.I, Cap. V: "Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia". p. 201-223.

MORA, José Ferrater. "Técnica e Civilização". Revista Brasileira de Filosofia no 34. São Paulo : Saraiva, p. 159 - 167, 1969.

_____. "Diccionario de Filosofia". Buenos Aires : Editorial Sudamericana, 1971. Tomo II. p.763-764.

MOTTA, Edith. "O Ensino da Dinâmica de Grupo a Assistentes Sociais". Revista Debates Sociais. Rio de Janeiro : CECISS, Suplemento no 6, maio/1972.

NETTO, José Paulo. "La Crisis del Proceso de Reconceptualización del Servicio Social" In: ADAYON, N. et alii. "Desafio ao Serviço Social". Buenos Aires : Humanitas, 1976.

_____. "A Crítica Conservadora à Reconceptualização". Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo : Cortez, Ano II, n. 5, Março/81. p. 59-75.

_____. "Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64". São Paulo : Cortez, 1991.

_____. "Capitalismo Monopolista e Serviço Social". São Paulo : Cortez, 1992.

NEVES, Noemia Pereira. "Nadir Kfoury: O Saber e a Prática do Serviço Social no Brasil (1940-1960)". (Tese de Doutorado) - PUC-São Paulo, 1991. (Original inédito).

NISBET, Robert. "As Ideias-Unidades da Sociologia" In: MARTINS, J. S.(org.). "Introdução Crítica à Sociologia Rural". 2ª ed. São Paulo : HUCITEC, 1986(a) p. 41-61.

_____. "Conservadorismo e Sociologia". In: MARTINS, José de S.(org.). "Introdução Crítica à Sociologia Rural". 2ª ed. São Paulo : HUCITEC, 1986(b). p. 62-76.

_____. "O Conservadorismo". Lisboa : Estampa, 1987.

OLIVEIRA, Nair Cruz. "Uma Experiência de Trabalho num Centro Social". 2ª ed. Rio de Janeiro : SESC, 1955.

ORTEGA Y GASSET, José. "Meditação da Técnica". Tradução e Prólogo de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro : Livro Ibero-Americano, 1963.

PARÉ, Simone. "Grupos e Serviço Social". 2ª ed. Porto Alegre : PUC-RS, 1971.

QUIROGA, Consuelo. "Uma Invasão às Ocultas. Reduções Positivistas no Marxismo e Suas Manifestações no Ensino da Metodologia no Serviço Social". Belo Horizonte, (Dissertação de Mestrado), 1989. (original Inédito).

RICHMOND, Mary E. "Diagnóstico Social". Lisboa : Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

_____. "Caso Social Individual". Trad. e prólogo de Natalio Kisnerman. Buenos Aires : Hvmalitas, 1962.

RODRIGUES, Maria Lúcia. "O Trabalho com Grupos e Serviço Social". 4a ed. São Paulo : Moraes, 1984.

ROSENFELD, A. H. "Algumas Reflexões Sobre a Técnica". Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, nº 34. p. 195-201, 1959.

ROY, Maria Tereza. "Entrevista com D. Odila Cintra Ferreira". Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 12, p. 32-52, Agosto/83.

SALVADOR, Angelo. "Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica". Porto Alegre : Sulina, 1977.

SARURENTO, Helder B. de Moraes. "Técnica, Cultura e Sociedade". s/d. (Apostila mimeo.)

SPENGLER, Osvald. "O Homem e a Técnica". Porto Alegre : Edições Meridiano, 1942.

THIOLENT, Michel. "Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária". São Paulo : Polis, 1981.

VAN BALEN, Age D. J. "Disciplina e Controle da Sociedade: Análise do Discurso e da Prática Cotidiana". São Paulo : Cortez, 1983.

VASCONCELLOS, Ana Maria. "Intenção-Ação no Trabalho Social". São Paulo : Cortez, 1985.

VIEIRA, Balbina Ottoni. "Introdução ao Serviço Social". 2a ed. Rio de Janeiro : SESC, 1955.

_____. "Introdução à Organização Social de Comunidade". Rio de Janeiro : SESC, 1958.

_____. "Serviço Social: Processos e Técnicas". Rio de Janeiro : Agir, 1969.

_____. "Metodologia do Serviço Social: Contribuição para sua Elaboração". 2a ed. Rio de Janeiro : Agir, 1979.

_____. "História do Serviço Social: Contribuição Para a Construção de sua Teoria". 3a ed. Rio de Janeiro : Agir, 1980.

VITA, Luis Washington. "Prólogo". In: ORTEGA Y GASSET, J. "Meditação da Técnica". Rio de Janeiro : Livro Ibero-Americano, 1963. p. IX - XXXIX.